

Lutaram pela Liberdade!

**Uma História da Resistência à ditadura
fascista no Concelho de Mafra (1926-1974)**



Edições Colibri

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Lutaram pela Liberdade! –

Uma História da Resistência à ditadura fascista no Concelho de Mafra (1926-1974)

AUTOR/COORD./ORG.

Comissão editorial:

Núcleo da URAP de Mafra e de Democratas e Antifascistas do Concelho de Mafra;

André Teixeira;

Eugénio Ruivo;

José Alberto Franco;

José Pedro Soares;

Luís Farinha;

Mário Borges

1.ª edição, Lx

ISBN: 978-989-566-397-2

Depósito legal n.º 530 023/24

Apoios:



*Aos presos e perseguidos políticos do Concelho de Mafra que, na longa
noite fascista, resistiram e lutaram pela Liberdade e pela Democracia.*

Índice

I - Apresentação	
Coordenador da URAP	5
II – Introdução	8
III – Momentos de luz e sombra na longa noite	12
IV – Quem foram, como viveram e porque foram presos muitos dos que lutaram?	34
V – Testemunhos que são espelhos de uma época de opressão e luta ...	51
VI – Vidas de proveito e exemplo	106
VII – Presos das polícias políticas do fascismo no concelho da Mafra (entre 1926-1974)	127
VIII – Fotografias dos presos	137
IX – Anexo documental	148

I - Apresentação

Honrar a memória e a história da resistência e da luta antifascista no concelho de Mafra

No âmbito das celebrações dos 50 anos do 25 de Abril, a URAP associa-se à publicação deste importante trabalho histórico sobre a luta e a resistência antifascista no concelho de Mafra.

Motivo que nos leva também a felicitar todos os democratas que, com o apoio da URAP, já em 2014 colocaram uma placa no jardim frente ao Palácio de Mafra, dando assim visível reconhecimento aos antifascistas do concelho, atividade que prosseguiu, nos anos seguintes, com a realização de encontros com alunos e professores nas escolas do concelho.

Conhecedores do trabalho que a URAP tem desenvolvido nos arquivos da Torre do Tombo para o levantamento de nomes de presos da PIDE, logo se reconheceu a importância de dar a conhecer a extensa lista de presos do concelho de Mafra.

Com esse fim, foi constituída uma Comissão com associados da URAP e outros democratas. Esta foi recebida, a seu pedido, em reunião realizada no dia 3 de outubro de 2022 na Câmara Municipal, pelo Sr. Presidente, Eng. Hélder Sousa Silva, e pelo Senhor Vereador Dr. José António Paulo Felgueiras, que acolheram as propostas apresentadas e se dispuseram a dar o apoio e colaboração do Município na edição deste estudo e na construção de um memorial que prestasse homenagem aos presos políticos, refugiados políticos e restantes democratas e antifascistas do concelho.

Por iniciativa da URAP foi ainda promovida uma sessão pública no dia 8 de outubro de 2022, no Teatro Beatriz Costa, com numerosas presenças, intervenções e depoimentos de ex-presos políticos, familiares, amigos e convidados, tendo o encontro sido acompanhado no exterior do edifício por uma exposição com fotografias, documentos e a lista dos nomes de presos políticos resultante dessa primeira pesquisa.

Toda esta exigente atividade tem contado com a simpatia, estímulo e também apoio e colaboração de antigos e novos residentes no concelho.

Nesse sentido, é justo e indispensável aqui registar o contributo sobretudo do grupo dinamizador desta Comissão, com destaque para o empenhamento de Eugénio Ruivo, mas também de André Teixeira, de Mário Borges e de José Alberto Franco. Sublinha-se também em particular

a participação ativa e especializada do Professor Luís Farinha no imenso trabalho de pesquisa, investigação e elaboração escrita deste estudo que agora se dá a conhecer aos leitores, sobretudo os mais jovens, à comunidade escolar e à população do concelho de Mafra.

Lutaram pela Liberdade! Uma História da Resistência ao Fascismo no Concelho de Mafra reúne, pela primeira vez, uma imensa informação histórica tratada e organizada, uma lista de presos políticos, biografias, testemunhos, pesquisa e investigação sustentada por fontes, estudos e imprensa da época, com destaque para o jornal *O Jovem*.

Esta edição, em papel e em e-book — que conta com a participação da URAP e o apoio da Câmara Municipal de Mafra —, possibilita que, mais informados dos factos e acontecimentos trazidos à luz por este livro, melhor se compreenda o valor da liberdade e da justiça social. Desse modo, mais prevenidos, poderemos combater o branqueamento dos crimes do fascismo e tudo o que, pela omissão ou indiferença, possa contribuir para o ambiente propício ao alastramento de ideias e projetos reacionários e extremistas que teimam em reaparecer no nosso país e no mundo.

No decorrer da elaboração deste estudo e das reuniões com o Município foi também tomando forma o projeto de um monumento a ser erguido num espaço central de Mafra. Da autoria do mestre-escultor José Eduardo, esse projeto, na apreciação dos membros da Comissão, exprime e expressa bem a luta pelo derrube das grades das sinistras cadeias do fascismo, sobre o qual se eleva o cravo vermelho, símbolo da Revolução de Abril.

Será um monumento de homenagem a todos os presos políticos — naturais, residentes, estrangeiros e refugiados — e resistentes antifascistas que, entre 1926 e 1974, corajosamente se opuseram e enfrentaram o regime opressor, um monumento que representará com grande dignidade o significado e valor da liberdade.

Presta-se assim homenagem aos presos políticos, aos democratas e antifascistas do concelho, mas manifesta-se também reconhecimento e gratidão aos jovens militares que se sublevaram na madrugada do 25 de Abril e a todas e todos que enfrentaram a repressão fascista, sofreram nas cadeias ou no dia a dia desses tempos sombrios, promoveram o esclarecimento e dinamizaram a revolta e a luta, criando as condições para o levantamento militar e popular vitorioso que levou ao derrube do fascismo e à conquista do novo tempo, o tempo da liberdade.

Estamos, por isso, gratos e honrados pela partilha de ideias, pelas

sugestões e experiências que levaram às propostas que agora vão sendo concretizadas com o apoio do Município de Mafra neste ano das celebrações dos 50 anos do 25 de Abril.

São muitas e fortes as razões para evocar e celebrar os 50 anos do 25 de Abril e homenagear todos os que resistiram e lutaram pela liberdade e pela democracia.

São muitas e fortes as razões para festejar e comemorar esse extraordinário acontecimento, o mais libertador e progressista que o nosso país e o nosso povo conheceram, a Revolução que nos restituiu liberdade e dignidade, pôs fim à guerra colonial e ao colonialismo, reafirmando a amizade e a solidariedade entre os povos libertados, e nos trouxe a democracia, os direitos sociais e políticos, a melhoria das condições de vida e de trabalho, a escola pública para todos e a nova Constituição da República, que consagra esses direitos e conquistas.

José Pedro Soares

(Conselho Diretivo da URAP)

II – Introdução

A informação contida neste livro – «Lutaram pela Liberdade Uma História da Resistência à Ditadura Fascista no Concelho de Mafra (1926-1974)» – acompanha a inauguração do Memorial aos Presos e Perseguidos Políticos do Concelho de Mafra no ano em que se comemora o Cinquentenário da Revolução de 25 de Abril.

A iniciativa partiu da URAP (União dos Resistentes Antifascistas Portugueses), a que se juntou um grupo de cidadãos democratas do Concelho de Mafra. Tendo tido o feliz acolhimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Engenheiro Hélder Sousa Silva e do Senhor Vereador da Cultura, Dr. José António Paulo Felgueiras.

A luta pelo reconhecimento e memória dos antifascistas do Concelho de Mafra tem já um longo caminho percorrido, assinalando-se, como marcante, a dinâmica do movimento cívico antifascista que se concretizou na inauguração de um marco de memória dos resistentes do Concelho na Avenida 25 de Abril, em 2014.

Ultimamente, esse movimento de reconhecimento e valorização da memória dos lutadores pela democracia e pela liberdade tem-se manifestado de diferentes formas, sendo de assinalar, por ser especialmente valiosa, a atividade de formação e divulgação que a URAP e outros democratas seus convidados têm desenvolvido, nos últimos anos, junto de centenas de alunos das Escolas Básicas e Secundárias do Concelho de Mafra.

Foi a partir destes patamares de cidadania ativa que a URAP e o grupo de cidadãos de Mafra se sentiram no dever de ampliar e dar a conhecer a toda a comunidade a herança de luta democrática de centenas de homens e mulheres que, não temendo a repressão, ousaram afrontar os poderes opressores da Ditadura fascista, correndo o risco da tortura e da prisão.

Utilizando as fontes policiais, judiciais e administrativas disponíveis, elaborou-se uma base de dados com todos os prisioneiros de que foi possível ter conhecimento, partindo do critério de prisões executadas sobre cidadãos nascidos e/ou residentes no Concelho de Mafra, entre os anos de 1926 e 1974.

É um levantamento que, pela primeira vez, tem em conta todo o período ditatorial (1926-1974) e que, por isso mesmo, apresenta todos os presos e perseguidos pela Ditadura (de que até hoje foi possível ter conhecimento), sejam eles republicanos, anarquistas, comunistas,

democratas sem partido, liberais, social-democratas ou socialistas. Sobre essa base de dados, construiu-se uma prosopografia dos presos, porventura pioneira (até pela sua representatividade) no estudo sociológico e político da população aprisionada pelo Estado fascista durante o seu quase meio século de vigência.

Este é um trabalho que tem sido elaborado nos últimos três anos e que, pela sua complexidade, deve ser assumido apenas como um patamar de conhecimento, e não necessariamente um trabalho concluído, já que no regime fascista de Oliveira Salazar a repressão se fazia sentir de múltiplos modos e sob a ação do poder arbitrário de encarceramento levado a cabo por múltiplas instâncias – das polícias comuns (PSP e GNR) à Legião Portuguesa, do Exército às polícias políticas instaladas por todo o país e colónias, não sendo de ignorar outras instâncias administrativas e mesmo grandes empresas, onde não raro, se começava por um processo disciplinar para depois se concluir com o recurso à polícia política para executar o processo de prisão. Está, portanto, por fazer um estudo completo de todos os presos políticos portugueses, sendo este trabalho uma pequena achega para a sua futura realização.

Um terço das prisões observadas no Concelho de Mafra ocorrem sob o comando de “prisões para averiguações”, evidenciando a forma mais habitual de perseguição política do fascismo português, empenhado em amedrontar e liquidar todas as vozes críticas, todas as oposições, mesmo as mais construtivas ou até aquelas que eram feitas sobre indivíduos que se encontravam na margem do regime e que tinham manifestado algum tipo de descontentamento. O objetivo central passava, muito especialmente, pela despolitização dos portugueses, deixando para uma clique minoritária de burocratas e militares todas as decisões sobre os destinos do país, num registo paternalista moderado que sempre se articulou com a violência preventiva e a violência irrestrita, logo que se tornasse necessário desarticular as redes políticas mais intransigentes.

Mas esta é apenas a ponta do iceberg – a parte mais visível – os que foram perseguidos, presos, torturados e viram as suas vidas e as das suas famílias destruídas.

Por isso, este estudo e esta abordagem, que se quer verdadeira e honesta, não ignora – não pode ignorar – todos os outros opositores à Ditadura cujo nome merece ficar gravado na memória pública da Resistência ao fascismo. Não tendo sido presos, não deixaram de desenvolver uma atividade

resistente frontal e consequente, e não deixaram, por isso, de ver as suas vidas destruídas pela opressão autoritária. Lembram-se aqui todos os que tiveram de exilar-se, todos os deportados, todas as vítimas da Ditadura que lutaram no mundo sindical, no mundo estudantil ou mesmo no mundo militar, onde qualquer dissidência era considerada uma alta traição à Pátria. Um exemplo prático pode dar uma ideia de que não podemos ignorar os militares democratas: é sabido que o 25 de Abril foi antecedido pela organização de formas de resistência clandestina nos quartéis. São lutas que levaram à prisão de muitos militares milicianos que se opunham à Guerra Colonial, como aconteceu na EPI (Escola Prática de Infantaria), em Mafra, em especial a partir de 1971. É verdade que a PIDE/DGS, no final de 1973, apesar de saber da conspiração do MFA (Movimento das Forças Armadas) em curso, não agiu em conformidade com o seu comportamento habitual, por não querer conflitar com as chefias político-militares. Porém, foram muitos os militares que foram presos ou viram as suas carreiras prejudicadas por se manifestarem abertamente contra a Guerra Colonial.

Também não podemos esquecer as famílias, designadamente as famílias dos presos, cujas vidas foram destroçadas pelas situações derivadas das prisões dos pais, dos maridos e mulheres ou dos filhos ausentes. Não raro, também os filhos, de tenra idade, estiveram presos com as mães nas cadeias políticas da Ditadura, em situações de desespero e por impossibilidade de serem acolhidos por outros membros da família.

Precisamos de olhar com sinceridade e honestidade para a nossa História para mudar o Futuro, porque ninguém se consciencializa sem um verdadeiro conhecimento dos factos. É indispensável conhecer a verdade, sem visões distorcidas, com base no rigor do conhecimento cientificamente conduzido. Só esse conhecimento nos habilita a ter uma verdadeira visão sobre o passado e a alimentar uma praxis política combativa e comprometida com a maior extensão da igualdade e da dignidade devida a todos os homens e mulheres.

Temos a obrigação de memorar e honrar a memória dos combatentes pela Liberdade em tempo de Ditadura. A sua coragem e abnegação são valores que devemos lembrar todos os dias e dar a conhecer a quem não sabe ou está desatento. Eles merecem uma reparação moral – a compensação para a reparação judicial e económica que não tiveram para as suas vidas destruídas, em muitos casos.

Os seus nomes hão de constar deste Memorial, que agora se ergue, para

eternizar os valores da Fraternidade e da Igualdade entre todos os homens e mulheres e para enobrecer a sua coragem cívica e política, muitas vezes com risco da própria vida.

Mas tanto como honrar a sua Memória, cumpre-nos edificar um Mundo melhor, à sua imagem de coragem e combatividade, promovendo o conhecimento e a consciencialização junto das novas gerações. Com elas contaremos para renovar eternamente o espírito de Abril.

III – Momentos de luz e sombra na longa noite

1. A transição para a Ditadura na Europa dos fascismos - anos 30

Apesar de longa e faseada na sua evolução, a Ditadura fascista portuguesa sempre apresentou um conjunto de características comuns identificáveis pelos opositores ao regime e, em particular, pelos antifascistas. São características que foram sendo sedimentadas pela memória coletiva e, mais tarde, analisadas criticamente pelas ciências sociais e humanas.

Depois da primeira experiência liberal oitocentista, aprofundada pela República democrática (1910-1926), as elites portuguesas responderam à crise que se seguiu à I Guerra Mundial com a imposição de uma Ditadura Militar apostada na limitação ou na destruição pura e simples das liberdades fundamentais. Em última instância, visava-se a despolitização do povo português, deixando para uma clique minoritária de burocratas e militares todas as decisões sobre os destinos do país. Em 1926, com a instauração da Ditadura Militar, implantou-se a censura férrea à imprensa, dificultou-se o associativismo cultural, desmantelaram-se os partidos políticos, desarticularam-se os sindicatos de classe e proibiram-se as greves ou quaisquer outras manifestações de descontentamento social. Restava a resistência clandestina ou semi-clandestina à Ditadura, manifestada nos anos seguintes em dezenas de intentonas e revoltas, numa literatura e imprensa clandestinas e em movimentos grevistas proibidos, sempre sujeitos à repressão policial e militar. Partidos políticos como o Partido Comunista Português ou o Partido Socialista Português entraram num regime de semi-clandestinidade, tendo este último optado por formas diferenciadas de organização e luta em 1933 – cooperativismo, ação sindical, ação educativa –, na Conferência de Coimbra.

Durante a Ditadura Militar (1926-1933), a opressão e a violência policial e judicial manifestaram-se num contexto de vazio constitucional e de leis avulsas, sob regime de completa arbitrariedade¹. À frente das Comissões Administrativas dos vários organismos do Estado, à frente da Censura ou à frente da polícia política e dos tribunais militares especiais estiveram militares de patente intermédia ou de altas patentes. Nestas

¹ Vide Fernando Rosas, Pimentel, Irene, Madeira, João, Farinha, Luís e Rezola, Maria Inácia., *Tribunais Políticos Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura Militar e o Estado Novo*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 2009

circunstâncias, toda a arbitrariedade era possível: milhares de prisões de opositores e deportações massivas para o Império Colonial, sem culpa formada, julgamentos sumários, residências fixadas à ordem do Governo e centenas de folhas e jornais censurados e proibidos.

Com o Estado Novo e o seu pesado aparelho burocrático implantado em 1933 a situação mudou, ganhando uma aparente justificação legal. Fora aprovado um texto constitucional (1933) que previa liberdades e garantias fundamentais, foram realizadas eleições para a Assembleia Nacional e para a Presidência da República e regulamentados os sindicatos – agora Sindicatos Nacionais, assim como reformada a Polícia Política, a Censura e atividade política partidária, confinada a um partido único – a União Nacional.

Tudo mudara, de facto, mas no sentido de instalar uma Ditadura definitiva e fascista, apesar de o regime ter permanecido formalmente uma República. O Estado Novo implantava-se, na verdade, na base de uma enorme farsa de aparência legal. A PVDE, criada em agosto de 1933, munia-se de um aparelho numeroso de agentes, criava uma rede nacional de informadores – os “bufos” –, substituía-se aos Tribunais na condução da prisão e do processo judicial e colocava sob o seu controlo quase total um conjunto de prisões – as designadas “prisões da PIDE” –, onde impunha um regime prisional de violência irrestrita. Para além de um conjunto de postos colocados em locais estratégicos (vilas operárias, fronteiras, portos, empresas), a PVDE detinha um poder quase total nas prisões de Peniche, de Caxias, do Aljube de Lisboa e do Porto, de Angra do Heroísmo (Açores) e do Tarrafal de Santiago (Cabo Verde). Do ponto de vista administrativo, a PVDE contou também, desde o início, com a colaboração estreita da GNR e da PSP, dependentes do Ministério do Interior e sob a alçada dos poderes do Governador Civil do Distrito e, em localidades mais pequenas, dos Presidentes dos Municípios, estes últimos nomeados pelo Poder Central.

Não é de estranhar, portanto, que a esta fase de implantação da Ditadura e do Estado Novo corresponda um elevado número de prisões no concelho de Mafra – 66, entre as 188 compulsadas, ou seja, **35%** do total das prisões de todo o período ditatorial. Se a este número somarmos o número de prisões realizadas na década de 40 – 83 das prisões efetuadas -, correspondendo a **44%** do total, teremos de chegar a uma conclusão um pouco inesperada para a nossa memória coletiva. E essa conclusão é que, a esmagadora maioria das prisões efetuadas – **79%** do total – ocorreram

nos primeiros 22 anos da Ditadura fascista, até 1948. No segundo turno da Ditadura – entre 1948 e 1974 –, ocorreram então os restantes 21% das prisões.

A que se deve esta gritante desproporção no número de prisões? Nesta primeira fase, envolvendo o final da década de 20 e toda a década de 30 – com 35% do total de presos políticos –, o elevado volume deve-se, sem dúvida, à resistência civil, militar e sindical que se opôs, em numerosas revoltas e greves revolucionárias, à implantação da Ditadura Militar, em primeiro lugar e, depois, à instauração do Estado Novo, Corporativo e fascista.

Encontramos os primeiros detidos associados aos primeiros movimentos de resistência: revolta de 3-9 de fevereiro de 1927 e 20 de julho de 1928². Carlos Feliciano Gouveia é um ferroviário ligado “ao Complot do Entroncamento” e Joaquim Bento, um comerciante com ligações próximas ao Comité Revolucionário do Quartel do Carmo, segundo escrutínio da Polícia de Informações³. Um número considerável de prisões prende-se com o movimento revolucionário de 26 de agosto de 1931, militares na sua maioria. Na verdade, este movimento revolucionário teve um último assomo em Loures, sob a liderança do tenente-coronel Sarmento de Beires. São tomadas as sedes das instituições locais, com o apoio na GNR de Sacavém, mas ao início da tarde, o grupo dispersa-se pela Região Oeste, em fuga. José da Silva Brito⁴, funcionário camarário, um mafrense a residir em Lisboa, é preso e deportado para Timor, onde permanece desde setembro de 1931 até 1933. Também deportado para Timor foi o chauffeur Manuel Silvestre Quintas⁵, por transportar material bélico que foi encontrado na Escola Agrícola da Paiã (Pontinha) e destinado à Revolta de 26 de agosto de 1931. Por seu lado, Manuel Pedro de Oliveira⁶, comandante do vapor “Guiné”, foi preso por transportar vários revoltosos implicados na Revolta da Madeira (abril de 1931), em fuga daquela ilha.

O facto de em Mafra estar sediada uma importante unidade militar de

² Para conhecer o quadro revolucionário da resistência republicana ver Farinha, Luís, *O Revirálho Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998

³ Vide IAN/TT, Arquivo da PIDE, Cadastro 9406

⁴ Vide IAN/TT, Arquivo da PIDE, Processo nº 328 e Ofício Conf. Nº252, 9.03.1933, da Repartição do Gabinete do M.I.

⁵ Vide IAN/TT, Arquivo da PIDE, Proc. Nº 4936, 1931

⁶ Vide IAN/TT, Arquivo da PIDE, Proc. 4891, 1931

Infantaria faz com que sejam numerosos os cabos e sargentos envolvidos em atividades revolucionárias durante esta década de 30. É o caso do sargento-ajudante Francisco Teodósio Gomes, ligado à rede revolucionária chefiada pelo antigo ministro da República João Soares, um “elemento reincidente e de difícil regeneração”, segundo a opinião da PVDE e que, por isso mesmo, fará parte do grupo dos “150 mais perigosos” que, em 19 de novembro de 1933 vai ser alojado na nova “Prisão da PIDE” do Forte de S. João Batista, em Angra do Heroísmo (Açores)⁷.

Em meados dos anos 30, os resistentes republicanos ao salazarismo tinham sido deportados ou exilados e, depois de julgados, reduzidos a um grupo de ação menor. Subsistem, no entanto, fortes organizações militares – a ORS (Organização Revolucionária de Sargentos) e a ORA (Organização Revolucionária da Armada), esta última com forte influência do PCP.

Em Mafra, o empresário Miguel Esteves de Medeiros foi justamente preso em 7 de junho de 1935 no âmbito de uma vasta investigação da PVDE que procurava desarticular a rede revolucionária de sargentos, na altura muito ativa em várias unidades militares de Lisboa, Mafra, Caldas da Rainha e toda a região Centro. Por esta altura, e perante a crescente desarticulação dos diferentes setores políticos oposicionistas, tratava-se de reunir “todos os contrários” contra Salazar.

Por isso, o ano de 1935 vai ser marcado pela existência de reuniões clandestinas da ORS e da ORA com a finalidade de recompor o movimento revolucionário ao mesmo tempo que se procura garantir o apoio dos liberais de Cunha Leal, do setor mais moderado do republicanismo revolucionário chefiado pelo coronel Ribeiro de Carvalho e até a cooperação de setores mais à direita, integralistas e monárquicos, onde avultava a figura de Rolão Preto e do contra-almirante Mendes Norton. A Revolta de 10 de setembro de 1935 – designada Revolta de Mendes Norton –, foi desarticulada previamente, em virtude das prisões sucessivas de sargentos da ORS e de oficiais aderentes⁸.

Miguel de Medeiros, um comerciante e personalidade prestigiada em Mafra, constituiu o elo entre o Comité Revolucionário, onde avultavam as figuras do contra-almirante Mendes Norton, do coronel Ribeiro de Carvalho e do comerciante Roberto de Melo Queirós, um elemento da

⁷ Cf. IAN/TT, Arquivo da PIDE, Cadastro nº 4624

⁸ Para conhecer com detalhe a “Revolta de Mendes Norton” vide, Farinha, Luís, *O Revivalho Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998, p. 228 -236

confiança de Afonso Costa, em trânsito entre Portugal e Paris. Este último teria, segundo o relatório policial, reunido com Miguel de Medeiros em Mafra e em Lisboa, tendo-lhe este garantido já ter contactado o líder do Comité Revolucionário da Escola Prática de Infantaria de Mafra, o Segundo sargento Joaquim Rebelo⁹ e, simultaneamente, ter propiciado a ligação entre o Capitão Aníbal Marcelino e o Sargento Pereira da EPI.

Em função desta atividade revolucionária, Miguel de Medeiros, preso em 7 de junho de 1935, foi julgado pelo Tribunal Militar Especial e condenado, em 11 de julho de 1936 a 20 meses de prisão correcional, só tendo saído em liberdade em 27 de fevereiro de 1937¹⁰.

Para além do campo republicano, também outros setores oposicionistas procuraram constituir barreira ao avanço do regime fascista nos anos 30. Estão neste caso os anarco-sindicalistas saídos à luta, num último e desastroso combate, na Greve Geral Revolucionária de 18 de Janeiro de 1934. Constituiu um movimento revolucionário que, tendo saído à rua na zona de Lisboa, Vila Franca e Almada, teve o seu epicentro na Marinha Grande, onde o cesteiro mafrense José Duarte Bizarro Jr. vivia, tendo sido preso e julgado em Tribunal Militar Especial, onde foi absolvido¹¹. A via insurrecional para o derrube da Ditadura esteve ainda na rua com a Revolta dos Marinheiros de 8 de setembro de 1936, onde participou o 2º Cabo Artilheiro 5730, “Dão”, Raul Jorge Reis, um ericeirense que acabou por ser restituído à liberdade poucos dias depois da Revolta, ao contrário de muitos dos seus companheiros que foram parar ao Campo de Concentração do Tarrafal, onde alguns pagaram a ousadia com a morte¹².

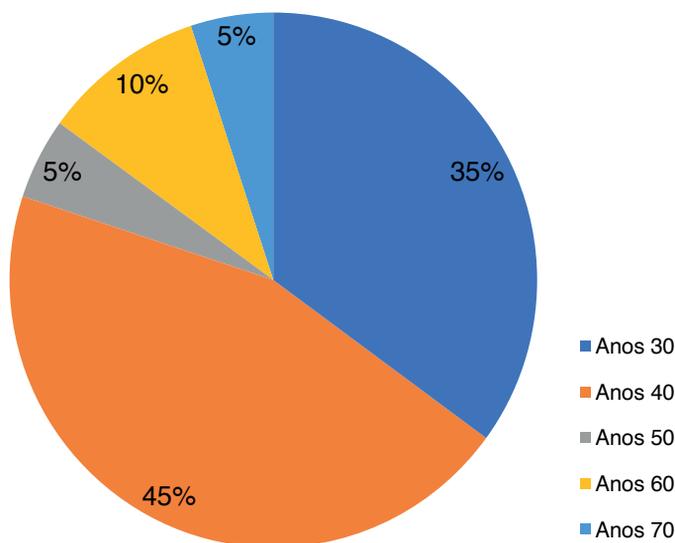
⁹ O 2º sargento da EPI Joaquim Augusto Pereira Rebelo foi, de facto, preso em 20 de julho de 1935, constando do Processo policial SC PC 2183/35, o mesmo de Miguel Esteves de Medeiros. Também deste processo consta o 1º sargento da EPI Joaquim Silvestre, preso pela PSP em 4.5.1935, depois transferido para a Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa e só restituído à liberdade em 1.6.1936. O mesmo se pode considerar do sargento-ajudante da EPI Manuel Justiniano Pereira, preso em 13.7.1935 e libertado, com os restantes em 1.6.1936

¹⁰ Cf. IAN/TT, SC PC 2183/35, 3 volumes e Ficha do RGP nº 1364, referente a Miguel Esteves de Medeiros

¹¹ Cf. IAN/TT, Arquivo da PIDE, Cadastro nº 7749

¹² Cf. IAN/TT, Arquivo PIDE, Cadastro nº 4240

Distribuição das prisões por décadas



2. Esperança gorada de uma transição pacífica – anos 40

O final da II Guerra Mundial foi seguido de grandes mudanças políticas na Europa, com o fim dos totalitarismos fascista e nazi. Em Portugal, o chefe do Governo Oliveira Salazar preparou-se para durar, introduzindo mudanças cosméticas no regime. Num longo discurso proferido na Assembleia Nacional¹³, predispôs-se a reconhecer a necessidade de anunciar publicamente reformas na justiça, na administração e mesmo de uma adaptação constitucional aos novos tempos, falando das alterações com que esperava combater a “subversão catastrófica” daquele momento. Anunciava a convocação de eleições, a concessão de uma amnistia para os crimes contra “a segurança interior e exterior do Estado”, a instituição do *habeas corpus* e a publicação de um conjunto de decretos destinados a suprimir o regime excecional sobre a segurança do Estado, integrando os crimes políticos no direito comum, por modo a transferir o julgamento para tribunais criminais ordinários¹⁴.

A mudança anunciada pelo Ditador não se verificou. A amnistia deixou

¹³ “Votar é um grande dever”, discurso de Salazar na Assembleia Nacional, em 7 de outubro de 1945. AOS, *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, 1943-1950, p. 169-191

¹⁴ Cf. Albuquerque, Paulo Pinto, *A Reforma da Justiça Criminal em Portugal e na Europa*, Coleção Teses, Almedina, Coimbra, 2003, p. 550

de fora centenas de presos políticos, as prisões da PIDE continuaram com um estatuto de exceção, o Campo de Concentração do Tarrafal não foi encerrado, os Tribunais Militares Especiais foram substituídos pelo Tribunal Plenário¹⁵ e por medidas de segurança, a Censura Prévia à imprensa não foi abolida (antes se estendeu a outros campos da produção cultural) e as eleições para a Assembleia Nacional, de novembro de 1945, não tiveram qualquer concorrência democrática, porque o MUD (Movimento de Unidade Democrática), envolvendo os diferentes setores das oposições, foi obrigado a recomendar, a 11 de novembro de 1945, a abstenção dos eleitores nas eleições de dia 18¹⁶. Tinha solicitado ao Governo o adiamento das eleições por seis meses, um novo recenseamento eleitoral, autorização para a constituição de novos partidos políticos e a criação de novos jornais, com abolição da Censura. O Governo da Ditadura recusou e levou por diante uma nova farsa eleitoral que garantiu a eleição dos 120 deputados da lista da União Nacional, a partir de um eleitorado muito restrito, constituído por 12% da população do país.

Em Mafra, como aliás em quase todo o país, os anos da II Guerra Mundial são decisivos. Ao contrário do resto da Europa, o Estado Novo reformou-se e, com a benévola compreensão dos tradicionais aliados ocidentais (em particular a Inglaterra), preparou-se para um segundo ciclo de vida que só terminou com a Revolução de 25 de Abril de 1974. A par dessa aparente reforma política e institucional, o regime socorreu-se da repressão militar e policial para combater qualquer possibilidade de mudança da situação induzida pelas oposições.

Por essa razão, estes anos 40, e em especial os anos de 1947-48, representaram o período com mais prisões no Concelho de Mafra – 83 presos, correspondendo a 44% do total de prisões de todo o período ditatorial. Esta situação explica-se por três razões fundamentais: i) um conjunto muito vasto de detidos tinha participado em todos os movimentos legais e semilegais que procuraram derrubar o regime fascista e instaurar um regime democrático. Entre os presos dos anos 40, um dos estigmas

¹⁵ Os designados Tribunais Plenários, criados no Porto e em Lisboa, substituíram os Tribunais Militares Especiais que tinham julgado os crimes políticos até 1945. Aparentemente, pela sua composição e funções, apareciam como dotados da capacidade de judicialização do regime. Contudo, autores como Braga da Cruz, consideram-nos meros instrumentos de mudança aparente, já que o processo judicial permanecia, por inteiro, nas mãos da PIDE, a nova designação da polícia política. Cf. Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*. p. 93

¹⁶ A União Nacional obteve, naturalmente, a totalidade dos mandatos na Assembleia Nacional. No entanto, a abstenção é expressiva: 44% dos 834 mil eleitores inscritos, já de si um número exíguo numa população de 7 milhões de habitantes. Cf. A. Telo, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, 2º vol., 1991, p. 152

apontado era o de terem “assinado as listas”¹⁷. Simultaneamente, alguns opositores integraram o MUNAF e o MUD, organizações onde o PCP teve uma grande preponderância, não só no momento das Eleições de 1945, mas depois disso, pelo facto de muitos destes opositoristas terem aceitado organizar células locais daquele partido. De uma forma “natural”, não só muitos militantes comunistas passaram a ser conhecidos publicamente, como novos aderentes e simpatizantes do PCP foram mobilizados para a causa antifascista. Este era um fenómeno que ocorria por toda a Europa do pós-guerra, perante a emergência dos novos regimes democráticos e a simpatia pelo regime soviético, depois da vitória de Estalinegrado sobre os nazis; ii) a segunda razão deste boom prisional em Mafra entre 1947-1948 teve diretamente a ver com a existência de uma numerosa colónia de indocumentados e refugiados políticos que foi colocada com residência fixada na Ericeira. Alguns destes refugiados foram presos na sua qualidade de “refugiados políticos”, logo no início da década de 40, e depois presos, segunda vez, quando se preparou a sua expulsão do país, ocorrida maioritariamente no Verão de 1948; iii) uma terceira razão teve a ver com o movimento reivindicativo do operariado e setor dos serviços, assolados pelas difíceis condições de vida provocadas pela Guerra. Apesar de não ser uma zona de grande implantação industrial, as condições de abastecimento, os preços e os salários tiveram implicações muito negativas na vida das classes médias e baixas, incluindo neste caso o meio rural.

A primeira razão esteve na base da prisão de um vasto grupo de antifascistas durante o mês de março de 1948, numa altura em que o regime fascista, recuperado do estremeção provocado pelo movimento “mudista” se preparou para “limpar o terreno”, prendendo todos os implicados nas Eleições de 1945, em especial os que, em função desse dinamismo político, persistiam na luta antifascista.

Em Mafra, a rede “mudista” tinha enveredado pela organização de um Comité Local do PCP, onde avultaram, pela sua situação social, o

¹⁷ As designadas “Listas do MUD” é hoje um acervo documental existente para consulta no Arquivo Digital Casa Comum (Fundação Mário Soares). Corresponde a algumas centenas de páginas, com cerca de 50 mil assinaturas, de pessoas que apoiavam as resoluções tomadas na reunião pública realizada no Centro Escolar Republicano Almirante Reis, em 8 de outubro de 1945 para constituição do MUD. Foram apreendidas por ordem do Ministro do Interior. A PIDE organizou fichas de todos os signatários, que passaram a estar “marcados” como opositores, ou mesmo como simpatizantes do comunismo. FMS, Casa Comum, http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_8746

farmacêutico Afonso de Medeiros¹⁸, o comerciante Cassiano Ferreira, o guarda-livros José Filipe Teixeira e o ajudante de guarda-livros Mário Luiz Caracol. A rede era, obviamente, mais larga, tendo a PIDE ainda prendido e conduzido a julgamento o operário-serrador Manuel dos Santos, o operário-pintor Carlos Silva Cardosa, o alfaiate Joaquim dos Reis, o trabalhador rural Francisco Maria Balão, o operário-pintor João Gabriel Nunes e o pedreiro António Silvestre Quintas. Para além destes presos que foram julgados e condenados por “Propaganda e atividades subversivas”, são ainda presos outros treze, num total de 23, entre eles o médico José Esteves Sanches de Brito e o professor primário Mauro Simão Rodrigues Pena.

Valerá a pena referir, por ser esclarecedor, que o desmantelamento e prisão deste Comité Local do PCP resultou da denúncia de António Guilherme à PSP e desta ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra que, por sua vez, faz chegar um informe à PIDE. Baseavam a denúncia no facto de terem aparecido frases e palavras escritas na parede da Tapada de Mafra¹⁹, alegadamente da responsabilidade do empregado do Grémio da Lavoura José Filipe Teixeira e de Mário Caracol, empregado na Intendência. Justificavam a suspeita no vestuário usado pelos dois e no facto de serem altos e as frases estarem escritas em caracteres gigantes e a uma altura de dois metros. Interrogados, os dois acusados negam ter tido responsabilidade nos atos, mas confirmam a sua pertença ao Comité local do Partido Comunista Português desde 1946, altura em que terá sido constituído ao mesmo tempo que referem a existência de comités locais em Murgeira, Barreiralva e Malveira. Além destes comités locais, respondiam ao apelo de mudança muitos outros cidadãos isolados pelos diferentes locais do Concelho, como

¹⁸ O grupo de 10 presos, em que se inclui Afonso de Medeiros, são julgados no Tribunal Plenário de Lisboa em 30.10.1948 e condenados em penas que variam dos 12 aos 20 meses de prisão correcional, para além da perda de direitos políticos por 5 anos. Os presos recorreram da sentença para o Supremo Tribunal Judicial e viram as suas penas agravadas por Acórdão, datado de 5 de novembro de 1949 por, alegadamente, “estando filiados na organização ilícita e secreta que denominavam “partido comunista português”, e que tem em vista o incitamento à execução de actos destinados a alterar a Constituição do Estado e a destruir a forma de Governo por meios não consentidos pela mesma Constituição, todos os réus desenvolveram actividades nesse sentido na área do Concelho de Mafra”. Assim, Afonso Esteves de Medeiros viu a pena agravada para 22 meses de prisão correcional, o mesmo acontecendo a todos os outros, na mesma proporcionalidade. Para além do mais, são penalizados com a aplicação do Decreto nº 37 447, de 31 de outubro de 1949, com medidas de segurança de um ano, por estarem filiados no PCP e isso ser “revelador de perigosidade”. Vide IAN/TT, Arquivo da PIDE, Processo SC PC nº 294/48, folios numerados de 1 a 4

¹⁹ Em vários locais da Vila de Mafra e na parede que circunda a Tapada, no lugar da Carapinheira, apareceram escritas as frases “Abaixo o Tarrafal”, “Viva a Democracia Portuguesa” e a palavra “Amnistia”. Cf. IAN/TT, Arquivo da PIDE, Proc. SC PC 294/48, f. 3

se veio a verificar em março de 1948, quando a PIDE aprisionou dezenas de cidadãos de localidades em redor de Maфра. Trata-se, em muitos casos, da prisão de elementos que agiam isoladamente, como elos muito isolados da rede concelhia. A título de exemplo, mencione-se o caso do comerciante Herlander Mota, do Gradil, ligado sem dúvida à rede concelhia, mas agindo de forma isolada, no seio de uma pequena comunidade integrada no regime e completamente alheada de qualquer tipo de luta política oposicionista²⁰.

O processo que vimos referindo correspondeu ao culminar de uma vaga de fundo oposicionista que, bebendo raízes na resistência republicana dos anos 30, tomou uma nova dimensão nos anos 40, mercê da evolução político-ideológica ocorrida com a Guerra. Não é por acaso que ainda é referido como pertencendo a esta rede o oposicionista republicano Miguel de Medeiros, que já vimos associado aos acontecimentos revolucionários de 1935. Porém, a conjuntura descrita no início ajuda a compreender como foi possível o PCP contar com aderentes e simpatizantes vindos do campo republicano. Por outro lado, é muito significativo que do desmantelamento desta rede oposicionista tenha resultado um enorme vazio político das atividades das oposições no Concelho de Maфра nas duas décadas seguintes. Embora alguns dos principais responsáveis tenham sofrido segundas prisões nos anos seguintes²¹, o que é um facto é que o enfraquecimento (ou mesmo esfacelamento) desta rede redundou numa quase completa imobilidade política até aos anos 70, altura em que voltou a reorganizar-se uma frente antifascista, como veremos adiante. Para esta aniquilação das redes oposicionistas terá, porventura, sido relevante a criação de um Posto da PIDE na Ericeira, a partir do início da Guerra e que se manteve ativo até pelo menos 1948.

É, aliás, com o contributo deste Posto local da PIDE que foram instalados e rigorosamente controlados os refugiados políticos já referenciados atrás, muitos deles partidários de ideologias “avançadas” e, em qualquer dos casos, defensores de um Estado democrático, com base no modelo das sociedades europeias de onde tinham fugido com a chegada dos fascismos e da Guerra. Era uma comunidade que colocava problemas novos, alguns de difícil solução.

O Estado Novo sempre temeu a entrada dos “avançados”, quer por

²⁰ Cf. RGP nº 18 182, de Herlander Leonardo Nunes da Mota. Também processo SC PC 294/48. IAN/TT, Arquivo da PIDE

²¹ Está neste caso Mário Luís Caracol, preso em 21.4.1964 por “atividade contra a segurança do Estado” Cf. IAN/TT, Arquivo da PIDE, Ficha do RGP nº 18 155

poderem corresponder a elos de ligação com as oposições portuguesas (em Portugal e no exílio), quer ainda por poderem “contaminar” o Portugal arcaico que o Ditador queria manter imune à modernidade – política, social e cultural. A esmagadora maioria destes refugiados eram judeus: porém, alguns juntavam a essa condição alegadas simpatias “comunistas”. Nesse último caso, os seus processos de estadia, circulação e saída para o Novo Mundo eram extraordinariamente dificultados. Alguns, como aconteceu no caso do polaco Pinkus Israelski, puderam passar mais de uma década nas “Cadeias da PIDE” e ser conduzidos ao Tarrafal, por períodos longos, apenas pelo facto de haver uma referência vaga de poder tratar-se de um “comunista” e, nesse caso, ser melhor o afastamento até que a “situação internacional fique mais clara”²².

Embora menos relevante em número, será ainda de assinalar a existência de presos sociais que acabam por ser detidos por motivos políticos, já que a greve era considerada ilegal.

Em 1942, continuava a prática de entrega de indivíduos pela Câmara Municipal de Mafra à PVDE, como aconteceu ao trabalhador António Jacinto dos Santos que foi condenado a 90 dias de prisão correcional, o mesmo acontecendo ao trabalhador António Moreira e aos trabalhadores António Vicente Gato e Fernando Pestana Simões, acusados de “propaganda subversiva”²³.

3. Anos de chumbo – anos 50

Na década de 50 o governo de Salazar esteve defendido das oposições, desde logo pela vaga devastadora de prisões ocorridas entre 1945-1948 – de comunistas, de socialistas e de republicanos de esquerda. Ao mesmo tempo, o clima de Guerra Fria afastou definitivamente revolucionários comunistas e democratas moderados que só voltarão a cooperar (e ainda com muitas dificuldades) em 1958, na candidatura de Humberto Delgado. Externamente, o regime era acarinhado pelas democracias europeias como o último bastião anticomunista do Ocidente, Salazar como um “ditador honesto e paternal” e Portugal merecedor de figurar entre os países constituintes da NATO e da ONU.

No entanto, este é um tempo de amadurecimento e de profundas “mudanças invisíveis” em toda a sociedade. As alterações mundiais do pós-

²² Cf. IAN/TT, Arquivo da PIDE, Proc. SC PC nº 1001/35

²³ Cf. IAN/TT, Arquivo da PIDE, Proc. SC PC 947/42 e Proc. SC PC 246/44

guerra acordam um vasto núcleo de apoiantes do regime para a necessidade da sua reforma – são os dissidentes do regime. Homens como Quintão Meireles, Henrique Galvão, Humberto Delgado são os expoentes dessa elite descontente que espera “abrir brechas” através da eleição de um Presidente da República que demita Salazar e dê voz a todas as correntes políticas. No Continente, D. António Ferrera Gomes, o “bispo vermelho” na designação dos nacionalistas, denuncia “A miséria imerecida do nosso mundo rural” (1957). O movimento estudantil sofre igualmente alterações substanciais, com uma nova vaga de descontentes oriundos da JUC e do CADC a juntar-se à esquerda para contestar o decreto-lei 40 900. Nos campos do Sul, amplos movimentos sociais constituem, sob a égide dos comunistas, as “comissões unitárias” e as “comissões de jorna”, desencadeando respostas repressivas violentas do regime. Catarina Eufémia, a heroína comunista, pereceu num desses confrontos, em 1954, em ação repressiva da GNR.

As oposições procedem à sua recomposição. O PCP da liderança de Júlio Fogaça aprova a política de “transição pacífica” com vista à formação de uma Frente Democrática Nacional, sem que com isso consiga, no entanto, parecer suficientemente atraente para a “oposição ordeira” do recém-criado Diretório Democrato-Social de António Sérgio e Cunha Leal. No entanto, é com base nesta confluência frentista que vai surgir a campanha por um candidato único à Presidência da República, em 1958, e que resultou na escolha do general Humberto Delgado, depois de uma opção anterior pelo democrata Arlindo Vicente.

Em Mafra, estes anos de chumbo parecem ter sido passados sem uma atividade de oposição que tivesse motivado preocupações à polícia política. Em grande parte porque os presos de 1948 – Afonso Esteves de Medeiros, José Filipe Teixeira, Mário Luiz Caracol, João Gabriel Nunes e Francisco Maria Balão continuavam presos em Peniche em função das medidas de segurança decretadas pelo Supremo Tribunal de Justiça em 1949, e que só permitem a sua libertação durante o ano de 1951, e mesmo assim em liberdade condicional. Na verdade, estes opositores ao regime só obtiveram uma liberdade total em 1956²⁴.

É, aliás, por causa destas prolongadas prisões e dos efeitos trágicos que elas acarretaram para as famílias dos presos que é de novo detido Miguel de Medeiros, em 9 de setembro de 1950, acusado de ter colaborado numa

²⁴ Afonso Esteves de Medeiros saiu da Cadeia de Peniche em 29.5.1951, depois de cumprir um ano de medidas de segurança, além da prisão inicial, e só obteve liberdade definitiva em 27.2.1956. Cf. IAN/TT, Arquivo da PIDE, Ficha RGP nº 18173. Situação semelhante ocorreu com os restantes presos do mesmo processo de 1948

recolha de fundos feita pelo Comité local do PCP da Malveira, em favor dos presos políticos de Peniche, que a PIDE assimila a um apoio ao Partido Comunista Português²⁵.

Para o fim da década, a campanha eleitoral de 1958 não terá deixado indiferentes os mafrenses²⁶, embora não se conheça nenhuma prisão associada à campanha eleitoral de Humberto Delgado. Esta foi, a par da década de 70, o período com menos prisões no Concelho de Mafra – apenas 10. Isso não impede que a PIDE deixe de prosseguir uma política de perseguição orientada para alvos específicos, que considerava perigosos e, portanto, a abater de modo implacável. Está neste caso o corticeiro José Carlos, membro do Partido Comunista Português, preso pela GNR de Beja em 11 de novembro de 1957 e mantido em medidas preventivas nas prisões do Aljube e Caxias até ser julgado, em 24 de abril de 1959, pelo Tribunal Judicial da Comarca de Beja. Foi condenado a sete anos de prisão maior, na privação de direitos políticos por 15 anos e na aplicação de medidas de segurança por período indeterminado de 6 meses a 3 anos. José Carlos estaria condenado a permanecer na prisão por mais de uma década se não tivesse sido um dos 10 presos políticos, membros do PCP, saídos da Cadeia de Peniche, em fuga, em 3 de janeiro de 1960.

4. O interregno da Guerra – anos 60

A candidatura do general Humberto Delgado, pelas afirmações incendiárias e grande coragem combativa do candidato, desencadeou uma adesão popular inesperada, tanto para o regime, como para as oposições. O rescaldo eleitoral iria ser marcado por uma enorme desilusão, quer do general, quer de muitos dos seus apoiantes. Porém, após uma década de acelerada proletarização e igual terciarização, a sociedade portuguesa estava pronta para lutar abertamente contra a ausência de liberdades. As alterações desencadeadas pelo “terramoto delgadista” cavaram uma das

²⁵ Miguel de Medeiros é preso juntamente com Abílio dos Santos e João Luiz, funcionários da Venatória. Os dois últimos são acusados de pertencer ao PCP. Miguel de Medeiros é colocado em liberdade, por nada se ter concluído quanto à sua culpabilidade. Explicou que a recolha de fundos não se destinou aos “Presos Políticos”, mas sim a apoiar a difícil situação económica do seu irmão Afonso de Medeiros, preso em Peniche. Vide IAN/TT, Arquivo da PIDE, Proc. 315/50

²⁶ Em testemunho recolhido a Luísa de Medeiros, filha de Afonso de Medeiros, na altura já em liberdade definitiva, podemos perceber a sua intervenção na campanha de Humberto Delgado: “O meu pai e a minha mãe acompanharam Humberto Delgado pelo país. Ficámos em casa, já com uma conversa cifrada que nos permitia ver, diariamente, ao telefone, se eles estavam ou não bem, ou se se teria passado alguma coisa de mal.” Testemunho recolhido em 17 de outubro de 2022

mais profundas crises do regime, sem dúvida o começo do seu fim.

No Alentejo e Ribatejo, os rurais organizam movimentos de protesto contra a fraude eleitoral que serão o prelúdio dos grandes movimentos grevistas de 1962 por motivos laborais, designadamente pela reivindicação das oito horas que, nalguns casos, foi conquistada. Estes movimentos grevistas são extensíveis à cintura industrial de Lisboa e, em 1962, sob a orientação do PCP e das recém-criadas Juntas Patrióticas, o 1º de Maio foi amplamente comemorado na capital, com milhares de pessoas a invadirem a Baixa de Lisboa.

Em 1961, depois de uma fuga espetacular de Peniche, Álvaro Cunhal, o recém-eleito Secretário-geral, imprime uma nova linha de ação política ao PCP, voltada para a ação de massas, com visível implicação nos movimentos grevistas e nas contestações estudantis. Do outro lado, a oposição republicana e socialista, apresentava o seu manifesto eleitoral através do “Programa para a Democratização da República”. Mas, reconhecendo mais uma vez a falta de condições democráticas, desistiria à boca das urnas, para as eleições à Assembleia Nacional de 1961.

O desaire de 1958 impunha uma conclusão óbvia: o regime jamais permitiria a sua substituição através de um processo eleitoral. Por isso voltam a estar na ordem do dia as soluções *putschistas*, sob a direção mista de militares e civis. Em março de 1959, elementos de diversas proveniências participam no Golpe da Sé. Dois anos depois, em abril de 1961, é a vez de altas patentes do Exército com responsabilidades políticas corresponderem ao apelo do ministro da Defesa, general Botelho Moniz no sentido de ser revista a política para o Ultramar português. No final do mesmo ano ocorre o “Assalto ao Quartel de Beja”, sob a direção operacional de Manuel Serra e do coronel Varela Gomes e o patrocínio do general Humberto Delgado.

No exílio (sul-americano e norte-africano) a liderança tri-partida por Henrique Galvão, Humberto Delgado e Queiroga Chaves nunca permitiu a conjugação dos comandos armados aí constituídos com a ação da oposição no interior do país. No entanto, sob a direção do DRIL (Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação), foram desencadeadas espetaculares ações de descredibilização do regime: o Assalto ao Pacote Sta. Maria e a “Operação Vagô”, de distribuição de propaganda contra o regime a partir de um avião da TAP da carreira regular Lisboa-Casablanca.

Contudo, a Guerra Colonial, pelo que significou de mobilização nacionalista e militar, adiou por algum tempo a questão da substituição

do regime.

No Concelho de Mafra – muito marcado pela existência de centenas de militares em formação na EPI – o clima político mantinha uma aparente serenidade. Durante toda a década ocorreram 20 prisões, na linha do que tinha acontecido na década anterior. Não convém, contudo, ignorar os castigos aplicados aos jovens opositoristas que se manifestaram contra o regime no início da década de 60, e particularmente depois da greve académica de 1962. Muitos deles viram a sua vida interrompida e foram colocados, como forma de castigo, na frente de combate colonial, como aconteceu ao poeta Manuel Alegre, mobilizado para Angola em 1962 e preso pela PIDE, em Luanda, em 1963.

Dez dessas prisões foram aplicadas aos grevistas da indústria dos mármore de Almagem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, alguns a residir no Concelho de Mafra. A greve, de grandes dimensões, mobilizando cerca de 5 mil operários, mantém-se forte e reivindicativa durante os meses de maio e junho de 1965, tendo os patrões de muitas empresas optado por subir os salários, embora de forma comedida²⁷. Durante o mês de maio sucedem-se os episódios de luta. No dia 4, centenas de operários concentraram-se junto à sede do Sindicato, em Pero Pinheiro e invadiram a sede. No dia 7, como o sindicato tivesse sido ocupado pela GNR, ocorrem afrontamentos e choques com as forças policiais. Os resultados políticos não se fizeram esperar, com chamadas ao Posto da GNR, agressões e prisão posterior dos líderes operários²⁸. Dez dos grevistas eram residentes do Concelho de Mafra, como já se disse. Salvador Maria dos Santos, “O coradinho”, residente na Malveira, é um dos principais líderes da Greve dos Mármore.

A greve tinha já terminado, mas a PIDE não esqueceu – teria apenas diferido no tempo a repressão prisional dos marmoristas para não atear mais a fogueira. Salvador é preso em 27 de outubro de 1965, por “atividades

²⁷ Com o apoio do PCP, a informação sobre as diferentes fases da luta vai chegando aos grevistas. Comissões de apoio recolhem roupas, fundos e géneros alimentícios. Os marmoristas reclamavam aumentos de 20%, para ordenados miseráveis de 30 escudos diários, considerados salários de miséria em 1965. Algumas firmas como a Mármore Portuguesa, Lda. ou a Pardal Monteiro ofereceram aumentos de 4%. Nas Pedreiras de Carenque a reivindicação fazia-se pelo direito ao abono de família, que não era atribuído aos operários. Na Pardal Monteiro, reivindicava-se horas extraordinárias majoradas de 25%, que a lei mandava, mas a entidade patronal ignorava. Cf. de materiais de informação e propaganda cedidos pelo GES/PCP

²⁸ Na memória popular, tornada pública pelo poder autárquico de Montelavar, lembram-se os nomes dos líderes: o Sabino, da Cabrela; o António Estêvão, fogueteiro de Montelavar; o Vitor Silva, o Salvador, o Jaime, de Anços, o Leitão, sapateiro de Fação. Uma Exposição da União de Freguesias de Almagem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, assinalou os 50 anos da Greve dos Trabalhadores dos Mármore em 19 de maio de 2015

contra a segurança do Estado”, tendo sido encarcerado no Depósito de Presos de Caxias. Passou à ordem dos Tribunais Criminais da Comarca de Lisboa, onde foi julgado em 3 de março de 1966 e condenado na pena de 16 meses de prisão e na suspensão dos direitos políticos por cinco anos, para além do imposto de Justiça. Transitou depois para a Prisão de Peniche, de onde só foi libertado em 9 de fevereiro de 1967²⁹. A greve era um crime político na Ditadura fascista.

A década abriu com um revés profundo para a PIDE. No dia 3 de janeiro de 1960, ocorreu a maior fuga coletiva de sempre, a partir da Prisão de Peniche. Para além de Álvaro Cunhal, saem outros militantes de relevo do PCP. José Carlos, o corticeiro residente na Malveira, de que já falámos anteriormente, foi um dos fugitivos. Tinha sido colocado na Prisão de Peniche em 30 de abril de 1959, tendo interrompido a sua prisão com a fuga. Caso fosse recapturado, como de facto foi em 1963, a sua vida ficaria para sempre condenada à dependência da opressão policial. Foi sucessivamente julgado em 31 de maio de 1966 e em 5 de maio de 1968, em função da fuga e da sua contestação à dureza da vida prisional. É libertado em 1972, embora tivesse ficado em liberdade condicional³⁰.

Apesar do relativo isolamento do país, empenhado numa guerra colonial, as mudanças sociais dos anos 60 foram sendo assimiladas. Estas mudanças são visíveis no crescente número de mulheres presas e também na atividade política de jovens estudantes que são, por isso, sujeitos à repressão policial. Assinale-se os casos dos estudantes Daniel Teixeira e José Alberto Ferreira Franco. O primeiro é preso em 1965, por “atividades contra a segurança do Estado”, tendo morrido na Cadeia de Caxias, por falta de assistência médica. O segundo, preso em 1968, esteve associado à organização estudantil liceal – Comissão Pró-Associação dos Liceus - e ao mesmo tempo à atividade social dos jovens católicos, organizados na JEC³¹. A sua militância na difusão de informação oriunda do grupo habitualmente conhecido de “Católicos Progressistas” conduziu-o à prisão em 1968.

Por fim, refira-se a chegada a Mafra de Carlos Simões, um montador de máquinas e comerciante de Torres Vedras, estabelecido em Mafra, e que vai

²⁹ Cf. IAN/TT, Arquivo da PIDE, Ficha do RGP nº 27 423 e Proc. 2357/65

³⁰ Cf. IAN/TT, Arquivo da PIDE, Ficha do RGP nº 22 666

³¹ Para mais esclarecimento, leia-se o testemunho do estudante José Alberto Ferreira Franco incluído neste livro

ter uma importância fulcral na organização da oposição na década de 70³².

5. Renovação da Esperança – anos 70

A morte do Ditador foi seguida de uma promessa de evolução na continuidade trazida pelo novo Chefe do Governo Marcelo Caetano, como havia acontecido com as promessas de renovação do regime com Oliveira Salazar em 1945. Também aqui as mudanças essenciais não ocorreram. Apesar de uma nova era do movimento sindical, trazida com a criação da CGTP - Intersindical, em 1970, o regime foi incapaz de introduzir eleições livres, de permitir a criação de partidos políticos e de acabar com a Censura e com a prisão dos opositores políticos por delito de opinião.

Em 1968, a chegada de Marcelo Caetano ao poder dera azo a um clima de confiança numa transição controlada do regime para uma situação mais consentânea com os tempos que se viviam na Europa. A convite do ditador, um grupo de personalidades liberais e social-democratas (entre elas Sá Carneiro, Magalhães Mota, Miller Guerra) constitui a “Ala Liberal” da Assembleia Nacional e propõe-se apresentar reformas da lei de imprensa e do texto constitucional. A designada “Primavera Marcelista” que apontou para uma maior abertura política e sindical, para uma aproximação ao modelo europeísta, para uma reforma educativa e para uma maior autonomia para as colónias, acabou por ser recebida com enorme expectativa por grupos de católicos, por antigos republicanos e até o núcleo socialista liderado por Mário Soares alterou a sua postura em conformidade com a nova promessa política.

A Guerra Colonial – verdadeiro nó górdio do regime –, bloqueou as reformas ensaiadas nos primeiros anos do Marcelismo e, a partir de 1970/71, assiste-se a uma radicalização dos campos de atuação das diversas oposições. Os católicos intensificam a luta contra a guerra através de manifestações pela paz, da publicação de materiais anti-colonialistas (como acontece com o BAC – Boletim Anti-Colonial) e até de apoio à luta armada. Nos maiores sindicatos (Bancários, Metalúrgicos, Trabalhadores do Comércio), são eleitas direções novas que imprimirão ao movimento grevista (ilegal) uma dimensão política inusitada. O recrudescimento da repressão (nos meios sindicais e estudantis) e a Guerra Colonial deram força

³² Carlos Simões havia sido preso e condenado no Tribunal Plenário em 60 dias de prisão correcional, em 24.01.1952. Já a residir em Mafra, volta a ser preso por “suspeita de atividades contra a segurança do Estado” em 21.04.1964

aos grupos políticos que lutavam, pela luta armada, contra alvos militares e policiais. Quase em simultâneo, constitui-se a ARA (Ação Revolucionária Armada), criada pelo PCP, embora com comandos autónomos, e as BR (Brigadas Revolucionárias) que atuarão, pelo menos estas últimas, até praticamente ao 25 de Abril. Menos enquadrada politicamente, a LUAR (Liga de Unidade e Ação Revolucionária), criada em 1967, leva a cabo ações de grande impacto, como a que resultou no financiamento da luta revolucionária com o produto do assalto à Agência do Banco de Portugal da Figueira da Foz.

A partir de 1963, e com origem no PCP, foram-se constituindo grupos políticos de orientação marxista-leninista e mais tarde maoista, com enorme implantação nos meios estudantis e responsáveis pela sua acelerada politização. A partir de 1970/71, por influência de uma academia fortemente politizada, as unidades militares e as frentes de combate da Guerra Colonial foram sendo fortemente influenciadas por oficiais milicianos e por furriéis que moldaram uma forte mudança da consciência anticolonialista e da necessidade de acabar com a guerra.

Desde o III Congresso da Oposição Democrática (Aveiro, 1973) que se definia a via armada (militar) como a mais provável forma de derrube do regime, com acentuada concordância de comunistas, socialistas e republicanos³³. Nas vésperas do 25 de Abril, estas oposições radicalizadas constituem o verdadeiro alfobre de onde sairá o movimento revolucionário que se seguiu ao derrube do regime fascista pelo Movimento dos Capitães. Para tal, muito contribuiu o movimento unitário de 1973, com apresentação de listas conjuntas às Eleições de Outubro para a Assembleia Nacional e com entendimentos políticos entre comunistas e socialistas, de que resultaram comunicados conjuntos das reuniões havidas em Paris entre os líderes do PCP e do recém-fundado PS, Álvaro Cunhal e Mário Soares.

Em Mafra, esta década, com 9 prisões políticas, corresponde ao período de menor repressão policial direta. Continuam a ser presos estudantes, como a jovem Hélia Correia, futura escritora, ou Samuel Quedas, um cantautor dos dias de Abril.

As prisões continuaram a ocorrer até às vésperas da Revolução de Abril,

³³ A tese dos três D's mais S (Socializar) foi apresentada ao Congresso de Aveiro pelo jovem emigrado político José Medeiros Ferreira, na altura expatriado na Suíça. O autor previa igualmente uma intervenção iminente dos Militares, acossados pelo esforço de guerra e descrentes da solução política apresentada pelo regime marcelista. Vide a propósito, Luís Farinha, "Medeiros Ferreira e o III Congresso da Oposição Democrática: teses com futuro", in *O Longo Curso, Estudos de Homenagem a Medeiros Ferreira*, Coord. de Pedro Aires de Oliveira e Maria Inácia Rezola, Tinta da Chima, Lisboa, 2010, p. 331-344

como já vimos anteriormente. Assinale-se o caso do Padre Ismael Nabais Gonçalves, pároco da Igreja Nova, preso em 21 de janeiro de 1974, por “atividades contra a segurança do Estado”. A sua forte ligação aos Católicos Progressistas, onde avultava o Padre Felicidade Alves e o Arquiteto Nuno Teotónio Pereira, tornaram-no suspeito pelas suas intervenções pela Paz, que é o mesmo que dizer pelo fim da Guerra Colonial. Em pessoas como Ismael Gonçalves se virá a estribar a transição local dos poderes autárquicos, na sequência da Revolução de Abril, sendo ele uma das pessoas que integrou a primeira Comissão Administrativa do Município de Mafra³⁴. Ismael Gonçalves foi, de resto, um dos mais diretos colaboradores da nova imprensa de Mafra, aparecida através do jornal “O Jovem”, em 1962. Apesar de apresentar-se como um órgão local, muito associado à vida regional mafrense, distingue-se abertamente da imprensa anterior pelas novas exigências de carácter político que inclui nas suas edições. Em final de 1972, o jornal bate-se pela necessidade de lutar pela Paz, à luz das preocupações manifestadas pelo Papa Paulo VI, no seu discurso na ONU de 4 de outubro de 1969. O jornal adotava uma frase de Paulo VI – “A Paz é possível e por isso obrigatória” – para título de um artigo ao mesmo tempo que, nesse mesmo número, dava a conhecer a posição do Patriarcado sobre os “Acontecimentos da Capela do Rato”, onde algumas dezenas de católicos fizeram vigília pelo fim da Guerra Colonial. A associação dos dois temas no mesmo número do jornal não deixa dúvidas sobre a orientação que presidia à sua linha editorial. Curiosamente, neste mesmo número do jornal “O Jovem”, os editores incluíam um artigo sobre o recenseamento eleitoral, que iria decorrer de 2 de janeiro a 15 de março de 1973, alertando para a necessidade de ultrapassar a desmotivação e o medo. “Todo o cidadão é político. No entanto, sente-se em muitos de nós portugueses um certo medo quando se fala de política e somos capazes de dizer: «eu não sou político!» Isso é sintoma de uma falta de educação política. (...) Por isso todos os cidadãos que tenham o direito a voto devem inscrever-se nos cadernos eleitorais das Juntas de Freguesias”³⁵.

Em alguns casos, como o de José Carlos Almeida, a PIDE/DGS viu-se impedida de concluir o processo porque chegou a libertação de Abril. O militante comunista, vivendo clandestinamente em Gondomar, foi preso

³⁴ Veja-se, para melhor esclarecimento, uma biografia do Padre Ismael Gonçalves incluída neste livro

³⁵ Cf. Jornal *O Jovem*, Mensário Regionalista, Ano XI, nº 117, janeiro de 1973. O jornal era, nesta altura, propriedade do Padre Joaquim L. Batalha, tinha como Diretor e Editor Mário Duarte Costa Silveira e como redator Rogério Batalha.

por uma brigada da polícia política em 22 de abril de 1974, em virtude de uma denúncia. Passaram os dias e ninguém sabia onde estava José Carlos, nem mesmo sua mulher, Faustina, por ser necessário ocultar, em clandestinidade, o que se ia fazer e quando se ia chegar. Veio a Revolução de Abril e José Carlos não aparecia, nem em casa nem nos hospitais. Valeu-lhes a rede de contactos numa situação como esta. Quando os amigos o procuravam no Porto tiveram notícia que José Carlos tinha feito declarações à rádio, quando saía em liberdade da Prisão de Caxias, no dia 27 de abril de 1974. Porém, quem não soube nunca o seu nome foi a polícia, porque José Carlos se recusou a identificar-se. No processo existente consta, no topo, a indicação de “Preso sem Nome”.

Mas a aproximação do 25 de Abril faz-se tanto de liberdade como de luta. Armando de Sousa Teixeira era um cadete da Escola Prática de Infantaria de Mafra que esteve na primeira linha da denúncia da guerra nos quartéis. Chegou à EPI de Mafra no 4.º turno de 1971, depois de um curso de formação que resultou na morte de 3 cadetes, no 2.º turno desse mesmo ano. O clima era efervescente e favorável ao desenvolvimento de campanhas de consciencialização contra a guerra. No final do seu curso, quando as famílias se prepararam para o juramento de bandeira, Armando e os amigos encheram as paredes da EPI de autocolantes com frases alusivas ao desastre da Guerra: “7500 mortos, 20000 feridos, já bastam! Não à Guerra!”. No Lumiar, no quartel da EPAM (Escola Prática de Administração Militar), para onde foi fazer a especialização, a luta continuou. Sucederam-se as consequências: Armando não foi aprovado no Curso de Oficiais e foi como cabo que foi mobilizado para Moçambique. A prisão, no entanto, esperava-o. Pouco tempo depois de ter chegado, foi preso pela PIDE, em 20 de novembro de 1972, e reenviado para a Metrópole. Por cá, esperava-o a Prisão de Caxias, a condenação e de novo o reenvio para a frente de combate em Moçambique.

Mafra foi sempre, de resto, uma terra onde a forte implantação militar associada à Escola de formação de oficiais se fez sentir ao longo de toda a Ditadura. Na generalidade, os instruendos, cadetes da Escola de Oficiais, permaneciam pouco tempo em Mafra, mas isso não impedia que ali exercessem o seu múnus político, especialmente em épocas de maior instabilidade política do regime ditatorial fascista. Foi o que aconteceu, a

título de exemplo, durante a Guerra Civil de Espanha³⁶ e, mais tarde, durante a Guerra Colonial. Ali chegavam jovens oriundos das classes médias e altas do país, normalmente com uma formação superior e, portanto, imbuídos do espírito de missão das elites que, apoiando ou combatendo a Ditadura, esperam influenciar o curso político-militar do país.

Não será, portanto, de admirar que a EPI tivesse participado de forma muito ativa nas operações político-militares que conduziram ao derrube da Ditadura, em 25 de Abril de 1974. Sob o comando dos capitães de Infantaria Rui Rodrigues e Aguda, uma coluna aerotransportada sai do aquartelamento às duas horas da madrugada, com destino à tomada do Aeroporto. Em Mafra, uma outra coluna, ocupa pontos-chaves da Vila (Serviços Municipalizados, Correios, Telégrafos e Telefones, GNR e PSP). No Aeroporto, um ponto nevrálgico do movimento insurreto, a Coluna de Mafra junta-se à coluna do Capitão Costa Martins, já aí estacionada, tendo assegurado o controlo daquele importante ponto estratégico. Com o movimento em curso, a Coluna comandada pelo Capitão Rodrigues é ainda encarregado de libertar os “presos do “Movimento das Caldas” (16 de março de 1974) que se encontravam presos no R.A.L. 1. A sua missão continuou depois, a mando R.E. 1, pela execução das prisões dos ministros da Defesa, Exército, Marinha e 4 generais afetos ao regime, que se encontravam refugiados em Monsanto. A sua missão, de absoluta confiança do Comando do MFA, prolongou-se por assegurar a segurança da situação no Largo do Carmo e por tomar de assalto o Comando da PIDE/DGS, em colaboração com uma Unidade da Marinha. Foi ainda responsável, no dia 26 de abril, pela prisão de três elementos da PIDE/DGS refugiados no jornal *Época*, pela tomada das instalações da PIDE/DGS em Sete Rios, já na manhã do dia 27 e na escolta, sob prisão, na Trafaria, de um Comandante da Legião Portuguesa e de vários elementos da PIDE/DGS, em Caxias. A sua missão terminaria, no dia 27, na ocupação das instalações da Legião Portuguesa, no Castelo de S. Jorge.

No Relatório final da Operação, os responsáveis militares apontavam uma justificação, tão lacónica como decisiva: “As F.A., descontentes com o governo, pretendem fazê-lo substituir. Parece hoje evidente que ninguém está disponível para participar em missões políticas tão determinadas (e

³⁶ Em final de 1936, num Relatório apresentado ao Ditador sobre o número de presos políticos e as prisões em que se encontravam detidos, dos 1191 presos, 28 encontravam-se detidos no Governo Militar de Lisboa. E destes 28, “11 eram cadetes de Mafra”. ANTT, AOS, IN-8C, cx. 332, capilha 1

arriscadas) sem um conhecimento seguro e uma preparação anterior ao mais alto nível. A EPI, pelas razões já apontadas é, podemos hoje perceber, uma das unidades militares mais fortemente implicada no plano de operações político-militares que levaram ao fim do regime fascista³⁷.

Sem dúvida que, em Mafra, estes anos 70 foram decisivos, como mostram alguns dos indicadores apontados anteriormente – tanto no campo militar como no campo civil. A Guerra Colonial era a preocupação dominante, mas sabia-se bem que o seu fim estava, inevitavelmente, associado à mudança da política do regime – ou à sua queda, caso se não conseguisse obter a Paz em África de outra forma. Não é, pois, por acaso que os dois domínios apareçam associados no jornal local “O Jovem”, como vimos. Na verdade, o recenseamento correspondeu a um dos momentos mais marcantes da oposição “unitária” no Concelho de Mafra, onde um abaixo-assinado³⁸, com muitas dezenas de assinaturas, exigia ao Presidente da Junta de Freguesia um recenseamento total e limpo de todos os eleitores. É, aliás, um movimento local que ajuda a perceber a dinâmica social e política que levou alguns jovens a participar no III Congresso da Oposição Democrática em Aveiro e, uns tempos depois, a organizar, de forma dinâmica, as eleições para deputados da Assembleia Nacional, em 1973, num clima de participação como não se via há muito em Mafra³⁹.

³⁷ Informações recolhidas do livro “Operação Viragem Histórica 25 de Abril de 1974 (Coord. de Carlos Almada Contreiras, Otelio Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço). Edições Colibri/Associação 25 de Abril, p. 423

³⁸ Veja-se a lista de nomes que assinou este abaixo-assinado em Anexo incluído neste livro

³⁹ Para melhor esclarecimento da atividade política em Mafra durante o ano de 1973, veja-se os testemunhos de Mário Borges e de Rui Medeiros, incluídos neste livro

IV – Quem foram, como viveram e porque foram presos muitos dos que lutaram?

No essencial, o Estado Novo não mudou a sua natureza fascista durante os 48 anos de vigência, na linha de uma prática que se iniciara durante a Ditadura Militar: prendeu e deportou (ou obrigou ao exílio) milhares de opositores, por mero delito de opinião, censurou milhares de publicações (jornais, revistas, livros) e de outras manifestações culturais (teatro, cinema, música), impediu a livre organização e manifestação cidadã (em associações cívicas, culturais e políticas) e reprimiu violentamente o direito à greve.

Nestas condições, os cerca de 191 presos políticos, nascidos e/ou residentes no Concelho de Mafra, hão de constituir um universo homogéneo de quem será possível obter respostas não só individuais, mas também de grupo, tanto no domínio sociológico como no domínio político. Um dos factos de terem sido presos por delitos de opinião ou por manifestação de desobediência cívica a um Estado opressor e totalitário. Foram presos por diferentes polícias políticas do regime, por períodos mais ou menos longos. Alguns foram sujeitos a residência fixada, expulsos do país e impedidos de regressar; outros foram obrigados a exilar-se por serem perseguidos pelo aparelho repressivo. A esmagadora maioria esteve presa sem culpa formada. Alguns, muito poucos, foram julgados, sendo certo que uma parte importante - cerca de um terço – foi presa “para averiguações”, ou seja, aprisionada sem motivo claro e objetivo e apenas com o fim único de amedrontar e desmobilizar.

Não será, portanto, de estranhar que encontremos presos políticos em Mafra desde o início da Ditadura Militar até aos últimos dias do regime fascista. Assinalemos, a título meramente exemplar, uma das primeiras prisões, a do proprietário Cândido da Silva Sardinha, natural e residente na Encarnação (Mafra), preso a 27 de fevereiro de 1928 e libertado 4 dias depois, sem que mais se diga no seu cadastro sobre as razões que conduziram à sua prisão¹. Já quase no final do regime a prisão do padre Ismael Nabais Gonçalves, pároco da Igreja Nova, preso a 21 de janeiro de 1974 por “atividades contra a Segurança do Estado”. Viria a ser libertado em 6 de fevereiro de 1974, sob a caução de 40 mil escudos e colocado à Ordem do Tribunal Criminal de Lisboa. A liberdade definitiva chegou, para este padre empenhado nos movimentos pela Paz, com a Revolução de

¹ IAN/TT, Arquivo da PIDE, Cadastro 9402

25 de Abril².

A lista de presos políticos apresentada constitui um ponto de chegada, sem pretensão de se apresentar como definitiva. Foi elaborada a partir de fontes judiciais e prisionais, existentes no Arquivo da PIDE, depositado na Torre do Tombo, em especial as Fichas Individuais de Presos e as Fichas Cadastro. Nalguns casos foi ainda possível consultar os processos policiais e judiciais, com informação de maior fôlego. Para a sua elaboração, a lista contou ainda com a recolha de testemunhos, preciosos para o estabelecimento inicial do universo do estudo. Destas fontes foi possível obter dados biográficos individuais e familiares, bem como a extração social e política dos presos, as condições em que foram detidos, os motivos reais ou aparentes que conduziram à sua prisão, o périplo prisional, a condução do processo policial e judicial, o tempo de prisão e as condenações a que foram sujeitos.

Partindo desta base de dados e da sua justaposição e combinação, extraímos um conjunto de variáveis significativas, de base estatística, que nos permitiram avançar na compreensão de uma biografia coletiva dos presos políticos naturais e/ou residentes no Concelho de Mafra.

a) Dados biográficos – naturalidade, residência, idade e profissão

O primeiro campo de observação diz respeito aos dados biográficos individuais de maior relevância: para além do nome, a naturalidade, a residência e a idade à altura da primeira prisão pela polícia. Excluiu-se aqui o grupo social de ascendência, que só em alguns casos pode ser inferido por sinais exteriores de riqueza ou pertença social. Também a formação escolar (ou académica) está ausente das fontes consultadas.

Apesar de alguma dispersão de dados, a maioria da população considerada é oriunda do concelho de Mafra – 54% –, sendo justamente este um dos dados que organiza o grupo observado. Uma parte significativa de presos (18%) são de origem espanhola, em especial da Galiza (Pontevedra) e da Andaluzia (Málaga). Trata-se de uma comunidade de refugiados políticos que entraram em Portugal entre 1941 e 1942, a quem foi fixada residência na

² IAN/TT, Arquivo PIDE, Ficha de Preso 29 394

Ericeira³, e que saíram (ou foram expulsos) do país entre 1947 e 1948. Desta comunidade de refugiados políticos a residir na Ericeira, por imposição da PVDE/PIDE, fazem ainda parte numerosos estrangeiros oriundos do centro e leste da Europa: alemães, lituanos, checoslovacos e polacos.

Também a residência constitui uma das bases do critério que presidiu à escolha do universo observado. Assim, mais de metade dos presos políticos compulsados – **60%** – são residentes no Concelho de Mafra, com uma dispersão significativa pela sede do Concelho e pelas freguesias que o compõem. A segunda categoria em significância diz respeito aos presos que, sendo naturais de Mafra, residem no Concelho de Lisboa – 23% do total. Em terceiro lugar contam-se os estrangeiros com residência fixada na Ericeira – 21% do total. E, por fim, ainda significativo é o número de residentes no vizinho Concelho de Sintra – 5% do total.

Um terceiro dado biográfico significativo diz respeito à idade dos presos na altura da primeira prisão. Uma maioria significativa dos presos – **66%** – tem entre 21 e 40 anos. Destes, 15% são jovens entre os 21 e os 25 anos, 17% apresenta idades entre os 26 e 30 anos, 19% de jovens entre os 31 e os 35 anos e 15% entre 26 e 40 anos. Sete dos presos têm mesmo idades entre os 15 e os 20 anos. Facilmente se conclui que se trata de uma população prisional extremamente jovem, ou seja, de homens que, na sua maioria, não tinham tido ainda oportunidade de formar família, como acontecia no caso de muitos refugiados políticos com residência fixada na Ericeira, oriundos, na esmagadora maioria, das prisões e dos campos de concentração e de trabalhos forçados que aprisionaram os combatentes da Guerra Civil de Espanha no final desse conflito. Ou ainda, chegados a Portugal, em resultado das purgas e expulsões antisemitas que ocorreram na Alemanha e no Leste da Europa a partir da chegada ao poder do nazi-fascismo.

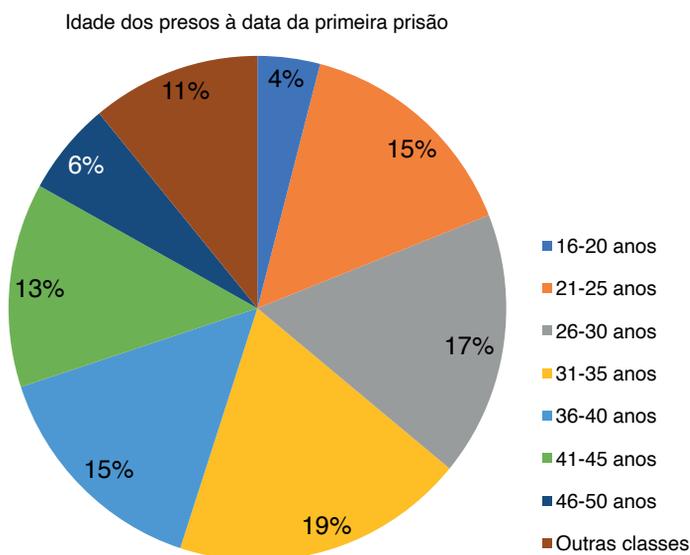
Por fim, é possível ter uma ideia da profissão que os presos declararam ter à altura da prisão, um dado significativo em termos sociais e políticos, em especial quando a arrumação

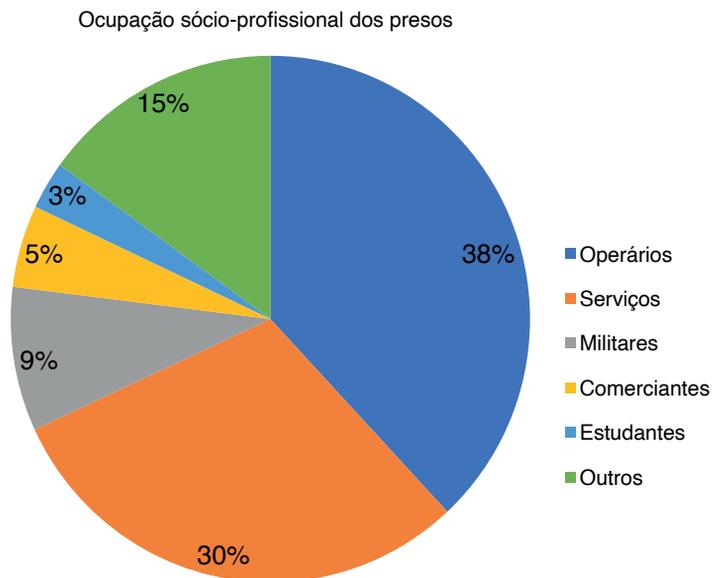
³ O primeiro grupo de refugiados chegou à Ericeira no dia 1 de janeiro de 1942. Eram cerca de 80, na maioria judeus, simultaneamente refugiados políticos. Desembarcaram na Praça da República (antigo Largo do Jogo da Bola). Cf. Caré Júnior, José, *Ericeira 50 Anos Depois... Os refugiados estrangeiros na 2ª Guerra Mundial*, Mar de Letras Editora, 3ª edição, Ericeira, 1998

ideológico-partidária é um dado de difícil análise, tanto por advir de classificações policiais – normalmente distorcidas e abusivas – como por não ser declarada pelos presos, por questões óbvias de segurança.

Os operários, com 38% do total e os Serviços, com 30%, são as duas categorias mais representadas. Se tivermos em conta que muitos presos arrumados na categoria de Serviços têm trabalhos pouco especializados (dado o arcaísmo da sociedade portuguesa da primeira metade do séc. XX), teremos de considerar que uma esmagadora maioria dos presos pertence à classe trabalhadora (operários, trabalhadores rurais), mas também de serviços como o empregado de balcão, o chauffeur ou trabalhador ferroviário), o que aproximaria a grande maioria dos presos – mais de **60%** – das classes trabalhadoras. Para além desta realidade maioritária, têm ainda relevância, os militares (9%), os comerciantes (5%) e os estudantes (3%).

Uma análise mais fina da realidade, por épocas, daria, porventura, números ligeiramente diferentes. Mas, na base desta análise global, podemos concluir que os presos políticos do Concelho de Mafra (naturais e/ou residentes) são especialmente jovens e pertencem às classes trabalhadoras. Isso não exclui, naturalmente, o facto de terem sido presos comerciantes, proprietários, farmacêuticos, médicos ou oficiais do Exército, embora em número reduzido.





b) Extração política dos presos

A caracterização político-ideológica dos antifascistas presos e perseguidos é, apesar de manifestamente importante para a compreensão dos motivos que os levaram a agir, uma matéria de difícil análise estatística.

Depois da desarticulação da resistência republicana, na sequência das sucessivas derrotas das revoltas ocorridas entre 1927 e 1933, e depois da aniquilação das correntes anarquistas e libertárias que animaram o sindicalismo anarco-sindicalista saído à rua e derrotado na Greve Geral Revolucionária de 18 de janeiro de 1934, restava um punhado de comunistas, organizados clandestinamente no Partido Comunista Português. Isto porque os socialistas do velho PSP (Partido Socialista Português) tinham abdicado da luta política direta na Conferência de Coimbra de 1933.

Deste modo, a designação genérica de “comunista” passou a ser aplicada, de forma indiscriminada, generalizada e não sustentada, pela administração e pelas polícias políticas do regime, em relação a todos os opositores que, de forma mais ou menos aberta, se rebelavam contra a opressão e a situação política autoritária e fascista: em tomadas de posição públicas, em artigos de imprensa, em livros e em outras formas de expressão artística, na organização

de protestos e greves ou, por fim, na luta política empenhada no derrube do regime. O comunismo – a “grande heresia da nossa idade”, na expressão de Oliveira Salazar – era, contudo, a ideologia que animava muitos destes opositores. Na verdade, a PVDE/PIDE fazia questão de distinguir a atribuição genérica de “comunista” de uma outra que normalmente formulava quando entendia que o preso era efetivamente um comunista organizado no PCP: “um militante do designado Partido Comunista Português”.

Uma outra razão ainda torna difícil a determinação rigorosa da afiliação política dos presos e perseguidos. E esta dificuldade tem a ver com o facto de, em períodos determinados, terem ocorrido entendimentos políticos de índole frentista para derrubar a Ditadura. Aconteceu em 1933, com a finalidade de impedir a criação de Sindicatos Nacionais e aconteceu ainda em 1936, na criação de uma Frente Popular Portuguesa. Mas foi principalmente entre 1943 e 1945, com a criação do MUNAF e do MUD, que mais fortemente se fez sentir essa agregação de forças numa frente antifascista. No pós-guerra, a frente nacional antifascista esteve ainda em discussão em 1957/58, na preparação de uma candidatura única à Presidência da República, na criação da Frente Popular de Libertação Nacional em Argel e na congregação de comissões democráticas eleitorais, em 1969 e em 1973. Ora, em todos estes momentos unitários, é relevante (senão decisiva) a atividade política do PCP, muito implantado no terreno, através de redes clandestinas e de uma imprensa com forte difusão popular. Numerosos opositores foram chamados à luta unitária contra o regime nestes momentos decisivos de luta antifascista. Alguns permaneciam na luta ou agregavam-se mesmo às hostes do PCP de forma definitiva, outros permaneciam na sua proximidade, havendo também aqueles que se afastavam perante a sucessão de ciclos de derrota que se foram sucedendo após cada momento de luta unitária ou depois da sua própria prisão e libertação. Para a PVDE/PIDE, estes últimos continuaram a ser considerados “perigosos comunistas”, quando de facto o não eram já, sendo certo que também o PCP continuou a contar com homens e mulheres que, por vicissitudes várias, foram levados a afastar-se de uma militância ativa.

Perante as dificuldades apontadas, vale a pena tentar uma

aproximação, mesmo que incompleta, a algumas fases do processo político antifascista em que foi possível encontrar grupos e ideologias políticas associadas de forma dominante e persistente.

As primeiras prisões, logo a partir de 1928 – e que se estendem pelo menos até 1935 –, são feitas sobre republicanos que se haviam empenhado nas primeiras revoltas contra a Ditadura Militar. São democratas, empenhados na reposição das liberdades fundamentais e na libertação dos presos políticos. Encontramos na lista que se apresenta militares, como o capitão Alexandre de Moraes, o comerciante Joaquim Bento ou, de forma muito significativa, o comerciante Miguel Esteves de Medeiros, um apoiante da rede de sargentos que esteve implicada na “Revolta de Mendes Norton”, em 1935⁴.

Entre os primeiros presos políticos encontramos igualmente pequenos proprietários rurais que se rebelaram contra a imposição de um sistema corporativo às produções agrícolas e que o manifestaram abertamente em reuniões promovidas por representantes do poder local que se deslocavam às aldeias em altura de consultas eleitorais ou a fazerem campanha pelo Corporativismo. Está neste caso o produtor de vinho de Cheleiros Augusto José Inácio, preso pela GNR em 31 de dezembro de 1934 por resistência à autoridade, neste caso ao Administrador do Concelho de Mafra⁵. Dificilmente se pode encontrar aqui influência de ideologias políticas determinadas. Contudo, talvez possamos explicar a atitude de contestação e prisão pela ausência da liberdade que se sucedeu ao fim da Primeira República Democrática.

Um outro grupo de grande dimensão e de difícil caracterização ideológica foi o que se constituiu, por imposição do Ministério do Interior e da PVDE/PIDE, na Ericeira, onde começou a chegar, em sucessivas levas, a partir de janeiro de 1942. Atingiu as várias

⁴ Vide IAN/TT, Arquivo PIDE, Proc. SC PC 2183/35

⁵ Augusto José Inácio, proprietário de Cheleiros, foi preso pela GNR de Sintra e julgado em Tribunal Especial (Proc. 4/1935). Num processo sumário, é acusado de ter interrompido intempestivamente o Administrador do Concelho quando este explicava a vantagem da Federação dos Vinhos “gritando que ninguém pagaria à Federação, levando o público que assistia a fazer coro com ele e a protestar, incitando assim o povo à desobediência, às leis e decretos do Governo”. Vide IAN/TT, Arquivo PIDE, Cadastro nº 7604. Neste dia foram ainda presos outros moradores de Cheleiros

centenas⁶ e permaneceu naquela localidade até pelo menos 1948, altura em que foi decidida pelo Governo a expulsão dos últimos internados aí existentes. Na verdade, permaneciam na Ericeira com residência fixada e sob o controlo de um Inspetor da PVDE/PIDE, instalado num Posto da polícia política, desde início de 1942⁷.

Na sua esmagadora maioria, eram refugiados judeus e/ou refugiados políticos vindos do Centro e Leste da Europa em fuga às perseguições antissemitas e anticomunistas que caracterizaram a política de exclusão desses países a partir do início da década de 30. A este primeiro grupo de refugiados juntou-se um outro de grande dimensão oriundo da França ocupada pelos nazis (de várias nacionalidades, a maioria polaca) a que se acrescentou um terceiro de refugiados políticos vindos dos campos de concentração e de campos de trabalho forçado da Espanha franquista.

A deliberação da ida destes refugiados para a Ericeira correspondeu a uma decisão governamental de agrupar naquela vila piscatória pessoas indocumentadas, entradas ilegalmente em Portugal, e sobre as quais impendia a suspeita de partilharem ideologias “avançadas”, ao contrário do contingente de refugiados instalados noutros locais (Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Paço de Arcos, Curia, Costa da Caparica, Madeira), muitos chegados em anos anteriores e ainda munidos de vistos⁸.

Alguns tinham entrado em Portugal logo no início da II Guerra Mundial, em fuga e indocumentados. Estão neste caso os alemães Karl Loëch, Louis Jutte e John Popp⁹, ex-combatentes da Guerra Civil de Espanha. Alguns admitem, em interrogatório policial, terem simpatias comunistas ou serem republicanos “avançados”. A sua vinda para Portugal foi muito facilitada pelos serviços secretos

⁶ Segundo José Caré Júnior, passaram pela Ericeira cerca de 3 milhares de refugiados durante a II Guerra Mundial, tendo aí coexistido até cerca de 8 centenas em alturas de grande afluxo. Vide José Caré Jr., *op. cit.*, p. 25

⁷ O Posto da PVDE/PIDE foi instalado na Rua 5 de Outubro, em prédio de primeiro andar. Teve no seu comando o Inspetor Superior Júlio Augusto Rodrigues e, mais tarde, com o aumento do volume de deslocados, o apoio de vários agentes da PIDE

⁸ Fritz Teppich, um jovem alemão de filiação comunista que esteve na Ericeira com residência fixada entre 1943 e 1946 frisa essa distinção entre os refugiados colocados na Ericeira e os que foram instalados nas Caldas da Rainha. Na Ericeira, para além de judeus, vivia uma comunidade de cerca de uma centena de refugiados políticos, de diferentes nacionalidades, a maioria oriunda de Espanha, onde tinha combatido na Guerra Civil. Cf. Fritz Teppich, *Um Refugiado na Ericeira*, Mar de Letras Editora, Ericeira, 1999, p. 26-31

⁹ Cf. IAN/TT, Arquivo da PIDE, Proc. 1654/41

ingleses e franceses que, através do país, procuravam facilitar-lhes o trânsito para a frente de combate aliada, na Inglaterra. A maioria, no entanto – umas três dezenas, de nacionalidade espanhola –, entra em Portugal entre 1946 e 1947. Afirmam ser refugiados políticos, com várias prisões e fugas das cadeias franquistas e, por isso, sem possibilidade de continuar a viver em Espanha. Sobre eles, a PIDE refere que “combateram ao lado dos vermelhos” e que são, na sua opinião, simpatizantes de ideologias comunistas ou republicanas “avançadas”. De resto, para a PIDE, bastava uma referência genérica de “comunista”, lida em qualquer documento alusivo ao refugiado, para recomendar a exclusão, a prisão ou a expulsão do país, sem possibilidade de regresso. Foi o que aconteceu ao judeu polaco Pinkus Israelski, entrado em Portugal em 1934, que foi preso em 1939 por uso de passaporte falso e por ter surgido um documento belga que o apontava como “comunista”. Viajou durante vários meses pelas prisões da PIDE do Continente e foi colocado no Campo de Concentração do Tarrafal em 1940, de onde só saiu em 1944, para ingressar de novo na prisão de Caxias no seu regresso. Continuou preso, em 1948 foi colocado com residência fixada na Ericeira e só acabou por sair do país para a América no final desse ano de 1948¹⁰.

Um outro grupo de presos de elevado significado político surgiu na sequência da participação nos movimentos unitários do pós-guerra. Assinaram, na grande maioria, as listas do MUD (Movimento de Unidade Democrática) às eleições de 1945 e mantiveram uma atitude combativa até à sua prisão, em março de 1948, por alegada propaganda subversiva e por serem responsáveis pela organização local do Partido Comunista Português¹¹. Nas suas declarações à PIDE não reconhecem ser responsáveis pela propaganda subversiva, mas, em contrapartida, todos eles confessam ter sido aliciados e pertencerem à organização local do Partido Comunista Português. Esta não é uma classificação que se possa considerar definitiva, já que alguns dos elementos do grupo poderão não ter mantido essa condição durante

¹⁰ Vide IAN/TT, Arquivo da PIDE, Proc. 1001/35

¹¹ O grupo foi acusado de escrever em vários sítios de Mafra as frases: “Abaixo o Tarrafal”, “Viva a Democracia Portuguesa” e a palavra “Amnistia”. A partir dos suspeitos José Filipe Teixeira e Mário Luiz Caracol, são presos 22 indivíduos de Mafra e região circundante, tendo ido a tribunal 8 desses indivíduos, todos condenados a penas de prisão e alguns a medidas de segurança. São eles Afonso Esteves de Medeiros, Cassiano Ferreira, José Filipe Teixeira, Mário Luiz Caracol, Carlos da Silva Cardoso, Manuel dos Santos, o “Serrador”, António Joaquim dos Reis e António Pedro Miranda. Vide IAN/TT, Arquivo da PIDE, Proc. 294/48

o resto das suas vidas. Porém, também é verdade que alguns destes presos voltaram a ter segundas e terceiras prisões, tendo acabado por manter a filiação comunista até depois da Revolução de Abril.

Já nos anos sessenta, com a Guerra Colonial a decorrer, vale a pena referenciar a “Greve dos marmoristas” de Pero Pinheiro e Montelavar, ocorrida entre maio e junho de 1965. Movimentou milhares de trabalhadores, trouxe ao terreno forças policiais poderosas e voltou a mostrar, como nos anos 40, que o regime sempre se mostrou incapaz de reprimir movimentos sociais de grande envergadura. Neste caso, aponta-se como tendo ocorrido a paralisação de cerca de 5000 operários. Como nos anos 40, também é com o apoio da célula local do PCP que a greve ganha peso e dimensão organizativa, com a constituição de uma comissão de apoio aos grevistas. No relatório da PIDE sobre um dos líderes, o polidor de mármore Salvador Maria dos Santos¹², a greve foi provocada pela agitação desencadeada por comunistas. Como resultado, os líderes, como Salvador, são os primeiros a ser presos. Acontecera aqui o que muitas vezes aconteceu na condução dos movimentos grevistas de grande dimensão. Apoiados pelo Partido Comunista, os líderes operários encontram neste partido o único suporte para as suas lutas, já que os Sindicatos Nacionais, fiéis ao regime, se mostram incapazes de conduzir os processos reivindicativos de classe. Nestas circunstâncias, e não ignorando que possa ter havido comunistas no núcleo inicial dos grevistas, o mais natural é que tenham saído comunistas desta luta, como aconteceu a Salvador.

Por fim, interessa ter em conta o último período da Ditadura e a enorme dispersão das oposições por uma miríade de campos político-ideológicos ou, de outra forma dito, a chegada repentina à primeira linha do combate ao fascismo de múltiplos campos políticos, mesmo daqueles que se tinham mantido inertes ou desmobilizados.

Assinale-se, em primeiro lugar, o ponto de chegada do movimento unitário antifascista, com hegemonia do PCP, e que veio a resultar na constituição do MDP-CDE (Movimento Democrático Eleitoral – Comissões Democráticas Eleitorais), com importante implantação

¹² Cf. IAN/TT, Arquivo da PIDE, Proc. 2357/65. Salvador Maria dos Santos foi preso pela PIDE em 27.10.65, alguns meses depois do processo grevista. Foi julgado em Tribunal Plenário em 3.3.1966 e condenado a 16 meses de prisão e a 5 anos de suspensão de direitos políticos. Cumpriu a pena no Forte de Peniche e saiu em liberdade a 19.2.1967

nesse ano de 1973, tanto no 3.º Congresso da Oposição Democrática de Aveiro como na Campanha Eleitoral para as eleições à Assembleia Nacional desse ano. Como em muitos outros locais do país, este período foi acolhido em Mafra com grande dinamismo e esperança. Jovens como Mário Borges ou Mário Caracol estão presentes em Aveiro e participam ativamente no recenseamento eleitoral e na campanha que, em Mafra, deu azo à abertura de uma sede (temporária) do MDP/CDE e a um comício muito participado no Cine-Teatro da Vila. Neste último evento, estão presentes, segundo testemunhos recolhidos, não só comunistas como socialistas e mesmo personalidades que sempre tinham apoiado o regime salazarista e que mais tarde, depois do 25 de Abril, alinharão pelo campo democrático de direita.

A par deste movimento unitário, outras formas de intervenção deverão ser assinaladas. Desde logo o campo dos Católicos pela Paz – que ficarão conhecidos como católicos progressistas – onde jovens como o Padre Ismael Nabais Gonçalves ou o estudante José Alberto Ferreira Franco se evidenciam e, por isso mesmo, são presos. Este último, como aconteceu a muitos estudantes deste período, transitará para o campo maoísta, havendo ainda a assinalar a militância de outros estudantes em campos de luta radicais, como Daniel de Sousa Teixeira ou os irmãos João e Mário Borges, na altura militantes do campo trotskista.

c) Motivos invocados pela Polícia para a prisão

A Ditadura Militar alterou profundamente o quadro legal penal, de índole liberal, que se mantinha desde o primeiro Código Penal de 1852 (com sucessivas remodelações em 1867 e 1884). A desjudicialização corria a par e passo com a crescente policialização e com o objetivo de introduzir processos expeditos e sumários de justiça, a par de uma nova tipificação do designado “crime político”, instituída através de legislação avulsa.

A qualificação dos “crimes políticos” fica fixada, por largos anos, pelo Decreto-lei n.º 23 203, de 6 de novembro de 1933. Aí se referem: i) participação em revolução, atividades subversivas ou incitamento à revolta; ii) propaganda subversiva, em inscrições, panfletos ou jornais; iii) pertença a organizações partidárias proibidas

e alegadamente subversivas; iv) frases ofensivas e desrespeito pela autoridade, “vivas” e “morras”; v) uso e porte de armas e explosivos proibidos; vi) greves, manifestações ou motins; vii) furtos e utilização de material de guerra durante motins.

Os motivos, muito diversificados, e a sua classificação, dada a policialização da justiça, ficavam dependentes do “juízo policial” prévio que fundamentava o aprisionamento. Raramente a nomenclatura inicial se alterava na instância judicial.

No caso vertente de Mafra, num universo observado de 185 presos, **29%**, quase um terço, são detidos para averiguações, ou seja, sem motivo conhecido e objetivo para prisão. Tratava-se, em muitos casos, de meras suspeitas ou de denúncias e informações fornecidas pelos designados “bufos” ou pelas entidades administrativas. Daqui decorria uma dupla situação de desvantagem. Depois de se perceber que não havia matéria para acusação, os detidos eram libertados, ao fim de alguns dias apenas, mas com uma pesada implicação: tinham sido identificados e ficavam “marcados” para futuras situações de prisão. Para a comunidade, para a empresa ou para a instituição pública em que trabalhavam, essa “marca” podia redundar, no futuro, em problemas para o detido. Eram prisões que visavam, em última instância, amedrontar e desmobilizar.

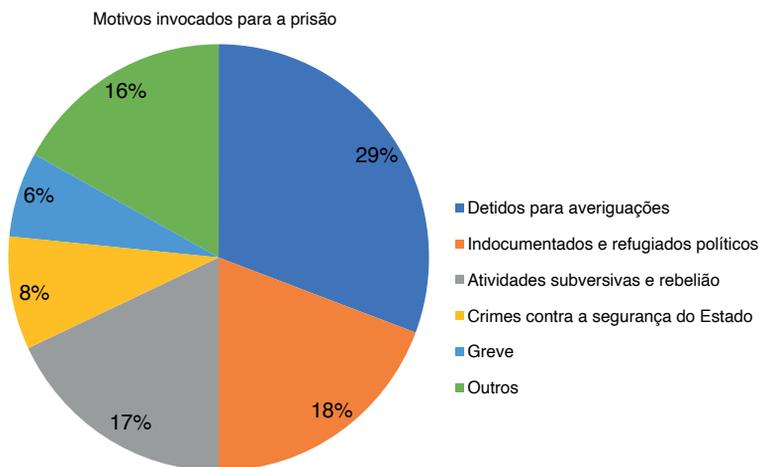
Durante quase uma década (1940-1948), uma parte muito significativa das prisões – 18% – corresponde à categoria de “indocumentado e refugiado político”, aplicada à extensa comunidade de refugiados estrangeiros que foram colocados na Ericeira com residência fixada durante esse período.

Um outro grupo menos significativo – com 4% do total – é preso por “propaganda subversiva”, correspondendo esta classificação à afixação de cartazes, à distribuição de literatura clandestina ou à pichagem de frases em espaço público.

Igualmente muito significativo é o grupo de presos acusados de “subversão” ou “rebelião”, situação que acontecia quando aos implicados era possível produzir a acusação de ação revolucionária. Representa 17% dos presos.

Por fim, “os crimes contra a segurança do Estado”, numa designação muito genérica e onde podia caber quase tudo na ditadura fascista, é a forma como a polícia política incrimina quase todos os presos,

numa fase mais tardia do regime, em especial a partir dos anos de 1950. No caso do Concelho de Mafra, esta designação é aplicada a 8% dos presos. Embora com uma componente mais social, a greve provoca a prisão de 6% dos presos.



d) Vida Prisional

A prisão política foi, no caso do fascismo português, marcada por duas características gerais muito significativas: i) pela diversidade dos agentes policiais (ou administrativos) que procediam à prisão; ii) pelo périplo muito diversificado a que eram sujeitos os presos, das prisões comuns às “prisões da PIDE”. Apesar de ter ocorrido durante toda a Ditadura, concentrou-se, no caso de Mafra, em vagas de grande incidência: praticamente um terço das prisões ocorreu no ano de 1948, altura em que se encerrou um ciclo de vida política intensa, relacionada com o final da II Guerra Mundial. Este período foi antecedido de um outro com grande número de prisões – o de 1936-39 –, associado à fascização do regime que acompanhou em Portugal o decurso da Guerra Civil de Espanha.

No caso dos presos do Concelho de Mafra, a esmagadora maioria – 65% – foi detida pelas diferentes polícias políticas, da Polícia de Defesa Política e Social (início de 1933), que sucedeu à Polícia de informações (1926), à PVDE, (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) (outubro de 1933), à PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) (1945) ou à DGS, (Direção-Geral de Segurança) (1969).

Porém, convém ter em conta que muitas destas prisões surgiam na sequência da atuação de outras forças – administrativas ou policiais. No caso de Mafra, o contributo da PSP, com 8 % das prisões e da GNR, com 7%, exemplifica a situação apontada. Em especial nos anos iniciais da Ditadura Militar é ainda relevante a prisão decidida pelo Administrador do Concelho e pela Câmara Municipal, o que aconteceu em 4% dos casos. Igualmente significativa é a prisão decidida pelos Governos Militares que, neste caso, aconteceu em 6% das detenções.

Porém, o facto de as prisões serem feitas por motivos políticos faz com que, apesar da dispersão dos locais de prisão, todos os presos começassem por ter o mesmo trânsito. Depois de presos eram, normalmente, encaminhados para a prisão do Aljube ou para o Depósito de Presos de Caxias, onde aguardavam a fase de interrogatório, realizada na Diretoria, instalada na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa.

Na primeira fase da Ditadura Militar e do Estado Novo, muitos presos eram deportados ou colocados em residência fixada nas Colónias, à “ordem do Governo”, em prisão preventiva, por tempo indeterminado. A deportação, uma das formas mais habituais de medida de segurança e de punição, foi uma prática utilizada até à II Guerra Mundial. Foi o que aconteceu, a título de exemplo, a Pinkus Israelski, um judeu polaco indocumentado que permaneceu no Campo de Concentração do Tarrafal entre 1940 e 1944.

Se não fossem libertados, eram conduzidos aos Tribunais de exceção para serem julgados – Tribunal Militar Especial até 1945 e Tribunais Plenários do Porto e de Lisboa, de 1945 a 1974. No caso dos presos do Concelho de Mafra, a esmagadora maioria não é sequer julgada – 81% do total. Por outro lado, das prisões conhecidas, a maioria – 120 prisões – são de curta duração: até 15 dias (40); de 15 a 30 dias (20); de 1 a 3 meses (40); de 4 a 6 meses (20). Estes números reforçam a ideia de prisões feitas sem fundamento, realizadas com a finalidade de amedrontar e desmobilizar, em particular durante períodos de maior aperto do regime perante as oposições.

Evidentemente que há prisões de média e longa duração, em especial no período que sucedeu à II Guerra Mundial. Foi o que

aconteceu com a rede local do PCP de Mafra¹³, cujas prisões, ocorridas em março de 1948, resultaram em julgamento e condenação em penas que tiveram em média um ano, mas que depois do recurso para o Supremo Tribunal de Justiça foram, nalguns casos, agravadas com um ano de medidas de segurança, ou seja, com mais um ano de permanência na Prisão de Peniche para além do tempo determinado em 1.^a instância. Tomemos a título de exemplo, o caso do farmacêutico Afonso Esteves de Medeiros. Foi preso em 13 de março de 1948, por propaganda e organização de partido político clandestino. Recolheu ao Aljube e ao Depósito de presos de Caxias enquanto foi interrogado. Foi julgado em Tribunal Plenário em 30 de outubro de 1948 e condenado a 20 meses de prisão correccional. Foi restituído à liberdade em 2 de novembro, aguardando o resultado do recurso que interpôs ao Supremo Tribunal de Justiça. Por acórdão do Supremo, viu a pena agravada para 22 meses de prisão, na suspensão de direitos políticos por 5 anos, em imposto de Justiça e sujeito à medida de segurança de um ano de internamento. Desta última situação resultou a conclusão da prisão a que fora condenado em 31 de outubro de 1950, altura em que iniciou o cumprimento de um ano de medidas de segurança. Interrompeu essa pena para ser operado e voltou ao Forte de Peniche em 29 de maio de 1951, tendo sido colocado em liberdade condicional em 7 de novembro de 1951. Daqui resultou que só teve liberdade definitiva em 24 de fevereiro de 1956. Contando prisão e liberdade condicional, Afonso de Medeiros passou oito anos da sua vida em reclusão ou liberdade condicional.

Embora adquira, no caso dos presos do Concelho de Mafra, uma dimensão excecional, haverá que referir-se a permanência de presas que mantinham os filhos consigo na prisão, por completa impossibilidade de encontrar um outro local onde deixá-los, quer na família quer em instituição social. Está neste caso Anabela Carlos, uma bebé de ano e meio que permanece com a mãe, Olívia Sobral, na cadeia de Caxias e ainda o caso de José e Estrela, crianças de 3 e 7 anos, que acompanham os pais (Isabel Gallardo Ruiz e Manuel Crispillo Ruiz), refugiados políticos espanhóis, em residência fixada

¹³ Deste processo chegaram a Tribunal os seguintes réus: Mário Luiz Caracol, José Filipe Teixeira, Cassiano Ferreira, António Joaquim dos Reis, Francisco Maria Balão, António Silvestre Quintas, Manuel dos Santos, Afonso Esteves de Medeiros, João Gabriel Nunes, Carlos da Silva Cardosa e António Pedro Miranda. Cf. IAN/TT, Arquivo da PIDE, Proc. 294/48, f. 177

na Ericeira e depois na prisão de Caxias.

e) Julgamentos e condenações

A esmagadora maioria dos presos – **93%** – foi condenada ao tempo de prisão cumprido, maioritariamente de curta duração. Eram prisões realizadas, como já vimos, “para averiguações” e que acabavam com a libertação após interrogatório, sem qualquer direito a culpa formada e muito menos a julgamento. De resto, em prisões de média duração, o facto de não haver julgamento é já, em si próprio, uma forma de condenação e punição, pois ficava sempre a dúvida perene sobre a culpabilidade do preso, com danos para a sua imagem pública e com prejuízo para o caso de ocorrer uma segunda ou terceira prisão.

Esta situação é verificável, a título de exemplo, em toda a comunidade de presos colocados na Ericeira, com residência fixada, oriundos, como vimos da Europa Central, da França e, especialmente, da Espanha franquista. Quase todos participaram na Guerra Civil de Espanha pelo lado republicano e, apesar de serem considerados “vermelhos” ou “comunistas” e de permanecerem em Portugal em média um ano, nunca foram julgados. O Governo da Ditadura reservava-lhe a expulsão, com a menção, nalguns casos, de ser proibida a sua reentrada no país.

Apesar do que foi afirmado sobre o tempo de prisão ser, na generalidade, de curta duração, há, contudo, 54 prisões de média duração, com períodos que vão de 1 a 19 anos. Neste último caso, estamos perante um dos presos com mais longo tempo de prisão durante a Ditadura fascista. António Franco Trindade foi deportado para Angra do Heroísmo na primeira leva de novembro de 1933, onde permaneceu até 1936. Foi elemento da primeira grande “leva” de presos que foi abrir o Campo de Concentração do Tarrafal, onde permaneceu até 30 de maio de 1950. Tinha sido Julgado em 24 de março de 1934 e condenado pelo Tribunal Militar Especial a 14 anos de degredo e a 20 mil escudos de multa, uma condenação pesadíssima e, de resto, pouco habitual no caso da população prisional observada. Na verdade, o seu tempo de prisão ultrapassou de longe a pena a que foi condenado. Em 1950 foi-lhe concedida liberdade condicional, por três anos, sendo na verdade restituído à liberdade em 1 de julho

de 1953.

Neste caso, como noutros, as medidas de segurança, regulamentadas por lei a partir dos anos 40¹⁴, foram aplicadas de forma brutal.

Nas condenações há ainda que referir 3 deportações, uma delas a do 1.º cabo de Caçadores Alfredo Pires, por estar ligado, em 1930, à rede de resistência republicana existente no seu quartel, Caçadores 7. Por fim, de todos os julgamentos ocorridos, há a referir 5 absolvições, excecionais se tivermos em conta que o mais habitual era o réu que chegava a tribunal ser condenado e, no caso de recurso, sair ainda com pena agravada.

¹⁴ Poderá considerar-se a aplicação de medidas de segurança a prisão preventiva, aplicada sem limites temporais, na prática, a todos os presos, “à ordem do Governo”, logo desde o início da Ditadura Militar. No entanto, as “medidas de segurança” – correspondentes a um tempo acrescido de prisão, renovado por períodos de 6 meses, decidido pelos tribunais, por indicação da polícia política –, foram sujeitas a legislação própria: pelo Decreto-Lei n.º 36 387, de 1 de julho de 1947 e, mais tarde pelo Decreto-Lei n.º 39 688, de 5 de junho de 1954, seguido do Decreto-Lei n.º 40 550, de 9 de agosto de 1956, que dava à PIDE a possibilidade de administrar medidas de segurança aos presos “por período indeterminado de seis meses a três anos, prorrogável por períodos sucessivos de três anos, desde que continuem (“os internados”) a considerar-se perigosos”

V – Testemunhos que são espelhos de uma época de opressão e luta

Armando de Sousa Teixeira

Data de nascimento – 16 de julho de 1949

Naturalidade – Barreiro

Morada – Barreiro

Ascendência – Filho de Armando Teixeira e Filomena de Sousa Teixeira

Formação – Engenheiro Químico Industrial, Profissão: Quadro Superior na ex-CUF/Quimigal/Adubos de Portugal

Outras ocupações – Autor de obras sobre a resistência antifascista no Barreiro e na Guerra Colonial

Estado civil – casado

Descendência – três filhos

Coleta do testemunho: 11 de abril de 2023, Cooperativa Popular Cultural Barreirense

Armando de Sousa Teixeira recebeu-nos na C.P.C.B., onde é cooperante. Procuramo-lo para ouvir falar da atividade revolucionária nos quartéis no período final da ditadura fascista e da guerra colonial. É autor de vários livros de memórias sobre a Guerra Colonial, tendo publicado há pouco tempo o livro *Da Guerra Nunca se Volta*, página a página, Lisboa, 2023.

O Armando Teixeira esteve em Mafra em final do ano de 1971. Como era o ambiente que se vivia nessa altura na Escola Prática de Infantaria?

Entrei para o Curso de Instrução do COM (Curso de Oficiais Milicianos) da EPI (Escola Prática de Infantaria) no quarto turno de 1971, ou seja, na parte final desse ano. Fui encontrar um clima de grande intranquilidade e de muita tensão: tinham morrido três cadetes no 2.º turno, em treino nas lagoas da Tapada de Mafra e um outro no 3.º turno, em exercícios de bala real. Isto tocou profundamente as famílias dos cadetes, a maioria oriundos das classes médias e altas. Até mesmo a direção da escola e a restante oficialidade viviam um clima de inquietude, sem capacidade para explicar tantos “acidentes” com instruendos. De modo que, para quem

já ia para ali com uma consciência anti-guerra, este clima constituiu um enorme desafio. Sabíamos como era difícil romper o cerco da propaganda montada pelo sistema, mas também percebemos que havia condições muito favoráveis para denunciar a Guerra – que já levava quase uma década e muitos milhares de mortos e estropiados.

A Guerra Colonial começava a ser contestada por cada vez mais gente...

Sim, era preciso exigir o fim da guerra, já que o regime não se mostrava disposto a encontrar qualquer solução para os conflitos na Guiné, em Angola e em Moçambique. Salazar sabia que para acabar com a guerra corria o risco de implodir o próprio regime. Desde as “eleições” de 1969 que se defendia publicamente o direito dos povos à autodeterminação e à independência e o fim da guerra colonial. E isso foi-se tornando cada vez mais claro no início da década de 70, em primeiro lugar nas escolas e universidades e depois, cada vez de forma mais alargada, em meios culturais, associativos, confessionais e também nos sítios de maior concentração operária. Entre nós, comunistas, alguns ligados ao Movimento de Juventude Democrática, esse desígnio tornou-se um grande objetivo de luta. Embora discutida de forma por vezes acalorada, a orientação do Partido de os seus militantes (e de outros democratas esclarecidos...) irem à guerra, foi acolhida como a mais consequente. Tratava-se de combater a guerra no interior dos quartéis ou nas frentes de combate. Era uma orientação que provocava desconfiças e que foi motivo de debates ideológicos entre as forças anticolonialistas. No entanto, a sua lógica parecia evidente: precisávamos de ganhar mais milicianos para a contestação à guerra, particularmente entre aqueles que tinham sido incorporados por alegado “mau comportamento” nas escolas, interrompendo a sua vida académica. Alguns, como sucedia nos Institutos Industriais, eram incorporados por chumbarem numa única cadeira nuclear! Por outro lado, era importante influenciar a consciência dos oficiais do quadro, cansados por sucessivas comissões de serviço nas colónias. E, por fim, embora parecesse mais difícil, influenciar o comportamento dos “operacionais” na frente de combate, evitando violências sobre as populações e sobre os prisioneiros de guerra. Na verdade, na altura em que estive em Moçambique, já era natural entre os soldados a adoção da máxima “safar o coiro”, em detrimento da doutrina de “defesa da Pátria em perigo!”.

Foi este contexto de repúdio da guerra e de resistência ao fascismo

que inspirou o Armando e os jovens cadetes para novas formas de luta...

Sim, rapidamente percebemos que havia cadetes disponíveis em Mafra para lutar contra o militarismo e o prosseguimento da guerra. A minha percepção sobre as injustiças tinha adquirido um ponto alto com a estadia temporária no Anexo do Hospital Militar, onde estava depositado um numeroso grupo de mutilados chegados dos conflitos (cegos, sem braços, sem pernas, paraplégicos...). Em Mafra, aproximava-se o final do curso, um grupo decidiu reunir para elaborar um documento contra a guerra, que seria enviado pelo correio. Passámos a mensagem para vinhetas que foram colocadas numa madrugada de 2.^a feira, nos longos corredores do interior do Convento-Quartel. Diziam, “7500 mortos, 20000 feridos, já bastam! Não à guerra!”. O acontecimento provocou assinalável agitação entre os militares, de modo que resolvemos insistir na campanha de agitação de consciências na altura do juramento de bandeira, com a habitual assistência de familiares. As paredes lisinhas de mármore voltaram a ficar pejudadas de vinhetas onde se dizia: “Não jures, camarada!”. Aquele juramento foi marcado por momentos de tensão e ao mesmo tempo pela afirmação de uma significativa unidade antifascista. Na ação de agitação participaram putativos aderentes (ou militantes) comunistas, socialistas, esquerdistas e independentes.

Era natural que, mais tarde ou mais cedo, alguns dos dinamizadores começassem a ser apontados...

É verdade. A unidade antifascista foi possível naquele momento, mas pode ter-se desfeito em momentos posteriores, houve detenções, não correlacionadas, meses mais tarde... Em Mafra não parece ter havido conhecimento de quem tinham sido os responsáveis. Razões de saúde, depois de uma estadia no HMP, levaram à minha passagem à EPAM (Escola Prática de Administração Militar) no Lumiar, integrado nos Serviços Auxiliares do Exército. Aí vai ocorrer o segundo episódio de luta antimilitarista, com o apoio de um grupo restrito de camaradas. Decidimos organizar uma recolha de fundos na altura do recebimento do pré, para apoiar os presos políticos. Resultou bem, recolhemos milhares de escudos que foram entregues à Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Mas foi também o início de um processo de perseguição movido, provavelmente, por informações da PIDE/DGS e/ou da sua rede de “bufos” dentro da própria instituição militar, que haveria de ter repercussões imediatas. Apesar

de ter bom aproveitamento no Curso de Secretariado, fui desclassificado por imposição do comandante da companhia de instrução (um capitão reacionário saneado no 25 de Abril). Do processo constava “falta de mérito militar” e não valeu de nada protestar. A exposição ao Subsecretário de Estado do Exército não saiu da secretaria da EPAM. Passava de cadete aspirante ao posto de oficial de secretariado a cabo miliciano amanuense.

É nessa condição que é mobilizado para a frente de combate em Moçambique...

Sim, tinha sido colocado entretanto no Regimento de Infantaria 11, em Setúbal, onde fui recebido por dois sargentos “tarimbeiros” que, dentro do espírito de caserna, ainda chalacearam quando consultaram o processo: «Temos visto muita coisa, mas isto é inédito! Tire lá as estrelas e ponha as “regras” encarnadas aí no ombro (não se pode dizer “vermelho”!)....). Três meses depois fomos formar batalhão para o RI1 na Amadora, onde fui mobilizado para Moçambique. Saímos no dia 5 de outubro de 1972 de avião, a partir do Figo Maduro e fomos colocados na zona da barragem de Cabora Bassa, um local que os generais do regime queriam resguardar da guerrilha a todo o custo. Julgava estar “esquecido” o que tinha acontecido em Mafra e no Lumiar, mas enganei-me. Pouco tempo depois fui preso pela PIDE/DGS e enviado para a “Metrópole”, a fim de se apurar as “responsabilidades” nos acontecimentos daquele final de ano de 1971 e início de 1972. Na verdade, muita coisa tinha acontecido, entretanto, que eu desconhecia. Um dos participantes nas ações de contestação fora preso em agosto, por razões diversas e, entre os relatos que fez da organização política de que era fundador, nomeou-me miseravelmente como principal responsável da agitação. A polícia política chegou a fazer diligências para me identificar, nos Açores (BIII18) e na Amadora mas, entretanto, o batalhão já tinha embarcado. Fui detido no quartelamento de Chipera, Tete (Moçambique), em 20 de novembro de 1972, pela Polícia Militar, por ordem escrita do Subsecretário do Exército, já que o CEME, o coronel Jaime Silvério Marques, (um militar de direita!...) tinha feito essa exigência. Sem qualquer mandado de captura, entregaram-me apenas um papel carimbado a óleo, onde constava a minha passagem à disponibilidade. Tão fácil, dada a miserável promiscuidade entre a PIDE e as Forças Armadas, ou quem nelas mandava!...Entregue à DGS pelos responsáveis da ZOT (Zona de Operações em Tete), consegui que o oficial de dia – um jovem miliciano enviado para a tropa durante a luta académica em 1969, quando

concluía o seu curso de Direito em Coimbra – enviasse um telegrama à minha família a dizer que estava “retido” em Tete. O telegrama (exemplo de solidariedade!) foi recebido “na hora”, porque a nossa casa no Barreiro foi assaltada pela polícia política na manhã seguinte. De Tete fui transportado para a prisão da Machava em Lourenço Marques, onde permaneci 20 dias e encontrei dois militares milicianos condenados por rebelião. Também lá estavam os Padres de Burgos, Alfonso e Valverde, presos na Rodésia por terem denunciado os massacres de Mucumbura. A Cadeia Central da Machava (Centro de Recuperação Político-Social, na designação oficial) era um centro de detenção para centenas de nacionalistas sem julgamento (cerca de dois mil em 1969!) dezenas em interrogatório-tortura, sujeitos a todos os tipos de maus-tratos por agentes e guardas brutais (morreram centenas de prisioneiros desde a formação do campo). Lá estiveram, entre tantos outros, José Craveirinha, Malangatana Valente e Rui Nogar, poeta moçambicano que escreveu em 1968 no livro, “Pavilhão 7, Cella 20”, de que peço para incluir este excerto exemplar: «...*À noitelos guardas são mais guardas/ gargalham na orla do nosso cansaço/ dedilham nas grades da nossa obstinação/ provocam as feras que nos povoam/ ladram nos corredores da nossa solidão/ à noite oh à noitel/ o silêncio é mais silêncio/ e rebenta-nos os tímpanos/ hipertensos de expectativa*». Também estive preso no pavilhão 7 e na cela 20, mas contei com a extraordinária solidariedade do guarda prisional Artur Cerqueira, um minhoto fraterno que ajudou outros presos e acabou preso e castigado pela PIDE.

Em Lisboa, onde cheguei em 11 de dezembro de 1972, na semana em que ocorreu o massacre de Wiriyamu, fui conduzido numa carrinha para o Reduto Norte do Forte de Caxias. Daí em diante seguiu-se todo o processo de interrogatórios ininterruptos, a tortura do sono durante nove dias e as sevícias psicológicas. Julgado no Tribunal Plenário em maio de 1973, fui condenado numa pena remível a multa e saí para começar uma autêntica “via-sacra” militar. Reincorporação no Exército, processo disciplinar com 40 dias de prisão agravada no Forte da Trafaria, a que se seguiu a despromoção para soldado raso, remobilização para Moçambique, numa comissão agravada de três anos. Em Nangade, Cabo Delgado, terra de macondes junto ao rio Rovuma, vivi o 25 de Abril libertador que custou a lá chegar!... Em “Guerra Colonial a memória maior que o pensamento” contamos parte disto, o resto é contado no livro “Da guerra nunca se volta” que se encontra no prelo para sair nos fins deste ano, assinalando os 50

anos de Abril. Fica o convite para a sua apresentação.

Nome: Joaquim Batalha

Data de nascimento: 13 de julho de 1938

Naturalidade: Achada – Mafra

Residência: Ribamar – Lourinhã

Ascendência: filho de João Batalha e Maria Vicência; pais oleiros e agricultores

Formação: Cursos de Filosofia e Teologia no Seminário dos Olivais. Formações especializadas sobre o Mundo Rural, um pouco por todo o Mundo

Profissão: Sacerdote católico. Presidente da Fundação João XXIII – Casa do Oeste

Missão principal: Assistente Eclesiástico dos Movimentos Rurais da Acção Católica (ACR/Adultos, ACN e JARC).

Outras missões: Fundador e construtor da Fundação João XXIII – Casa do Oeste (1972). Fundador do Movimento Solidariedade Rural (1983). Foi um grande promotor da aplicação do Concílio Vaticano II, divulgando o estudo dos seus documentos pelo povo. Promoveu um estudo encomendado ao IEFP “Perspetivas para o desenvolvimento da Zona da Lourinhã” criando a ADL da Lourinhã. Tem promovido o desenvolvimento humano e local na Guiné-Bissau, apoiando diversos projetos de solidariedade com aquele país. Um entusiasta da comunicação social, como meio indispensável de promoção e divulgação da sua obra pastoral e social.

Coleta do testemunho: 11 de janeiro de 2024

Recebeu-nos na Casa do Oeste, em Ribamar (Lourinhã), um projeto iniciado em 1972 com os Movimentos Rurais da Acção Católica e que hoje estende a sua ação evangelizadora e social muito para além-fronteiras, na Guiné-Bissau – uma Missão solidária da Casa do Oeste no novo país saído da descolonização. O Centro de Documentação, onde pudemos conversar, reúne, como comprovámos no decurso do encontro, um arquivo ainda vivo das muitas dezenas de documentos, boletins, folhas, jornais e livros que ocuparam boa parte da sua ação pastoral e, muito especialmente, da sua Acção Católica Rural. Foi uma das suas folhas, depois transformada em

jornal – O Jovem – que nos levou até ao Padre Joaquim Batalha.

Como começou *O Jovem*, Padre Joaquim Batalha?

Que jornal leram? Provavelmente o que se publicou em Maфра a partir do início dos anos 60 e que veio até aos anos 80. Mas a sua origem vem de longe. No início, aparecia no cabeçalho como “Jornal da Região Saloia” e tinha a direção do Rogério Batalha, de mim próprio – embora já mais afastado – e da Alda Gomes. Depois evoluiu para “Mensário Regionalista” e passou a ser um jornal dirigido à juventude e a tudo o que pudesse interessar à região e ao mundo rural. Não era um jornal revolucionário. Queríamos despertar a consciência social e a responsabilidade da juventude, sem dúvida. E não só. Recordo a nossa participação, com um espírito novo, na Feira Agro-Industrial de Maфра, a dinamização da atividade cultural, com a realização de peças teatrais. Eram coisas importantes para o desenvolvimento do mundo rural que se movia nas quintas em redor da vila de Maфра, como a Quinta da Mouguetta e outras. Os tempos já eram de mudança. Lembro aqui uma história que hoje me faz sorrir. Numa das peças que eu e outros colegas seminaristas conseguimos levar ao Cine-Teatro – “O Cardeal Primaz” –, enquanto se ensaiava cá em baixo, eu refugiei-me numa zona recôndita do Teatro para acabar o meu “Ofício” do dia, uma obrigação que cumpríamos com grande responsabilidade. Mas veja a razão disto... uma coisa feita sob pressão, sem nenhum sentido. Eram os tempos... Mas tempos de mudança, sem dúvida. Lembro aqui o I Congresso da Juventude Agrícola e Rural Católica – que decorreu em Lourdes em maio de 1960 – sobre “A Fome no Mundo” – e em que participámos de uma forma muito ativa.

Quem escrevia para o jornal?

[Responde com um sorriso fino e irónico] Quem escrevia? Eu sempre escrevi muito, desde sempre. Na altura, fui-me afastando de Maфра e, entre 1967 e 1973 fui pároco de Vila Chá de Ourique e de Almoſter, ali no Ribatejo. A minha atividade voltou-se inteiramente para a pastoral no mundo rural, mas nunca deixei de colaborar com *O Jovem*. Convém dizer que *O Jovem* teve uma origem simples. Nasceu com um jornal de parede, «ECOS», que eu iniciei na Casa de N^a Senhora de Fátima, sede da Acção Católica da minha terra natal, a Achada. Tive sempre este gosto enorme por comunicar para despertar consciências, em todos os locais onde se desenvolveu a minha vida pastoral. Estou a lembrar-me aqui de uma folha – que bem podíamos designar de “clandestina” – feita ainda no seminário,

pelas noites dentro. O responsável do seminário interpelava-me sempre com as “noitadas” que me via fazer, sem saber de que se tratava.

O Jovem estava lançado. Havia depois muitas outras coisas a fazer...

Há três grandes áreas dinâmicas na minha vida, que sempre procurei manter interligadas: a atividade pastoral paroquial, a Acção Católica Rural e, mais tarde, já no final do século passado, a cooperação missionária com a Guiné-Bissau. Hoje penso para mim que estava enganado no início da minha vida, quando me interessei menos pela ação missionária. Com a extensão da Casa do Oeste – Fundação João XIII à Guiné-Bissau, percebi como é importante a ação solidária das Missões Católicas.

Mas o seu projeto parece ser, sem dúvida, a Acção Católica Rural que desenvolveu na Casa do Oeste

Sou filho do mundo rural. Os meus pais eram oleiros e agricultores. Nasci nesse meio, que nunca mais deixou de me interessar, em especial a juventude rural. Pode-se dizer que, a partir dos finais dos anos 60, esse foi o meu grande desígnio – os Movimentos Rurais de Acção Católica. Era também já o projeto que me animava enquanto sacerdote, no Ribatejo, como pároco de Vila Chã de Ourique e Almoster. Criei aí, com jovens e outros leigos, vários boletins em que a preocupação era a de ligar a Palavra de Deus com a vida dos homens. Era preciso viver no meio da comunidade. Este era já o espírito do Concílio Vaticano II, que passou a inspirar a minha ação sacerdotal e pastoral. Era preciso perceber como viviam os homens? Pois muito bem, eu ia trabalhar com eles e participava com eles na Praça da Jorna. Conto-lhe aqui um episódio que pode esclarecer um pouco aquele tempo e a nossa orientação. Eu sabia bem que me tinha comprometido a fazer um casamento naquele sábado. Mas, nos dias anteriores, na Praça da Jorna, como já não houvesse mais candidatos ao trabalho, comprometi-me com um dos proprietários da região a ir “dar água à cura”, ou seja, em ir pulverizar uma vinha. Andava eu muito bem no trabalho quando vejo chegar alguém muito bem vestido, a lembrar-me o compromisso dum casamento. Esqueci-me absolutamente! Larguei o trabalho da vinha e rumei à Igreja. Lembro-me do acontecimento: o chão da Igreja coberto de cascas de amendoim. Porquê? Porque enquanto esperavam por mim, foram à taberna do lado, matando o tempo a comer amendoins...

Há também a componente política nesta ação pastoral pouco habitual...

Sim, claro. Ali por 1972-1973, muitos de nós sabíamos que tínhamos

“ouvidos” a vigiar as nossas homilias. Não fui preso por acaso... Olhe, em 1973, partilhava a casa com o Padre Ismael, da Igreja Nova. Sei bem como passámos a ser olhados, até pelas suas ligações mais estreitas com o Grupo de Católicos de Lisboa. Era um tempo de inquietação, e por isso alargado aos leigos. Criámos na altura o GRAPA, um grupo de reflexão que reuniu gente mais nova e mais velha em torno da necessidade de respostas urgentes para o Mundo de então.

É verdade que era produzido o BAC (Boletim Anti-Colonial) na Casa Paroquial da Igreja Nova?

A PIDE acusa o Padre Ismael disso mesmo. Mas não é verdade. Não havia ali condições para fazer o BAC. Agora...era um centro de recolha e de distribuição de literatura em que se punha em causa a questão da Paz e, indiretamente, a persistência da Guerra Colonial. Tínhamos boas relações com a Manuela Silva – como sabe, uma economista e católica progressista muito preocupada com as questões da pobreza e profundamente conhecedora da nossa Região Oeste –, com quem trabalhámos por mais de uma vez.

E essas preocupações transparecem também no jornal *O Jovem...*

Sim, por 1972-74, o jornal entra mais diretamente nas questões sociais e políticas. Ora publicando e comentando as encíclicas papais em que a questão da Paz era colocada de forma categórica, ora fazendo apelos à cidadania plena, chamando as pessoas ao recenseamento. Nisto teve muito mérito a participação no jornal do Padre Ismael Gonçalves.

Não há aqui nenhum desvio nem nenhuma contradição nesta nova posição de alguns membros da igreja

Sabe, ainda hoje há uma leitura limitada das encíclicas papais e do ensinamento social da Igreja. Muitos desconhecem. Eu sempre tentei dar a conhecer essa doutrina ou ensinamentos com profundas implicações sociais. E políticas, claro. Ainda há pouco tempo publiquei extratos das últimas Encíclicas Papais. Sempre que os Papas publicavam Encíclicas ou Cartas Apostólicas, eu dava-as a conhecer e divulgava, vendendo no fim das Missas. Lembro, por exemplo, a encíclica *Populorum Progressio* e a *Carta Octogesima Adveniens*, que trata, sobretudo, do compromisso sócio-político dos cristãos. De João Paulo II a encíclica *Laborem Exercens* sobre o trabalho humano. A minha vida tem sido determinada pelo desenvolvimento humano, social, económico, cooperativo e solidário, superando desigualdades, numa dinâmica de fraternidade universal.

Nome: José Alberto Ferreira Franco

Data de nascimento: 25 de novembro de 1948

Local: Ericeira

Ascendentes: José Gonçalo Franco e Maria José Ferreira Franco

Famílias: Ferreira – S. Isidoro, Mafra; Franco – Ericeira

Estado civil: viúvo

Descendentes: 3 filhos

Formação: Engenheiro Químico

Profissão principal: Funcionário Público – Ministério dos Transportes

Coleta do testemunho: 25 de janeiro de 2023 Biblioteca Nacional de Portugal

Em que circunstâncias foi preso?

Em 1968, tinha 20 anos incompletos, quando fui preso. Estávamos a 22 de abril. Era estudante do Instituto Superior Técnico e frequentava o 2.º ano. Fui preso em função da minha participação numa rede clandestina, que produzia e distribuía uma publicação antifascista e anticolonial, chamada “Direito à Informação”. Começávamos por distribuir a publicação em mão, a pessoas conhecidas, e depois estivemos eu e outros na montagem de um esquema que foi muito proveitoso em termos práticos. Enviávamos encomendas postais, com vários exemplares da publicação, destinados a pessoas nossas conhecidas por todo o país – e que seriam nossos intermediários na distribuição local –, mas com envelopes timbrados de instituições respeitáveis. Alguém, mais criativo porventura, imaginou este processo muito eficaz. Enviávamos as encomendas com remetentes de empresas, como por exemplo a IBM ou a CNN, que era esta última a Companhia em que o meu pai trabalhava. Foi, aliás, num destes envios que eu fui apanhado pela PIDE. Eu tinha conhecimentos em cidades como Viseu e a Guarda. Nesta última cidade, o meu conhecimento foi identificado como recetador das publicações no Café Monte Neve, onde, por imprudência, falava sobre os seus contactos. Ele foi preso e toda a informação que trocávamos por carta – alguma dela com referência indireta às encomendas enviadas –, denunciou a minha atividade a partir de Lisboa. Esse meu amigo (Vitor Pinto) foi preso em casa e, um ou dois dias depois,

vieram prender-me a mim, em casa dos meus pais, às seis da manhã. Revistaram toda a casa, e até coisas comprometedoras que guardava de um amigo no quarto dos meus avós. Não devia ter acontecido, mas nem sempre a nossa avaliação de risco nos defendia destas situações.

Levaram-me para a António Maria Cardoso, e daí para Caxias. Permaneci duas semanas na prisão de Caxias e ia todos os dias à António Maria Cardoso para ser interrogado. Foi um interrogatório sem violência, porque eu era na altura dirigente da JEC (Juventude Escolar Católica) e isso desencadeou, por todo o país, uma vaga de protestos. Fui, portanto, tratado com algum cuidado pela parte dos agentes e até dos elementos da Direção. Apareceu várias vezes o subdiretor Sachetti que produzia comentários do género de considerar que era uma coisa intolerável os católicos também já andarem metidos em atividades de oposição, já que a Igreja tinha sempre sido até aí um suporte do regime. Foram declarações em que eu procurei iludir as responsabilidades da minha atividade, embora eles já estivessem na posse de muita informação comprometedora. Julgo que tudo poderia ter sido pior se os interrogatórios tivessem continuado. As coisas pararam por ali, porque foi exercida pressão a níveis muito altos, junto do Cardeal Cerejeira e mesmo de alguns ministros. O processo foi arquivado e eu fui libertado no dia 1 de maio de 1968.

Que projeto era esse, o da publicação do “Direito à Informação”?

Foi uma publicação ligada aos designados católicos progressistas que esteve ativa entre o início dos anos 60 e o limiar dos anos 70. Foi um boletim de que saíram, de forma continuada, dezenas de números, embora sem uma periodicidade regular. Era clandestina, não fazia menção ao editor mas, na verdade, o arquiteto Nuno Teotónio Pereira foi, indiscutivelmente, a figura mais marcante do grupo promotor. Os artigos não podiam ser assinados, até por se debruçarem sobre temas proibidos pela Censura, em especial tudo o que se referia diretamente à guerra colonial. Era deste grupo referido que vinham os ditos artigos. Por seu lado, ao redor do arquiteto Teotónio Pereira reunia-se um grupo de católicos progressistas, gente da classe média e média alta, especialmente ligado à região de Lisboa, embora houvesse outros locais de distribuição pelo país. O grupo era maioritariamente formado por gente com uma vida estabilizada, vivendo alguns em casas de tipo vivenda, o que facilitou muito a produção e a distribuição do “Direito à Informação”. A produção era feita em diversos duplicadores, pelos próprios membros do grupo, em locais privados e

reservados, coisa que eu só vim a conhecer posteriormente.

Como se organizava este grupo de católicos?

Há que mencionar, para além do grupo central, a grande cooperação de algumas igrejas de Lisboa (e até da Outra Banda), em que os padres mais jovens, os coadjutores, foram igualmente pontos de apoio fundamentais. Vale a pena referir paróquias que em Lisboa foram muito ativas, entre elas a Paróquia de Belém, onde ficou assinalada a ação do Padre Felicidade Alves, muito auxiliado por coadjutores que depois se tornaram figuras publicamente conhecidas de oposição ao regime: o padre Ismael, residente hoje no concelho de Mafra, o Padre Alberto Neto, muito conhecido pela sua ação na Vigília da Capela do Rato e, mais tarde, na Paróquia de Queluz. Menciono ainda a Paróquia de S. Isabel, no centro de Lisboa. Eram paróquias conduzidas por sacerdotes com um bom estatuto social e reconhecimento público, pelo que lhes era possível negar qualquer envolvimento com a rede oposicionista, caso alguma vez fosse descoberta essa sua atividade. Vale a pena ainda mencionar a Paróquia do Lumiar, igualmente muito ativa.

Como se inscreveu, enquanto jovem católico, nesta organização?

A minha função, no caso do “Direito à Informação” era a jusante. Eu estava na rede de distribuição.

A minha inscrição nesta rede de católicos contra o regime ditatorial foi de caráter individual e começou no Liceu Pedro Nunes, enquanto estudante, onde fui colega de tantos que depois tiveram problemas com a polícia e as prisões, como o José Augusto da Silva, que teve de autoexilar-se em França. Era um liceu dos filhos das elites, mas onde também estudavam outros que vieram a constituir-se como opositores ao regime. E isso começou logo nas Comissões liceais de pró-associação, uma vez que não havia associações legais nos liceus. Eu era membro da JEC, onde mais tarde tive responsabilidades de liderança e, ao mesmo tempo, pertencia à CPA dos liceus. Esta situação constituiu um pequeno grande escândalo para as famílias daqueles jovens do Pedro Nunes, que prontamente se manifestaram contra esta nossa posição, considerada por essas famílias como inaudita. Era muito ativa nestas ações de supervisão familiar uma senhora chamada Maria das Neves Rebelo de Sousa, mãe do atual Presidente da República e que era muito bem relacionada com os professores do Liceu. Chegou a ir denunciar-me ao reitor como sendo um caso insuportável de um católico ligado aos comunistas da CPA (Comissão Pró-Associação) dos liceus.

Entretanto sai do Liceu Pedro Nunes para o Instituto Superior Técnico...

E nessa nova situação mantive a ligação à JEC, decorria o ano letivo de 1966/67. Na altura era dirigente nacional da JEC. No Técnico, as coisas foram mudando, porque foi possível estabelecer contactos com pessoas mais velhas, já com vida estabelecida, entre todos eles o arquiteto Nuno Teotónio Pereira e todos os outros católicos que se organizavam em seu redor. Foi a altura também em que se estabeleceu uma relação mais próxima com a Cooperativa Pragma e com a Editora Morais, duas entidades legais em que era possível realizar um outro tipo de tarefas. Seguiram-se momentos marcantes, por exemplo a Vigília da Igreja de S. Domingos, em dezembro de 1968, já depois da minha prisão, e em que pude estar presente. Para além disso, continuávamos a distribuir o “Direito à Informação”.

A minha atividade política não diminuiu depois de ter saído da prisão. No Técnico, onde também colaborava com a Associação de Estudantes, tive todo o apoio à minha libertação. A solidariedade era imensa. Enquanto estive preso tive de faltar ao exame de uma cadeira. Surgiu logo um abaixo-assinado encimado por um tal António Guterres a exigir condições para eu realizar o exame, o que de facto veio a acontecer.

Quando voltei ao Técnico, depois da prisão, era ainda dirigente da JEC e tinha grandes responsabilidades. Logo no Verão desse ano de 1968, fui animador, de um campo de férias nacional que deu brado, pela dimensão e pela enorme influência que toda a situação anterior podia exercer junto dos jovens católicos. A Igreja e os Bispos quiseram interferir, mas isso foi impossível.

Entretanto o próprio grupo dos católicos progressistas também evolui para outras atividades...

Sem dúvida. De um grupo limitado, passou-se a ações de sensibilização de maior envergadura, em torno dos “Cadernos GEDOC”. Fiz parte da Direção dos “Cadernos GEDOC”, cuja atividade se desenvolveu entre 1969 e 1971, no período que ficou conhecido de “Primavera Marcelista”. Publicámos doze números, estando eu na Comissão Coordenadora e desempenhando um trabalho grande na sua divulgação e distribuição. Aliás, a repressão da segunda fase do Marcelismo abateu-se muito forte sobre os “Cadernos GEDOC” e os últimos números já tiveram de ser produzidos e distribuídos na clandestinidade. São uma obra com um eco gigante. Estava-se ainda no decurso dos efeitos do Concílio Vaticano

II e a posição do Pe. Felicidade Alves tem aí uma importância enorme. Foi uma atividade empolgante, mas que terminou em 1971, quando o Marcelismo deixou cair as suas máscaras de liberalização. Muitos dirigentes e animadores foram presos e a própria atividade do grupo de apoiantes que apareciam nos encontros se retraiu um pouco, com medo de represálias.

A atividade do grupo de católicos progressistas não estava isolada, havia contactos e relações...

Internamente, mantínhamos relações dentro do movimento de luta académica, embora a JUC (Juventude Universitária Católica), na altura liderada por Pedro Roseta, fosse uma organização mais fechada à colaboração do que a JEC, onde fui responsável. Mas recordo aqui a iniciativa fundamental da JUC na organização de brigadas de jovens que saíram para o terreno a apoiar as vítimas das grandes cheias de 1967, em que também participei. Em termos políticos, a nossa relação era mais fácil com os grupos radicais de esquerda que surgiram no início da década de 70 e mais difícil com o PCP.

A nível externo lembro aqui uma jornada política em Espanha. Em 1970, em plena atividade da Cooperativa Pragma e dos grupos que giravam em torno da Cooperativa, tivemos uma atividade interessantíssima, praticamente semi-clandestina, com os grupos católicos dos “Cuadernos para el Diálogo”, uma publicação paralela (embora mais antiga) à nossa revista de referência “O Tempo e o Modo”. Foi uma reunião muito interessante em Madrid, e que assumiu mesmo algumas proporções de trabalho ilegal. Realizou-se num Colégio espanhol em férias de Carnaval e esta atividade permitiu-nos manter no futuro uma atividade conjunta de alguma importância, designadamente no estabelecimento de relações com meios espanhóis que nos permitiam apoiar a saída para o estrangeiro dos nossos desertores da Guerra Colonial...

Podemos dizer que a luta contra a guerra colonial era central nas atividades dos católicos progressistas?

A atitude e obra deste grupo de católicos contra a Guerra Colonial foi relevante e nem sempre é reconhecida nos devidos termos. Em 2022, no contexto de uma evocação de Nuno Teotónio Pereira, realizámos em Marvão um encontro em que se relembrou uma célebre fuga de dois desertores, através daquela região. Eu fui um dos organizadores dessa fuga, realizada em março de 1970. Tratou-se da fuga de Fernando Venâncio e de Joel Pinto, dois oficiais já mobilizados para a Guerra Colonial. Esta foi uma

prática continuada. Neste caso, atravessaram a salto a fronteira de Espanha com a nossa ajuda e estabeleceram-se na Europa, um na Holanda e outro na Suíça.

Onde vamos encontrar o José Alberto quando se deu o 25 de Abril?

Entretanto, a minha posição ideológica e política evoluiu, até ao momento em que saí do Técnico, em 1973. Há toda uma geração que se desilude com a Igreja e que se afasta, o que também acontece comigo, que deixo de ser cristão. Ainda estive na Vigília da Capela do Rato, era amigo de muitos dos líderes da Vigília, e permaneci lá até ao momento em que percebi que aquela atividade ia dar para o torto. Saí, portanto, antes do fim da vigília, porque estava ligado a outras atividades clandestinas e não era nada conveniente voltar a ser preso. Mas a minha atividade política não tinha parado. Continuei a colaborar com o grupo de Nuno Teotónio Pereira e decidimos, em certa altura, abrir uma delegação da Cooperativa Pragma em Moscavide, com a finalidade de aí fazer animação cultural.

Em Moscavide colaborei com o Sindicato dos Lanifícios, dirigido pelo Manuel Lopes, um dos fundadores da Intersindical. Aí, num espaço criado para o efeito, foram abertas aulas para o ensino primário e 1.º e 2.º Ciclos, onde eu era professor e animador. Os tempos eram de grande mudança, de tal modo que eu e alguns outros fundámos em Moscavide uma livraria, chamada “A Fonte”, também com propósitos de animação cultural, como na altura se dizia. A minha ligação com os católicos foi-se mantendo, era de profunda amizade e solidariedade, mas de algum distanciamento político, porque estava cada vez mais ligado ao mundo sindical.

Entretanto, politicamente, a minha posição foi evoluindo e liguei-me a uma rede de ativistas do MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), partido de que cheguei a ser militante. Com o fim do curso no Técnico, desloquei-me mais diretamente para Lisboa e ingressei como funcionário no Ministério dos Transportes. O 25 de Abril vem apanhar-me já como trabalhador na Função Pública. Aí a minha costela sindicalista leva-me ao grupo fundador do Sindicato da Função Pública, setor que, como se sabe, não tinha direito a sindicalização no regime anterior. O meu período revolucionário foi, pois, marcado pela atividade sindical e pela militância no MRPP, de onde fui expulso por oposição ao Arnaldo de Matos em 1981. Estive no partido ainda oito anos, mas era a atividade sindical e de membro de Comissão de Trabalhadores na Função Pública que preenchia sobretudo o meu tempo de militância.

Nome: José António Martins Bento

Data de nascimento: 11 de fevereiro de 1941

Naturalidade: Torres Vedras

Residência: Mafra

Ascendência: José Bento e Maria Carolina Martins

Descendentes: dois filhos, masculino e feminino e quatro netos

Formação: 2.º ano do Curso Comercial Noturno

Estado civil: casado

Profissão principal: Atividade comercial. Dos 12 aos 24 anos empregado numa grande loja, em Torres Vedras. Daí em diante ao comércio de papelaria e livros. Mais tarde empresário na área de papelaria e livros, em Mafra

Coleta do testemunho: 27 de setembro de 2023

Em que altura se iniciou a sua vida ativa do ponto de vista da intervenção cívica?

Entrei para a JOC (Juventude Operária Católica) com 12 anos, em Torres Vedras, e mantive-me na organização até aos 28 anos, altura em que vim para Mafra, por motivos profissionais. Estive muito ligado ao futuro Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, e a minha última intervenção foi a organização do Dia Internacional da JOC, realizado em Torres Vedras, e julgo que pela última vez. Era delegado da JOC da Região Oeste, que abrangia os concelhos de Torres Vedras, Caldas da Rainha, Nazaré, Rio Maior, Vila Franca de Xira e Mafra.

Que ideia podemos fazer da atividade da JOC na altura em que foi seu dirigente?

A JOC atravessou o seu período áureo de atividade no início da década de 60. Digamos que tinha uma atividade muito localizada. Vivíamos inspirados pela Doutrina Social da Igreja e tínhamos jocistas nas principais empresas destes concelhos que referi. Às nossas reuniões chegavam constantemente conhecimento de problemas de despedimentos injustos, de maus-tratos e de problemas da mesma natureza, que nós procurávamos resolver e colmatar inspirados no método do Cardijn: ver, julgar e agir. Resolvemos muitos casos de injustiças, procurando agir através dos nossos contactos pessoais.

A relação com as instituições do poder, Estado, polícias, mesmo a Igreja, foram sempre pacíficas?

Nem sempre. Lembro-me de um momento em que nós estávamos a fazer colagens para um minuto de silêncio, em vésperas de Sexta-Feira Santa. Dividimo-nos em vários grupos e o meu grupo é intercetado por um agente da polícia, que nos interpela porque, segundo ele, a atividade necessitava de ser autorizada. E há mais casos. Por exemplo, o caso de um chefe da polícia política que se infiltrou na LOC e que só viemos a conhecer muito tempo depois.

Já referiu a leitura do Cardijn. Que outras leituras faziam naquela altura?

Líamos muito as encíclicas papais. A *Rerum Novarum*, por exemplo. Eram leituras para a reflexão-ação. A nossa preocupação de agir na vida do trabalho era grande. Eu cheguei a fazer um curso sobre sindicalismo, ainda em Torres Vedras. Tivemos boas relações com o Manuel Lopes, aliás uma pessoa que tinha casa aqui perto de Mafra e que estive na fundação da CGTP, como se sabe. De modo que as nossas reuniões jocistas, que aconteciam num Claustro do Convento da Graça eram, disfarçadamente, mas de forma intencional, observadas por elementos da Legião Portuguesa que se postavam ali para colher informações. Posso contar-lhe coisas que observei eu próprio. Lembro-me da prisão do nosso sapateiro, um indivíduo com quem convivíamos, ser preso no Café Portugal por um agente da PIDE que se sentou ali ao lado dele a escutá-lo. As pessoas desapareciam assim, sem a gente se aperceber. Alguém o viu sair com “outro homem”, mas ninguém se apercebeu que ele ia preso. Só no dia seguinte, quando a mulher apareceu na Igreja a comunicar o desaparecimento do Joaquim é que tomámos consciência do que tinha acontecido. Foi libertado com a intervenção decidida do pároco da Igreja.

Muda-se para Mafra profissionalmente, aos 28 anos.

Sim, são motivos profissionais que me fazem vir para Mafra. Tinha sido responsável pela JOC de Mafra, e já conhecia aqui alguns amigos, como o José Carlos Lopes Fonseca, mais tarde um ativista sindical dos metalúrgicos, a trabalhar na FOC, ou o Alcântara Martins. Mafra era uma terra muito diferente de Torres, onde os grupos sociais se entrosavam. Em Mafra, em 1969, batia-se a pala quando passava um oficial na rua. E depois era uma terra que se reduzia ao Convento e à Vila Velha. A maioria da população era rural e vivia em quintas, de onde não saía quase nunca, porque até

capelas privadas tinham muitas delas.

Havia um grupo organizado da JOC em Mafra?

Existia, mas estava muito desativada quando eu cheguei.

Por volta de 1971/72, a coisa reativou-se. Com o Padre Ismael, que veio de Belém para aqui, o arquiteto Luís Curado, um grande amigo do Ismael Gonçalves. Foi ele que pagou a caução da sua libertação de 40.000\$00. Este grupo inicial vai agregar alguns jovens e alarga-se para além propriamente da JOC. Tratava-se de um grupo de reflexão que lançou um Boletim, salvo erro com o nome de Ressonância, e que distribuíamos à porta da Igreja. É um grupo que assume a resolução de casos de injustiça de que tem conhecimento, como aconteceu com um trabalhador da FOC, que é agredido e que é defendido por um advogado conseguido por nós, um rapaz que estava a fazer a tropa aqui em Mafra.

Era um grupo que estabelecia relação com o Grupo dos Católicos Progressistas do Arq. Nuno Teotónio Pereira?

Isso passou-me um bocadinho ao lado. Mas sim, o Padre Ismael e o Arq. Curado têm relações estreitas com esse grupo de Lisboa. Conhecíamos o BAC (Boletim Anti-Colonial), que servia para nossa reflexão. Mas há uma outra ligação muito estreita a esse mundo novo que estava a surgir, através da consciencialização dos militares, cadetes da Escola Prática Infantaria de Mafra (EPI-Mafra). E isso é feito através da livraria onde eu trabalhava – a ELO. Era comum os cadetes passarem por ali e pedirem-me livros que estavam proibidos ou com difícil circulação. Sem o patrão saber, eles passavam por ali e, poucos dias depois tinham os livros, porque eu os conseguia fazer chegar de forma um pouco clandestina. Chegavam-me, por distribuição direta, da Livraria Portucalense do Porto, porque nessa altura nós não nos podíamos dar ao luxo de pedir as encomendas pelo correio normal, que era logo intercetado. Lia-se às escondidas o Marx, o Lenine, etc. Eu guardava tudo aquilo num recanto do armazém que o patrão nem suspeitava. Depois, os cadetes passavam ali em frente da ELO, e a um sinal meu, entravam para levar o livro.

Pode-se dizer que no grupo se destacava o Padre Ismael.

Sim, é verdade. Ele foi coadjutor do Padre Felicidade Alves em Belém e quando vem para aqui é uma pessoa observada. De tal modo que nós percebemos que a sua prisão em janeiro de 1974 ocorre porque alguém aqui de Mafra o denuncia, depois de uma reunião que ele aqui tem com a Manuela Silva. Ele era o homem que escrevia os textos, que participava

ativamente no jornal *O Jovem*, e que por isso era muito notado. É um jornal que nasce por iniciativa de um colega dele de seminário, o Padre Joaquim Batalha. *O Jovem* vivia principalmente por colaborações deles os dois e de um outro colega deles de seminário, natural do Barril, que nunca chegou a ser padre. O jornal foi uma pedrada no charco. Por exemplo, focou aquela injustiça da FOC, que já referi.

Havia uma relação com as oposições políticas de Maфра?

Sim, essa relação tornou-se natural nestes anos. Era gente que tinha estado presa e que se mantinha na luta contra o regime. É o caso de Afonso de Medeiros, de Mário Caracol, de Cassiano Ferreira, ou de Carlos Simões – que eu já conhecia de Torres Vedras. São grupos que mutuamente se respeitam.

E nos dias a seguir ao 25 de Abril. Quem são os grupos que organizam o novo poder político aqui em Maфра?

É um processo agitado e muito controverso. Eu estive muito tempo no centro desse processo de organização do poder autárquico, do recenseamento, da criação dos novos órgãos de poder. Eu era um representante deste grupo que vinha de trás e dei muito a cara pelo grupo. Tínhamos reuniões duas ou três vezes por semana. Havia o grupo dos comunistas e depois havia um outro grupo, de gente que eu conhecia daqui de Maфра, mas que não tinham uma orientação política definida. Era gente que se limitava a contestar tudo e mais alguma coisa e que só tinha esse objetivo. Reuníamos na antiga sede da Legião Portuguesa, o que era muito simbólico. São reuniões em que sobressai a calma do Mário Caracol e o dinamismo do Carlos Simões, que era, simultaneamente, um pouco impulsivo.

Depois foi a constituição do poder autárquico democrático.

Foi um processo memorável. Eu e outros, percorremos todos os lugares da Freguesia de Maфра e de outras freguesias do Concelho levando as pessoas a indicar nomes para as Comissões administrativas. Reunimos toda a gente para serem votadas as pessoas que iriam fazer parte das Comissões das freguesias.

Daqui passa-se a um Plenário Concelhio, para eleger a Comissão Administrativa da Câmara. Era preciso aprender como dirigir uma assembleia democrática. Tive a sorte de ir a Fátima a uma reunião da LOC e foi aí que eu aprendi como se conduzia uma assembleia. E é assim que o meu grupo de reflexão me indica para a primeira Comissão Administrativa da Câmara e também para presidir ao primeiro Plenário onde se elegeram

os nomes. Era um Plenário com centenas de pessoas. Há nomes que não foram aceites e até eu próprio cheguei a ser contestado como futuro membro da Comissão Administrativa. Mas tudo terminou em bem, com a defesa da minha honra feita por um advogado do nosso grupo.

Estive na primeira Comissão Administrativa da Câmara até ao momento em que decidimos, em conjunto, que cessavam ali as nossas atividades. E isto porque começaram a aparecer as “partidarites”. Eu e toda a gente daquela Comissão tínhamos sido eleitos democraticamente pela população das freguesias do Concelho de Mafra e repudiávamos qualquer outro tipo de intervenção ou aproveitamento da situação.

Depois fui desempenhando outras funções públicas, na Comissão Administrativa da Casa do Povo, na Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários e nas Comissões de Pais das Escolas, onde muito contribuimos para a reestruturação da rede de ensino de Mafra, com alargamento para as Escolas Básicas e Secundárias. Este último projeto foi muito devedor do facto de eu ser membro da Assembleia Municipal, onde fui eleito durante quatro mandatos pelas listas da APU e da CDU, como independente.

José Carlos [Almeida]

Data de nascimento – 10 de agosto de 1931

Naturalidade – Barril – Freguesia da Encarnação

Pai – Carlos Almeida, de profissão barbeiro. Barbearia em Colares

Mãe – Elisa de Jesus Jorge. Doméstica. Natural do Barril

Formação – Formação ensino secundário

Morada – R. de S. Miguel Nascente, nº 5, 2º andar, Pragal, Almada

Aposentado. Antes, funcionário do Partido Comunista Português

Outras ocupações – seleção e organização de documentação sobre a sua atividade e atividade do PCP durante a sua vida ativa – clandestina e legal.

Estado civil – casado

Tem 3 filhas e 4 netos

Como comecei a atividade política – trabalhador, estudante e ativista

A minha família paterna era toda de operários e toda gente de esquerda, alguns ligados ao Partido. Eu fui muito cedo para Colares e comecei a

trabalhar lá na profissão do meu pai, que era barbeiro. Mais tarde entrei para o Banco Totta, como cobrador. Fiz a minha escolaridade primária em Mafra. Quando cheguei a Lisboa, já a trabalhar no Banco, matriculei-me na Escola Veiga Beirão e comecei aí a estudar à noite, onde fiz o Curso Geral de Comércio. A minha ligação ao partido já vinha da altura em que vivia em Colares.

Quando entrei no Banco Totta, liguei-me à luta dos Bancários daquela altura. Comecei a receber o *Avante!* e estava ligado à organização dos Bancários. Tinha na altura os meus 28 anos, já homem, portanto. Estamos nos anos 50. Quem me ligou foi o camarada Rogério de Carvalho. Recebi logo nessa altura dois convites para ser funcionário. Fiquei muito feliz por ter sido reconhecida a minha consciência e disse que aceitava. Trabalhava a tempo inteiro no Totta, mas estava ligado ao Partido, como funcionário, para organizar a luta dos Bancários. Houve uma grande luta nessa altura, ganhámos a Direção do Sindicato. O mais responsável era o Dr. Arrobas da Silva. Este Dr. Arrobas não era do Partido, mas ele sabia muito bem que sem a nossa ação não teria nunca conseguido vencer.

No 1.º de Maio de 1962

Não estava ainda na clandestinidade, embora estivesse ligado ao Partido como funcionário. Tive muitos pseudónimos, mas o mais utilizado foi o de “Adelino”. Veio de seguida o 1.º de Maio de 1962. Fiz parte do organismo do Partido que organizou esse dia, em Lisboa. Fiz parte da Comissão Organizadora. Tínhamos uma rede de contactos de camaradas que estavam na rua, reuni com eles ao longo do dia, mas a minha função era coordenar a informação que ia recebendo. Estava na Rua do Telhal, num laboratório de prótese dentária, onde trabalhou o camarada José Maria do Rosário, um amigo do Campino, sendo os dois camaradas que participaram na reorganização do Partido, no início. Chegavam camaradas com informações e a minha função era recebê-las e enviá-las para a Direção do Partido. Quem estava a receber as informações era um camarada de Cascais que as ia entregar ao José Magro, da Direção, resguardado numa casa na zona de S. Domingos de Rana. Por isso, não estive na rua, diretamente na manifestação. Mas foi uma manifestação gigantesca, ali na Baixa. Consigo contar-lhe melhor a organização do 1.º de Maio de 1963, já eu estava na clandestinidade. Formámos ali na Baixa Brigadas de Agitação, com camaradas que estavam encarregados de agitar. Porque não podia ser de outra forma. Era preciso ser rápido para conseguir movimentar

as pessoas, para romper com a manifestação, senão as pessoas estavam ali paradas e sujeitas à ação da polícia. Houve uma ideia nessa altura. Um camarada, que trabalhava na Televisão, foi alugar um quarto no Rossio. A sua função era colocar um rádio na janela do quarto, em alta voz, e sair dali. E foi assim que se deu início à manifestação do 1.º de Maio. O rádio era o sinal. Depois disto, em 1963-1964, houve algumas dificuldades em Lisboa, porque houve traições e muitas prisões. A organização ficou quase desmantelada. Por meados dos anos 60, o meu papel, juntamente com a Madalena, uma mulher muito ativa de Alpiarça, foi a de reconstituir a rede do Partido em Lisboa e ir ter com pessoas que nós sabíamos que eram do Partido e não tinham sido presas. Na altura controlava muitos jovens, por exemplo o José Casanova.

Como fui organizar o Partido no Porto

Continuei em Lisboa ligado ao setor dos Bancários por mais algum tempo. Deu-se o caso de um camarada que era subgerente num banco do Barreiro e que conseguiu “recuperar” catorze mil contos, que foram retirados diretamente do cofre do banco. Foi um caso que eu acompanhei de perto, porque foi dinheiro “recuperado” para a ação política. E aí ficou a ideia para a polícia, como eu estava ligado ao Totta, que também estava ligado à ação do desvio do dinheiro e de que seria eu que tinha recebido o dinheiro. Mas não, eu apenas conheci de perto o caso. Tinha colocado este camarada sub-gerente em contacto com o camarada Rogério de Carvalho. O caso foi bem-sucedido e o camarada saiu para o estrangeiro para se proteger. Esteve em Paris, passou à Bulgária, onde se formou. Morreu há dois anos. Mas para mim a vida mudou. Eu era controlado pelo camarada Ângelo Veloso, e quando isto aconteceu ele convidou-me para ir para o Norte.

Assim, em 1965, fui encarregado de ir para o Norte, com a mesma tarefa de organização. Fiquei ligado ao Comité Local do Porto. O Porto tinha tido prisões, designadamente do Isidro Paula, e a organização do Partido estava completamente esfrangalhada. Foi a minha tarefa até ao 25 de Abril. Fiquei conhecido no Partido como o “trator”.

Passei a ter essa responsabilidade no Porto, onde passei a ser funcionário em total clandestinidade. A minha relação estabeleceu-se de forma muito estreita com os mineiros, ligados à Mina de S. Pedro da Cova. Havia um núcleo muito forte, onde estava o Sarrisca, um sindicalista que era funcionário do Partido há muitos anos. A vida deles era na altura duríssima. Alguns

estavam gravemente doentes com silicose. Reuníamos clandestinamente. Ao mesmo tempo passei a ter uma relação com um outro grupo muito combativo por aquela época, o dos pescadores. Eu fui o responsável pelo setor das pescas desde 1965 a 1975. Conheci de perto todas as lutas. Já desde 1959, que eu estava a par, através do João Honrado, que na altura dirigia a luta daquele setor. Na greve de 1959 houve um homem que teve um papel destacadíssimo, era mestre, o Artur Azeitona. Houve na altura, em 1959, uma greve de uma enorme dimensão. Depois fiquei ligado a este setor e controlei várias greves nos anos 60, a “greve do carapau”, a “greve do gasóleo”. As greves começavam depois do defeso, quando iam negociar a “matrícula”. Aí manifestava-se a insatisfação. Costumavam dizer “Faziam falta aqui era os homens dos papelinhos”. Eles não sabiam que era o Partido que atuava, mas sentiam-lhe a falta. Cheguei a reunir com vinte e tal pescadores debaixo da Ponte da Arrábida. Só dois sabiam que eu era do Partido. Na “greve do carapau”, o que acontecia era que eles chegavam a Matosinhos com o pescado e atiravam tudo de novo ao mar. Era uma classe que vivia de modo muito miserável. Houve alturas em que não tiveram salário. Havia o “baú”. Se apanhavam peixe, tiravam dali, se não apanhavam não tinham nada. Eu conhecia bem. Ia a casa de um pescador na Afurada, que era conhecido pela alcunha do “Rei Bandalho”. O pai e o irmão tinham morrido na pesca do bacalhau. Quando os pescadores entravam em greve, havia uma agitação enorme. Muitos comerciantes solidarizavam-se com eles. Os centros mais ativos eram Caxinas, Afurada, Peniche. Em Caxinas eram as mulheres que agitavam a luta. Durante muito tempo, reuníamos ali perto do Estádio do Leixões.

Cinquenta mil nos Aliados – manifestação contra a carestia de vida

Em 1972 deu-se a manifestação – uma grande manifestação –, contra o aumento do custo de vida, no Porto, estava eu como responsável do Comité Local. Aí discutimos e organizámos a distribuição de panfletos que eram espalhados com caixas de bombas que os dispersavam pela rua. Foi um sucesso, uma coisa que eu tinha aprendido com gente do fabrico de foguetes. Lembro aqui o papel de vários camaradas cujo trabalho foi essencial na organização daquela manifestação. Na altura controlávamos o *Jornal do Norte*, eu, o Carlos Costa e o Edgar – o pai do atual ministro das Finanças – e o José Bernardino. Éramos o núcleo do Comité Local do Porto. Vivemos em várias casas clandestinas, uma no Porto, outra em Gondomar e também em Viana do Castelo. Aqui, era uma casa de apoio,

de um homem com um prestígio enorme, organizador das Festas da Cidade e do Teatro de Viana, e que era do Partido. Ficava ali a pernoitar e também em casa de um alfaiate – um alfaiate da grande burguesia da cidade –, que também era do Partido e que me acolhia quando eu ficava em Viana.

A minha ligação era do Partido às bases. Havia organizações noutros setores, como o setor sindical. No Porto surgiram grandes sindicalistas, o Avelino Gonçalves, futuro ministro do Trabalho, o João Fonseca e outros. Eu controlava esses camaradas através do Partido. Havia uma ligação forte com os Têxteis, com os Metalúrgicos, com os Conserveiros, com os Pescadores e com os Bancários. A minha ligação fazia-se também por muitas empresas do Porto, empresas de têxteis, de transportes, de conservas. Empresas como a dos Têxteis da Senhora da Hora, uma enorme empresa naquela época. No início da década de 70 já tínhamos influência em muitos sindicatos integrados na Intersindical. Foi a altura em que ganhámos o Sindicato dos Metalúrgicos. Havia sempre alguns camaradas nossos e depois outros em quem nós depositávamos confiança. Lembro-me de ter falado na altura com os católicos progressistas e com militantes da JOC (Juventude Operária Católica), gente rija e também muito radical, mas com fraca experiência de luta na clandestinidade.

“Preso sem nome”

Tínhamos de ter sempre muito cuidado, porque podia-se ser facilmente denunciado. Fui preso porque o camarada dos Têxteis a que estava ligado, o Celso Ferreira, me entregou à PIDE. Íamos para uma reunião em Baguim do Monte, eu e o dono da residência, em que íamos reunir. Na altura vivíamos em Espinho. Logo que saio de casa sou surpreendido por três carros que param e fazem sair vários agentes que me mandam pôr as mãos no ar. Deram-me várias coronhadas nas mãos e na cabeça, comecei logo a deitar sangue. Na altura chegou um carro de transporte de Valongo e eu comecei a gritar: “Bandidos! São da PIDE e estão-me a prender!”. Era orientação do Partido, para que se soubesse que tínhamos sido presos. E a verdade é que pouco tempo depois, um camarada intelectual deu conhecimento ao Zé Bernardino que eu tinha sido preso. Na PIDE do Porto foi-me perguntado pela PIDE o meu nome e o que tinha a dizer. Na altura, um dos chefes era o torcionário Porto Duarte. Respondi que não tinha nada a dizer, nem o nome. Fui logo conduzido a Lisboa, num carro, entre dois PIDES, com dois outros carros, um atrás e outro à frente de nós. Como eram do Porto, perderam-se no caminho, foram parar a Algés.

Eu conhecia aquilo tudo, mas não lhes dei nenhuma indicação. Isolaram-me num quarto em Caxias, de onde eu conseguia ver o comboio passar por uma nesga. No dia seguinte, começou o interrogatório, no Reduto Sul. Durante três dias interrogaram-me, com recurso à tortura do sono, três dias praticamente sem dormir. Pediam-me para me identificar, mas eu recusei sempre: “Não tenho nome. Não tenho nada a dizer”. E vinham com ameaças e chantagens, dizendo que tinham conseguido conversar com o meu camarada Gervásio. Tudo mentira. Um dia veio o Tinoco, com uma máquina de escrever, a perguntar-me qual era a minha morada. E o nome, sempre a pedirem o nome. Mas de mim nunca ouviram o nome. Ainda hoje, se forem ver o meu processo – há uma cópia na posse do Álvaro Pato –, aparece logo no topo “Preso sem nome”. Fiquei conhecido como o “preso sem nome”. Pouco depois veio o 25 de Abril e eu fui libertado com todos os presos políticos de Caxias. De modo que o processo não seguiu. Mas no dia 26, de manhã, ainda pensei que iam outra vez dar-me pancada. Estava no quarto e ouvi um grande barulho nos corredores. Nisto, abre-se a porta e entra um oficial dos Fuzileiros, o Salgado Zenha e o Palma Carlos. Havia muita agitação e ouvi o oficial dizer “Tenham calma, vão todos sair. Não se fez o 25 de Abril para alguns presos ficarem nas cadeias”. Eu só soube que tinha havido a Revolução no dia 26. Gritava-se “Ou saem todos ou não sai nenhum”. Dali fomos para o pátio. Ainda vi alguns PIDES a entrarem para as celas, empurrados por militares. Mas depois veio uma ordem e saímos todos em liberdade. Não tinha ninguém a esperar-me, porque a minha mulher e os outros camaradas nem sequer sabiam ainda onde eu estava, se estava preso ou não, se estava morto. A minha mulher, a Faustina, a Olívia, o Óscar Lopes e a Virgínia Moura andaram à minha procura na prisão do Porto, nos hospitais da cidade, mas não souberam de nada.

“Como eu soube onde estava o Zé Carlos”

Testemunho de Faustina Barradas

O Zé Carlos saiu de casa e devia, no limite, voltar até ao domingo à noite, 24 horas depois da hora prevista. Era assim a regra do Partido. Esperávamos 24 horas para confirmar se o camarada voltava ou não, se estaria preso, mas não veio. Eu não sabia onde ele tinha ido reunir. Era assim a “compartimentação”. Mesmo vivendo na mesma casa e sendo companheiros, nós nunca dizíamos para onde íamos trabalhar ou reunir, por uma questão de segurança. Tínhamos uma senha para situações destas. Eu fui segunda-feira ao jardim de Espinho pôr o sinal, um punaise

colocado por debaixo do banco de madeira. Depois voltei na terça-feira para verificar se o Zé tinha passado e o tinha retirado. Mas não tinha. A partir dali, havia um outro procedimento, que era colocar um anúncio num jornal combinado. Na terça-feira fui pôr o anúncio no *Jornal de Notícias* e no Primeiro de Janeiro. O anúncio dizia: “Perdeu-se anel. Dão-se alvíssaras a quem encontrar”. O camarada “controleiro” estava encarregado de ler o jornal, para ficar a saber que o Zé tinha desaparecido. De seguida, telefonei para um telefone de socorro a comunicar o que acontecera. Claro que eu não sabia com quem estava a falar. Disse-me que arrumasse tudo, segundo as regras e me refugiasse numa determinada pensão na Areosa. Comecei a arrumar tudo o que tinha, as coisas de casa e muita papelada, tudo em pastas e em malas. E, enquanto arrumava a papelada, pus em ação o queimador de papéis, a benzina, tudo preparado para uma situação de emergência. Mas era muita coisa. Na altura tinha comigo as duas filhas mais novas, porque a Catarina já tinha ido para casa dos meus sogros. Levei o que podia e instalei-me numa pensão, embora com muita dificuldade, porque quando cheguei não havia lugar para nós. Lá conseguimos, com muita dificuldade, acomodar-nos num espaço exíguo. Ainda por cima, a Valentina, a minha filha mais nova, tinha sido atacada no rosto por um gato lá da pensão. Queriam levá-la para um hospital, mas eu não podia aceitar tal coisa naquela situação delicada. A sorte foi a pensão ter estudantes de medicina e lá se compôs a situação. Uma grande parte das coisas, livros e roupas, deixei-as em casa de um comerciante que vivia por baixo de nós, o Sr. João da mercearia. Ele lia o *República*, e eu pensei que ele seria um homem de bem. Enchi-me de coragem, fui ter com ele e disse-lhe que nós éramos do Partido Comunista e que lhe pedia para me guardar as coisas que não conseguia levar comigo. Ele ficou muito comovido e prontificou-se a guardar tudo e a guardar segredo. Estávamos a dois dias do 25 de Abril, mas quem é que podia adivinhar? Aí recebo um telefonema da Olívia Vasconcelos, a mulher do Papiniano Carlos, era ela o meu contacto do telefone, que eu não conhecia, como já disse. Mas fiquei a conhecer e da forma mais impressionante, porque do outro lado do fio ouço uma voz a dizer: “Viva a República! Viva a Revolução”. Eu ainda pouco sabia do 25 de Abril. Ela disse que me ia buscar. Era o dia 25 de manhã. Ainda não sabia nada do que tinha acontecido ao Zé Carlos. Ela foi-me buscar e fomos para a PIDE do Porto. Mas o Zé Carlos não estava lá. Dali partimos para o Hospital de São João, e depois Hospital de Santo António, e ele

também não estava. Era grande a angústia de todos, da Olívia, da Virgínia Moura e do Lobão Vital. Estávamos neste estado quando recebemos em casa da Olívia um telefonema de uma camarada de Gaia, que eu também não conhecia, a informar-nos que tinha ouvido uma entrevista do Zé, na rádio, no dia 26, em Caxias. Tivemos a confirmação definitiva quando o Artur Santos nos trouxe uma cassete com a gravação. Era ele.

Nome - Luísa Maria Bernardino de Medeiros de Brito Mendes

Data de Nascimento – 10 de junho de 1945

Naturalidade – Mafra

Ascendência – Afonso Esteves de Medeiros e Rosa Inácio Bernardino de Medeiros

Formação – Doutorado

Profissão – Professora/investigadora da FCSH/UNL departamento de Estudos Portugueses (aposentada)

Outras ocupações – Investigadora do Instituto de Estudos de Literatura (espólio pessoano) e Tradição – IELT, FCSH da UNL do qual foi vice-presidente. Docente da Academia Sénior de Estudos Gerais da Ericeira – ASEGEA.

Estado civil – viúva

Descendência – dois filhos e duas netas

Coleta do testemunho – 17 de outubro de 2022

Como se deu a sua inscrição na vida política académica?

Devo dizer que o meu despertar para a vida política é anterior à minha inscrição na vida política académica. E, hoje, sei que nasceu no seio familiar. Não que, em casa, se falasse de política. Mas, porque jovem adolescente (12, 13 anos) senti, em mim, a profunda injustiça do mundo em que vivia: as marcadas desigualdades sociais, a fome, a miséria, a subserviência, a sujeição... Enfim, a decadência e o marasmo em que mergulháramos. O sufoco das grades que nos prendiam e condenavam a uma vida sem vida cercada por horizontes tacanhos e que urgia rasgar.

A minha vivência, desde que tive consciência de mim, traçou a forma veemente com que olhava o mundo.

Tinha, apenas, 3 anos quando a PIDE invadiu a casa onde vivia com

meus pais, duas irmãs, dois e um ano mais velhas, e um irmão que ainda não fizera um ano.

Esses senhores que invadiram a casa deixaram-na voltada do avesso. Não satisfeitos com a sua bestialidade, ainda obrigaram minha mãe a levantar meu irmão do berço onde dormia para irem em busca de não sei o quê e nada encontraram. Depois, partiram, levando meu pai com eles.

A minha memória, ao revisitar estes tempos idos, reanimou aqui e ali uma espécie de pequenos sketches.

Lembro-me de, passados poucos dias do misterioso (para mim) desaparecimento de meu pai, vir com minha mãe até Lisboa. Fomos a casa de minhas tias, duas irmãs de meu pai. Uma vez chegadas, minha mãe participou-me que aquela era a casa onde eu iria passar a viver. Protestei, mas por lá fiquei soluçando ao sentir-me, assim abandonada. Entre lágrimas e soluços lá lhe ia suplicando que me levasse com ela, pois queria voltar para junto de meus irmãos. Porém, minha mãe partiu e eu, por lá fiquei triste e só presa neste meu primeiro exílio.

Levei a noite lavada em lágrimas...Todavia, estas foram secando à medida que o tempo ia passando. A ternura e cuidados com que minhas tias e primos me rodearam nos anos que aí vivi fizeram-me esquecer a minha tristeza e apaziguar o meu sofrimento. Voltei a ser feliz... Não esqueci a família, nem meu pai, mas a alegria voltou a tomar conta de mim.

Recordo, também, uma visita a Caxias (reduto sul) onde meu pai fora hospitalizado. Sei que fixei todo o percurso que fiz até ao quarto onde ele se encontrava acamado, pois, mais tarde, quando fui visitar o meu marido (na altura namorado) que se encontrava preso em Caxias, um repentino clique me levou a descrever os corredores, as portas das celas e as celas por dentro.

Até então, da visita a Caxias só me vem à memória a apalpação, a revista aos bolsos e carteiras das quais retirou, entre outros objetos de que não me lembro, os espelhos. Facto que me fez grande confusão por não entender a razão por que os espelhos eram proibidos. Tenho ainda a imagem nítida do homem acamado que na outra cama gemia muito baixinho, como que a medo e do qual mal se via o rosto por estar praticamente coberto por ligaduras. Perguntei o que lhe tinha acontecido, mas tive por resposta o silêncio.

Das visitas a Peniche, onde fui, quase sempre, acompanhada por minhas tias, relembro a alegre doçura do olhar e do sorriso dos outros presos ao verem uma criança. Sabiam-me tão bem (não sei porquê) estes momentos.

Conto, não só por curiosidade, mas por considerar paradoxal, senão, mesmo, anedótico, o facto de sermos conduzidas por um GNR, motorista do carro que nos levava até ao forte-prisão. Era o carro de serviço do cunhado de minha tia, então comandante da GNR.

Gravei na memória uma ida a Peniche com minha mãe. Saímos de Mafra, era noite cerrada para irmos apanhar o transporte que nos levaria até àquela vila. Uma vez chegadas, recolhemos ao quarto que minha mãe alugara por cima, julgo, de um armazém de peixe. O forte cheiro a peixe foi, para mim, nauseabundo e mal preguei olho. No dia seguinte, lá fomos visitar meu pai. Quando entrei no forte disse a minha mãe que estava aflita para fazer chichi. Pegou-me ao colo e levou-me a um pequeno cubículo onde o mar entrava e onde se encontrava uma sanita. Pôs-me os pés em cima da sanita para que pudesse aliviar-me sem ficar encharcada. Ela saiu molhada pelas águas do mar que com um barulho assustador assaltavam aquele tosco e acanhado cortiço levando-me, sequinha, a seu colo. Este facto impressionou-me, pois julguei estar a viver uma história de terror.

A estas recordações junto, uma última: já estava na nossa casa em Mafra com meus pais e irmãos (não me lembro do regresso), quando, uma manhã, meu pai, ainda na cama, nos reuniu à sua volta e nos participou que iria estar novamente ausente por uns tempos (tinham-lhe sido aplicadas as chamadas “medidas de segurança”, previstas na Constituição para “defesa da sociedade e reabilitação dos delinquentes”) e que nós teríamos de voltar para casa dos tios onde, antes, estivéramos. As minhas irmãs ficaram em Mafra, uma, em casa de um irmão do meu pai que também já fora preso duas vezes (o meu tio Miguel) e outra, a mais velha, em casa de uma irmã de meu pai. O meu irmão ficou à guarda de minha mãe e sempre que esta se ausentava para dar apoio ao meu pai, ele ficava em casa de uns tios, seus irmãos. Eu voltei para as tias de Lisboa e só regresssei a casa quando o meu pai foi libertado.

Já frequentava o liceu Maria Amália Vaz de Carvalho (2.º ano), quando meu pai e minha mãe se embrenharam na campanha de Humberto Delgado. Acompanharam-no pelo país. Em casa, ficaram os filhos com uma empregada e um papel com o registo de uma conversa, ou melhor, de um diálogo cifrado que lhes permitia saber, diariamente, via telefone, se os pais estavam bem ou não. Nesta altura já estávamos os quatro (irmãos) a estudar em Lisboa.

A Campanha de Humberto Delgado, bem como o assalto ao Santa

Maria liderado por Henrique Galvão espoletaram, creio, o meu desejo de “não esperar acontecer”. Ter uma participação ativa na e para a mudança do “status quo” de “Deus, Pátria e Família” foi a vontade que desde então me guiou.

Em que condições adere ao PCP?

E, finalmente, surgiu mais tarde, devia eu ter uns 16, 17 anos, o ansiado momento de ação: a militância na Comissão Pró-Associação dos Alunos do Ensino Liceal nos alvares dos anos 60, cujo 1.º presidente foi Jaime Mendes. Com um grupo de colegas, também estudantes do Liceu Maria Amália, formámos o núcleo da Comissão Pró-Associação do Maria Amália. A Direção da CPA dos liceus, tinha, na altura, como presidente Joaquim Letria, 3.º presidente, que sucedera a Teresa Tito de Moraes... Joaquim Letria tinha por braço direito, por assim dizer, Fernando Rosas. As reuniões tinham lugar umas vezes na Faculdade de Ciências, outras no Instituto Superior Técnico. Em 1961/63 as reuniões passaram a realizar-se no Hospital Júlio de Matos. O filho do então diretor, Professor Barahona Fernandes, era membro da CPA. Recordo, desse grupo, Joaquim Vital, posterior presidente que esteve exilado em França, onde criou, em Paris, as edições La Différence. Recordo Maria Emília Neves, minha grande amiga, que esteve presa em Caxias e foi julgada em Tribunal Plenário.

Este grupo levou-nos, depois, a conhecer outros colegas, e novos grupos se foram constituindo.

A CPA dos liceus pugnava pelo fim dos exames de aptidão ao ensino superior, pela redução do preço dos transportes, por uma assistência médico-social, por mais desporto e cultura na escola, por diferentes e melhores programas escolares, ... Num relatório da PIDE, o movimento era definido assim: “A comissão pró-associação do ensino secundário constitui-se como uma federação de delegações nas escolas secundárias. Há uma direção-geral que coordena as atividades das delegações e das secções. As delegações são organismos respeitantes a liceus, escolas técnicas e colégios particulares. Praticamente só englobam alunos do 6.º e 7.º anos. Tentam organizar verdadeiras células nas turmas, com os seus delegados. As secções são organismos independentes das delegações, com fins específicos.” O âmbito de atividades de cada uma das secções constituía, no todo, um alerta do mais “vermelho” que havia: “Cinema, imprensa, intercâmbio, convívio cultural.”

Foi nestas atividades da CPA que fui convidada para integrar o Partido

Comunista, onde passei a militar. Lembro-me que a controladora das nossas reuniões era a Teresa Tito de Morais. Nelas, além de discutirmos as atitudes a tomar para denunciar e perturbar a situação política vigente, eram-nos atribuídas tarefas que iam da realização de atividades lúdicas para os mais novos, culturais para os mais velhos à distribuição, em caixas de correio e nas ruas, de propaganda antifascista. Frequentava, na altura, o 7.º ano de liceu, ou seja, era finalista.

Dessa altura (atividade estudantil) ficaram algumas relações para o futuro. Por exemplo, quando mais tarde o meu marido (sobrinho do Dr. Sanches de Brito, primo direito de meu pai e seu maior amigo, era, na ocasião, meu namorado) esteve preso em Caxias, o Dr. Heliodoro Caldeira, que ia visitar o filho também preso, Alfredo Caldeira, companheiro nas andanças da CPA, dava-me boleia até ao reduto sul.

No Partido Comunista, a que aderi durante o 7.º ano de Liceu, comecei por distribuir propaganda pelas caixas do correio, ruas, comércio, ou, mesmo, atirar alguns desses panfletos pela janela do primeiro andar dos autocarros. Tratava-se de propaganda antifascista, de denúncia da situação. Não me lembro bem do meu pseudónimo, mas julgo que era “Miguel”.

Um dia, ainda estudante de liceu, uma brigada da PIDE foi ao prédio onde eu vivia pedir informações sobre mim à porteira... Perguntaram-lhe se eu saía muito à noite, se eu ia à missa...A lacónica resposta cingiu-se a informar de que não sabia se eu ia ou não à missa e que quanto aos costumes, “a menina se comportava melhor do que muita gente do prédio”.

Em família, não se falava de política, creio que por motivo de segurança. Meu pai era simpatizante do PCP, mas nunca falou disso. Eu sei que sim, porque quando da fuga de Peniche em 1960, foi em nossa casa que foi recebido o Jaime Serra, que aí foi levado por meu tio Miguel de Medeiros.

Mais tarde, foi-me atribuída uma tarefa de maior responsabilidade: tinha por função receber a imprensa clandestina destinada ao meio universitário estudantil, dividi-la e prepará-la para vir a ser distribuída pelas diferentes instituições do ensino superior. De cada faculdade vinha um militante recolhê-la para depois a distribuir.

Um dia, um dos correios foi preso, e, por telefone, aconselharam-me a desaparecer: sair de casa ou do país. Decidi, apenas, mudar de casa. Fui viver para casa de uma tia na Calçada do Combro. A PIDE nunca deu com o meu paradeiro. pôs-me, até, a viver no bairro da Calçada dos Mestres Andava muito mal informada. De facto, aquela ameaça de prisão

pela PIDE, estávamos no ano de 1963. não se concretizou. Entrei para a Faculdade de Letras de Lisboa. Continuei, ainda, ligada ao PCP.

Nestas atividades clandestinas, um dia apareceu em minha casa o funcionário do PCP que controlava o setor universitário, Nuno Álvares Pereira, com a intenção de aí ficar escondido. Recusei, alegando que a casa não era segura, por eu não viver sozinha. Comigo viviam as minhas duas irmãs. Mais tarde, vim a saber que o referido funcionário se passara para a PIDE e denunciara todo o setor estudantil e respetiva estrutura. Foi colocado no Brasil, onde acabou o curso de Direito. Regressou depois a Angola, de onde era natural, e onde acabou por exercer as funções de Delegado do Ministério Público.

Por que razão se decidiram pelo exílio?

Saí para a Bélgica em 1966, já, então, desligada da minha militância no PCP.

O meu marido (na altura já estávamos casados), devido à denuncia do funcionário Nuno Álvares Pereira, fora preso em 1965, em Tavira, onde cumpria serviço militar, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista. Foi detido dentro do quartel e foi levado para a António Maria Cardoso ainda fardado (por isto se vê como, até, os militares estavam sujeitos ao domínio da PIDE). No dia seguinte, passaram-no à disponibilidade. Apareceram lá por casa, dois dias após a prisão, revistaram-na e levaram roupa para que se vestisse à civil. O único objeto suspeito que encontraram e levaram foi uma radiografia ao calcanhar. Passou uns meses detido em Caxias, foi julgado em Tribunal Plenário e absolvido. Regressou à vida civil.

Alguns meses mais tarde, soubemos por um militar nosso familiar que ele e mais dois amigos que tinham sido presos nas mesmas circunstâncias, em Tavira, iam ser chamados para voltarem a cumprir o serviço militar obrigatório, mas, desta vez, no Centro Disciplinar de Penamacor e não como oficiais milicianos, mas como soldados rasos, que mais tarde seguiriam para a frente de combate na Guiné.

Face a esta situação, começámos a estudar a alternativa de sair do país.

A casa onde morávamos estava permanentemente vigiada por dois agentes da polícia. Despistados os vigias, o meu marido e os amigos saíram do país integrados num grupo de emigrantes clandestinos. Era mais seguro fazer-se passar por emigrante do que declarar-se perseguido político. Com muita dificuldade, conseguem despistar os agentes da PIDE e chegar a Chaves onde se encontrava o “passador” a quem pagaram, cada

um, a quantia de 40.000\$00 Atravessaram a fronteira a pé e, uma vez chegados a Espanha, foram transportados numa camioneta de caixa aberta, cobertos por uma lona. Ao chegarem aos Pirinéus, foram abandonados à sua sorte pelos “passadores” e tiveram de fazer esta travessia a pé, sem qualquer apoio e orientação. Julgavam-se perdidos, quando chegaram ao outro lado da fronteira, onde ninguém os esperava. Sentiram o dever de apoiar os emigrantes que não sabiam como sair dali e chegar a Paris por não perceberem, nem falarem uma palavra de francês. Chegados a Paris mesmo sem passaporte, apanharam o comboio para Bruxelas.

Assim que soube que o meu marido se encontrava em Bruxelas para aí segui de avião com o meu filho.

Em Bruxelas, depois de nos dirigirmos à polícia, deslocámo-nos à sede da ONU com o fim de pedirmos o estatuto de refugiados políticos.

Até recebermos resposta da ONU, ficámos proibidos de trabalhar. E se, acaso, fossemos apanhados a fazê-lo, seríamos de imediato expulsos e postos na fronteira.

A resposta levou quase dois anos para chegar. E esse tempo de espera foi, para nós, muito difícil porque o dinheiro que levávamos se fora esgotando, e estávamos interditados de trabalhar.

Foi fácil a adaptação à vida em Bruxelas?

A estadia, nos primeiros tempos, foi difícil. Sem trabalho, víamos o dinheiro a fugir e era preciso pagar a renda da casa e comer. Não fora a solidariedade de uns amigos que dividiram connosco as suas senhas de almoço, para podermos almoçar na Cantina Universitária, não sei o que seria... Fomos, também, muito ajudados pelas irmãs beneditinas que, ao saberem que eu era sobrinha de uma das irmãs, nos deram todo o seu apoio.

Chegado o estatuto de refugiado político, tudo mudou. Passámos a ter os mesmos direitos dos belgas, salvo o direito de voto. A nossa nacionalidade passou a ser a seguinte: “refugiado ONU de origem portuguesa”. Podíamos viajar para toda a parte do mundo, exceto Portugal.

Sentimos na pele, o que os migrantes sentiam e sentem, ainda que não fosse esse o nosso estatuto, sempre que aterram num país estranho em busca de trabalho.

Quando pretendemos alugar um apartamento deparamo-nos, frequentemente, com as seguintes situações: “Aluga-se apartamento, salvo a estrangeiros” ou “Apartamento aluga-se, mas não permitimos cães, nem

bicicletas, nem estrangeiros”.

Como estávamos interditados de pisar território português, a minha filha que nasceu na Bélgica tinha o estatuto de apátrida até atingir os 18 anos, dado que, segundo as leis daquele país, impera o *ius sanguinis* para atribuição da nacionalidade e não o *ius solis*. Todavia, passou a ter passaporte português, passado pelo Governo Civil de Lisboa, ainda que não constasse o seu registo em nenhuma conservatória de registo civil português, graças a Adelino da Palma Carlos (1.º Ministro, aquando dos governos pós 25 de Abril de 1974) que, soube do caso, quando numa das suas viagens nos foi visitar a Bruxelas.

O estatuto de Refugiado também nos deu acesso a bolsas de estudo para podermos estudar na Universidade Livre de Bruxelas.

Começaram, entretanto, a chegar a Bruxelas muitos jovens portugueses, desertores e refratários cuja posição política era contra o regime vigente em Portugal e a Guerra Colonial. Os que já lá estavam eram solidários com os que chegavam, e apoiavam-nos enquanto aguardavam o estatuto de refugiado político. Como éramos dos poucos portugueses que tinham carro, muitas vezes pediam-no-lo emprestado e nós emprestavamos. Um dia, ao estacionarmos o carro quando chegámos a casa, somos cercados pela polícia que nos aponta algumas G3. Parámos atónitos. Revistaram minuciosamente o carro e depois deixaram-nos seguir com o seguinte comentário: “Os senhores emprestam muito o carro”...

Na Bélgica a nossa vida esteve preenchida com o estudo, com o trabalho e filhos. Não com política. Havia núcleos organizados do PCP, da LUAR, entre outros. Com todos convivemos.

Limitei-me um dia a colaborar com eles, os da LUAR, quando, após o assalto ao banco em Paris, um deles me perguntou se eu não me importava de ir abrir uma conta no banco e depositar dinheiro que tinha consigo (e era muito), porque não o podia fazer por se ter esquecido dos documentos em casa. Fiz de conta que não percebi do que se tratava, abri uma conta conforme pedido e lá fiz o dito depósito. Mal nenhum me sucedeu.

Como soube do 25 de Abril?

Soubemos do 25 de Abril logo nessa madrugada por notícia emitida pela rádio belga. Eram 5 ou 6 da manhã. Porém, nessa mesma altura, a Teresa, filha da Glória Marreiros, batia-nos à porta para nos anunciar a boa nova. Andámos de porta em porta, a avisar toda a gente portuguesa. A notícia chegava e os abraços sucediam-se entre as lágrimas que corriam.

Tentávamos perceber o que se estava a passar. Mas nada. As comunicações com Portugal estavam cortadas. Muitas dúvidas nos assaltavam. Seria um golpe de direita como na Grécia?

Depois, mais tarde, soubemos que a liberdade “estava a passar” por Portugal. Nessa manhã ainda fui trabalhar, mas ao fim de uma hora, abandonei o emprego. A Alegria era muita e a excitação também. Queria saber ao pormenor o que estava a acontecer.

O 1.º de Maio estava a chegar e todos queriam vir até ao país que um dia tinham julgado perdido. E assim foi. Os aviões para Portugal esgotaram os lugares. Viajou-se até Londres, Amesterdão, Luxemburgo para apanhar voos para Portugal. Estes depressa esgotaram também. Fretaram-se autocarros que ao atravessarem Espanha foram avisados de que não poderiam agitar bandeiras, cantar ou aplaudir. Aplaudiam os espanhóis.

Grande número viajou sem documentos, apenas com o cartão de identidade belga e o cartão da ONU. Contudo, entraram e saíram do país sem problema. No aeroporto de Lisboa, ofereceram ao meu marido um pequeno caderno que se encontrava no controlo de fronteira, com o título: Elementos violentos considerados perigosos ... Lá estava e está a fotografia dele, entre muitos outros: Manuel Alegre, Palma Inácio e muitos mais.

A reintegração foi fácil. Eu vim em agosto com a casa às costas. O meu marido veio mais tarde pois estava a terminar a tese em Psicologia. Uma vez em Portugal foi contactado pelo reitor da Universidade de Lisboa que o convidou a integrar o corpo docente da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação. Quanto a mim, pedi equivalências, mas ainda tive de me matricular em Letras e fazer toda a parte relativa a Estudos Portugueses.

Reencontrámos a família, mas muita coisa havia mudado. Éramos novamente estrangeiros num país que nos era estranho.

Foi preciso resolver o problema decorrente da deserção do meu marido, coisa que foi ultrapassada com relativa normalidade. Eu e o meu marido também já nos encontrávamos longe do PCP. Participei em tudo o que eram os movimentos de rua, incluindo o RALIS, etc., mas não inscrita em qualquer partido. Deixava os meus filhos à minha irmã e dizia-lhe: “Se eu não voltar, toma conta deles”. Digamos que, se quiséssemos dar uma ideia da nossa atitude política na altura, nos encontrávamos próximos daquela que era a área política do MES (Movimento de Esquerda Socialista). Muito mais tarde, quando o Fernando Rosas nos aborda para a criação do Bloco de Esquerda, nós alinhámos e estivemos próximos desse movimento que

deu origem ao atual partido.

Não quero deixar de testemunhar o que no exílio mais me marcou: a profunda solidariedade que, sendo nós estranhos, muito nos uniu. Podia faltar dinheiro a alguns de nós. Mas se alguém tinha pouco que fosse, logo se apressava a dizer: “Partilho contigo. Assim sempre passamos menos mal os dois”.

Penso que, por nos sentirmos estranhos num país estranho, aprendemos a ser solidários e, sobretudo, iniciámos “a busca de quem somos na distância de nós” (Fernando Pessoa).

Nome: Manuel Maria Pimenta

Data de nascimento: 10 de junho de 1953

Naturalidade: Souto – Abrantes

Residência: Lisboa

Ascendência: filho de Joaquim António Pimenta Júnior e de Elvira Maria

Descendência: 6 filhos (4 raparigas e 2 rapazes) e quatro netos

Formação: Curso de Eletrotecnia e Máquinas 1973, no Instituto Pupilos do Exército. Em 1983 Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica no Instituto Superior Técnico – Lisboa

Profissão: Engenheiro Eletrotécnico – Energia e Sistemas de Potência.

Outras atividades: Professor de vários níveis de Ensino; Cooperante em Angola 1978/1979; Engenheiro nos Serviços de Obras Públicas em Macau e Projetista de Instalações Eletromecânicas (1988/1992); autor de vários artigos em Revistas.

Coleta do testemunho: 7 de fevereiro de 2024

Encontramos Manuel Maria Pimenta em Mafra, para onde veio viver com a família ainda jovem e onde regressou, muitos anos mais tarde, já militante do Partido Socialista, para desempenhar cargos de Vereador (4 anos) na Câmara Municipal e Deputado Municipal da Assembleia (8 anos).

Vimos ao seu encontro por termos verificado que foi um dos signatários do apelo “Todos ao Recenseamento”, subscrito por várias dezenas de mafrenses em 1973.

Sim, tinha 20 anos nessa altura. Estava a concluir o Curso de Eletrotecnia no Instituto dos Pupilos do Exército e tinha iniciado um estágio na TAP.

Por sinal, bem acidentado. Rebelei-me com os responsáveis da empresa pelo facto estar a fazer um estágio sem qualquer remuneração. O caso não acabou bem, porque, como estava ligado aos Pupilos e tinha estatuto militar, fui conduzido a prisão correcional, por uma semana.

E como se dispôs a assinar o “Apelo”? Não seria incómodo para um jovem militar que, tanto quanto sabemos, era filho do Comandante de Posto da GNR de Mafra?

Eu tinha, algum tempo antes, estabelecido uma boa relação de camaradagem com um grupo de estudantes que se encontrava e convivia no café Califa, em Benfica, ali muito perto dos Pupilos. Era gente oriunda de várias Faculdades, alguns de Medicina. É através deles que se inicia o meu contacto com a literatura política e com as discussões daquela época. Devo dizer que passei até por situações atribuladas nos Pupilos, por causa dessas relações no Califa. Lembro-me de um dia me ter visto na contingência de ter de destruir todos os livros que me tinham emprestado porque houve atritos nos Pupilos e os responsáveis fizeram buscas para descobrir quem tinham sido os responsáveis por uns “grafitis” que surgiram nas paredes do Instituto.

Então a sua decisão de subscrever o “Apelo” tem esse convívio por detrás...

Na altura eu cheguei a estar um pouco ligado à LCI (Liga Comunista Internacionalista), porque alguns daqueles colegas com quem eu convivia no Califa eram já militantes desse partido clandestino. Mas devo dizer que a minha adesão ao “Apelo”, talvez não tenha muito a ver com essa minha simpatia política. A minha inscrição foi por iniciativa individual e talvez se deva muito mais à camaradagem aqui em Mafra. Se reparar, no “Apelo” aparecem muitos jovens. É gente com quem eu convivia – em noitadas, em bailes – quando vinha passar o fim de semana a casa dos meus pais. Também é verdade que havia muitos jovens estudantes que vinham de Lisboa passar o fim-de-semana. E que as conversas entre nós facilmente se deslocavam para o campo da política.

Bom, mas nesta altura, em 1973, quem assinava este “Apelo” sabia que ficava marcado...

Sem dúvida. O facto de não ter sido empurrado por um partido político não quer dizer que não tivesse já alguma consciência política. Entre nós, discutíamos já com muita convicção a natureza do regime, a guerra sem fim em África, para onde muitos de nós estávamos condenados a ir. E

mesmo aqui em Mafra a reação não se fez esperar. O meu irmão Abílio também assinou; é, aliás, o primeiro da lista. E, por isso, quando o “Apelo” foi entregue aos responsáveis locais, ele foi logo um dos primeiros a ser considerado para ser chamado à autoridade administrativa e, claro, naquela altura também à autoridade policial. Acontece que o facto de se ter verificado que era filho do Sargento Pimenta, Comandante de Posto da GNR de Mafra – o nosso pai, portanto –, terá posto um pouco de água na fervura.

Aqui em Mafra, participou, em atividades de recolha de assinaturas ou, depois, na campanha eleitoral de outubro de 1973?

Não, sabe, a minha vida passava-se em Lisboa, onde concluía o meu curso e onde fazia a minha vida. A minha atividade profissional veio depois a desenvolver-se por outros campos e outras áreas. Depois do 25 de Abril, mas já no final da década de 70, fui cooperante em Angola e estive depois em Macau. Só no meu regresso, já na década de 90, vim a aderir ao Partido Socialista. E é nessa condição que tenho intervenção autárquica aqui em Mafra, onde fui Vereador durante os anos de 1997/2001.

Nome: Mário Jorge de Almeida Borges

Data de nascimento: 11 de dezembro de 1954

Naturalidade: Mafra

Residência: Mafra

Ascendência: António Borges da Silva e Alzira de Almeida Borges

Formação: Curso Complementar dos Liceus

Família em Mafra: José Borges da Silva (Tio), professor do ensino primário em Mafra, preso em 1948

Estado civil: casado

Descendentes: quatro (dois rapazes, duas raparigas)

Profissão principal: funcionário público – INE (Aposentado)

Coleta do testemunho: 6 de março de 2022

Quando considera que começou a tomar uma posição política contra o regime?

Eu tenho 18 anos em abril de 1973. Entro na política pela via dos meus

irmãos mais velhos. Um, o João Manuel, estudava no Instituto Superior Técnico e foi por ele que me liguei à luta antifascista; o António José, o mais velho, trabalhava na FOC. Vivíamos, na altura, todos em Maфра. Começámos a ter reuniões aqui em Maфра, clandestinas, evidentemente, na oficina do Carlos Simões, talvez a figura antifascista com mais atividade aqui em Maфра, um homem que foi preso mais de uma vez pela PIDE. A sua garagem automóvel, onde nós reuníamos, era a nossa “sede” para os meios logísticos, porque tinha automóveis e isso permitia o transporte, por exemplo para colar cartazes. Chegámos a ter reuniões com 13 ou 15 pessoas, toda gente dos setores dos serviços, ou pequenos industriais e comerciantes. Em Maфра quase não havia indústria e, portanto, também não havia operários em grande número. Estou a falar do Mário Caracol, do Cassiano Ferreira, o Geraldês, e outros, depois nós, os jovens. E havia outras figuras de referência, mas com quem se trabalhava de outra forma. Por exemplo o Afonso de Medeiros, que participava menos nas reuniões, mas com quem podíamos contar. Era um homem mais preocupado, na altura, com a sua Farmácia. E também penso que foi um homem muito marcado pela repressão e pela vida prisional, na altura já com os seus sessenta e tal anos. Tinha a responsabilidade da Farmácia e isso impedia-o de estar nas reuniões. Mas este era o núcleo central, constituído por pequenos industriais, comerciantes e alguns estudantes. Muitas vezes estes comerciantes nem eram presos, mas o que é certo é que naquelas alturas mais difíceis (eleições e isso...) visitavam-lhes as lojas e eram ameaçados de encerramento se colaborassem com atos que eles consideravam de oposição ao regime. Entre os mais jovens estávamos nós, os três irmãos, o Vítor Batalha, que é hoje médico, o Brito, filho do Dr. Sanches de Brito, o José Filipe Teixeira, o Rui Medeiros, entre outros. Politicamente, este grupo de estudantes de Lisboa era, na altura, muito marcado pela influência da LCI (Liga Comunista Internacionalista) e pelo trotskismo. Lembro-me de ter tido reuniões em casa do Francisco Louçá. E foi por aí que soube, oito dias antes do 25 de Abril, que ia haver um golpe militar. Ouvi dizer isto numa reunião. Claro que não consciencializei esta informação de forma clara. Mas oito dias depois pude confirmar que era verdade.

Nesta altura, por volta de 1973, notava-se muita diferença partidária entre a gente da oposição?

Não, nada que se pareça, era um grupo que se via ao fim de semana, quando vinha de Lisboa, juntávamo-nos para conviver e trocar ideias. Uns

mais avançados e conscientes do que outros. Esta influência da LCI vinha-nos do convívio em Lisboa. No grupo havia gente de todas as sensibilidades. Lembro aqui um homem do PPM, o Amândio Quinto, que era um homem da oposição na Malveira.

Podemos situar a atividade deste grupo que referiu no ano de 1973?

É, sem dúvida, um marco importante, embora a atividade já se notasse de antes, de 1971-1972. Eu tinha 18 anos na altura e pode dizer-se que iniciei aí a minha vida de militância política. O ano foi marcado, para nós, pelo III Congresso de Aveiro, em abril, e depois pelas eleições, em outubro. Foi um período de grande atividade política. Começou pelo recenseamento e por uma célebre lista que muitos de nós assinámos a exigir um recenseamento sério e completo da população. Foi assinada por dezenas de pessoas. Lembro-me de que uma das decisões foi irmos à Junta de Freguesia perguntar se constávamos ou não da lista de recenseados. Foi difícil, a senhora do balcão chamou o Presidente da Junta e, depois de várias insistências, lá nos passaram uma declaração em como constávamos da lista dos recenseados.

Mas, entretanto, há o III Congresso em Aveiro. Como é que o Mário Borges decide ir ao Congresso?

Mais uma vez vou atrás dos meus irmãos mais velhos e do João Dias, um colega do meu irmão no Técnico. O meu irmão tinha o carro do meu tio com ele, mas é no do pai do João Dias que vamos a Aveiro. Chegámos cedo e encaramos logo, na Avenida, junto à ponte, com uma situação de um certo confronto. Muita gente junta, muita tensão, com muitas carrinhas da polícia ali estacionadas... O Congresso tinha decorrido, mas nós não estivemos nesses dias iniciais, só fomos a Aveiro no encerramento do Congresso. Nesse último dia, tinha sido decidido fazer uma romagem ao túmulo de Mário Sacramento. Havia ali milhares de pessoas na Avenida e um clima de grande tensão. Como a polícia impediu a ida ao Cemitério, decidiu-se fazer uma subida da Avenida, em manifestação. De repente começa-se a gritar “Abaixo a Guerra Colonial”, “Abaixo o Imperialismo”, “Abaixo o Fascismo” e etc. E é aí que a polícia carrega. Lembro muita gente caída, eu entrei numa cena de vómitos, porque não tinha comido e tínhamos feito uma direta para chegar a Aveiro a horas da manifestação. Depois destas cenas de repressão, entrámos todos para o Teatro para dar lugar ao encerramento do Congresso. A imagem que tenho é impressionante, com uma sala cheia, até não caber mais e com as paredes “forradas” de polícias de choque. Ao meu

lado estava um polícia mesmo encostado, a ponto de eu lhe sentir o bafo no meu pescoço. Ninguém arredava pé. Lembro-me de ver gente no palco que já conhecia de reuniões que fizemos ali no pinhal da Ericeira: o Eng. Abreu, professor do Técnico, o Vítor Dias, o Herberto Goulart.

Nesta altura o trabalho unitário tornou-se uma prioridade...

Sim, tanto nas reuniões da Ericeira, como numa muito maior, com dezenas de pessoas, que se realizou também num pinhal, à entrada da Praia de Santa Cruz. Lembro-me de estar presente toda aquela gente que veio a dar origem ao MES (Movimento de Esquerda Socialista): o Vítor Wengorovius, o Jorge Sampaio, entre outros. Havia, nesta altura, formas de organização muito interessantes. Lembro-me de uma reunião em que fomos levados a encontrar-nos com outros na Malveira. Dali, seguimos para Torres Vedras. Já com a caravana maior viemos para Lisboa e seguimos pelo eixo da cidade, Avenida da Liberdade e tal, e subimos até à António Maria Cardoso. Aí pensei que ia haver problema. Mas não. Começa a sair toda a gente e a entrar no Centro Nacional de Cultura. Há uma coisa que eu queria assinalar: tenho estes episódios muito vivos na minha memória, mas não sei situá-los com precisão no tempo.

E, neste contexto, chegam as eleições de 1973. Participa na campanha eleitoral?

Sim, embora ainda não pudesse votar. Arranjámos uma pequena loja, e dali partíamos a distribuir propaganda e colar cartazes. Era também um local onde tínhamos música para ser ouvida na rua e onde se punha o José Mário Branco, o Zeca, aquela música de intervenção da época. E a propaganda era entregue sem qualquer reação de animosidade. Para perceber melhor, lembro-me de uma sessão que realizámos no cinema (hoje auditório) em que estava muita gente que depois veio a aderir ao PPD (Partido Popular Democrático). Isto mostra como tudo estava a mudar por aquela época. Mesmo a colagem de cartazes fazia-se sem intervenções da polícia. Não há prisões. O único episódio tem a ver com uma cena de rua, pela madrugada, em que festejávamos o facto de um dos do grupo ter ficado livre da tropa. E então, onde é ali a Caixa Geral de Depósitos hoje, havia um tapume que alguém se lembrou de maltratar com pontapés, mas sem intenção que não fosse a de festejar o dia e mostrar alguma raiva. Ficámos por ali. Mas, de madrugada alguém chamou a polícia. Fomos presos e chegámos a ir a Tribunal. Há até um tipo da polícia que nós conhecíamos bem e que me encosta a pistola à cabeça. A violência policial surgia em todas

as situações, e quando sabiam que nós éramos quem éramos, a polícia aproveitava logo para violentar. Neste caso houve dificuldades, porque um de nós era militar e tínhamos propaganda nos bolsos, que tentámos ir despachando pelo caminho. No dia seguinte, quando fomos ao juiz, houve uma tentativa para politizar o ato. E o correspondente em Mafra do *Diário Popular* aproveitou para dizer no jornal, no dia seguinte, que se tratava de um “grupo de energúmenos” que tinha destruído propriedade da Caixa Geral de Depósitos.

O 25 de Abril chegou, entretanto. Como soube da Revolução?

Numa reunião em casa do Louçã, em Benfica, como já referi atrás. Falou-se do assunto, uns dias antes do 25 de Abril. É uma situação curiosa, porque eu e o meu irmão tínhamos ido jantar à Cantina Universitária e, quando saímos, cada um dirigia-se para um determinado sítio, sem saber para onde o outro ia. Fomo-nos acompanhando: primeiro, de metro, até Sete Rios, depois de elétrico para Benfica. O embaraço cresceu, até que perguntámos um ao outro se íamos para uma reunião em tal sítio. Claro que íamos para a mesma reunião, mas sem que nenhum de nós soubesse do outro. Eram regras de segurança. De modo que soube que haveria um golpe uns oito dias antes de ocorrer, mas sem saber se era um golpe de direita ou de esquerda. Até se falava muito num golpe da extrema-direita do general Kaúlza de Arriaga. Tendo ido à inspeção militar em finais de março, fiquei adido ao BSCF em Campo de Ourique, enquanto fazia consultas e exames no Hospital Militar. Foi uma surpresa total quando a revolta rebentou na rua. No dia 25 de Abril eu tinha guia de marcha para ir ao Hospital. Acontece que me tinham facilitado a vida e me puseram a assinatura no papel na véspera. Quando rebenta a Revolução eu estava fora do quartel e com guia de marcha para ir ao Hospital. Ainda cheguei a ser atendido, mas no meio de uma grande confusão. Claro, com os acontecimentos, procurei apresentar-me no quartel. Mas quem é que queria deixar-me entrar? Foi-me recusada a entrada no Batalhão de Caminho de Ferro, onde eu estava na altura. Começo o 25 de Abril na situação de querer entrar num quartel em que não me quiseram abrir a porta.

Nome: Mário José Caracol Teixeira

Data de nascimento: 2 de dezembro de 1952

Naturalidade: Lisboa

Ascendência: José Filipe Teixeira e Maria de Lourdes

Família em Mafra: tio, Mário Luís Caracol, ajudante de guarda-livros, comerciante. Preso em 1948 e 1964.

Formação: Curso Comercial

Estado civil: casado

Coleta do testemunho: 20 de Dezembro de 2022

Que relação estabelece com a prisão do seu pai, José Filipe Teixeira, em 1948?

Eu ainda não era nascido, tenho, portanto, uma memória longínqua. As memórias chegaram-me mais através da minha mãe, que aparece designada na sua ficha da PIDE como Maria de Lurdes Caracol. Contava que ia visitar o meu pai e o meu tio às várias cadeias onde eles estiveram: Aljube, Caxias, Peniche, Setúbal, e que esse era um processo muito doloroso, pois só podiam falar separados por uma rede e com um guarda a escutar e a intervir na conversa. Também nos dizia que, em Peniche, muitas vezes eram os próprios locais que ajudavam os visitantes a transportar as coisas que levavam para os presos: cigarros, papel, comida, etc. A minha mãe contava que durante a prisão em Peniche o meu pai dava aulas a outros presos numa espécie de cursos de alfabetização, e que os presos se organizavam nas salas em comunas para gestão dos bens alimentares, de farmácia e outros.

O meu pai não falava sobre política em casa, talvez para nos proteger. Falava dos amigos, mas nunca em termos de identificar a sua pertença ao Partido Comunista Português ou à Acção Socialista, embora o meu pai estivesse, mais coletivamente, ligado ao Partido Comunista Português. Participou nas candidaturas da oposição democrática, quer presidenciais – Dr. Ruy Luís Gomes e General Humberto Delgado – quer de deputados à Assembleia Nacional. Lembro-me de me ter levado a reuniões numa cervejaria na Graça, onde conheci entre outros o ator Rogério Paulo e o pintor Nikias Skapinakis. Lembro-me igualmente de um outro encontro com escritores numa pastelaria na Fonte Luminosa. Ali por meados dos anos 60, alguns dos colegas que trabalhavam, como ele, na Fundação Calouste Gulbenkian, aderiram à FAP (Frente de Ação Popular), o que não impediu o meu pai de manter com eles o contacto e a amizade.

Em Mafra, como era constituído o núcleo antifascista?

O grupo de amigos do meu pai incluía o meu tio, Mário Caracol,

Cassiano Ferreira, Miguel de Medeiros, Prof. Borges, Afonso de Medeiros, Jaime Correia, Carlos Cardosa, Dr. Sanches Brito, entre outros. Conheci-os a todos, mas o meu primeiro contacto, digamos, mais consciente com a realidade das prisões ocorreu na prisão do Aljube, em 1964, durante a segunda prisão do meu tio. É-me difícil recordar como foi. Aquilo era um sítio terrível, as pessoas procuravam não passar em frente da porta, desviavam-se pelas ruas paralelas. Metia medo. Lembro-me de o meu tio chegar a minha casa vindo da prisão e de ser eu a recebê-lo e a levá-lo junto do meu pai. Lembro-me de ele ter descrito os horrores da tortura do sono e de dizer «Isto foi muito difícil. Não sei se aguento outra vez.» Tinham sido presos vários elementos do seu grupo em 1964, o Cassiano, o Carlos Simões...

Por que razão o seu pai e o grupo de amigos são presos da primeira vez, em 1948?

Não sei ao certo. A minha mãe dizia que o meu pai tinha vários materiais de propaganda em casa, o jornal *Avante!* e outros, e que foi a partir daí que tudo começou. O meu pai tinha assinado as listas do MUD (Movimento de Unidade Democrática) e isso sempre foi mal visto pela minha avó paterna. Eu suspeito, mas não posso afirmar, que estes materiais foram entregues à polícia pela minha avó Margarida, não sei bem a razão ou em que condições. Sei, sim, que as relações entre os meus avós paternos e o meu pai eram bastante tensas, a nível político e pessoal, porque eles eram muito conservadores. O meu pai nunca perdoou ao meu avô não o ter visitado na cadeia. Na prisão, o meu pai e todos os seus amigos assumiram ser militantes do Partido Comunista Português. Eles achavam que isso era uma coisa legal, ou devia ser. Eram todos muito jovens, o meu pai era solteiro, tinha vindo para Lisboa estudar. Tirou o Curso Comercial, fez depois o Instituto Comercial e frequentou Económicas, que abandonou por falta de meios. Com a sua prisão, foi demitido do Grémio da Lavoura de Mafra, onde era guarda-livros.

Como surgiu este grupo de antifascistas em Mafra?

São todos amigos, alguns deles gente de classe média. Penso que o mais prestigiado era o Miguel de Medeiros. Tinha vindo do republicanismo e era um homem «que se mexia», que tinha boas relações, porque foi sempre um grande empresário de materiais de construção, de distribuição do gás e era proprietário de uma bomba de gasolina. O seu prestígio vinha-lhe também de ser um homem que apoiava toda a oposição, gente que era

presa, fosse comunista ou não. Por exemplo, é ele quem tem em sua casa o Jaime Serra, na altura em que este foge da prisão. Mas é um homem com outras relações, mesmo entre os ultras do regime, naturalmente por razões económicas (quando o Miguel de Medeiros morre o Casal Ribeiro vai ao funeral). Era um homem muito interessante. Como exemplo, em certa altura eu vou encontrar em sua casa a coleção de *O Diabo*, de *O Sol Nascente* e do jornal anarquista *A Batalha*. Na sua família, a sua filha Palmira e o seu genro Xico Zé – Francisco José Gato –, piloto da Força Aérea, estiveram no Congresso de Aveiro de 1973.

A minha mãe tinha uma grande admiração pela mulher do Afonso de Medeiros, que teve o marido privado da liberdade por muito tempo, e mesmo depois impedido de trabalhar por decisão da PIDE e do tribunal. Tinha quatro filhos e nunca se deu por vencida perante as duras privações que sofreu. Quando Afonso Esteves de Medeiros foi privado da liberdade por muito tempo, agravou-se substancialmente a situação económica familiar, com grandes privações. Como única alternativa a sua mulher Rosa de Medeiros, sentiu-se obrigada a alugar um quarto da sua casa e separar-se dos seus quatro filhos, de modo a conseguir dar apoio ao seu marido preso na cadeia do Forte Peniche. A farmácia chegou a estar à beira da falência e só com o regresso a casa de Afonso de Medeiros a situação se foi recompondo lentamente.

Como é que o Mário se inscreve na oposição política, sendo já de uma geração mais nova?

De facto, há uma geração anterior à minha em Mafra que estudou e que era basicamente da oposição ao regime, como aconteceu depois com a minha geração também. Eu devo muito, naturalmente, aos meus pais e à minha família. Eu ia a todas que fossem contra o salazarismo e o fascismo. O meu pai sempre teve um *parti-pris* comigo, em termos políticos. Achava que eu era muito «esquerdelho». Lembro-me de, quando o Álvaro Cunhal realizou um encontro em Paris com o Mário Soares, eu chegar a casa e afirmar que aquilo era «uma grande vergonha». Ora, eu que tinha tido reuniões unitárias da CDE antes do Congresso de Aveiro (onde estavam socialistas, católicos, comunistas, etc.) sabia muito bem o que eles pensavam da unidade de esquerda. Por exemplo, alguns dos que participaram em reuniões unitárias da CDE decidiram não ir ao Congresso de Aveiro. Eu decidi ir e guardo uma lembrança extraordinária daqueles dias. Inscrevi-me ali ao pé do Técnico, no escritório do advogado Pinto Bandeira. O meu pai

achava que eu ir ao Congresso a Aveiro era para apoiar os esquerdistas. De modo que a influência na família foi mais cultural, leituras que se faziam porque os livros estavam ali à mão. E discussões. Em minha casa não se discutia futebol! Digamos que eu comecei a ter uma actividade política no período das eleições de 1969, com os meus 16 anos. Mas tudo muito influenciado pelo ambiente cultural lá de casa. Lembro-me de, entre nós, lermos uma peça de teatro. Também nessa altura a Hélia Correia veio lá para casa e era ela quem trazia muitas novidades da Faculdade de Letras, onde estudava.

Começou aí a ser militante do PCP?

Não, na verdade não. Eu nunca fui formalmente militante do Partido Comunista Português nessa altura. Nunca ninguém chegou ao pé de mim a perguntar-me se eu queria ser militante. Era uma coisa que se assumia. Eu sabia que toda aquela malta com quem eu reunia era do Partido. Pagava as quotas, mas não era formalmente militante com cartão. A minha escola política fez-se na Veiga Beirão. Frequentava a escola, como muitos dos meus camaradas, e reunia quando era preciso. Entrei para lá com 12 anos e logo nesse ano fez-se uma greve contra o pagamento das atividades circum-escolares (Mocidade Portuguesa, vulgarmente chamada «bufa»). A mim coube-me andar com outros a colocar papéis pelas salas, uma coisa que movimentou toda a malta, a cem por cento. Estive lá seis anos e depois de fazer a secção preparatória entrei para o Instituto Comercial. Lembro muitos daquela altura, tudo malta que era e continuou no Partido. Frequentávamos a Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal, onde falávamos frequentemente com um antigo resistente ao fascismo e militante do Partido Comunista Português, o José Maria do Rosário. Era já uma rede que a polícia levava a sério, com gente que depois viemos a saber que estava ao serviço da PIDE, o Marito, por exemplo. Também nesta altura começámos a colaborar com grupos de católicos progressistas na distribuição de documentos do padre Felicidade Alves sobre o papel da igreja na sociedade e sobre a guerra colonial. Nas aulas de Religião e Moral líamos em voz alta a encíclica papal *Populorum Progressio* por iniciativa do professor. Éramos muitos jovens e não houve prisões muito significativas. Eu estive preso um dia na esquadra. Era tudo gente que vinha do Barreiro, de Almada, da linha de Sintra, de Vila Franca de Xira. Caldeava ali uma cultura de contestação que rapidamente passava para a oposição ao regime. Na Veiga Beirão a Mocidade Portuguesa nunca teve grande implantação e

alguns dos que a frequentavam também eram contra. Começava também pelos professores, muito bons, e homens de esquerda alguns deles.

Sai da Veiga Beirão para o Instituto Comercial. Tudo muda?

Não, tudo continua, embora aí tenha entrado de uma maneira mais formal para a UEC (União dos Estudantes Comunistas). Entro em 1971 e estou lá até 1973, quando vou para a tropa. As reuniões subiram de nível e de responsabilidade. Claro que a grande preocupação e a grande luta eram contra a guerra colonial. Mas tudo servia como pretexto para contestar a direção da escola e o regime. E começou a surgir uma outra luta. Havia na altura um grupo muito organizado e muito numeroso do MRPP no Instituto. Com um tratamento um pouco desigual. Digamos que eles podiam dizer abertamente que eram do MRPP. Já o mesmo não se passava connosco, da UEC, ligada ao Partido Comunista Português. Nós não podíamos assumir isso diretamente, éramos logo presos. Eles podiam fazer um *meeting* contra a guerra colonial, com cartazes, ninguém mexia em nada. Se nós puséssemos lá um cartaz a dizer «Prenderam o nosso colega Horácio Rufino», era logo rasgado. Eles conseguiram uma sala para reunir, junto do reitor, coisa que nós nunca tínhamos conseguido.

Mas a luta era comum, ou não? Havia interesses comuns.

Claro, ninguém ignorava, nós não ignorávamos quem era o inimigo comum. Eu, por exemplo, como outros, estive no funeral do Ribeiro Santos, em Santos. Quando lá cheguei disseram-me «Hoje é prà porrada». E eu pensei «Está bem...». Quando se arma aquela confusão em torno do caixão que os estudantes queriam levar às costas, eu estava no meio daquilo e dou uma bofetada num polícia que procurava «pegar-me». Só tive tempo de me meter dentro de um carro de alguém que passou ali e me disse: «Entra, senão os gajos fazem-te a folha!» Era a gente do capitão Maltez, um homem horrendo. Lembro-me de o ver, com a sua tropa, a bater miseravelmente, nas comemorações do 5 de Outubro, talvez de 1973, no Miguel de Medeiros, de que já aqui falámos, um homem já idoso naquela altura. Não estiveram com meias medidas. Fazem fogo com bala real ali perto do Cemitério do Alto de S. João, com os manifestantes a fugir para um bairro de barracas que havia ali perto. É espantoso, porque esse capitão Maltez vai-se apresentar ao Salgueiro Maia no 25 de Abril.

E a sua relação com Mafra, de onde é a família?

Conhecia bem, mas a minha vida sempre se fez em Lisboa. Aquela malta como eu que lutava contra o regime não ia muitas vezes a Mafra. A vila

tinha características muito rurais e era muito marcada pela vida castrense. Mas claro que por Maфра passavam muitos militares, também os militares de esquerda. É conhecida a contestação ali a partir dos anos 60, que levou muita gente miliciana a ser posta de castigo na frente de combate. Mas esta oposição política era anterior. Eu conheci alguns, conheci por exemplo um sargento que se dava bem com os meus pais. Falavam pouco e é, portanto, um assunto ainda mal conhecido. Mas o meu pai foi muito amigo do Melo Antunes, pela altura das Eleições de 1969.

Mas Maфра foi também um importante ponto de apoio de gente clandestina ou em fuga...

Pois foi, sempre. Estava suficientemente afastada e, ao mesmo tempo, perto de Lisboa. Fugia-se muito das prisões para ali e havia sempre gente a precisar de apoio. Já falei no Jaime Serra. E o mesmo aconteceu em casa dos meus avós maternos. Passaram por lá o João Honrado, o Sérgio Vilarigues, o Ângelo Veloso, o Domingos Abrantes... O Álvaro teve uma casa no Sobreiro. E havia o Duarte, um homem que punha o pessoal no estrangeiro, quando era preciso. Com uma relação estreita a Runa (Torres Vedras), com influência comunista, e onde havia igualmente casas de apoio. O mesmo se passava com a casa de férias do meu tio, na Foz do Lizandro. Quando nós não estávamos, havia sempre ali gente a passar um dia ou dois e a preparar a ida para outro local. Acontecia também numa casa que o meu tio tinha na Ericeira.

Onde está quando ocorre a Revolução de Abril?

Tinha entrado para a tropa, em outubro de 1973. Entro para o Curso de Formação de Sargentos Milicianos nas Caldas da Rainha. É, na altura, um quartel muito democrático. Lembro-me de o então tenente Antunes Varela nos reunir na parada por causa de uns cartazes contra a guerra colonial que apareceram no quartel e de nos dizer “Isto é muito simples. Os senhores não estão contentes, nós também não, reunimos e vamos ali ao Palácio de S. Bento e derrubamos o governo”. Ele dizia isto na parada. Mas quando ocorre o “16 de março” nas Caldas eu já lá não estou, já tinha vindo para Lisboa. Venho para a EPAM, onde comecei a receber os primeiros documentos do Movimento dos Capitães. Aí, a malta do Partido que estava lá em certo dia distribuiu um documento com a lista dos oficiais e sargentos que tinham ligações diretas com a PIDE. Os documentos distribuídos no interior do quartel foram-me entregues à porta por alguém. Havia ali uma rede organizada a funcionar. Vim a descobrir essa pessoa quarenta anos

depois. Na altura não sabia quem era. Nós já sabíamos que mais tarde ou mais cedo alguma coisa ia acontecer. O clima era de grande contestação nos quartéis: o oficial mandava formar e a malta não formava. Em certa altura, na semana de campo, foram-nos fornecidas balas verdadeiras para a arma. Estranhámos, mas o capitão esclareceu: «Não quero cá brincadeiras de forma e não forma. Já perceberam porque é que têm balas verdadeiras nas vossas armas? É para perceberem o que vai acontecer» Quando acabou o curso sou colocado no Depósito de Indisponíveis, na Graça.

Não chegou a ser mobilizado?

Não, muitos camaradas meus foram. A minha especialidade era Contabilidade e Pagadorias e foi nessa condição que eu fui para a Graça. Devo dizer que tinha tudo preparado para “dar o pira” se me mobilisassem para África. Aí desertava. Não desmereço o papel que tiveram os desertores, embora deva dizer que considero importantíssima a ação dos milicianos que o não fizeram para o acompanhamento dos oficiais do quadro nos quartéis, ali uns tempos antes do 25 de Abril Embora também haja militares que se comprometeram e que não desempenharam sequer uma das ações que lhes estavam atribuídas. Olhe, o Jaime Neves não fez uma sequer. Estava encarregado da prisão de um certo número de comandos militares e não faz uma única prisão. No meu caso, não participei diretamente nas operações do 25 de Abril, porque a minha unidade da Graça era muito especial. Composta de gente que tinha vindo ferida ou maltratada da guerra. Estive lá até ser colocado no EME-GDE (Estado Maior do Exército-Gabinete de Dinamização do Exército), que funcionava sob orientação do General Carlos Fabião. No 25 de novembro sou colocado fora da tropa, mesmo depois de garantir que não sou responsável por nada. Quase todos os milicianos foram postos fora e o Gabinete foi encerrado. Assim acabou, ao fim de dois anos, a minha estadia na tropa.

Nome: Rui Afonso Bernardino de Medeiros

Data de nascimento: 24 de junho de 1947

Naturalidade: Mafra

Ascendência: Afonso Esteves de Medeiros e Rosa Inácio Bernardino de Medeiros

Família em Mafra: Pai: Afonso Esteves de Medeiros, Ajudante Técnico de Farmácia, preso pela PIDE em 1948 e libertado em 1952. Em liberdade

condicional até 1958.

Estado civil: casado

Descendência: 2 filhos

Formação: Curso médio; cursos de formação específica no domínio de prevenção a incêndios (Escola Nacional de Bombeiros, 1998; SEGANOSA, 2001); LNEC, 2005;); cursos de formação específica no domínio da Proteção Civil (Universidade Independente, 2003; Universidade Moderna, Porto, 2003)

Profissão principal: Ajudante Técnico de Farmácia. Nos últimos anos desempenhou o cargo de Comandante dos Bombeiros de Mafra (9 anos), Presidente da Direção dos Bombeiros de Mafra (18 anos) e Coordenador da Proteção Civil do Concelho de Mafra (12 anos)

Coleta do testemunho: 1 de junho de 2023

O Rui Medeiros era ainda muito criança quando o seu pai, Afonso de Medeiros, foi preso pela PIDE...

Era muito pequenino quando isso aconteceu. As minhas irmãs tiveram de ir para casa das minhas tias e eu fiquei em casa, depois fui para casa do meu tio Elisiário Bernardino, na Ericeira. Lembro-me de ir, pelo menos três vezes a Peniche visitar o meu pai. E na minha memória ficou sempre muito claro a sequência da viagem: camioneta, comboio e, por fim, camioneta. Das vezes que lá fui, enquanto a minha mãe estava na sala das visitas, eu ficava no Gabinete do Diretor da Prisão de Peniche. Mas, uma vez, há uma PIDE que pega em mim ao colo e começa a fazer chacota junto do meu pai. O meu pai decidiu que eu não deveria ir mais vezes a Peniche. Sempre me lembro do meu pai como alguém que aceitou o que lhe aconteceu – três anos de prisão e mais cinco de liberdade condicional –, como a consequência das atividades de risco que tomou. Nunca renegou aquilo que fez e sempre se manteve na luta contra o regime, até ao 25 de Abril. Ele e o seu grupo – o Dr. Sanches de Brito, o Mário Caracol, o Carlos Simões e mais alguns amigos, um grupo de cerca de vinte indivíduos da região de Mafra. Alguns, como o Cassiano Ferreira, o Mário Caracol, o Carlos Simões, estavam ligados ao Partido Comunista. O meu pai não esteve ligado ao Partido, embora seja acusado no processo policial de comunista. Tratava-se de criar uma frente contra o regime. E isso viu-se bem em 1973, quando existem as CDE's e se forma mesmo o MDP/CDE. Na verdade,

este grupo concordava com o essencial, derrubar a Ditadura; mas depois separavam-se na forma de atuar. Os militantes do PCP tomavam decisões coletivas, vindas do Partido, e esta gente de Maфра, a que me refiro, que não pertencia ao Partido, nem sempre acompanhou essas decisões, o que é normal. Houve vários casos em que isto aconteceu, ali por 1973. Mas há aqui um período muito interessante que eu queria referir, e que corresponde ao período das Eleições de 1973. Abrimos a sede da CDE aqui numa rua do centro da vila, a Rua José Maria da Costa. Tínhamos cartazes a dizer “Abaixo a Guerra Colonial”, com música da oposição a ouvir-se na rua, isto sem grandes dificuldades com as autoridades. Na altura, decidimos fazer uma sessão de esclarecimento no Cine-Teatro, que esteve completamente cheio. O orador principal foi o Sottomayor Cardia e lembro-me que, numa reunião anterior na Farmácia, se decidiu falar sobre a Guerra Colonial, que eles não queriam permitir que acontecesse. Havia polícia de choque com um chaimite, ali ao canto da rua (junto à entrada norte da Escola Prática de Infantaria), e que se manteve durante todo o tempo, embora sem intervir. De facto, a reunião foi organizada pelo responsável (director) do jornal de Maфра, um homem que chegou a ser, mais tarde, vice-presidente da CIP. Mas a sessão correu sem incidentes. É claro, eu cheguei a ser levado ao Presidente da Câmara, Adriano Figueiredo (que era na altura o representante do Governador Civil), para me chamar a atenção sobre a nossa intervenção que não deveria, segundo ele, mencionar a Guerra Colonial, ou então não haveria sessão. A questão quente na altura era mesmo a Guerra Colonial. Mas, de facto, durante a sessão falou-se da Guerra e a polícia, presente, não interveio. Nesta sessão tivemos algumas dificuldades em arranjar alguém para presidir, muitos tiveram dificuldade em aceitar, por isto e por aquilo. Mas depois o Francisco José Alves Gato, Piloto da TAP, genro do meu tio Miguel Esteves de Medeiros aceitou, com muita coragem, pondo em causa o seu emprego, mas correu muito bem.

Significa que a luta, por aquela altura, era uma luta unitária, que abarcava já muitas famílias políticas...

Sim, a sala estava cheia, como já disse. E a nossa sede também esteve sempre aberta, com música, reuniões, cartazes. Não tínhamos já muitos incómodos, incluindo da polícia. Claro, isto durou um mês, não mais. O mês que era dado para fazer campanha eleitoral. Naturalmente, os comunistas eram muito ativos, embora eu possa falar em poucos. Posso mencionar o Mário Caracol, o Cassiano Ferreira, o Carlos Simões...sem

dúvida os mais ativos. Alguns, como o José Filipe Teixeira e o Professor Borges já não moravam cá naquela altura, tinham ido para Lisboa. Havia os filhos e sobrinhos, a nova geração. Mas nesta campanha de 73 estivemos já, muitos de nós, ativos e a participar em tudo: na organização, na propaganda, nos contactos com as autoridades. Por exemplo, foi preciso fazer um contacto com a Junta de Freguesia e fazer um apelo ao recenseamento de toda a população. Se for ver os nomes, estamos lá todos, quer os da velha geração quer os mais novos. Havia já bastantes operários nesta sessão do Cine-Teatro (que trabalhavam na FOC – Fábrica Osório de Castro) em Mafra. Mas, na sessão, estiveram, principalmente, pessoas da classe média, comerciantes, funcionários públicos, estudantes e, naturalmente, também operários, embora eu não consiga agora fazer uma radiografia rigorosa dos participantes. Estavam também católicos, como o José António. Olhe, se consultarmos a lista que exigiu o novo recenseamento na época – e que é pública –, tem aí uma boa amostra de quem era a gente que apoiava a luta contra o regime. Depois havia o médico, Dr. Sanches de Brito, o farmacêutico, Afonso de Medeiros, o Construtor José Ministro dos Santos, pai do Presidente da Câmara Municipal de Mafra... era gente com influência e que as pessoas reconheciam como gente dedicada à terra e que desejavam uma alteração democrática.

Mas tem memória da luta contra a Ditadura e dos homens que em Mafra encabeçaram essa luta...

Tenho, claro, até pela ligação forte do meu pai a muitos desses homens. Embora houvesse aqui mais de uma sensibilidade, que nem tinha muito a ver com a ideologia política. Tinha mais a ver com a forma de agir. Havia os que, como o Cassiano ou o Carlos Simões, estavam sempre prontos a agir, a fazer qualquer coisa. E havia homens como o meu pai, Afonso de Medeiros, que tinham uma forma mais ponderada de atuar. Até porque, depois de ele sair da cadeia de Peniche, teve de dedicar-se a sério à Farmácia, de que era responsável. Também é verdade que a minha vida só começou verdadeiramente aqui em Mafra já quando era rapaz, pelos meus 16 anos, como ajudante na Farmácia, a fazer noites e fins-de-semana, a ajudar o meu pai. Ele não nos quis pôr a estudar aqui em Mafra, no Externato. De modo que alugou uma casa na rua de Campolide, em Lisboa, para onde fui com as minhas irmãs e com a ajuda de uma governanta. Eu fui para o liceu Passos Manuel e elas foram para o liceu Maria Amália Vaz de Carvalho. Acontece que não concluí o ensino liceal e vim trabalhar para a Farmácia.

O meu pai, na altura, teve um enfarte e era preciso vir ajudá-lo. Como eu não morria de amores pelo estudo, vim para a Farmácia. Por isso, conheço bastante bem a vida da oposição de Mafra. A maioria da gente da oposição, por exemplo o Sanches de Brito, primo do meu pai, médico local, o Juiz Conselheiro Nunes da Ricca, o Lopes Graça (irmão do compositor), o meu tio Miguel Esteves de Medeiros, eram visita diária da Farmácia. Não se pode dizer que era um centro de conspiração, mas era ali que se falava sobre a situação política e militar do país. Não podemos esquecer que Mafra é um centro militar nevrálgico, com a Escola Prática de Infantaria, para formação de Oficiais, mais a mais em tempo de guerra. Tinham sido homens que tinham “assinado as listas” do MUD, em 1945, e que, por isso, foram presos em 1948, acusados de comunistas. Devo dizer que não vi nunca o meu pai como um militante comunista, embora ele tivesse sido acusado de tal, como era costume. Foi sempre um democrata e, evidentemente, foi sempre apoiante de todos os combates contra a Ditadura. Lembro-me de ele, em 1958 (estávamos nós no Liceu) ter acompanhado a campanha do Humberto Delgado, em Lisboa.

No fim de contas só mais tarde, em 1973, toma uma posição política mais interventiva

Sim, regressei da tropa na Guiné em agosto de 1971, tinha 22 anos, e comecei, por essa altura, a reunir com os amigos aqui de Mafra (os irmãos Borges e outros) com interesse em aproveitar aquele período que antecedeu a mudança dos anos seguintes de 1972 e 1973. Devo dizer que, na tropa, eu e a grande maioria nos sentíamos obrigados, embora sem nenhuma convicção de apoio ao regime. Em Bissau, tive uma vida relativamente calma, sempre ligado aos Serviços de Saúde, na unidade do Batalhão de Engenharia 447. Tinha casado por procuração, a minha mulher acabou por ir ter comigo e, vejam bem, de seguida, foi possível pedir a ida do meu carro, que me chegou pela mesma altura. Mas sabíamos que aquela calma não ia durar sempre. Havia sítios na Guiné, na altura, junto à fronteira, onde o Exército português não entrava e sobre os quais sabíamos pouco. Vivia ao lado do quintal da mulher e das irmãs do Amílcar Cabral, tudo gente impecável e acabei por conhecer por dentro o que aconteceu naquela operação a Conacri, porque o Marcelino da Mata pertencia ao Batalhão de Engenharia 447 onde eu era enfermeiro. Tanto quanto hoje se percebe, a Operação Conacri foi um falhanço, porque não se atingiram os objetivos que se pretendia atingir. Mas, resumindo, a guerra para mim foi

relativamente descansada, no Serviço de Saúde. Claro que, entre nós, toda a gente dizia mal daquilo, mas revoltas não havia, porque havia o medo de levar alguma “porrada”. No meu tempo, em que eu já apanhei o Spínola, contavam-se coisas terríveis da administração do Governador Militar anterior, o General Arnaldo Schultz: preto que andasse de motorizada, o mais certo era ficar sem ela, não tinha direito. Preto que quisesse entrar em autocarro com pé descalço, não podia, isto é o que era dito quando cheguei à Guiné... Por exemplo, pretos à porta do supermercado a pedirem-me para eu lhes comprar coisas lá dentro, porque não podiam entrar. Depois, a coisa começou a mudar um pouco com administração do Spínola, que eles chamavam o “papé”. É claro que se ouvia muita coisa, por exemplo que, a partir de certa altura, os oficiais milicianos começaram a simular o trabalho das operações que comandavam, a “safar o coiro”. E que isso obrigou a mudança da chefia das operações no terreno para capitães, que começaram a “lerpar”, como acontecia antes com os milicianos. Aí, começou-se a ouvir falar de “qualquer coisa” que se iria passar, a nível de revolta, mas tudo de ouvir falar. É verdade que na altura já lá estava o Otelo Saraiva de Carvalho.

Esse ano de 1973 foi decisivo para si e para o país, com o Congresso de Aveiro, com a preparação das Eleições...

Não estive no Congresso de Aveiro, mas este período das Eleições foi essencial. Digamos que todos sabíamos o que era preciso fazer a seguir ao 25 de Abril. Podíamos discordar nisto ou naquilo, mas o essencial era dar fim à Guerra Colonial e acabar com o regime, promovendo eleições. Só assim conseguiríamos sair da situação de atraso em que nos encontrávamos. De modo que a seguir ao 25 de Abril, é deste grupo de gente que vão sair os ativistas para a mudança da situação. Saiu a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, isto com reuniões muito participadas por partidos políticos e gente sem partido, que se começou a reunir na antiga sede da Legião Portuguesa (situada no torreão do Convento). Também saiu a Comissão de Recenseamento Eleitoral, de que eu fazia parte, ao lado de outros, como o Cassiano Ferreira. Aqui, merece nota o facto de termos tido acesso, em primeira mão, a uma lista (de que eu penso ter ainda uma cópia) em que se mencionavam os nomes dos cidadãos impedidos de votar: basicamente militares com responsabilidades nos últimos tempos do regime. Curiosamente, não aparecia ninguém em Mafra, mencionado como tendo estado ligado à PIDE/DGS.

Não enveredou pela vida política depois do 25 de Abril, mas não

deixou de ter responsabilidades grandes no domínio local....

Sim fui Comandante dos Bombeiros e Presidente da Direcção durante alguns anos e também Coordenador da Protecção Civil do Concelho e Presidente do Núcleo da Cruz Vermelha de Mafra, isto para mencionar as atividades de maior responsabilidade.

VI – Vidas de proveito e exemplo



Afonso Esteves Medeiros (Mafra, 4 de abril de 1908 – Mafra, 11 de março de 1985). Filho de Serafim da Paz Medeiros e Palmira do Sacramento Esteves de Medeiros. Nascido e criado em Mafra, Afonso Medeiros foi trabalhar para o negócio de família, a Farmácia Medeiros, de que se tornou depois proprietário. Ao contrário de outros presos políticos do concelho, provenientes de famílias com menor estatuto social, Afonso Medeiros pertencia às elites concelhias. O pai, Serafim da Paz Medeiros, era um importante republicano do concelho. Em 1910, aquando da implantação da República, fora mesmo o Vice-presidente da Comissão Municipal Administrativa de Mafra.

Desta forma, Afonso Medeiros começou por seguir as pisadas do pai na sua relação com os poderes constituídos. Enquanto o pai fora um opositor à Monarquia, o filho transformava-se assim em opositor à Ditadura. Em 1945, foi membro da Comissão de Freguesia de Mafra do Movimento de Unidade Democrática (MUD). No início de 1946, foi contactado por um controlador do Partido Comunista Português (PCP), para formar uma célula do partido em Mafra. Afonso Medeiros foi, assim, detido pela PIDE a 12 de março de 1948, na sequência de uma investigação desencadeada por umas pichagens no muro da Tapada de Mafra e pelas detenções de José Filipe Teixeira e Mário Luís Caracol. No interrogatório, confessou que tinha sido ele o primeiro elemento do PCP em Mafra, e que tinha convertido o seu antigo funcionário, Cassiano Ferreira que, por sua vez, convencera José Filipe Teixeira e Mário Luís Caracol.

Em 1947, aquando da formação do Comité Local do PCP em Mafra, Afonso Medeiros não integrou esse órgão do partido (viria a integrá-lo mais tarde, apenas em 1948), mas a sua ligação ao MUD foi aproveitada: participou em reuniões na Tapada de Mafra a propósito do MUD, até que se apercebeu que estava a falar com outros militantes comunistas, passando essas reuniões a tratar de questões de organização do PCP no concelho. No

processo que lhe foi movido em 1948, o despacho da acusação admitia que Afonso Medeiros tinha a responsabilidade das células do PCP na vila de Mafra e no Depósito da Remonta (unidade de cavalaria em Mafra, fundada em 1911, com o objetivo de treinar cavalos para a utilização do Exército). No interrogatório, porém, Afonso Medeiros afirmou não ter conhecimento de qualquer atividade do PCP dentro da Remonta. Escrevemos “no interrogatório”, mas na verdade foram cinquenta e sete, em que o detido foi sujeito às maiores violências físicas e psicológicas, como se pode ver numa carta que o próprio escreveu, na terceira pessoa, sobre a sua prisão: “Sofreu 57 interrogatórios, ameaçado, por várias vezes, de ser assassinado e ir fazer parte do quadro de honra do P.C.; de ser enviado para o Tarrafal; de ser presa sua mulher e tantas mais ameaças”.

No seguimento da sua detenção, em março de 1948, foi colocado em Caxias, tendo sido depois transferido para o Aljube. Saiu em liberdade condicional em 2 de novembro de 1948, enquanto aguardava a decisão do recurso que interpusera ao Supremo Tribunal de Justiça, por causa da condenação pelo 3.º Juízo Criminal de Lisboa. A 5 de novembro de 1949, voltou à prisão, depois da condenação definitiva, que agravava a pena da primeira instância. De vinte meses de prisão correcional, passou para vinte e dois meses, na suspensão de direitos políticos por cinco anos, no imposto de justiça no valor de 1000\$00 e ainda foi sujeito a medidas de segurança de um ano de internamento. Foi primeiro preso em Caxias, depois em Peniche. Voltou à prisão de Caxias para ser operado e foi posteriormente transferido para Setúbal, tendo ainda regressado uma última vez à prisão do Forte de Peniche.

Em 1951, a Diretoria da PIDE elaborou um parecer favorável à liberdade condicional de Afonso Esteves Medeiros. Os argumentos a favor dessa libertação evidenciam a importância que a PIDE atribuía a este opositor. Dizia-se que esta não era uma figura de relevo no PCP e que era “de extracção humilde e a sua cultura social e política é falsa, rudimentar, feita à base de leituras ligeiras, sempre mal compreendidas e assimiladas”. Acrescentavam ainda no parecer que como não havia condições para manter os presos políticos devidamente separados, as prisões estavam a servir de escola, com os presos mais cultos a transmitir as suas leituras aos menos instruídos, o que estava a fortalecer o movimento opositor. Com efeito, as prisões estavam a servir de escola, mas Afonso Medeiros era um dos professores, tendo chegado a ensinar inglês e francês a outros

presos políticos em Peniche.

A liberdade condicional foi atribuída a 6 de novembro de 1951 e a definitiva a 24 de fevereiro de 1956. Uma vez em liberdade, Afonso Esteves Medeiros permaneceu um homem da oposição ao Estado Novo até ao fim do regime. Em 1973, surge como co-sinatário do manifesto Todos ao Recenseamento, que incitava os cidadãos a inscreverem-se nos cadernos eleitorais, de maneira a votarem nas eleições legislativas, que ocorreram em outubro desse ano. Esse documento, assinado por pessoas de vários quadrantes da oposição ao Estado Novo, englobava vários membros da família Medeiros, que ficava marcada como uma família da oposição – não necessariamente comunista – mafrense: José Eduardo Medeiros, Palmira Moreira Esteves de Medeiros Gato ou Rui Afonso Medeiros, por exemplo.

Fontes: IANTT, Proc. 294/48 e RGP nº 18 173; Testemunhos orais



Carlos Simões (Torres Vedras, 14 de janeiro de 1923 – Mafra, 10 de maio de 1997). Filho de António Simões e Palmira Rosa Simões. Aquando da sua prisão pela PIDE, no concelho de Torres Vedras, Carlos Simões era ainda um jovem montador de máquinas, com 28 anos. Foi preso a 7 de março de 1951, para “averiguações”, acusação muitas vezes utilizada pela polícia política para deter cidadãos sem uma aparente justificação. No mesmo dia em que foi detido, foi logo enviado para a diretoria da PIDE, em Lisboa, e recolheu à prisão de Caxias. Treze dias depois, a 20 de março, foi transferido para o Aljube e retornou a Caxias no dia 5 de maio, para regressar ao Aljube a 11 de outubro de 1951.

Entre estas trocas de prisões, Carlos Simões foi “colocado à disposição” dos tribunais a 12 de junho de 1951, mas foi julgado apenas a 24 de janeiro de 1952. Na sequência desse julgamento, foi condenado a sessenta dias de prisão, considerada cumprida com o tempo da prisão preventiva, sessenta dias de multa a 5\$00 (escudos) por dia, a que se somaram mais 1000\$00 de imposto de justiça (o que fez um total a pagar de 1300\$00) e cinco anos de suspensão dos direitos políticos. Ao contrário dos presos políticos

de 1948, Carlos Simões não foi condenado a medidas de segurança. Desta forma, tendo os dias de prisão já sido cumpridos com a prisão preventiva, foi libertado no dia em que foi condenado. Não obstante, a 7 de dezembro de 1951 (ainda durante a prisão preventiva), Carlos Simões havia já sido penalizado com trinta dias de proibição de visita por ter infringido uma norma de funcionamento da prisão.

Depois de ter sido libertado, Carlos Simões acabou por se mudar para o concelho de Mafra, tornando-se proprietário do seu próprio negócio e, posteriormente, representante da Citroën em Mafra. A 21 de abril de 1964, voltou a ser detido, desta vez por suspeita de “actividades contra a segurança do Estado”. Retornou ao circuito prisional: entrou em Caxias a 21 de abril, foi transferido para o Aljube a 15 de maio e retornou a Caxias a 26 de maio. A 25 de junho, foi libertado, depois de ter estado detido mais de dois meses, sem que fosse formalizada uma acusação contra ele. Dessa prisão, a sua filha Olga Marina recorda as visitas a seu pai, em Caxias, onde um portão verde e gigante o encerrava do mundo, bem como a violência com que era empurrado pelos guardas no início e fim das visitas¹.

Provavelmente, esta prisão (poucos dias antes da segunda detenção de Mário Luís Caracol) deveu-se ao facto de ambos terem sido denunciados como dirigentes da Direção de Organização Regional do PCP Oeste-Ribatejo. No entanto, a PIDE não deve ter sido capaz de provar as acusações, pelo que ambos foram libertados sem terem sido levados a julgamento.

Em 1973, tal como outros ex-presos políticos do concelho, foi co-signatário do manifesto Todos ao Recenseamento, assinado por muitos outros membros da oposição (comunista e não-comunista) mafrense. Mas Carlos Simões não foi apenas mais um signatário. Algumas das reuniões de preparação do manifesto tiveram lugar na oficina de que era proprietário e os panfletos com o texto, em algumas áreas do concelho, foram distribuídos em carros pertencentes ao Carlos Simões, que se manteve politicamente interventivo até ao final da Ditadura. Segundo ainda testemunho de sua filha Olga, a sua fácil mobilidade em automóvel próprio fazia com que fossem constantes os apoios que prestava a opositores que se deslocavam de noite, clandestinamente. Era, aliás, acompanhado pela mulher e pelas filhas, para melhor poder simular a deslocação de um “tio” ou de um “primo” clandestinos.

Na mesma linha, Carlos Simões foi um ativo dinamizador do processo

¹ Depoimento prestado por Olga Marina Barroca Simões, 8 de março de 2023

de criação das Comissões Administrativas que asseguraram a transição para o poder democrático local, após a Revolução de Abril.

Fontes: IAN/TT, Proc. 294/49 e RGP nº 20 188; Testemunhos orais



Cassiano Ferreira (Mafra, 7 de março de 1920 – Mafra, 16 de janeiro de 2002). Filho de António Ferreira e Maria das Dores, nasceu e viveu na vila de Mafra. Foi empregado na Farmácia Medeiros, onde trabalhou com Afonso Esteves Medeiros. Cedo deixou esse emprego e fixou-se como comerciante. Em inícios de 1946, Afonso Medeiros convenceu-o a aderir à causa do Partido Comunista Português (PCP) e Cassiano Ferreira juntou-se à organização local do partido em Mafra. A partir do final do ano, tornou-se membro do Comité Local do PCP em Mafra, primeiro com José Filipe Teixeira e Mário Luís Caracol (ambos convidados por si para se juntarem ao partido), depois com Afonso Esteves Medeiros e Carlos da Silva Cardoso.

No primeiro comité local, que funcionou entre finais de 1946 e dezembro de 1947, Cassiano Ferreira, sob o pseudónimo “Antero”, estava encarregado das células do Livramento e da Malveira. Já no segundo comité, que funcionou entre o final de 1947 e março de 1948 (mês em que foram detidos pela polícia política), ele continuava encarregado daquelas células, a que se somavam as do Gradil, Murgeira e Barreiralva.

A 11 de março de 1948, foi detido pela PIDE, no seguimento de uma investigação a umas pichagens oposicionistas no muro da Tapada de Mafra, que já havia levado à detenção de José Filipe Teixeira e Mário Luís Caracol. Uma vez detido por atividades subversivas, foi levado primeiro para o Aljube, depois para Caxias. Foi condenado a 18 meses de prisão, em primeira instância, mas recorreu e pôde aguardar o resultado do recurso em liberdade, entre 3 de novembro de 1948 e 24 de novembro de 1949. Nessa data, voltou a ser preso, depois de o Supremo Tribunal de Justiça lhe agravar a pena de dezoito para vinte meses de prisão correccional, tendo-o ainda condenado à suspensão de direitos políticos por cinco anos,

no imposto de justiça no valor de 1000\$00 e ainda foi sujeito a medidas de segurança de um ano de internamento. Cumpriu a pena de prisão e o ano de internamento. Primeiro em Caxias, depois em Peniche. Saiu em liberdade condicional a 11 de agosto de 1951 e foi-lhe concedida a liberdade definitiva a 8 de março de 1956.

Tal como aconteceu com os restantes presos de 1948, também Cassiano Ferreira não cessou as suas atividades políticas oposicionistas, nem as suas ligações a companheiros políticos presos. De facto, com Mário Luís Caracol, foi co-proprietário de uma loja em Mafra, relação pessoal e comercial que manteve durante largos anos. No campo da atividade política, é certo que não mais foi preso pela polícia política da ditadura, mas manteve-se nos círculos da oposição mafrense. Em 1973, foi co-signatário do manifesto Todos ao Recenseamento, assinado por muitos outros membros da oposição (comunista e não-comunista) mafrense.

Fontes: IAN/TT, Proc. 294/48 e RGP nº 18 160; Testemunhos orais.



Fritz Teppich 1936

Fritz Teppich (Berlim, 26 de novembro de 1918 – Berlim, 25 de fevereiro de 2012). Combatente antifascista na Guerra Civil de Espanha (1936-1939), refugiado político em Portugal (1942-1946), jornalista na Alemanha depois da Guerra. Preso pela PVDE no Aljube (1942), onde trava relações estreitas com o comunista Joaquim Pires Jorge, passa grande parte deste período de refugiado com residência fixada na Ericeira, período da sua vida que relata no livro “Um Refugiado na Ericeira”.

Era filho de Richard Teppich e Gertrud Teppich, uma família judia alemã que viveu em sobressalto a ascensão do nazismo. Em 1933, ainda com 14 anos, é colocado a salvo pela família, que o envia para a Bélgica, para junto de uma irmã já casada na família Kempinski, ligada ao ramo da restauração, onde Fritz adquire especialização de cozinheiro.

Em 19 de julho de 1936, um dia depois do “Alzamiento” dos rebeldes

de Franco, Fritz, na altura apenas com 17 anos, parte para Espanha, disposto a combater os franquistas e pôr um travão ao avanço fascista que em breve iria colocar a Europa a ferro e fogo. Dirige-se a S, Sebastian, onde se junta ao Batalhão da Juventude Socialista Unificada. Em breve ingressa no Exército Republicano, comandando uma bateria anti-aérea nas trincheiras republicanas, na defesa de Bilbao. Acompanha todas as vicissitudes adversas da Guerra Civil de Espanha, primeiro em Teruel e depois na Frente do Ebro. Obrigado a sair, em condições muito difíceis pela fronteira Norte em 1937, volta a Espanha, pela Catalunha para prosseguir o combate. Voltará a sair no Inverno gelado de 1939, refugiando-se na Bélgica. Com a invasão do país pelos nazis, em 1940, é preso e enviado com outros refugiados, em particular comunistas (condição que Fritz tinha assumido durante a Guerra de Espanha) para os campos de internamento de Gurs e Le Vernet, no Sudoeste de França. Em início de 1941, Fritz é integrado na 306ª Companhia de Trabalhadores Estrangeiros, com destino aos Campos de Trabalho do Leste. Cerca de 120 dos seus companheiros de infortúnio partirão para esse destino, mas Fritz consegue fugir e, através da Espanha, entrar em Portugal pela fronteira do Caia (Elvas), em outubro de 1942.

A estadia em Portugal será marcada pela entrada no país em condição ilegal, com o apoio do HICEM (organização de apoio a judeus) de Barcelona. Chegado a Lisboa, de camioneta, procura e obtém o apoio material da CIL (Comunidade Israelita de Lisboa) e instala-se clandestinamente, numa casa na Rua do Norte (Bairro Alto), onde usa o nome de Miguel Vieira Machado, nome com o qual se mantém em correspondência com a família, na Alemanha. No entanto, em breve será preso pela PVDE e colocado na prisão do Aljube, aí passando quatro meses, na companhia de vários refugiados e também de um companheiro que se tornará amigo em anos futuros – o comunista Joaquim Pires Jorge, também ele ex-refugiado em Espanha.

No primeiro trimestre de 1943, face ao desenrolar da Guerra e perante fortes pressões internacionais, muitos refugiados políticos presos pela Ditadura são libertados e colocados sob regime de residência fixada na Ericeira, onde já estavam cerca de 80 oriundos de uma primeira leva, instalada em 1 de janeiro de 1942, contingente que foi sendo aumentado até às várias centenas (800, segundo José Caré Júnior, num total de mais de 3000, em regime de rotação).

Fritz vai permanecer na Ericeira, com liberdade condicionada, entre início de 1943 e o Outono de 1946, altura em que é, finalmente, autorizado a sair para a Alemanha, a seu pedido. Três anos da sua vida controlados pelo agente da PVDE que para ali foi deslocado em 1942 para tomar conta da comunidade de refugiados, alguns deles judeus empenhados politicamente, como Fritz. Nas memórias escritas que nos deixou desse período, refere que a maioria dos refugiados eram judeus, a fugir às perseguições que sofriam no Centro e Leste da Europa, havendo igualmente um grupo significativo que tinha passado pela Guerra Civil de Espanha, como ele próprio: Karl Loech, John Popp, Brumme e Max Better, com quem convivia de forma mais próxima, e que eram antifascistas empenhados no combate ao nazismo, e que por isso mesmo a PVDE chegou a prender mais de uma vez.

Apesar de terem o apoio material da JOINT e da USC (organizações americanas de apoio aos judeus refugiados), através da CIL, no valor de cerca de 750 escudos mensais, todos eles estão ansiosos por que a guerra termine para poderem voltar aos seus países, ou então para rumarem a três destinos favoritos: os EUA, o Canadá ou a Austrália.

A tranquilidade numa terra pacata como era a Ericeira daquela altura, não chegava para garantir uma vida sossegada, longe das famílias e sem saberem o que lhes teria acontecido. No final da guerra, quando volta à Alemanha, Fritz conhece a dramática situação da sua família: a mãe, as tias e um irmão, que se refugiaram na Holanda, tinham perecido em Auschwitz. Também a saída de Portugal lhes foi duramente negada por longo tempo, mesmo depois de terminada a Guerra. Fritz só saiu em 1946, mas alguns outros, vindos de Espanha, só vieram a sair do país, nessa altura expulsos pela Ditadura, em 1948.

A vida não lhes era difícil em termos materiais, porque 750 escudos era praticamente o dobro do salário de um trabalhador português naquela altura, responsável por toda a família. Porém, Portugal nunca constituiu um destino definitivo para a esmagadora maioria dos refugiados políticos que aqui chegou durante a Guerra. O país mostrava-se pobre, atrasado socialmente e sem qualquer possibilidade de mudança política a curto prazo.

Bibliografia:

Fritz Teppich: *Der rote Pfadfinder – der abenteuerreiche Weg eines Berliner Juden durch das 20. Jahrhundert*. Elefanten Press, Berlin 1996

Fritz Teppich (Hrsg.): *Spaniens Himmel. Volksfront und internationale Brigaden gegen den Faschismus 1936–1939*. Elefanten Press, Berlin 1996



ISMAEL NABAIS GONÇALVES – (Casteleiro, Sabugal, 15 de dezembro de 1939 -). É filho de Joaquim Gonçalves Diogo e de Ressurreição Nabais. À altura da prisão, pela Direção-Geral da PIDE/DGS, em 21 de janeiro de 1974, era pároco na Igreja Nova – Mafra.

A prisão pela PIDE/DGS do Padre Ismael Gonçalves, acusado de “atividades contra a segurança do Estado”, acontece no decurso das diligências policiais ocorridas em torno do desmantelamento e prisão dos membros de um “grupo subversivo que se diz de Acção Anti-Colonial”, na apreciação da polícia, e que esteve particularmente ativo na promoção de uma vigília pela Paz, na Capela do Rato, em Lisboa, nos últimos dias do ano de 1972. Trata-se de um grupo vasto de católicos progressistas onde pontevam, na altura, o Padre Felicidade Alves, o Padre Alberto Neto, o arquiteto Nuno Teotónio Pereira e o ex-sacerdote Luís Moita.

Em 3 de dezembro de 1973, o Padre Ismael é acusado pela PIDE/DGS de ajudar a produzir o BAC – Boletim Anti-Colonial – num copiógrafo que mantinha na sua casa paroquial, na Igreja Nova. Em 4 de dezembro de 1973 é feita um auto de busca de material “subversivo” na casa do Padre Ismael onde é apreendida uma volumosa quantidade de informação e propaganda anti-colonial. A exemplo refira-se a apreensão dos panfletos “As Chacinas de Mucumbura”, “Os Acontecimentos do Rato” e “Baixas Militares Portuguesas na Guerra Colonial”, ou ainda o documento “A Paz é Possível” (vide IAN/TT, Arquivo PIDE, Proc. 544/73).

A par desta atividade clandestina de luta anticolonial, o Padre Ismael mantinha uma participação forte no jornal *O Jovem*, um mensário publicado em Mafra desde o início dos anos 60 e que tinha à sua frente, em 1973, o padre Joaquim L. Batalha. De forma indireta, para fugir à Censura, as temáticas opiniosas do jornal partiam, de forma muito evidente, das notícias que podiam interessar ao fim da Guerra Colonial e à transição democrática do regime ditatorial. Por isso, notícias como o apelo ao recenseamento e à votação em eleições para a Assembleia Nacional ou documentos da Igreja em que se refletia sobre a temática da Paz – papais ou diocesanos – são

aproveitados para promover a reflexão sobre a necessidade da vinda do “Tempo Novo”, como gostava de referir o Padre Ismael. Como exemplo, refira-se o texto publicado n` *O Jovem* n.º 117, de junho 1973, a propósito da intervenção de Paulo VI na sede da ONU, em 1969, intitulado “A Paz é possível e por isso obrigatória”.

De resto, a sua atividade e modo de proceder tornou-se logo notada quando, vindo de Belém, onde era coadjutor do Padre Felicidade Alves, se instalou na Igreja Nova, como pároco. Em 1968-69 e no ano seguinte substituiu o Padre Carmo no Externato de Mafra – um Externato misto na altura –, a ministrar Religião e Moral. Nas aulas, os alunos da época, como Mário Borges, cedo se aperceberam que tinham pela frente alguém que, em matéria de educação cívica, se não coibia de falar de educação sexual, uma matéria completamente inaceitável para o sistema escolar da época. A sua vida passou ainda pela inscrição, como escriturário em part-time, na CAPLCM (Cooperativa Agrícolas dos Produtores de Leite do Concelho de Mafra), provocando na comunidade religiosa mais tradicional algum desconforto. Este quadro de um padre completamente inserido na comunidade, como pretendia, completava-se ainda pela sua atividade desportiva, tendo sido atleta federado na equipa de futebol do Clube Desportivo de Mafra.

A sua intervenção política tornou-se intensa e foi decisiva na transição do poder local para instâncias democráticas, a seguir à Revolução de 25 de Abril de 1974.

Em 26 de julho de 1974, o “Padre Católico” Ismael Nabais Gonçalves tomou posse como membro da Comissão Administrativa do Concelho de Mafra no Governo Civil de Lisboa, de acordo com Portaria de 6 de julho do Ministro da Administração Interna. Sendo o segundo de uma lista de 18 membros, coube-lhe substituir temporariamente o Presidente, durante o mês de setembro de 1974, tendo permanecido no cargo durante os anos de 1974 e 1975. Os membros da nova Comissão Administrativa tinham sido eleitos democraticamente nas diferentes freguesias do Concelho de Mafra, em Assembleias Populares, numa manifestação inequívoca do espírito democrático, descentralizador e participativo que caracterizou a transição democrática do poder local com a Revolução de 25 de Abril.

Exemplo desse novo espírito democrático fica patente na composição da Comissão Administrativa da Freguesia da Igreja Nova, a quem o Presidente substituto Ismael Gonçalves deu posse em 21 de setembro de 1974. Dela

faziam parte um ferrador, um estudante, 3 comerciantes, um electricista, um trabalhador rural, um agricultor e um motorista. Pela mesma altura, e sob o impulso do Presidente Ismael Gonçalves, tomaram posse quase todas as comissões administrativas das freguesias do Concelho de Mafra.

Politicamente, esta transição do Poder Local foi promovida pelo movimento democrático que ganhou expressão e força nos últimos anos do regime, em particular durante o ano de 1973, altura em que antifascistas como o Padre Ismael Gonçalves foram presos pela PIDE, na sequência das lutas pelo fim da Guerra Colonial e pela democratização do regime, avultando em Mafra, como noutros locais, o movimento unitário do MDP/CDE, onde se expressava uma forte corrente do Partido Comunista Português.

O processo de transição do poder ditatorial e centralizador para o poder democrático e participativo foi, no entanto, difícil, por ser necessário democratizar procedimentos administrativos, financeiros e políticos que sempre tinham estado, indiretamente, na posse das várias instâncias do Governo Central, nomeadamente através do processo de nomeação do Presidente da Câmara.

Não sendo um processo político fácil, sucedem-se momentos de crise, tendo o Presidente da Comissão Administrativa Ismael Gonçalves apresentado a sua demissão em Declaração Pública, na sequência de uma votação ocorrida na C.A. em 29 de setembro de 1975. Ainda chegou a convocar um “Plenário do Poder Popular” do Concelho de Mafra para 14 de outubro, mas a sua decisão de abandono ficara plasmada no documento “Razões duma Consciência Perplexa”, em que explicava os seus motivos. Houvera uma mudança na sua situação profissional, sendo agora professor, função que desejava abraçar em plenitude. Por outro lado, apresentava razões de inaptidão para o cargo, já que o seu “jeito [era] para trabalho e contacto com as populações, arrancando-as ao fatalismo e dando-lhes alguma perspetiva em ordem ao socialismo possível” (Vide “Razões duma Consciência Perplexa”, de Ismael Gonçalves).

Ismael Gonçalves participou, posteriormente, como candidato independente, nas listas da APU e CDU ao Poder Local, onde desempenhou funções autárquicas.

Fontes: Arquivo Municipal de Mafra, Comissões Administrativas, 1974, 1975, 1976). IAN/TT, Arquivo da PIDE RGP nº 29 394 e Proc. 544/73 – DS/C; Jornal “O Jovem”, Mensário regionalista, Mafra; Ismael Gonçalves, Razões duma Consciência Perplexa,



José Filipe Teixeira (Barreiralva, 12 de abril de 1922 – Alfoanelos, 17 de janeiro de 1998). Filho de Alfredo Filipe, porteiro civil no Depósito da Remonta (quartel de cavalaria existente em Mafra, no início do século XX), e Maria Margarida Filipe. Viveu no lugar do Pinheiro, junto à vila de Mafra, durante a sua infância, tendo deixado a vila para estudar no Curso Geral Comercial, na Escola Comercial Rodrigues Sampaio. Terminados os estudos e depois o serviço militar em Leiria e em Vendas Novas, voltou a Mafra, onde trabalhou como guarda-livros no Grémio da Lavoura. A 8 de março de 1948, foi detido pela PIDE, juntamente com o seu amigo Mário Luís Caracol, por atividades contra a segurança do Estado. A acusação contra eles – nunca comprovada, como ficou explícito nos autos da PIDE – foi a de terem feito pichagens contra o Estado Novo no muro da Tapada de Mafra e em outros pontos, entre a Vila e a Quinta da Mouguetta, na noite de 28 de fevereiro de 1948. A isto, juntou-se também o facto de ser militante do Partido Comunista Português (PCP), com o pseudónimo de “João”, e de ter sido entre os finais de 1946 e outubro de 1947 membro do comité local do partido, facto que o próprio confessou à PIDE. As suas funções nesse comité consistiram em servir de elemento de ligação entre os elementos do PCP de Mafra e os da Murgeira e da Barreiralva, uma vez que era natural desta última aldeia e que aí tinha amigos e conhecidos. De resto, as atividades subversivas do PCP eram o envio de cartas para diversas individualidades a pedir a extinção do Tarrafal, além da distribuição de propaganda oposicionista.

Aquando da detenção de José Filipe Teixeira, a PIDE revistou-lhe a casa, tendo encontrado diversas publicações consideradas subversivas: *Clarão Vermelho* de Rodrigo Rodrigues dos Santos e *Que Fazer?* de Lenine, quatro volumes intitulados *Jugoslávia Livre*, bem como diversos livros publicados pelo PCP, como *Se fores preso camarada* ou *A célula de empresa*, entre outros. Além disto, tinha também em sua posse três números do jornal *Avante!* e

diversas separatas desse jornal.

Na sequência desta detenção, José Filipe Teixeira foi enviado para a prisão do Aljube e depois para Caxias, onde ficou a aguardar julgamento. A 30 de outubro de 1948 foi julgado pelo 3.º Juízo Criminal de Lisboa e condenado a 18 meses de prisão, mas foi libertado a 3 de novembro de 1948, enquanto aguardava pelo resultado do recurso que interpusera. A 13 de junho de 1949, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, viu a pena ser agravada para vinte meses de prisão correcional, na suspensão de direitos políticos por cinco anos, no imposto de justiça no valor de 1000\$00 e ainda foi sujeito a medidas de segurança de um ano de internamento. Na sequência desta condenação definitiva, José Filipe Teixeira reiniciou o seu percurso prisional. Passou novamente por Caxias, para ser mais tarde transferido para Peniche e depois para Setúbal, de onde foi libertado a 12 de outubro de 1951, tendo sido mantido em liberdade condicional até 8 de março de 1956.

Depois da sua libertação, José Filipe Teixeira mudou-se de Maфра para Lisboa, para o bairro de Alvalade, onde viveu até à década de 1980. Continuou a trabalhar como guarda-livros para diversas empresas, até ter começado a trabalhar na Fundação Calouste Gulbenkian, também como guarda-livros. Manteve-se empenhado em atividades políticas, fosse a participar em manifestações contra o regime, fosse envolvendo-se em discussões e debates. A sua ligação ao PCP manteve-se até ao final da vida e durante a ditadura travou contactos com muitos militantes antifascistas, ligados a várias correntes oposicionistas, e não apenas ao PCP.

Fontes. IAN/TT: Proc. 294/48 e RGP nº 18 156; Testemunhos orais



Mário Luís Caracol (Maфра, 22 de maio de 1921 – Maфра, 17 de junho de 1985). Filho de Luís Caracol e Maria da Conceição Caracol, ambos enfermeiros no Hospital da Nossa Senhora das Dores, em Maфра. Nasceu, cresceu e viveu na vila de Maфра, onde começou a trabalhar como ajudante de guarda-livros, na delegação da Intendência da vila. Aos vinte e seis anos,

foi detido pela PIDE, na sequência de umas pichagens no muro da Tapada de Mafra, entre a vila e o lugar da Mougueta, que foram executadas na noite de 28 para 29 de fevereiro de 1948. A detenção ocorreu a 8 de março desse ano, e juntamente com José Filipe Teixeira (que mais tarde veio a ser seu cunhado), foram os primeiros detidos num processo que procurou dismantelar a oposição no concelho de Mafra.

Sobre o motivo direto da acusação, tanto ele como José Filipe Teixeira negaram ter feito as pichagens no muro da tapada, que diziam “Abaixo o Tarrafal”, “Viva a Democracia Portuguesa” ou “Amnistia”. No entanto, no mesmo interrogatório (ocorrido a 10 de março, dois dias depois da detenção, na diretoria da PIDE em Lisboa), Mário Caracol confessou que era militante do Partido Comunista Português (PCP) desde o final de 1946, com o pseudónimo de “Mateus”. Desde essa data, desempenhou funções no Comité Local do PCP em Mafra, até outubro ou novembro de 1947 (segundo a PIDE, até dezembro), data em que abandonou o órgão (mas não o partido), devido às suspeitas levantadas por um colega de trabalho. Além de ter participado em reuniões, de ter pago quotas ao PCP e de ter distribuído propaganda considerada subversiva, ele deveria também angariar apoiantes para o PCP entre os trabalhadores da construção civil no concelho. Mas, de acordo com o que admitiu à polícia política no interrogatório, não o conseguiu fazer.

Sobre o processo de 1948, Mário Caracol foi condenado em primeira instância, pelo 3.º Juízo Criminal de Lisboa, a 18 meses de prisão correcional. Tal como os restantes condenados, recorreu da decisão e aguardou em liberdade pela decisão final, tendo sido libertado a 5 de novembro de 1948. A 27 de outubro de 1949, na sequência da condenação definitiva pelo Supremo Tribunal de Justiça, regressou à prisão. Primeiro a Caxias (onde já havia estado detido em prisão preventiva, para onde tinha sido transferido, vindo do Aljube), depois para Peniche e mais tarde para Setúbal. Foi condenado a 20 meses de prisão correcional, na suspensão de direitos políticos por cinco anos, no imposto de justiça no valor de 1000\$00 e ainda foi sujeito a medidas de segurança de um ano de internamento. Saiu em liberdade condicional a 11 de agosto de 1951 e passou a liberdade definitiva a 3 de março de 1956.

Depois de ter regressado a Mafra, acabou por se tornar co-proprietário de uma loja, juntamente com (o também ex-presos político e militante do PCP) Cassiano Ferreira. Mas esta alteração da sua situação profissional,

de ajudante de guarda-livros para comerciante, não se repercutiu numa mudança de opiniões políticas. Até ao fim da vida, Mário Caracol continuou a ser membro do PCP e manteve-se politicamente interventivo. Com efeito, a 29 de abril de 1964, voltou a ser detido pela PIDE, por “atividades contra a segurança do Estado”. Foi enviado para a prisão de Caxias e, em 13 de maio, foi transferido para o Aljube. Desta vez, porém, não chegou a ser condenado, nem sequer acusado, de qualquer crime, pelo que foi libertado a 2 de julho desse ano (depois de passar mais de dois meses detido sem acusação).

Mas nem assim a sua oposição à ditadura fascista diminuiu. Não foi novamente acusado, mas em 1973, foi co-signatário do manifesto intitulado Todos ao Recenseamento, promovido pela CDE (Comissão Democrática Eleitoral), em que se incitava os cidadãos a inscreverem-se nos cadernos eleitorais, de maneira a votarem nas eleições para a Assembleia Nacional, que ocorreram em outubro desse ano. Ao contrário dos momentos anteriores, em que se tratava de uma resistência à ditadura praticada apenas pelo PCP, aqui os signatários foram identificados como “democratas do concelho de Mafra”, o que indicava uma oposição muito mais abrangente do que o PCP e uma maior abertura de Mafra às oposições à ditadura.

Fontes: IAN/TT: Proc. 294/48 e RGP nº 18155; Testemunhos orais



Miguel Júlio Esteves de Medeiros, (Alcácer do Sal, 04.03. 1903 – Mafra, ?? .1972). Era filho de Serafim da Paz Medeiros, um republicano que foi membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Mafra em 1910, e de Palmira do Sacramento Esteves de Medeiros. Em Mafra residia um outro seu irmão, também opositor ao Estado Novo, o farmacêutico Afonso Esteves de Medeiros.

Miguel de Medeiros foi Tesoureiro da Câmara Municipal, de Mafra até 1935, quando foi expulso em função da pena que lhe foi aplicada pelo Tribunal Especial. Passou a dedicar-se, então, à atividade comercial, tendo-se tornado um comerciante com forte implantação em Mafra, com

atividades em vários domínios, nomeadamente na distribuição de gás e combustíveis, de adubos e de materiais de construção.

Ainda jovem, com 32 anos, foi preso em 7 de junho de 1935 por “motivo político”, transitando da esquadra onde estava detido para a cadeia do Aljube, em 7 de agosto de 1935. A sua prisão esteve associada à preparação da designada “Revolta de Mendes Norton”, uma intentona que chegou a sair à rua em 10 de setembro de 1935, mas que foi facilmente anulada pelas forças fiéis à Ditadura. A revolta junta setores de muito diversa extração política, todos mobilizados contra o Estado Novo fascista – desde os republicanos do coronel Ribeiro de Carvalho, aos integralistas de Francisco Rolão Preto – com o apoio operacional da ORS (Organização Revolucionária de Sargentos).

Miguel de Medeiros foi justamente acusado de ter sido o elo entre o Comité Revolucionário de Lisboa e a organização de sargentos da ORS existente no Quartel da Escola Prática de Infantaria de Mafra, nomeadamente de ter entrado em contacto com o 2.º Sargento Joaquim Rebelo, o 1.º Sargento Joaquim Silvestre e o Sargento Manuel Justiniano Pereira, tendo ainda facilitado a ligação destes com o capitão do mesmo quartel Aníbal Marcelino. Simultaneamente, mantinha ligações com o revolucionário Roberto de Melo Queirós, um comerciante e influente agente revolucionário que sempre se manteve em clandestinidade e em ligação estreita com a Liga de Paris e com o ex-Primeiro Ministro Afonso Costa (Vide Proc. SC PC, 2183/55, 3 volumes, IAN/TT, Arquivo da PIDE).

Miguel de Medeiros foi julgado em Tribunal Militar Especial e condenado a “20 meses de prisão correcional e 600 dias de multa, à razão de um escudo diário”. Apesar de ter solicitado amnistia, na base do Decreto-Lei n.º 26 636, de 25 de maio, não lhe foi concedida, pelo que só foi restituído à liberdade em 27 de fevereiro de 1937. Foi ainda expulso do Serviço Público, tendo deixado de exercer a função de Tesoureiro da Câmara Municipal de Mafra.

A primeira prisão marcou a sua vida de opositor ao regime para o resto da vida. Em 18 de março de 1948, voltou a ser preso e conduzido a uma esquadra “para averiguações”, embora se tivesse comprovado que não tinha nada a ver com a prisão da rede do Comité Local do PCP, totalmente desmantelada por esses dias de março de 1948, sendo por isso restituído à liberdade em 22 desse mês.

Contudo, não se livra de ser de novo preso em 9 de setembro de 1950, desta vez acusado de ser o organizador e recetador de fundos destinados aos “presos políticos”, que a PIDE interpretava como sendo fundos recolhidos a favor ao PCP (Proc. Da PIDE n.º 315/50). Foram presos os funcionários da Venatória Abílio Mendes e João Luiz, acusados de recolher os fundos na região da Malveira e Mafra, mas nada se provou contra Esteves de Medeiros, que foi libertado em 14 de setembro de 1950, poucos dias depois de ter sido preso.

Homem influente, em Mafra e em Lisboa, a sua casa foi, desde sempre, um local de apoio a ex-presos políticos, clandestinos ou fugitivos das cadeias e da PIDE. É o caso do apoio que foi dado a Jaime Serra, um militante comunista fugido da Prisão de Peniche em 3 de novembro de 1950, que alojou em sua casa no dia 6, e que depois transportou até Lisboa no dia 7 de novembro.

Fontes: IAN/TT, Proc. 2183/35 e RGP nº 1364; testemunhos orais.



Pinkus Israelski (Varsóvia, 06 de abril de 1908 - ?). Tecelão e técnico de máquinas, filho de Mager Israelski e Sara Rosemberg. Abandonou a Polónia na sequência da instalação da Ditadura do general Pilsudski e depois da morte dos pais e de dois irmãos, no decurso da guerra civil que conduziu o país a uma crise profunda, de ordem económica e política. Com uma família extensa, perante a crise de emprego e a necessidade de apoiar os irmãos desamparados, emigra para a Europa Ocidental, onde já tinha uma irmã casada e estabelecida em Antuérpia. Manteve-se em Paris em situação de legalidade precária, com um bilhete de identidade renovável ao mesmo tempo que se deslocava à Bélgica em trabalho temporário. De uma das vezes, o bilhete de identidade foi considerado insuficiente e Pinkus foi expulso para a fronteira franco-belga. Decorria o ano de 1932.

Com um passaporte obtido em Paris, Pinkus entrou em Portugal (8.12.1934), tendo-se instalado em S. João da Madeira, a trabalhar como técnico da indústria têxtil, embora sem obtenção de autorização do Estado

português. Os patrões (alguns polacos), arriscaram em empregá-lo, mas Pinkus foi, por várias vezes, impedido de continuar a trabalhar. Duas sociedades que constitui com compatriotas foram também obrigadas a fechar, por falta de condições legais.

Em 1937, Pinkus decide emigrar, conduzindo daí em diante, um processo de obtenção de passaporte e visto. Em 6 de junho de 1939 obteve um Passaporte de Viagem junto do Governo Civil de Lisboa. É nessa situação da procura de visto para saída do país que é preso pela PVDE, no Porto, “para averiguações”. É acusado de ter entrado no país com passaporte falso e ter sido expulso da Bélgica “por suspeita de comunista”. Consultados os serviços belgas, estes confirmam que Pinkus havia sido “preso pela Polícia de Bruxelas, em 2.6.1932, durante “uma manifestação comunista e expulso por Decreto real de 18.7.1932”.

Durante 9 anos (1939-1948), Pinkus Israelski correu todas as prisões da Ditadura, sempre com o epíteto de “indesejável”, sem conseguir obter autorização para permanecer no país nem para emigrar, apesar do apoio da Comunidade Israelita de Lisboa, devido à sua condição de judeu em fuga.

É nessa condição de “indesejável” que é enviado para o Campo de Concentração do Tarrafal de Santiago, em 23.2.1940, só tendo regressado em 27.1.1944. Segundo, a legislação em vigor (Decreto n.º 15496, de 1928), era o que deveria acontecer a pessoas na sua condição – o envio para colónia penal colonial. Pinkus fora enviado para o Tarrafal de Santiago por ser apátrida (nacionalidade não reconhecida) e por sobre ele ter recaído o juízo ministerial de ser o mais “conveniente”. “Nada me podia fazer supor que vinha para uma colónia penal (...) entrei nesta colónia penal convencido que se tratava de um engano que em breve se desfaria”, afirma Pinkus num apelo dirigido ao Diretor da PVDE, em 20 de janeiro de 1942.

A 8 de janeiro do ano seguinte, “um funcionário policial aparece em pleno quadrilátero e faz a chamada de 21 reclusos: Wilhelm Kalesky e Fred Reinfleisch; o judeu Israelsky e os seguintes deportados – capitão Correia, tenente Gil, sargento Encarnação, desportista Cândido de Oliveira (mais tarde jornalista do jornal *A Bola*), o funcionário Fóios Teixeira, os comerciantes Sebastião Palma e Élio Amorim, os sapateiros Rato e Gil e o telegrafista Salvador, o empregado Baptista da Silva, o sargento António Augusto Pires, o motorista Manuel Borges do Canto e o italiano Virgílio Bartolini...» (Rodrigues, p. 153).

Regressa do Tarrafal a 27 de janeiro de 1944 e ingressa, por manifesta debilidade mental, no Hospital Júlio de Matos. Não abandona, no entanto, a sua condição de prisioneiro, transitando entre as prisões de Peniche, do Aljube ou de Caxias. Continua a sua saga pela obtenção de documentação que lhe permita permanecer legalmente no país ou emigrar para o Novo Mundo. Entre 1944 e 1947 tenta obter um passaporte para vários países da América Latina ou para os Estados Unidos, mas sem sucesso.

Em 1948, conseguiu, a seu pedido, passar da prisão do Aljube para uma “residência fixada” na Ericeira (14.1.1948). Seria ainda preso de novo, na Ericeira, onde a PIDE mantinha um Posto de vigilância, e definitivamente restituído à liberdade, em 19.5.48. Sai definitivamente do país pelo Aeroporto da Portela, na condição de expulso, com destino à América, por meio de um passaporte passado pelo Consulado da Polónia em Portugal, que lhe permitiu chegar ao Panamá, onde consegue um visto da Legação do Brasil naquele país para viajar legalmente no continente americano. Embora se desconheça o destino final de Pinkus Israelski, ele terá, muito provavelmente demandado os Estados Unidos, de onde tinha recebido apoio material de familiares em 1946.

Durante nove longos anos – quatro deles no Campo de Concentração do Tarrafal de Santiago -, o polaco “apátrida” Pinkus tentou a sua legalização em Portugal, mas foi sempre considerado “indesejável”, por ser um judeu sobre quem pairava a suspeita de ser, simultaneamente, comunista.

FONTES: IAN/TT, Proc.1001/35 e RGP nº11 991; Fundo do United States Holocaust Memorial Museum, Washington. Processo. referente a Pinkus Israelski; Rodrigues, Manuel Francisco, Tarrafal Aldeia da Morte O Diário da B-5, Brasília Editora, Porto, 1974



Salvador Maria dos Santos (Paço de Arcos, 12.10.1939 – (?). polidor de mármore na firma “Sérgio Leitão Coelho”, em Pero Pinheiro, líder operário da “Greve dos Mármore” (maio-junho de 1965) e militante de base do Partido Comunista Português desde 1962.

Salvador era filho de Ângelo Santos e de Olinda Maria e vivia, à altura

da greve, em Lameiras (Pero Pinheiro). Depois da sua saída da prisão, fixou residência com a família no Casal dos Moinhos (Malveira Oeste).

As condições de trabalho das briteiras e fábricas de mármore de Pero Pinheiro tinham piorado com a exploração industrial montada por grandes empresas de construção civil, como a Pardal Monteiro e a SOMAPRE. Os baixos salários pagos estavam longe de tirar os milhares de familiares dos marmoristas da miséria. Em Pero Pinheiro, o Sindicato (Sindicato Nacional dos Operários das Indústrias de Mármore e Cantarias) era acusado pelos marmoristas de ter uma postura colaborante com os patrões. Em 19 de maio, algumas centenas de operários dos mármore juntaram-se em frente do Sindicato exigindo um aumento de dez escudos diários. Dezenas de agentes da GNR contiveram a contestação com violência, de que resultaram agressões, ferimentos e prisões dos manifestantes.

A greve adquirira uma dimensão inesperada. Na segunda quinzena de maio de 1965, cerca de cinco mil operários das grandes empresas de mármore (SOMAPRE, Metalúrgica de S. João das Lampas, MOTRA do Sabugo, Cerâmica de Vale de Lobos, fábricas dos Galuchos e outras) estavam paralisados. Um Comité de Greve muito ativo promovia campanhas de apoio às famílias, chamava as mulheres à luta e, em 3 de junho convocava uma “Marcha da Fome”, de Pero Pinheiro a Sintra, pela Estrada Nacional, sob a consigna de “Pão Paz e Liberdade”. A luta fazia-se pela “recolha de solidariedade” para os marmoristas presos, pelo aumento de salários e “pela demissão dos lacaios do Sindicato”. Nalgumas empresas, os patrões cedem, com pequenas subidas de salários. No essencial, a luta prolongou-se por todo o mês de junho, com as fábricas guardadas por GNR e agentes da PIDE, e com a prisão de muitos líderes operários.

Salvador, de alcunha “O coradinho”, já militante do PCP, tomara precauções. Entrara de baixa médica em maio, o que lhe permitia maior liberdade de ação e um alibi junto da GNR e da PIDE, caso fosse preso. De facto, preso em 27 de outubro de 1965, dois meses depois do ponto alto da greve, Salvador afirmará à PIDE que não fez greve, embora não pudesse esconder a sua presença pública na manifestação de 19 de maio, frente ao Sindicato (PIDE, Proc, E/GT, 8126, fl. 3).

Quando foi preso, a PIDE apenas teve de confirmar as informações que já tinha em sua posse. Salvador tinha aderido ao PCP, pagava quota mensal de 5 escudos, distribuía o “Avante” e “O Militante” pelos companheiros marmoristas e procedia à angariação de fundos, estando diretamente

ligado ao seu camarada marmorista Joaquim Manuel Preto. Haviam preparado cuidadosamente a greve em reuniões clandestinas na Serra da Carregueira e Salvador recebera de Manuel Mendes Colhe (ou Manuel Balsa), o funcionário do partido que dirigia as reuniões, o nome suposto de “Serafim”.

Foi julgado em Tribunal Plenário (3 .3.1966) e condenado a 16 meses de prisão correcional e suspensão de direitos políticos por 5 anos, tendo cumprido o seu tempo de prisão entre Caxias e Peniche, onde chegou a 19 de março de 1966.

A greve dos marmoristas tinha tido repercussões nacionais e até internacionais. Durante os anos seguintes, elementos da Amnistia Internacional, dirigiram-se ao Governo português a solicitar informações sobre as “medidas de segurança”, aplicadas a alguns responsáveis, que consideravam desproporcionadas para pessoas que apenas tinham cometido o “crime” de fazer uma greve (PIDE, Proc. 2357/65, 1º Volume, fl. 883).

O que é um facto é que a rede local do PCP, responsável pela região de Pero Pinheiro, Sintra e Mafra, foi desarticulada pela PIDE, como aliás aconteceu outras vezes em que era preciso descer ao terreno concreto da luta durante o período fascista. A greve era um “crime político” nessa altura. Pouco tempo depois, a organização recompunha-se e voltava à luta clandestina.

Fontes: IAN/TT, Proc. 2357/65 e RGP n.º 27 423; Informação e propaganda sobre a Greve dos Mármoreos, Arquivo GES/PC

VII – Presos das polícias políticas do fascismo no concelho da Mafra (entre 1926-1974)

Nome	Data de Nascimento	Naturalidade Concelho	Profissão	Residência Freguesia e Concelho	Data de Entrada	Data de Saída	Cadeias
Abílio dos Santos*	1886-11-18	Avelãs de Ambons Guarda	Fiscal Companhia Venatória	Malveira - Mafra	1950-07-30	1950-09-19	Ajube
Adelino Augusto Figueiredo*	1884-12-31	Elvas - Alcáçovas	Proprietário	Casal do Paraíso Venda Pinheiro Mafra	1948-03-17	1948-03-24	Caxias
Afonso Esteves de Medeiros* b) Consultar biografia	1908-04-04	Mafra	Agente Técnico de Farmácia	Mafra	1948-03-13 1948-03-24 1948-10-30 1949-11-05 1949-11-24 1951-03-21 1951-05-29	1948-03-24 1948-10-30 1948-11-02 1949-11-24 1951-11-06 1951-03-21 1951-11-06	Caxias Ajube Caxias Caxias Peniche Setúbal Peniche
Alberto Alberti	1916-05-11	Pienza - Itália	Mordomo	Ericeira	1943-12-21 1943-12-27 1944-03-24	1943-12-27 1943-12-30 1944-06-02	Diretoria/PIDE Ajube Caxias
Alberto Armesto Garcia*	1920-01-18	Maceda – Ourense Espanha	Enfermeiro	Ericeira - Mafra	1948-04-25	1948-06-12	Caxias Expulso Aeroporto
Alexandre de Morais**	1893	Oliveira do Hospital	Capitão de Infantaria	Escola Prática de Infantaria de Mafra	1935-09-06	-	Casa Reclusão Trafaria
Alfredo Pires**	1911	Mafra	1º Cabo de Caçadores 7	EPI-Mafra Quartel	1930-09-09	1930-12-19	Deportado para África Pela PSP
Amparo Marquez Cordoba*	1922	Málaga – Espanha	Doméstica	Ericeira	1947-10-09 - 1948-04-25	1948-08-18	Residência fixada Ericeira Caxias
Ana Maria da Rosa Pereira*	1949-10-26	Carvoeira - Mafra	Empregada Escritório	Algueirão-Sintra	1968-12-22	1968-12-23 (caução)	Caxias
Anabela Carlos***	1961-08-23	?- Mafra	Bebé	Malveira-Mafra	1963-05-07	1966	Caxias
António Bento Duarte**	1909	Mafra	Pedreiro	Lisboa	1932-10-03	1932-10-12	-
António Carlos Gomes**	1909	Mafra	Condutor da Carris	Lisboa	1934-01-08	1934-01-20	-
António dos Santos**	1889	S. Pedro da Murta Alvaizere	Proprietário	Quinta S. Pedro Lapa Livramento Mafra	1931-03-20	1931-03-22	-
António dos Santos Diniz *	1873	Mafra	Professor de Música	Sevilheira-Mafra	1934-09-05	1934-09-24	-
António Ferraz Teixeira*	1924-11-20	Teixoso - Covilhã	Motorista	Póvoa Galega Mafra	1957-12-12	1958-03-12	Ajube
António Franco Trindade*	1906	Ericeira - Mafra	Empregado Casa da Moeda	Lisboa	1932-04-24 1933-11-22	1953-07-01	1ª Esquadra de Lisboa Angra do Heroísmo Tarrafal
António Jacinto dos Santos*	1919-11-01	Paço de Ilhas Mafra	Trabalhador	Paço de Ilhas Mafra	1942-08-12 1942-08-13	1942-08-13 1942-10-09	Ajube Caxias
António Joaquim dos Reis*	1920-10-01	Stª Isabel - Lisboa	Alfaiate	Barreira Alva Mafra	1948-03-11 1948-05-20 1948-10-30 1949-11-24	1948-05-20 1948-07-22 1948-11-02 1951-11-06	Ajube Caxias Caxias Peniche
António Jorge Ferreira*	1947-09-01	Santo Estevão das Galés - Mafra	Aprendiz Polidor	Santo Estevão das Galés-Mafra	1965-05-19	1965-05-31	Caxias
António Maria "O Espanhol"*	?	?	?	?	1948-04-07	?	Entregue pela PSP de Mafra à PIDE
António Melendez Perez*	1914-03-18	Serra Nova Ourense - Espanha	Pedreiro	Ericeira - Mafra	1947-12-03 1948-04-25	1948-07-08	Residência fixa Ericeira Caxias Aeroporto/ Expulso Venezuela
António Moreira*	1888-10-15	Encarnação Mafra	Trabalhador	Encarnação Mafra	1942-08-12 1942-08-13 1942-09-11 1942-10-01	1942-08-13 1942-09-11 1942-10-01 1942-10-09	Ajube Caxias Ajube Caxias
António Pedro Miranda*	1906-03-10	Turcifal Torres Vedras	Motorista	Barrealva Mafra	1948-03-18 1948-03-20 1948-05-20	1948-03-20 1948-05-20 1948-06-27	Esquadra PSP de Mafra Ajube Caxias

Nome	Data de Nascimento	Naturalidade Concelho	Profissão	Residência Freguesia e Concelho	Data de Entrada	Data de Saída	Cadeiras
António Portugal da Silva Freire*	1946-08-02	Mafra	Prospetor de seguros	Lisboa	1972-01-17	1972-02-22	Caxias
António Rodrigues Ramalho*	1916-09-24	Ericeira - Mafra	Jardineiro	Oeiras	1964-04-22	1964-07-29	Caxias
António Rosado Tibarra*	1914-07-11	Oliveira - Espanha	Estucador	Ericeira-Mafra	1947-10-16 1948-04-25	1948-08-13	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto
António dos Santos**	1889	S. Pedro da Murta Alvaizere	Proprietário	Quinta S. Pedro Lapa Livramento Mafra	1931-03-20	1931-03-22	-
António dos Santos Diniz	1873	Mafra	Professor de Música	Sevilheira-Mafra	1934-09-05	1934-09-24	-
António Serrano Perez*	1912-07-08	Córdova - Espanha	Escriturário	Ericeira	1948-04-25	1948-07-29	Residência fixa Ericeira Caxias Expulso Aeroporto/ Venezuela
António Silvestre Quintas*	1908-06-13	Barreira Alva Mafra	Pedreiro	Barreira Alva Mafra	1948-03-11 1948-05-20 1948-10-30 1949-11-24	1948-05-20 1948-06-22 1948-11-02 1951-11-06	Aljube Caxias Caxias Peniche
António Vicente Gato**	1906-12-10	Mafra	Trabalhador	Igreja Nova Mafra	1944-05-16 1944-05-22 1944-06-22 1945-02-06	1944-05-22 1944-06-22 1945-02-06 1945-02-14	Caxias Aljube Caxias Aljube
António Victor*	1912-08-27	Enxara do Bispo Mafra	Trabalhador Rural	Sobral de Monte Agraço	1939-03-10 1939-03-28 1939-04-13 1939-10-12	1939-03-28 1939-04-13 1939-10-12 1939-10-17	1º Esquadra de Lisboa Aljube Caxias Aljube
Armando Brás Inácio*	1945-05-24	Cheleiros - Mafra	Polidor de Mármore	Cheleiros -Mafra	1965-05-19	1965-06-09	Caxias
Armando de Sousa Teixeira* TJ Consultar testemunho	1949-07-16	Barreiro/Setúbal	Membro da Associação de Estudantes do Instituto Industrial Lisboa	Cadete 4º Turno de 1971 Escola Prática Infantaria - Mafra	1972-11-20	1973-04-10	Preso pela PIDE de Moçambique Tele Caxias
Artur António**	1898	Cheleiros - Mafra	Trabalhador	Cheleiros - Mafra	1934-12-31	1935-02-06	-
Artur José Palhares Falcão Marques*	1905-03-19	Mafra	Vendedor ambulante	Espinho	1954-08-23	1954-09-07	Preso PSP de Espinho. Entregue PIDE do Porto
Augusto José Inácio**	1881	Cheleiros - Mafra	Proprietário	Cheleiros - Mafra	1934-12-31	1935-02-06	-
Aventino Teodoro da Silva*	1911-03-19	Stº André - Mafra	Sapateiro	Mafra	1936-09-29	1936-11-20	1º Esquadra de Lisboa
Benito Mendez Rodriguez*	1909-06-05	Pontevedra Espanha	Professor do Ensino Primário	Ericeira-Mafra	1948-02-17 1948-04-25	1948-05-08	Residência Fixa na Ericeira Caxias Aljube Expulso pelo Aeroporto
Benjamim Agostinho Figueira*	1933-07-26	Encarnação-Mafra	Cortador de mármore	Carapinha Igreja Nova-Mafra	1965-05-26	1965-06-19	Caxias
Cândido da Silva Sardinha**	1881	Encarnação Mafra	Proprietário	Encarnação Mafra	1928-02-27	1928-03-03	-
Carlos Feliciano Gouveia**	1894	Mafra	Ferroviário	Lisboa	1928-03-19 1928-04-15	- 1928-07-08	- -
Carlos Fernando Correia Trigo*	1907-03-08	Mafra	Motorista	Lisboa	1950-08-05 1950-08-29	1950-08-29 1950-09-27	Aljube Caxias
Carlos Moreira Vidal Júnior*	1913-01-26	Mafra	Barbeiro	Lugar do Pinheiro Mafra	1948-03-17 1948-03-30	1948-03-30 1948-04-12	Caxias Aljube
Carlos Silva Cardosa*	1919-01-28	Varadas - Aveiro	Pintor	Mafra	1948-03-17 1948-05-20 1949-11-24 1950-11-02	1948-05-20 1949-11-24 1950-11-02 1951-08-11	Aljube Caxias Peniche Setúbal
Carlos Simões* B) Consultar biografia	1923-01-14	S. Pedro Torres Vedras	Montador Máquinas	Mafra	1951-03-07 1951-03-20 1951-05-05 1951-10-11 1964-04-21 1964-05-13 1964-05-26	1951-03-20 1951-05-05 1951-10-11 1952-01-24 1964-05-13 1964-05-26 1964-06-25	Caxias Aljube Caxias Caxias Aljube Caxias Aljube Caxias

Nome	Data de Nascimento	Naturalidade Concelho	Profissão	Residência Freguesia e Concelho	Data de Entrada	Data de Saída	Cadeias
Cassiano Ferreira* b) Consultar biografia	1920-03-07	Mafra	Comerciante	Mafra	1948-03-11 1948-05-20 1949-10-27 1949-11-24	1948-05-20 1948-11-03 1949-11-24 1951-08-11	Aljube Caxias Caxias Peniche
Charles Loesch*	1915-04-27	Paris - França	Omissa	Ericeira - Mafra	1942-01-01 1945-01-05 1945-05-21	1945-01-05 1945-05-21 1946-03-05	Residência fixa na Ericeira Aljube Caxias Expulso
Cipriano Sousa*	1910-03-05	Bombarral	Empregado comércio	Malveira-Mafra	1948-03-17	1948-03-20	Caxias
Concepción Campos Perez*	1905-04-09	Málaga - Espanha	Doméstica	Ericeira - Mafra	1947-08-19 1948-04-25	1948-04-25 ?	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulsa pelo Aeroporto
Cristiano Augusto Xavier*	1903-01-23	Stº André-Mafra	Empregado comércio	Vila Real Stº António	1948-07-02 1948-07-03 1948-08-21 1950-04-06	1948-07-03 1948-08-21 1948-11-26 1951-03-23	Vila Real Stº António Aljube Caxias Peniche
Daniel Joaquim Campos de Sousa Teixeira****	1946-03-24	Lisboa	Estudante	Mafra e Lisboa	1968-08-21	1968-10-24	Caxias Hospital S. José Lisboa
Domingos Duarte*	1915-04-05	Carvoeira-Mafra	Cabouqueiro	Terrugem-Sintra	1965-05-19 1965-05-19	1965-05-19 1965-06-14	Preso pela GNR de Sintra Caxias
Domingos Muñoz Domingues*	1903-11-30	Covelo-Pontevedra Espanha	Padeiro	Maloeiras-Mafra	1937-02-15 1937-02-15	1937-02-15 1937-02-19	Preso pela PSP de Mafra 1ª esquadra de Lisboa
Duarte Dias da Conceição**	1899	Mafra	Tipógrafo	Lisboa	1931-10-04	-	Preso pela PSP de Lisboa
Edmundo de Almeida Barros**	1901	Ericeira-Mafra	Fotógrafo	Lisboa	1932-10-24	1932-10-24	Preso pela PSP de Lisboa
Eduardo Monfrino Martin*	1906-10-15	Málaga - Espanha	Estivador	Ericeira	1947-08-19 1948-04-25	1948-04-25	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto
Ema Emilia Moreira*	?	?	?	?	1948-04-07	?	Entregue pela PSP Mafra à PIDE
Ernesto Esmeraldo de Melo Pacheco*	1898-09-07	Mafra	Empregado comércio	Lisboa	1938-11-18	1938-11-28	1ª Esquadra de Lisboa
Etelvina Alves de Miranda*	1904-10-12	Encarnação-Mafra	-	Alcântara - Lisboa	1941-10-10	1941-10-27	Detida PSP Lisboa 1ª esquadra de Lisboa
Eurico António de Sousa Reis**	-	Porto	1º Cabo de Infantaria	Mafra	1936-09-03 1936-10-30	1936-10-30 1936-11-25	1ª Esquadra de Lisboa Casa de Reclusão do Governo Militar Lisboa
Felix Arribas Rico*	1907-08-13	Segóvia Espanha Espanha	Eletricista	Ericeira-Mafra	1948-04-25	1948-07-15	Caxias Expulso pelo Aeroporto
Fernando Pestana Simões**	1914-10-06	Lisboa	Sapateiro	Igreja Nova-Mafra	1944-05-16	1944-08-05	Caxias
Fernando Varela Cábada*	1915-05-29	Pontevedra Espanha	Viajante	Ericeira	1948-02-17	1948-08-05	Caxias Expulso pelo Aeroporto
Firmino Luís Alves*	1877-04-08	Mafra	Aposentado	Lisboa	1947-03-25	1947-05-16 1949-03-07	Caxias
Florêncio Roque*	1909-10-28	Ericeira - Mafra	Cortador	Lisboa	1953-09-12	1953-09-30	Aljube
Florindo Caetano*	1903-03-28	Milharado-Mafra	Comerciante	Lisboa	1945-06-20 1945-09-10 1945-10-30	1945-09-10 1945-10-30	28ª Esquadra de Lisboa Aljube Cadeias Centrais Civis de Lisboa
Francisco Bento*	1890-10-10	Livramento-Mafra	Pedreiro	Lisboa	1958-06-04	1958-07-05	Caxias
Francisco Celis Fernandez*	1896-09-24	Vigo-Espanha	Enfermeiro	Ericeira-Mafra	1947/09/05 1948-04-25	1948-08-05	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto

Nome	Data de Nascimento	Naturalidade Concelho	Profissão	Residência Freguesia e Concelho	Data de Entrada	Data de Saída	Cadeias
Francisco Cuenca Gonzalez*	1911-12-31	Málaga-Espanha	Sapateiro	Ericeira - Mafra	1947-10-28 1948-04-25	1948-07-07	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto para Venezuela
Francisco Doval Fernandez*	1909-10-09	Espanha	Estudador	Ericeira - Mafra	1947-11-27 1948-04-25	1948-07-08	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto para Venezuela
Francisco Ferreira Bento*	1920-02-01	Azueira - Mafra	Construtor Civil	Lisboa	1952-10-01 1952-12-03 1953-12-20	1952-12-03 1953-04-01 1954-01-25	Aljube Caxias Caxias
Francisco Luis de Moura*	1913-07-01	Vidigueira	Militar- 1º Cabo da Comp. de Atradores	Mafra	1936-11-24 1936-11-24	1936-11-24 1937-04-03	Governo Militar de Lisboa Trafaria
Francisco Maria Balão*	1902-10-19	Santiago do Escoural Montemor-o-Novo	Trabalhador	Barreira Alva Mafra	1948-03-11 1948-06-21 1948-10-30 1949-10-27 1949-11-24	1948-06-21 1948-07-23 1948-11-02 1949-11-24 1951-11-06	Aljube Caxias Caxias Caxias Peniche
Francisco Moreira*	1914-03-18	Mafra	Empregado comércio	Mafra	1948-05-15	1948-08-05	Aljube
Francisco Puyol Rodrigo*	1917-01-15	Málaga - Espanha	Litógrafo	Ericeira-Mafra	1948-01-29 1948-04-25	1948-07-14	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto
Francisco Roque*	1908-10-17	Ericeira - Mafra	Funcionário público	Lisboa	1958-07-27	1958-08-07	Preso pela PIDE no Posto de Elvas Aljube
Francisco Silva Mira*	1891-05-23	Ericeira - Mafra	Carpinteiro	Lisboa	1941-02-17	1941-03-18	Aljube
Francisco Teodósio Gomes**	-	Mafra	Sarg. Ajudante do Gr. de Esquadrilhas de Aviação República	Quartel do Exército na Amadora	1932-01-27 1933-11-19	I 1935-05-07	Casa de Reclusão de S. Julião da Barra Angra Heroísmo
Francisco Ventura**	1887	Mafra	Carroceiro	Azenhas do Mar Sintra	1931-09-28	1932-05-12	Preso pela PSP
Francisco Ventura do Rosário*	1884-09-20	Mafra	Trabalhador	Omissa	1938-04-28 1938-06-17 1938-07-02	1938-06-17 1938-07-02 1938-08-29	1ª esquadra Caxias Peniche
Francisco Vidal*	1912-07-01	Malveira	Padeiro	Malveira - Mafra	1936-12-08	1936-12-27	1ª esquadra Expulso por Elvas para Espanha
Gabriel Garcia Ballaster*	1913-02-10	Palma de Maiorca Baleares- Espanha	Pedreiro	Ericeira	1948-04-25	1948-07-07	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto para Venezuela
Hélder Nunes da Mota*	1922-04-10	Gradil - Mafra	Comerciante	Gradil - Mafra	1948-03-17	1948-03-20	Aljube
Hélia Maria Quintas Correia	1949-02-03	Lisboa	Estudante	Lisboa	1972-11-10	1972-12-29	Caxias
Henrique Ferreira Dias*	1905-02-21	Mafra	Cabo Artilharia Nº31808 Fragata D. Fernando	Lisboa	1936-10-27 1937-01-07	1937-01-07 1937-01-16	Quartel dos Marinheiros Aljube
Henrique Gonzalez Barreiro*	1918-12-13	Vilamea - Espanha	Lavrador	Ericeira-Mafra	1948-04-25	1948-07-08	Caxias Expulso pelo Aeroporto para Venezuela
Henrique Graça**	1896	Mafra	Funcionário público	Lisboa	1931-01-08	1931-02-13	-
Herlander Leonardo Nunes da Mota*	1920-10-14	Gradil - Mafra	Comerciante	Gradil - Mafra	1948-03-17 1948-03-18	1948-03-18 1948-03-20	Esquadra da PSP de Mafra Aljube
Horácio Rodrigues Martins*	1920-02-01	Mafra	Trabalhador	Lumiar - Lisboa	1945-06-09 1945-09-10	1945-09-10 1945-10-30	Aljube Caxias
Ildefonso Plaza Hernandez*	1902-01-23	Cáceres-Espanha	Industrial	Ericeira	1948-04-25	1948-07-14	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto

Nome	Data de Nascimento	Naturalidade Concelho	Profissão	Residência Freguesia e Concelho	Data de Entrada	Data de Saída	Cadeiras
Isabel Gallardo Ruiz*****	1914-08-11	Málaga – Espanha	Doméstica	Ericeira	1947-10-01 1948-04-25	1948-08-11	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulsa pelo Aeroporto
Isabel Maria Marques Patrocínio*	1950-11-09	Azueira - Mafra	Estudante	Livramento Azueira - Mafra	1973-01-06 1973-01-09 1973-05-01	1973-01-06 1973-01-09 1973-06-11	Posto do Caia Caxias
Ismael Nabais Gonçalves* B) Consultar biografia	1939-12-15	Casteleiro-Sabugal	Padre	Igreja Nova-Mafra	1974-01-21	1974-02-06	Caxias
Jacinto da Costa*	1902-07-01	Mafra	Empregado Comércio	Lisboa	1937-03-14	1937-03-27	1ª Esquadra de Lisboa
Jaime da Cruz Correia*	1906-01-19	Mafra	Correio	Mafra	1948-03-17	1948-03-22	Caxias
Jean Pierre Curimel*	1921-04-24	Guechos-Canada	Mecânico	Ericeira-Mafra	1942-11-08 1942-11-10 1942-11-21 1943-04-17 1944-01-29 1944-01-30 1944-02-10 1944-04-20 1944-04-20	1942-11-10 1942-11-21 1942-12-31 1943-04-25 1944-01-30 1944-02-10 1944-04-20 1944-06-28	Preso em Sº Gregório Diretoria da PIDE Caxias Aljube Caxias Elvas Aljube Residência fixa nas Caldas da Rainha
Jesuína Maria Pereira*	1923-05-10	Carvoeira - Mafra	Doméstica	Algueirão-Sintra	1968-12-22	1968-12-23	Caxias
Jesus Martin Pastor*	1925-01-02	Madrid-Espanha	Moliner	Ericeira-Mafra	1947-09-18 1948-04-25	1948-08-05	Residência Fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto
João Alves*	1893-06-24	Milharado-Mafra	Chauffeur	Lisboa	1937-05-04	1937-05-12	1ª Esquadra de Lisboa
João de Brito Lopes*	1906-02-04	Mafra	Empregado Comércio	?	1936-11-23	1936-12-08	1ª Esquadra de Lisboa
João Cruz Mata Flores*	1915-06-08	Mafra	Trabalhador	Sacavém-Loures	1938-04-01	1938-04-08	1ª Esquadra de Lisboa
João da Silva António*	1919-11-26	Encarnação-Mafra	Serrador de mármore	Terrugem-Sintra	1965-05-25	1965-05-28	GNR de Sintra Caxias
João Gabriel Nunes*	1918-10-02	Murgeira - Mafra	Pintor	Murgeira-Mafra	1948-03-17 1948-03-23 1948-05-20 1948-10-30 1949-10-27 1949-11-24 1950-11-03 1950-11-03	1948-03-23 1948-05-20 1948-07-08 1948-11-02 1949-11-24 1950-11-03 1951-10-12	Caxias Aljube Caxias Caxias Peniche Setúbal
João Joaquim Marques de Almeida*	1938-08-12	Alvalade - Lisboa	Empregado Publicitário	Ericeira - Mafra	1967-07-31 1968-06-17	1968-06-17 1969-08-09	Caxias Peniche
João José Guerreiro*	1915-09-28	Nossa Srª do Rosário -Mafra	Serralheiro	Casablanca Marrocos	1938-08-05	1938-08-11	Polícia Marítima 1ª Esquadra de Lisboa Governo Militar de Lisboa
João Paulo Freire*	1885-11-14	Murgeira-Mafra	Jornalista	Lisboa	1936-02-05 1940-07-23	1936-02-09 1940-10-29	Diretoria Esquadra Aljube
João Vicente da Silva*	1901-10-21	Mafra	Chauffeur	Belas - Sintra	1938-06-19	1938-06-22	Diretoria
João Zeferino**	1902	Mafra	Trabalhador	Casal do Arneiro Amadora	1931-11-11	1931-10-06	Regim.de Cavalaria 7 na Ajuda - Lisboa
Joaquim Afonso Delgado*	1915-07-03	Caldas da Rainha	Sapateiro	Malveira - Mafra	1937-07-07 1937-08-04	1937-08-04 1938-04-06	1ª esquadra de Lisboa Aljube
Joaquim Augusto Pereira Rebelo**	1895-11-12	Tabuaço	2º Sargento	Escola Prática de Infancia de Mafra	1935-07-20 1935-07-23	1936-06-01	Governo Militar Lisboa Comp. Trém Hipomóvel
Joaquim Bento**	1885	Mafra	Comerciante	Lisboa	1928-02-16 1934-05-30	1928-02-17 1934-06-15	-
Joaquim Brandão Osório de Castro	1940-10-20	Almedina-Coimbra	Operador da RTP	Monfirre, Sº Estevão das Galés Mafra	1972-07-03 1973-11-26	1972-07-05 1974-04-27	Caxias Caxias

Nome	Data de Nascimento	Naturalidade Concelho	Profissão	Residência Freguesia e Concelho	Data de Entrada	Data de Saída	Cadeias
Joaquim dos Reis Tomás*	1939-09-05	Encarnação-Mafra	Servente pedreiro	Pero-Pinheiro Sintra	1965-05-19	1965-06-08	GNR de Sintra Caxias
Joaquim Rodrigues **	1890	Mafra	Funcionário público	Lisboa	1931-08-7 1931-09-02	1931-09-02 1933-03-09	Deportado em Timor
Joaquim Silvestre*	1900-02-18	Mafra	2º Sargento Exército	Setúbal	1935-05-04 1935-05-17 - 1935-07-02 - 1935-07-08	1935-05-17 1935-07-02 - 1935-07-08 - 1936-06-01	Esquadra Casa Reclusão do GML Esquadra Casa Reclusão do GML
John Popp*	1910-12-17	Dörnberg (Alemanha)	Marinheiro	Ericeira - Mafra	1941-07-24 1941-08-09 1945-01-17 1945-05-21 l	1941-08-09 1943-01-29 1945-05-21 1946-03-05 l	Aljube Caxias Aljube Caxias Expulso pelo Aeroporto
Jorge Fernandes Nunes*	1911	Mafra	Servente de Pedreiro	Quinta da Horta Nova - Mafra	1936-10-30 1936-11-07 1936-12-07 1937-01-02 1937-06-01	1936-11-07 1936-12-07 1936-12-08 1937-06-01 1937-11-25	9ª esquadra de Lisboa SPS 1ª esquadra de Lisboa 1ª esquadra de Lisboa Peniche
José Acrísio Canas Mendes**	1907	Lisboa	Industrial de padaria	Venda do Pinheiro- Mafra	1932-07-08	1932-07-11	-
José Alberto Ferreira Franco* T) Testemunho	1948-11-25	Ericeira-Mafra	Estudante	Lisboa	1968-04-22	1968-05-01	Caxias
José Augusto**	1885	Mafra	Comerciante	Lisboa	1928-02-16	1928-03-21	-
José Batista da Silva*	1910-09-14	Mafra	Tipógrafo	Bairro da Liberdade Pardelhas Mondim Basto	1937-10-20 1937-12-11 1938-02-04 1939-01-23 1947-04-14 1947-05-29 1948-11-03	1937-12-11 1938-02-04 1939-01-23 1939-01-26 1947-05-29 1947-06-13 1948-11-11	Prisão/SPS- 1ª Esquadra de Lisboa Caxias 1ª esquadra de Lisboa Aljube Caxias Aljube
José Borges da Silva*	1919-11-12	Ázere-Tábua	Professor do Ensino Primário	Póvoa da Galega Milharado - Mafra	1948-03-17 1948-03-18	1948-03-18 1948-03-20	Aljube
José Carlos* *****	1921-10-06	Santiago do Cacém	Corticeiro	Malveira/Mafra	1957-11-11 1958-07-24 1959-04-30 1963-05-07 1963-10-28 1966-04-15 - 1966-11-23 1968-01-04 - 1968-06-17 1968-10-30 - 1972-01-15 1972-11-20	1958-07-24 1959-04-30 1960-01-03 1963-10-28 1966-04-15 1966-11-23 - 1968-01-04 1968-06-17 - 1968-10-30 1972-01-15 1972-03-05 1972-12-11	Aljube Caxias Peniche(fuga) Aljube Peniche Hospital Prisão Sº. João Deus de Caxias Peniche Hospital Prisão Sº. João Deus de Caxias Caxias Hospital Prisão Sº. João Deus de Caxias Caxias
José Carlos Almeida* T) Consultar testemunho	1931-08-13	Barril-Encarnação Mafra	Empregado bancário	Porto	1974-04-22	1974-04-27	Caxias
José Carmona Martin*	1915-09-13	Málaga - Espanha	Chauffeur	Ericeira - Mafra	1948-02-19 1948-04-25	1948-07-07	Residência fixa Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto
José Duarte Bizarro Júnior**	1901	Mafra	Cesteiro	Marinha Grande	1934-02-17	1934-03-02	PSP de Leiria
José Esteves Sanches de Brito*	1908-12-10	Alcácer do Sal	Médico	Mafra	1948-03-18	-	-
José Fernandez Diaz*	1912-04-18	Madrid - Espanha	Contabilista	Ericeira - Mafra	1947-12-24 1948-04-25	1948-08-06	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto

Nome	Data de Nascimento	Naturalidade Concelho	Profissão	Residência Freguesia e Concelho	Data de Entrada	Data de Saída	Cadeias
José Filipe Teixeira* B) Consultar biografia	1922-04-12	Mafra	Guarda Livros	Lugar do Pinheiro Mafra	1948-03-08 1948-05-20 1949-10-27 1949-11-24 1950-11-26	1948-05-20 1948-11-03 1949-11-24 1950-11-26 1951-10-12	Aljube Caxias Caxias Peniche Setúbal
José Luirino*	1911-10-14	Mafra	Descarregador	Lisboa	1936-12-15 - 1936-12-25 1936-12-31	1936-12-25 - 1936-12-31 1937-01-08	Esquadra PSP Santarém 1ª Esquadra de Lisboa Aljube
José Manuel Gonzalez Quevedo*	1921-08-04	Espanha	Estudante	Ericeira - Mafra	1947-09-18 1948-04-25	1948-??-??	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto
José Mendes Brito Júnior*	1902-05-02	Faro	Empregado escritório	Malveira - Mafra	1938-07-10 1938-07-21	1938-07-21 1938-08-29	Diretoria 1ª Esquadra de Lisboa
José Miguel Esteves**	1887	Mafra	Serralheiro	Almeirim	1927-10-22	1927-10-30	Polícia de Informações de Santarém
José da Silva Brito**	1904	Mafra	Empregado CML	Lisboa	1931-08-26 1933-06-09 1933-06-09	1931-09-02 1933-06-09 1933-06-12	Deportado para Timor Regresso de Timor
Júlio Elói Batista*	1898-06-20	Sobral Monte Agraço	Ferrador	Malveira - Mafra	1941-05-14 1941-06-06 1941-08-04 1941-10-17 1941-10-21	1941-06-06 1941-08-04 1941-10-17 1941-10-21 1943-03-06	Autoridade Administrativa de Mafra Diretoria 1ª Esquadra de Lisboa Caxias Peniche Aljube Caxias
Júlio Posada Rebolgar*	1910-09-04	Astúrias - Espanha	Comerciante	Ericeira - Mafra	1947-11-26 1948-04-25	1948-08-05	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto
Júlio Verne dos Reis*	1920-06-13	Silves	Corticeiro	Mafra	1960-08-10 1960-08-11 1961-03-24	1960-08-11 1961-03-24 1965-10-21	GNR de Silves Aljube Caxias
Leonel Simões*	1917-10-24	Barreiravalva Mafra	Trabalhador	Codeçal Sobral da Abelheira Mafra	1944-08-23 1944-09-06 ? 1949-09-09	1944-09-06 ? 1949-09-09 1949-09-15	Cadeia da Comarca de Valença Reg. Art. Ligeira nº5 Colónia Penal do Pisão Aljube
Lino Garcia Navarro*	1917-03-16	Badajoz-Espanha	Pintor	Pensão Estrela Ericeira - Mafra	1947-10-18 1948-04-25	1948-07-28	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto para a Venezuela
Louis Jutte*	1892-01-03	Hannover Alemanha	Construtor de pontes	Ericeira - Mafra	1941-07-24 1941-08-09 1941-09-22 1941-10-03	1941-08-09 1941-09-22 1941-10-03 1943-01-29	Aljube Caxias Aljube Caxias
Luis da Luz Bernardes*	1943-01-24	Santo Isidoro Mafra	Polidor de mármore	Lugar da Pocariça Stº Isidoro/Mafra	1965-05-20 1965-05-20	1965-05-20 1965-09-13	GNR de Sintra Caxias
Luis Filipe Cândido de Oliveira*	1935-10-05	Santo André Mafra	Fotógrafo	Sintra	1967-08-01	1967-08-12	Caxias
Luis Pedro Coelho	1939-08-01	Stº Isidoro - Mafra	Empregado escritório	Lisboa	1972-05-13 1973-03-07	1973-03-07 1974-02-13	Caxias Peniche
Luz Simões Henriques**	1896	Mafra	Comerciante	Lisboa	1931-08-28 1931-09-08	1931-09-02 -	Deportado para Timor Evadiu-se de bordo do vapor Pedro Gomes
Manoel Pedro de Oliveira**	1895	Mafra	Comandante do Vapor "Guiné"	Lisboa	1931-04-20	1931-04-28	-
Manoel Rodrigues Vilanova**	1903-09-12	Carvalheiro Espanha	Manipulador de pão	Mafra	1930-01-10	1930-01-18	Evadiu-se da prisão

Nome	Data de Nascimento	Naturalidade Concelho	Profissão	Residência Freguesia e Concelho	Data de Entrada	Data de Saída	Cadetas
Manuel Arroyo Gonzalez*	1909-09-15	Salamanca Espanha	Trabalhador rural	Ericeira - Mafra	1947-10-27 1948-04-25	1948-07-28	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto para a Venezuela
Manuel Crispillo Ruiz*	1920-12-10	Málaga-Espanha	Carpinteiro	Ericeira - Mafra	1947-10-09 1948-04-25	1948-08-06	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto para Venezuela
Manuel Cristóvão**	1882	Igreja Nova- Mafra	Carpinteiro e proprietário	Boco/Igreja Nova-Mafra	1934-12-31	1935-02-06	-
Manuel dos Santos* "O Manuel Serrador"	1889-09-21	Pombal	Serrador	Murgeira de Mafra	1948-03-13 1949-11-05 1949-11-24	1948-11-11 1949-11-24 1951-08-11	Caxias Caxias Peniche
Manuel Ferreira*	1917-06-28	Azueira - Mafra	Servente "Somapre"	Pero Pinheiro Sintra	1965-06-21	1965-07-03	Caxias
Manuel Garcia Paredes*	1917-04-13	Santa Comba	Chauffeur	Ericeira - Mafra	1948-04-25	1948-07-07	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto para a Venezuela
Manuel Gil*	1908-07-01	Amares	Soldado n.º 1650 na EPI-Mafra	Escola Prática Infantaria Mafra	1936-09-08	1936-11-30	Presídio da Trafaria
Manuel Justiniano Pereira*	1890-11-21	Mirandela	Militar Sargento-Ajudante	Mafra	1935-07-13 1935-07-17	1935-07-17 1936-06-01	Governo Militar de Lisboa Companhia Trém Hipómovel
Manuel Lopez Santos*	1918-04-14	Samos Lugo Galiza - Espanha	Barman	Ericeira - Mafra	1947-11-21 1948-04-25	1948-07-08	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto para a Venezuela
Manuel Lucas Soares*	1912-03-08	Sandicira Torres Vedras	Trabalhador	Casal da Cambaia Encarnação/Mafra	1947-11-24	1947-12-23	GNR de Sacavém Caxias
Manuel Mendes Nabiça*	1923-04-06	Mafra	Torneiro	Lisboa	1948-10-10	1948-10-18	GNR-Sacavém Caxias
Manuel Silvestre Quintas**	1897	Mafra	Chauffeur	Lisboa	1931-05-02 1931-06-27 	1931-06-27 Deportado para Timor Evadiu-se em Moçambique	
Manuel Tomás Gomes*	1899-05-11	Mafra	Cortador	Lisboa	1937-01-21 1937-02-02	1937-02-02 1937-03-03	1ª Esquadra de Lisboa Aljube
Manuel Vila Varela	1921	Málaga-Espanha	Jornaleiro	Ericeira-Mafra	1947-08-19 1948-04-25	1948-03-08	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto
Marcelino Sória Parada*	1899-06-12	Madrid	Mecânico	Ericeira-Mafra	1948-04-25	1948-07-17	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto
Marcolino Teodoro da Silva*	1902-10-17	Santo André Mafra	Sapateiro	Mafra	1936-09-29 1936-10-07 1936-10-20 1936-11-24 1936-11-25 1937-02-07 1937-02-19 1937-02-19	1936-10-07 1936-10-20 1936-11-24 1936-11-25 1937-02-07 1937-02-19 1938-05-22	1ª Esquadra de Lisboa Aljube Peniche Aljube Peniche
Maria da Assunção Silvestre*	1878-04-30	Mafra	Doméstica	Lisboa	1937-10-16 1938-10-12 1938-10-22	1937-11-17 1938-10-22 1938-10-27	Esquadra/ incommunicável Cadeia/ Mónicas 1ª Esquadra
Maria Parro del Olmo	1910-08-10	Madrid-Espanha	Doméstica	Ericeira-Mafra	1947-12-14 1948-04-25	1948-08-06	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulsa pelo Aeroporto

Nome	Data de Nascimento	Naturalidade Concelho	Profissão	Residência Freguesia e Concelho	Data de Entrada	Data de Saída	Cadeias
Mariana Oliveira Franco Trindade Gabinete*	1896-06-24	Ericeira-Mafra	Funcionária dos Correios e Telégrafos	Lisboa	1937-02-05 1937-02-10 1937-03-19 1937-05-12 1937-05-18 1937-11-01	1937-02-10 1937-02-23 1937-05-12 1937-05-18 1937-11-01	1ª Esquadra de Lisboa Diretoria Cadeia das Mónicas
Mário Alves	1931-06-25	Santo Isidoro Mafra	Polidor de Móveis	Montelavar Sintra	1965-05-19 1965-05-19	1965-05-19 1965-06-16	PSP de Sintra Caxias
Mário Ferreira**	1908	Mafra	Sapateiro	Lisboa	1931-08-26 1931-09-02	1933-09-02 1933-03-09	Cadeia Nacional - Penitenciária Deportado para Timor Regressado de Timor
Mário Ferreira da Silva**	1914	Viana do Castelo	Soldado n.º 2515	Escola Prática de Infanteria de Mafra	1934-11-23 1936-11-18	1934-12-06 1936-11-25	Expulso de Espanha Casa Reclusão da Trafaria
Mário de Lima Furtado Alves*	1902-07-09	Santo André-Mafra	Empregado Comercial	Lisboa	1942-08-10 1942-08-17	1942-08-17 1942-09-01	Polícia Marítima Diretoria Aljube
Mário Luís Caracol* B) Consultar biografia	1921-05-22	Mafra	Ajudante Guarda Livros e comerciante	Mafra	1948-03-08 1948-05-20 1949-10-27 1949-11-24 1950-11-26 1964-04-21 1964-05-13	1948-05-20 1948-11-05 1949-11-24 1950-11-26 1951-08-11 1964-05-13 1964-07-02	Aljube Caxias Caxias Peniche Setúbal Caxias Aljube
Martinho da Conceição Martins*	1926-11-11	Almargem do Bispo-Sintra	Ajudante Polidor	Outeirinho Cheleiros-Mafra	1965-05-19	1965-06-14	GNR de Sintra Caxias
Mauro Simões Rodrigues Pena*	1926-07-12	-	Professor Ensino Primário Externato Mafra	Mafra	1948-03-18	-	-
Michel Charles*	1914-09-03	Gotenjeni Roménia	Marinha Mercante	Ericeira-Mafra	1942-09-28 1942-09-30 1942-10-13 1942-12-30 1943-01-29 1943-02-05 1943-02-19	1942-09-30 1942-10-13 1942-12-30 1943-01-29 1943-02-19 1943-06-01	Posto de Elvas da PVDE Aljube 1ª Esquadra de Lisboa 28ª Esquadra de Lisboa Residência fixa na Ericeira 1ª Esquadra de Lisboa Aljube Repatriado
Miguel Júlio Esteves de Medeiros* B) Consultar biografia	1903-03-04	Alcácer do Sal	Tesoureiro/ Comerciante	Travessa da Lapa Mafra	1935-06-07 1935-08-07 1935-08-14 1937-01-05 1937-02-27 1948-03-18 1948-03-20 1950-09-09	1935-08-07 1935-08-14 1937-01-05 1937-02-27 1948-03-20 1948-03-22 1950-09-14	Esquadra de Lisboa Aljube Limoeiro Aljube Esquadra de Lisboa Aljube Aljube
Neutel da Silva Reis**	1894	Não determinado	Trabalhador	Encarnação-Mafra	1928-02-27	1928-03-03	-
Pinkus Israelski* B) Consultar biografia	1908-04-06	Varsóvia-Polónia	Tecelão	Porto e Ericeira-Mafra	1939-12-07 1940-02-17 1940-02-21 1940-02-23 1944-01-27 1944-02-02 1944-02-09 1944-02-09 1945-07-25 1945-08-27 1945-12-22 1947-03-25 1947-03-25 1948-04-25 1948-04-25	1940-02-17 1940-02-21 1940-02-23 1944-01-27 1944-02-02 1944-02-09 1945-07-25 1945-08-27 1945-12-22 1947-03-25 1948-01-14 1948-05-19	PVDE do Porto Aljube Caxias Tarragal Hospital Júlio Matos Caxias Peniche Aljube Peniche Caxias Aljube Caxias Residência fixa na Ericeira Expulso pelo Aeroporto para Brasil
Pompeu da Costa*	1889-09-29	Mafra	Oficial do Exército	Lisboa	1938-06-23 1938-08-04 1938-11-19 1939-06-20 1939-06-28 1939-06-28	1938-08-04 1938-11-19 1939-06-20 1939-06-28 1939-07-01	Esquadra de Lisboa Aljube Caxias Aljube Caxias

Nome	Data de Nascimento	Naturalidade Concelho	Profissão	Residência Freguesia e Concelho	Data de Entrada	Data de Saída	Cadeias
Rafael Henriques da Silva*	1896-02-09	Santo Isidoro Mafra	Ferroviário	Entroncamento	1938-06-07 1938-06-28 1938-12-06	1938-06-28 1938-12-06 1938-12-08	PSP/ de Santarém 1ª Esquadra de Lisboa Caxias 1ª Esquadra de Lisboa
Raul Jorge Reis*	1911-07-19	Ericeira- Mafra	Marinheiro 2º Artilheiro do navio "Dão"	Lisboa	1936-09-08	1936-10-05	Autoridade de Marinha 14ª esquadra de Lisboa
Rodrigo Ruiz Lara*	1916-10-16	Málaga-Espanha	Datilógrafo	Ericeira-Mafra	1948-02-19 1948-04-25	1948-07-31	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto
Salvador Cantarero Delgado*	1920-02-07	Málaga-Espanha	Empregado escritório	Ericeira-Mafra	1948-02-19 1948-04-25	1948-07-29	Ericeira Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto para a Venezuela
Salvador Maria dos Santos*	1939-10-12	Paço D' Arcos Oeiras	Polidor Mármore	Malveira-Mafra	1965-10-27 1966-03-19	1966-03-19 1967-02-19	Caxias Peniche
Samuel Leonor Lopes Quedas*	1952-08-01	Malveira-Mafra	Estagiário no teatro	Oeiras	1973-11-26	1973-12-04	Caxias
Simon Ramón Mendez Fernandez*	1917-09-13	Havana-Cuba	Caracterizador	Ericeira-Mafra	1945-10-27 1945-10-28 1945-11-08 1945-11-29 1946-04-30	1945-10-28 S. Gregório Deleg. da PIDE do Porto Aljube Caxias Caxias	Poto PVDE de S. Gregório Deleg. da PIDE do Porto Aljube Caxias Caxias
Stefan Kaminski*	1924-12-24	Lemberg Alemanha	Estudante	Ericeira	1945-11-12 1945-12-13 1946-05-20 1946-06-07	1945-12-13 1946-01-04 1946-06-07 1946-11-08	Residência fixa na Ericeira Aljube Caxias Aljube Caxias Expulso para o Panamá
Tomás José da Silva*	1874-05-21	Mafra	Trabalhador	Lisboa	1937-07-08	1937-07-24	1ª Esquadra de Lisboa
Victor Guerrero Perez*	1916-04-25	Orense Robiaz Espanha	Lavrador	Ericeira	1948-04-25	1948-08-11	Residência fixa na Ericeira Caxias Expulso pelo Aeroporto
Vitor da Costa**	1893	Mafra	Empregado comércio	Omissa	1934-01-11	1934-02-17	-
Vitor Silvestre*	1895-07-23	Mafra	Empregado comércio	Mafra	1936-09-01	1936-09-05	1ª esquadra de Lisboa

FONTES: A presente lista resulta do trabalho de recolha e seleção de nomes com base em fontes judiciais, policiais, administrativas e orais. Pela complexidade resultante da natureza das fontes, a lista tem sido sujeita a sucessivas melhorias, corrigindo-se omissões ou escolhas desajustadas. A lista atingiu nesta altura um patamar de rigor que permite a sua apresentação pública, embora ainda não definitiva. Pela seriedade que exige, a futura lista definitiva dos perseguidos e presos políticos naturais e residentes no Concelho de Mafra (1926-1974) vai exigir ainda um aturado trabalho de investigação e confirmação de todos os dados que for possível obter, em abono do rigor e da verdade. O trabalho iniciou-se pelo Projeto a cargo da URAP – Projeto Alfredo Caldeira (1908-1938) e tem sido concluído pela CDA-CM (Comissão de Democratas e Antifascistas do Concelho de Mafra)

* Dados obtidos no RGP (Registo Geral de Presos) da PVDE e PIDE/DGS. Nalguns casos, nos processos policiais e judiciais.

**Dados obtidos nas Fichas de Cadastro da PVDE e polícias políticas anteriores. Nalguns casos, nos processos policiais e judiciais.

*** Presa com um ano e meio, com o seu pai José Carlos, ficando à guarda de sua mãe Olivia Maria Sobral, também presa política.

**** Faleceu no Hospital de S. José, onde estava em regime de prisão.

***** Isabel permaneceu na Cadeia de Caxias com os dois filhos de 3 e 7 anos.

***** Participou na fuga coletiva de membros do PCP da Prisão de Peniche, em 3 de janeiro de 1960.

B) Consultar biografia detalhada no livro

T) Consultar testemunho detalhado no livro

VIII – Fotografias dos presos

Presos políticos – os Rostos

A partir de meados dos anos 30, com o surgimento da PVDE (Polícia de Defesa e Vigilância do Estado), a reorganização da polícia política trouxe um apuramento da constituição dos processos prisionais, com inclusão da foto do rosto do preso (em três posições).

Assim, dos 191 presos compulsados na lista de todos os presos, existem 124 registos de rostos, a maioria do RGP (Registo Geral de Presos) e alguns, poucos, recolhidos dos processos policiais ou dos antigos cadastros.

NOTA: Apêndice com 124 fotografias de presos políticos segundo o modelo de foto recolhida a partir do RGP – Arquivo da PIDE



Abílio dos Santos
PT-TT-PIDE-E-010-100-19825_m0053



Alberto Armesto Garcia
PT-TT-PIDE-E-010-92-18254_m0109



Adelino Augusto Figueiredo
PT-TT-PIDE-E-010-91-18180_m0361



Amparo Marquez Cordoba
ca-PT-TT-PIDE-SC-PC709-47-NT-4932_m0001



Afonso Esteves de Medeiros
PT-TT-PIDE-E-010-91-18173_m0347



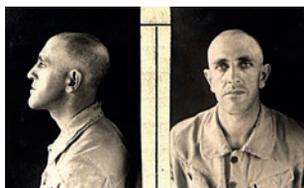
Ana Maria da Rosa Pereira
PT-TT-PIDE-E-010-141_m0309



António Ferraz Teixeira
PT-TT-PIDE-E-010-114_m0195



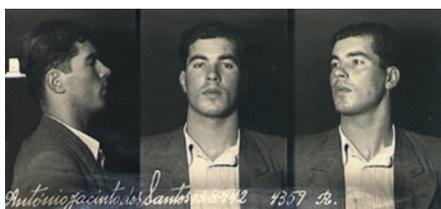
António Melendez Perez
PT-TT-PIDE-E-010-92-18257_m0115



António Franco Trindade
PT-TT-PIDE-E-010-1-4_m0013



António Moreira
PT-TT-PIDE-E-010-72-14250_m0101



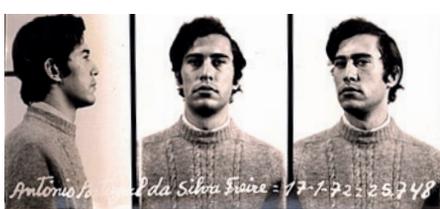
António Jacinto dos Santos
PT-TT-PIDE-E-010-72-14246_m0093



António Pedro Miranda
PT-TT-PIDE-E-010-91-18200_m0401



António Jimenez Garcia
PT-TT-PIDE-E-010-92-18245_m0091



António Portugal da Silva Freire
PT-TT-PIDE-E-010-144_m0179



António Joaquim dos Reis
PT-TT-PIDE-E-010-91-18161_m0323



António Rodrigues Ramalho
PT-TT-PIDE-E-010-134_m0243



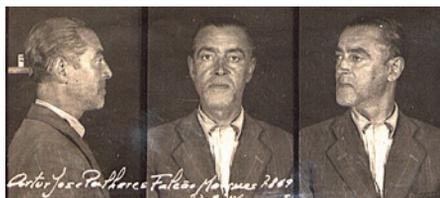
António Jorge Ferreira
PT-TT-PIDE-E-010-137_m0141



António Rosado Tibarra
PT-TT-PIDE-E-010-92-18247_m0095



António Serrano Perez
PT-TT-PIDE-E-010-92-18266_m0133



Artur José Palhares Falcão
PT-TT-PIDE-E-010-109-21766_m0337



António Silvestre Quintas
PT-TT-PIDE-E-010-91-18163_m0327



Benito Mendez Rodríguez
PT-TT-PIDE-E-010-92-18262_m0125



António Vicente Gato
PT-TT-PIDE-E-010-79-15741_m0283



Benjamim Agostinho Figueira
PT-TT-PIDE-E-010-137_m0221



António Victor
PT-TT-PIDE-E-010-56-11157_m0319



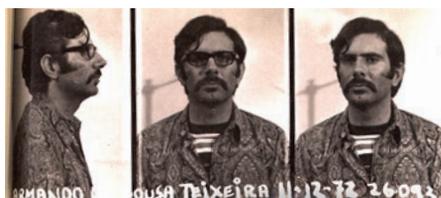
Carlos Fernando Correia Trigo
PT-TT-PIDE-E-010-100-19898_m0199



Armando Brás Inácio
PT-TT-PIDE-E-010-137_m0145



Carlos Moreira Vidal Júnior
PT-TT-PIDE-E-010-91-18178_m0357



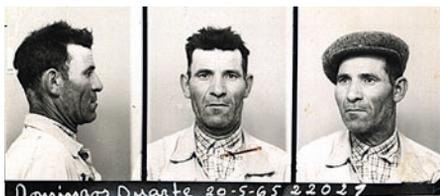
Armando de Sousa Teixeira
PT-TT-PIDE-E-010-145_m0229



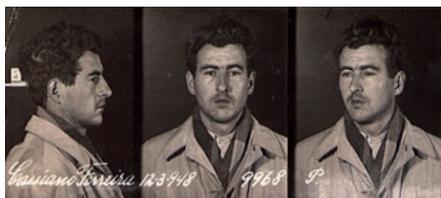
Carlos Silva Cardoso
PT-TT-PIDE-E-010-91-18181_m0363



Carlos Simões
PT-TT-PIDE-E-010-101-20188_m0391



Domingos Duarte
PT-TT-PIDE-E-010-137_m0169



Cassiano Ferreira
PT-TT-PIDE-E-010-91-18160_m0321



Eduardo Monfrino Martin
PT-TT-PIDE-E-010-92-18240_m0081



Charles Loesch
PT-TT-PIDE-E-010-85-16809_m0019



Ernesto Esmeraldo de Melo Pacheco
PT-TT-PIDE-E-010-55-10867_m0141



Cipriano Sousa
PT-TT-PIDE-E-010-91-18179_m0359



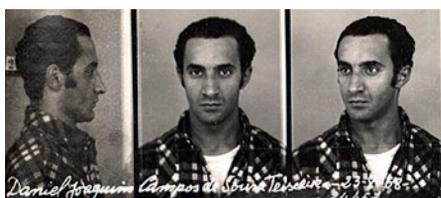
Etelvina Alves de Miranda
PT-TT-PIDE-E-010-68-13564_m0329



Cristiano Augusto Xavier
PT-TT-PIDE-E-010-93-18428_m0059



Felix Arribas Rico
PT-TT-PIDE-E-010-92-18258_m0117



Daniel Joaquim Campos de Sousa Teixeira
PT-TT-PIDE-E-010-141_m0155



Fernando Pestana Simões
PT-TT-PIDE-E-010-79-15740_m0281



Fernando Varela Cábada
ca-PT-TT-PIDE-SC-PC100-48-NT-4951_m0001



Francisco Doval Fernandez
PT-TT-PIDE-E-010-92-18256_m0113



Firmino Luís Alves
PT-TT-PIDE-E-010-87-17286_m0173



Francisco Ferreira Bento
PT-TT-PIDE-E-010-105-20906_m0217



Florindo Caetano
PT-TT-PIDE-E-010-83-16428_m0055



Francisco Maria Balão
PT-TT-PIDE-E-010-91-18162_m0325



Francisco Bento
PT-TT-PIDE-E-010-118-23436_m0077



Francisco Moreira
PT-TT-PIDE-E-010-92-18322_m0247



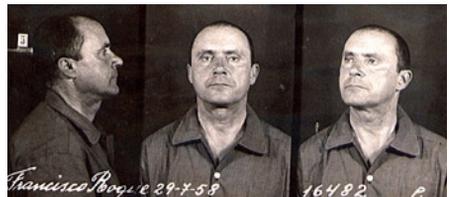
Francisco Celis Fernandez
PT-TT-PIDE-E-010-92-18241_m0083



Francisco Puyol Rodrigo
PT-TT-PIDE-E-010-92-18261_m0123



Francisco Cuenca Gonzalez
PT-TT-PIDE-E-010-92-18251_m0103



Francisco Roque
PT-TT-PIDE-E-010-115-23000_m0401



Francisco Silva Mira
PT-TT-PIDE-E-010-66-13100_m0201



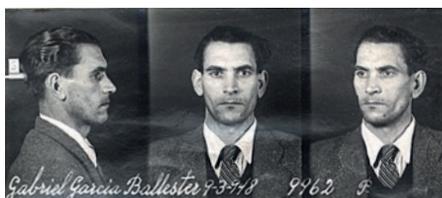
Herlander Leonardo Nunes da Mota
PT-TT-PIDE-E-010-91-18182_m0365



Francisco Ventura do Rosário
PT-TT-PIDE-E-010-50-9851_m0107



Horácio Rodrigues Martins
PT-TT-PIDE-E-010-84-16742_m0285



Gabriel Garcia Ballaster
PT-TT-PIDE-E-010-92-18267_m0135



Idefonso Plaza Hernandez
PT-TT-PIDE-E-010-92-18268_m0137



Hélder Nunes da Mota
PT-TT-PIDE-E-010-91-18183_m0367



Isabel Gallardo Ruiz
ca-PT-TT-PIDE-SC-PC699-47-NT-4932_m0001



Hélia Maria Quintas Correia
PT-TT-PIDE-E-010-145_m0207



Isabel Maria Marques Patrocínio
PT-TT-PIDE-E-010-145_m0263



Henrique Gonzalez Barreiro
PT-TT-PIDE-E-010-92-18252_m0105



Ismael Nabais Gonçalves
PT-TT-PIDE-E-010-147_m0399



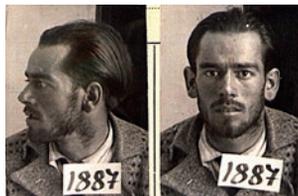
Jaime da Cruz Correia
PT-TT-PIDE-E-010-91-18177_m0355



João Joaquim Marques de Almeida
PT-TT-PIDE-E-010-140_m0135



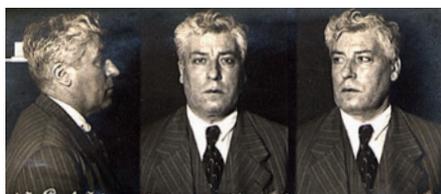
Jean Pierre Curimel
PT-TT-PIDE-E-010-74-14791_m0383



João José Guerreiro
PT-TT-PIDE-E-010-53-10530_m0265



Jesuína Maria Pereira
PT-TT-PIDE-E-010-141_m0307



João Paulo Freire
PT-TT-PIDE-E-010-14-2600_m0013



Jesus Martin Pastor
PT-TT-PIDE-E-010-92-18243_m0087



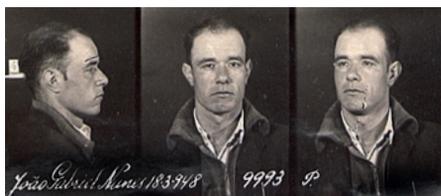
Joaquim Brandão Osório de Castro
PT-TT-PIDE-E-010-145_m0039



João da Silva António
PT-TT-PIDE-E-010-137_m0219



Joaquim dos Reis Tomás
PT-TT-PIDE-E-010-137_m0201



João Gabriel Nunes
PT-TT-PIDE-E-010-91-18176_m0353



John Popp
PT-TT-PIDE-E-010-69-13788_m0377



José Alberto Ferreira Franco
PT-TT-PIDE-E-010-141_m0011



José Manuel Gonzalez Quevedo
ca-PT-TT-PIDE-SC-PC665-47-NT-4931_m0002



José Batista da Silva
PT-TT-PIDE-E-010-43-8571_m0347



José Mendes Brito Júnior
PT-TT-PIDE-E-010-53-10423_m0051



José Borges da Silva
PT-TT-PIDE-E-010-91-18184_m0369



Júlio Elói Batista
PT-TT-PIDE-E-010-67-13347_m0295



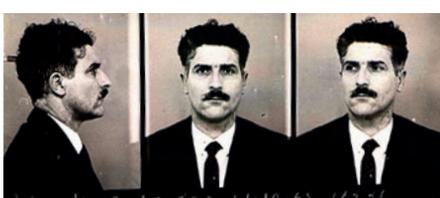
José Carlos
PT-TT-PIDE-E-010-114_m0131



Júlio Posada Rebollar
PT-TT-PIDE-E-010-92-18253_m0107



José Fernandez Diaz
PT-TT-PIDE-E-010-92-18260_m0121



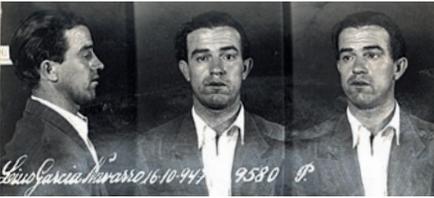
Júlio Verne dos Reis
PT-TT-PIDE-E-010-121_m0371



José Filipe Teixeira
PT-TT-PIDE-E-010-91-18156_m0313



Leonel Simões
PT-TT-PIDE-E-010-97-19371_m0345



Lino Garcia Navarro
PT-TT-PIDE-E-010-92-18248_m0097



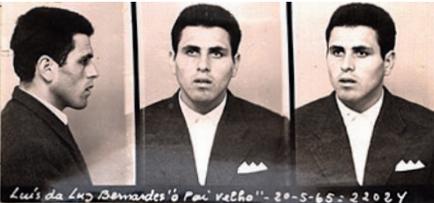
Manuel Crispillo Ruiz
PT-TT-PIDE-E-010-92-18246_m0093



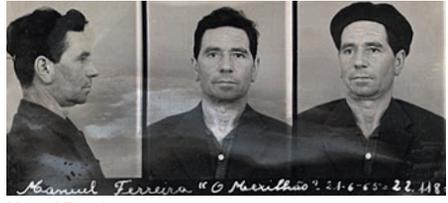
Louis Jutte
PT-TT-PIDE-E-010-69-13787_m0375



Manuel dos Santos
PT-TT-PIDE-E-010-91-18172_m0345



Luis da Luz Bernardes
PT-TT-PIDE-E-010-137_m0131



Manuel Ferreira
PT-TT-PIDE-E-010-137_m0263



Luis Filipe Cândido de Oliveira
PT-TT-PIDE-E-010-140_m0141



Manuel Garcia Paredes
PT-TT-PIDE-E-010-92-18242_m0085



Luis Pedro Coelho
PT-TT-PIDE-E-010-144_m0379



Manuel Lopez Santos
PT-TT-PIDE-E-010-92-18255_m0111



Manuel Arroyo Gonzalez
PT-TT-PIDE-E-010-92-18249_m0099



Manuel Lucas Soares
PT-TT-PIDE-E-010-90-17960_m0330



Manuel Mendes Nabica
PT-TT-PIDE-E-010-93-18574_m0351



Mário Alves
PT-TT-PIDE-E-010-137_m0195



Manuel Vilés Salas
PT-TT-PIDE-E-010-92-18244_m0089



Mário de Lima Furtado Alves
PT-TT-PIDE-E-010-72-14261_m0123



Marcelino Sória Parada
PT-TT-PIDE-E-010-92-18259_m0119



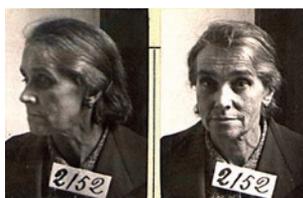
Mário Luís Caracol
PT-TT-PIDE-E-010-91-18155_m0311



Maria Parro del Olmo
ca-PT-TT-PIDE-SC-PC933-47-NT-4941_m0001



Martinho da Conceição Martins
PT-TT-PIDE-E-010-137_m0191



Maria da Assunção Silvestre
PT-TT-PIDE-E-010-43-8535_m0275



Michel Charles
PT-TT-PIDE-E-010-74-14640_m0081



Mariana Oliveira Franco Trindade Gabinete
PT-TT-PIDE-E-010-30-6012_m0025



Miguel Júlio Esteves de Medeiros
PT-TT-PIDE-E-010-7-1364_m0333



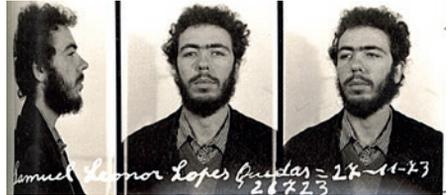
Pinkus Israelski
PT-TT-PIDE-E-010-60-11991_P1_m0389a



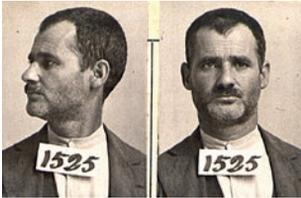
Salvador Maria dos Santos
PT-TT-PIDE-E-010-138_m0051



Pompeu da Costa
PT-TT-PIDE-E-010-52-10286_m0177



Samuel Leonor Lopes Quedas
PT-TT-PIDE-E-010-147_m0311



Rafael Henriques da Silva
PT-TT-PIDE-E-010-51-10191_m0389



Simon Ramón Mendez Fernandez
PT-TT-PIDE-E-010-85-16920_m0241



Rodrigo Ruiz Lara
PT-TT-PIDE-E-010-92-18265_m0131



Stefan Kaminski
PT-TT-PIDE-E-010-86-17158_m0324



Salvador Cantarero Delgado
PT-TT-PIDE-E-010-92-18263_m0127



Victor Guerrero Perez
PT-TT-PIDE-E-010-92-18250_m0101

IX – Anexo documental

VIDA PRISIONAL

A documentação que relata a vida prisional dos presos políticos nas Prisões da PIDE é, objetivamente, de uma grande valia para atestar a opressão e violência sofrida pelos presos e pelos seus familiares. Na maior parte dos casos, como aconteceu com a rede de opositoristas do Concelho de Maфра detida em março de 1948, o Tribunal agia sem provas de facto, obrigando os arguidos a confessar meros “delitos de opinião” com recurso à tortura. Foram aplicadas, neste processo, penas de, em média, dois anos, seguidas do cumprimento de medidas de segurança de um ano, cumpridas na Prisão de Peniche. No final, os réus saíam em liberdade condicional, sem direitos políticos, com apresentações obrigatórias e impedimentos de circular sem autorização, pelo prazo de 5 anos.

NOTA — Este documento é feito em duplicado, entregando-se no Serviço Central da S.C.I. o original com o recibo da Cárcere e ficando nesta o duplicado.

PIDE
Policia Internacional e de Defesa do Estado

TORRE TOMBO

ORDEN DE INTERNAMENTO

Vai dar entrada na Cadeia do Aljube

no regimen de Incomunicavel o (n) nacional

(n) JOSÉ FILIPE TEIXEIRA

estado Solteiro de profissão Guarda-livros natural de Maфра
residente Lugar do Pinheiro - Maфра

de 25 anos de idade, filho de Alfredo Filipe
e de Maria Margarida Filipe

Motivo da detenção (n) Artº 173º e seu § 1º do C.P. Penal

Lisboa, 8 de Março de 1948

O INSPECTOR
(d) *[assinatura]*

a) Nacionalidade.
b) Nome e alcunha.
c) Emigração clandestina, indocumentado, averiguações, etc.
d) Seio branco sobre a assinatura.

Mod. 452 — 2.000 exp. — 1-947

1. Internamento de José Filipe Teixeira na Prisão do Aljube, incomunicável, 8.3.1948. IAN/TT – PIDE, SC PC 294/48

NOTA — Este documento é feito em duplicado, entregando-se no Serviço Central da S.C.I. o original com o recibo da Cárcere e ficando nesta o duplicado.

PIDE
Policia Internacional e de Defesa do Estado

TORRE TOMBO

ORDEN DE INTERNAMENTO

Vai dar entrada na Cadeia do Aljube

no regimen de Incomunicavel o (n) nacional

(n) Cassiano Ferreira

estado casado de profissão comerciante natural de Maфра
residente Rua João Chás Garcia - Maфра

de 28 anos de idade, filho de António Ferreira
e de Maria das Dores

Motivo da detenção (n) por actividades subversivas

Lisboa, 8 de Março de 1948

O INSPECTOR
(d) *[assinatura]*

a) Nacionalidade.
b) Nome e alcunha.
c) Emigração clandestina, indocumentado, averiguações, etc.
d) Seio branco sobre a assinatura.

Mod. 452 — 2.000 ex. — 10-947

2. Internamento de Cassiano Ferreira na Prisão do Aljube, incomunicável, 12.3.1948. IAN/TT – PIDE, SC PC 294/48

Cassiano Ferreira } Reg. 325/48
 P. 4764-SS } 124
 " 11-SS/45-
 Mafra, 22 / 3 / 48
 Policia Inter-nacional
 SERVIÇOS CENTRAIS
 ENTRADA N.º
 Receb. de em
 resp. de em
 TORRE
 TOMBO
 Anunciado em
 21/4/48
 Sr. Dir. do Policia Internaciod
 nal.
 Sou Maria Edite L. Ferreira, esposa de
 Cassiano Ferreira que se encontra preso no
 Aljube. (Sela 1) venho muito respeitosa-
 mente pedir a V. Ex. Sr. Dir. se me autorizava a
 visitar-me com meu marido para tratar
 de assuntos comerciais que só ele pode re-
 solver. Visto ele ser o sócio gerente da casa
 sou muito reconhecidamente lhe agradeço
 V. Ex. pode avaliar qual o meu desejo
 de falar com o meu marido o tempo
 que V. Ex. permitir. 22 MAR 1948
 10764

Tem a bondade de me desculpar de o
 passar

Esta que se arrixa perante V. Ex.
 respeitosa-mente

Maria Edite Lopes Ferreira

Mafra

5-6. Carta de Etelvina
 Ferreira, dirigida ao
 Diretor da PIDE a
 pedir uma visita ao
 marido, Cassiano
 Ferreira. IAN/TT -
 PIDE, SC PC 294/48

Afonso Esteves de Medeiros, preso no dia 12 de Março de 1948, pelas 19^h horas, na sua residência em Matos, pelos agentes Rosa e Borges, foi transportado para Lisboa no "Salaláien", no dia 14 pela 1^h hora, tendo entrado no Forte de Caxias, na sala 2, pelas 5 horas da manhã do mesmo dia. No dia 15, foi à PIDE, para ser identificado. Em regime de incomunicabilidade rigorosa, esteve nessa sala durante 13 dias sem ser interrogado, sem lhe ser permitido fazer a barba nem receber ou expedir correspondência, roupa. No dia 25, foi interrogado pela 1^ª vez às 2 horas (da manhã) e depois transportado para o Hespite, para a cela 14; no dia 27 passou para a Sala 2-D e no dia 28 para a cela 13. Sofreu 57 interrogatórios, ameaçado, por várias vezes, de ser assassinado e de fazer parte do quadro de honra do P. C.; de ser enviado para o Terraçal; de ser presa sua mulher e tantas mais ameaças. Durante estes 57 dias, nunca lhe foi autorizado a receber a visita de uma pessoa de confiança, nem a enviar correspondência nem a receber. Tendo ficado sem dinheiro, após a sua entrada em Caxias, este só lhe foi entregue no dia 29 de Abril, todo este tempo, mal alimentado, sem notícias e sem dinheiro, embora reclamasse todos os dias ao Director do Hespite e ao Suspector. No dia 28 ^{de Abril} passou à Sala 3 e no dia seguinte para a 1, onde permaneceu até ao dia 2 de Novembro de 1948, dia em que saiu sob fiança. Foi julgado no dia 28 e 30 de Outubro de 1948, sendo condenado a 20 meses de prisão, 1.000,00 de multa de justiça e 500,00 de multa. Recorreu para o Supremo. Foi julgado no Supremo no dia 26 de Julho de 1949, sendo agravada a pena para 22 meses e mais e um ano de internamento. Apresentou-se no dia 5 de Novembro de 1949, sendo remetido para Caxias para a sala onde permaneceu até ao dia 24 do mesmo mês. Chegou a Peniche neste dia e deu entrada na Caserna 1, onde se encontra.



T O R T E
T O M B O

7. Carta manuscrita de Afonso de Medeiros onde relata as sevícias sofridas na PIDE. O documento tem uma nota, da autoria da própria PIDE que refere ter retirado o documento do Processo Crime do comunista Joaquim Pires Jorge. IAN/TT - PIDE, SC PC 294/48



Caderno Monumenta

Diário de Inglês
(Significados)

Aluno José Filipe Teixeira

Cadeira de Petição

N.º 15

Inside - interior; conteúdo; dentro; por dentro; dentro de
often - frequentemente; muitas vezes; amiúde
find - encontrar; achar; descobrir; averiguar; saber
hard - difícil; custoso; intrincado; afincadamente
get - adquirir; obter; alcançar
hold - ter; segurar; aguentar; conter; manter; defender
less - menos
speed - rapidez; velocidade; pressa; bom tempo
Humble - hum - alunas grandes e silvêneas
boom - fazer grande barulho
through - de principio até ao fim; através
candle-light - luz de vela
way - caminho, estrada, meio, modo, maneira
hop - andar, saltar sobre um pé; coxear
still - ainda, sempre, todavia, ainda assim
grown-up - adulto
part - mais de; depois de, além de, fora de, sem
seem - parecer; it seems, parece, diz-se
Thrifty - econômico, frugal, próspero, florescente
farmer - cultivador, lavrador, senhor de terras
ride - cavalgar, montar; flutuar vogar
facings - adorno ou cobertura (na frente)

REVOLTAS CONTRA A DITADURA FASCISTA

A primeira fase da Ditadura (1926-1940) foi marcada por revoltas militares e civis contra a Situação, movidas por setores democráticos republicanos das Forças Armadas e por forças civis. A Revolta de Mendes Norton (10.9.1935) contou com a participação de um núcleo de sargentos da EPI de Mafra, articulada ao mundo político republicano por Miguel Júlio Esteves de Medeiros.

S.304/93b/S.P. 239
Procº. Cr. 2183

Exmo.Snr. Presidente do Tribunal M.Especial

 L I S B O A

Para os fins convenientes, tenho a honra de remeter a V.Exa. o processo Nº: 2.183, constituído pelos adjuntos tres (3) volumes, em que são arguidos os indivíduos a seguir mencionados, os quais ficam desde esta data á disposição desse Tribunal:

Francisco Rosa Ventura	Antonio Gil Carneira
Manuel Matias Junior	Sebastião Lino
Amaro Garcia Loureiro	João Batista
<u>Francisco Horta Catarino</u>	José Eusebio Jr. "O José Boxiga"
Eduardo de Almeida	José Paulino "O Pau Preto"
Marcelino Sanchez Silva	Clementino Ramea Faria
Joaquim Fernandes "O Moita"	Luiz Varela Ferro
Manuel José de Faria	Francisco Rosa Ventura
Manuel Matias Junior	Manuel Rijo da Silva
Eleuterio Pereira de Mendonça	Augusto Cardoso de Lemos
Otelo Manuel Rodrigues	Manuel Casades
Amaro Garcia Loureiro	Adelino José Rebelo "O Rei da Gai"
Lopoldo Lobato Dinis	Graciano de Matos Vilari-gua guia volte



Trajano Ambrósio da Silva	Joaquim Augusto Pereira Rebelo
Antonio da Cruz Cristina	Anibal Artur Marcelino
Antonio Carlos da Silva "O Silva das Camionetes"	Amandio Nunes Alberto
Francisco José Carvalho Afonso	José Casimiro Brasão Gambôa
Ventura dos Santos	Abel de Azevedo Cabral
Raul da Encarnação Garcia	Amandio Dias
Antonio Jales	Antonio Correia
Antonio Mendes	Armando de Oliveira Carvalho
Mario José Feres	José Maria Ribeiro
José Martinho de Sousa	José Rodrigues Pimenta
Joaquim Silvestre	Sebastião Sepriano Jacinto
Joaquim Peres de Carvalho	José Pedro Balbino Dias
Antonio Firmino	José Maria Videira
Joaquim da Costa Correia	Artur Rebelo de Almeida
João Francisco de Melo "O João da Ana"	Eduardo Rodrigues Areosa Feto
Antonio Maria Marmelo da Silva	Mmanuel Valente
Francisco Bento Catarino	Mmanuel Peixoto Martins Mendes Norton
→ Miguel Julio Esteves de Medeiros ←	
<u>José Vicente Junior</u>	
Alexandre Teixeira de Carvalho	
José Correia Vilela X	A BEM DA NAÇÃO
Francisco da Graça	Lisboa, 25 de Novembro de 1935
Mmanuel Justiniano Pereira	Secretário Geral
Leonel Lopes Frade X	
Isidoro Pina	

IMPrensa CLANDESTINA

O Partido Comunista Português criou um leque diversificado de órgãos clandestinos dirigidos a setores específicos da sociedade portuguesa. “Pátria Livre”, órgão da Comissão de Unidade Militar, dirigia-se, em particular, às Forças Armadas, tendo iniciado publicação em 1 de julho de 1948.

Vários números de “Pátria Livre” foram apreendidos pela PIDE a um núcleo de unidade antifascista de Maфра que fazia propaganda e recolhia fundos para socorro aos presos políticos e apoio ao PCP.



PÁTRIA LIVRE

ÓRGÃO DE UNIDADE PARA AS FORÇAS ARMADAS

ANO I - Nº 3 SETEMBRO DE 1948 PREÇO 350

MAIS UMA BURLA DOS FASCISTAS

O AUMENTO DOS VENCIMENTOS

No Nº3 (Setembro) do nosso jornal avisámos já os nossos leitores sobre os objectivos do aumento prometido pelo ministro das Finanças. Províamos que seria mais uma mentira lançada pelos fascistas para lançar poeira nos olhos dos funcionários públicos numa altura em que o movimento por eleições sérias se desenvolve cada vez mais. E não representaria nunca a resolução do magno problema do equilíbrio da economia doméstica dos milhares e milhares de servidores do Estado. A publicação do decreto-lei que estabelece o novo aumento veio confirmar completamente o que dissemos.

AS CAUSAS DO AUMENTO - Em primeiro lugar, este aumento de agora aparece em virtude da disparidade de vencimentos entre os funcionários públicos e os empregados particulares, fruto portanto das inúmeras lutas e reclamações de todas as camadas do nosso Povo por um aumento de salários e ordenados. Em segundo lugar, não se pode deixar de notar que este aumento surge exactamente numa altura em que é necessário ao governo alargar-se a todo o País e tira horas de sono aos fascistas. Por isso é justo dizer que o novo aumento é também consequência da movimentação dos democratas portugueses para as próximas eleições presidenciais.

A DEMAGOGIA DO AUMENTO - O fascismo faz sempre acompanhar as suas acções dum propaganda mentirosa que sai muito cara à Nação. Quando do aparecimento a público do novo decreto, os jornais fascistas rodearam a notícia de títulos tão subtile que gente há que julgar tratar-se dum aumento de 80% sobre os vencimentos anteriores. Alguns só tomam verdadeira consciência da demagogia dessa propaganda quando no fim do mês contarem os magros cöbres que receberam a mais.

Analisemos aqui rapidamente o que diz o decreto para pôr completamente a nu a mentira, a demagogia dos números apresentados.

O suplemento de 80% actual incide somente sobre os vencimentos-base de 1935. Anteriormente havia um suplemento de 20% e um subsídio de mais 30% que incidia sobre o vencimento-base mais o suplemento. Quer dizer que o aumento de agora não ultrapassa 15,4% sobre o ordenado anterior, isto se não contarmos com os descontos. Com efeito, suponhamos um vencimento-base (de 1935) igual a 500000, obtemos os seguintes números:

	Em Outubro	Em Novembro
Vencimento-base ..	500000	500000
Suplemento	20% 100000	80% 400000
	600000	900000
Subsídio	30% 150000	
	750000	

Logo o aumento foi somente de 120000, o que dá uma percentagem de aumento sobre Outubro menor de que 15,4%.

Como os descontos agora incidem sobre o vencimento-total, isto é, como o aumento sofre também descontos, (segue na pág. 2)

Propaganda e Realidades

Diariamente, uma imprensa absolutamente prostituída ao serviço dos grandes magnatas da Indústria, da grande Lavoura e do alto Comércio - numa palavra: dos fascistas - enche as suas colunas cantando louvores a outros países, enquanto se tem veneno para tilhar sobre aquelas nações em que as forças progressivas varreram tudo quanto era fascista e onde governos democraticamente eleitos lutam pela Paz e pelo Progresso dos seus países.

Essa imprensa mentirosa tem por objectivo enganar o nosso Povo e mantê-lo na ignorância do que se passa em muitos países; ludibriá-lo, enfim, sobre as intencões dos imperialistas e reacconários, para depois eleger o governo fascista, vencidos os ruses e ita lianos, procura o apoio de novos senhores, mesmo que isso acarrete a perda da nossa independência económica e política. Para o novo astro condutor passou a ser os Estados Unidos da América. (segue na pág. 3)

1. Exemplar existente no processo político de Miguel Júlio Esteves de Medeiros, Abílio dos Santos e João Luís. IAN/TT, Arquivo da PIDE, SC PC 315/50



FE 29A

44-5

[Handwritten signature]

Polícia Internacional e de Defesa do Estado



Mandado de captura

Proc. N.º
de 19.....

AGOSTINHO LOURENÇO, Director da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, - - - - -

Mando que seja preso e conduzido às prisões desta Polícia **MIGUEL JULIO ESTEVES DE MEDEIROS**, residente em Ma- fra. - - - - -

para averiguações, por se lhe atribuir o crime do artº 173º e seu pº do Código Penal. - - - - -

- - - - - admissão de fiança, - - - - - podendo o agente entrar na casa do indiciado.

Cumpra-se com as formalidades legais.

Lisboa, 7 de Setembro de 1950.

O DIRECTOR,

[Handwritten signature]



2. Mandado de captura de Miguel Júlio Esteves de Medeiros. IAN/TT, Arquivo da PIDE, SC PC 315/50

REFUGIADOS POLÍTICOS COM RESIDÊNCIA FIXADA NA ERICEIRA

Algumas centenas de refugiados políticos fugidos ao anti-semitismo, ao nazismo e ao franquismo entram em Portugal clandestinamente, entre 1934 e 1947. São presos, como apátridas, antes de abandonar o país, e colocados com residência fixada na Ericeira (como também nas Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Curia, etc.). A grande maioria consegue sair do país, com vistos para o continente americano. Porém, quando caía sobre algum deles o anátema de comunista, as dificuldades aumentavam, quer para circular no interior quer para sair. Os presos mais “perigosos” foram colocados na Ericeira com residência fixada, sob o controlo da PIDE. Em 1948, o regime decidiu expulsar este grupo de refugiados políticos sobre o qual recaía a suspeita de comunistas. Nalguns casos, a expulsão foi antecedida de castigos mais pesados, como aconteceu ao polaco Pinkus Israelski, que esteve preso 4 anos no Campo de Concentração do Tarrafal.

UNITARIAN SERVICE COMMITTEE
3 PARK STREET - BOSTON - MASSACHUSETTS - U. S. A.



LISBON - R. MARQUÊS DE FRONTENA, 110.º L.º E.
CABLE ADDRESS: UNITARIAN TEL. 22720

Lisboa 1 de Outubro 1947

Exmo. Senhor Director
Policia Internacional e
Defesa do Estado
L i s b o a

Ref: Antonio JIMENEZ GARCIA
sua esposa Isabel GALLARDO RUIZ
e dois menores.

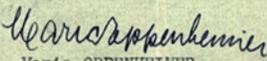
Exmo. Senhor Director,

Pela presente, tomamos a liberdade de apresentar a V. Exa., a família em referencia, que vêm fugida de Espanha, por motivos politicos, tendo entrado em Portugal clandestinamente.

Mui respeitosamente, pedimos a V. Exa., que se digne regularizar-lhe a sua situação, fixando-lhe para tanto, residência, até à sua próxima saída do País, da qual nos estamos ocupando, em colaboração, com o Exmo. Senhor Ministro do Mexico, em Lisboa.

Agradecendo antecipadamente, a amável atenção de V. Exa., a este nosso pedido, subscrevemo-nos, com a mais alta estima e consideração,

de V. Exa.,
Mto. Attos. Vnres. e Obgdos.,


Mária OPPENHEIMER.

1. Recomendação do Unitarian Service Committee para ser fixada residência na Ericeira à família de Antonio Jimenez Garcia. Refugiados políticos oriundos de Espanha. IAN/TT, PIDE, SC PC 864/47

1001/3545

Pinkus Israelcki
sem nacionalidade

Preso pela Delegação do Porto em 7-12-939.
Consta do seu processo:
Ter sido expulso da Bélgica, por suspeita de comunista e de ter entrada em Portugal, com documentação falsa.
Sendo portanto um elemento inaceitável, foi proposto para que lhe fôsse aplicável o Decreto Nº 15.948 de 23 de Maio de 1928. **Aprovado por despacho de Sua Excelencia o Ministro, de 23-1-940.**
Embarcou para a Colônia Penal de Cabo Verde, em 23-3-940.
Lisboa, 3 de Abril de 1941

Handwritten notes:
"Pinto ou passaporte"
"O Sr. Bep Jac par disse que agarrado na fronteira"

Carlos Pauly

2. Pinkus Israelcki, um refugiado polaco é suspeito de "comunista". Será colocado no Campo de Concentração do Tarrafal de 1940 a 1944 e é-lhe fixada residência na Ericeira em 1946. É expulso do país em 1948, pelo Aeroporto da Portela. IAN/TT, PIDE, SC PC 1001/35

3. Residência fixada na Ericeira de dois refugiados espanhóis, 29.11.1947. IAN/TT, PIDE, SC PC 864/47

10

Polícia Internacional e de Defesa do Estado

ENTRADA Nº 2111/1947

Nº 166/47
S.E.E.

Regra-se que na resposta se indiquem os números e data desta officio.

Excellentissimo Senhor

Tenho a honra de comunicar a V.Exa. que hoje fizeram a sua apresentação neste Posto, por lhes ter sido fixada residência nesta vila, os súbditos espanhóis ALBERTO ARNISTO GARCIA, MANUEL LOPEZ SANTOS e FRANCISCO DOVAL FERNANDEZ, vindos dessa cidade e portadores de contrafeitos.

A este assunto se refere o Officio n. 757/S.E.E., de 28 do corrente.

A BEM DA NAÇÃO

Ericeira, 29 de Novembro de 1947

Ao Exmo. Senhor Inspector Superior da P.I.D.E. Lisboa.

Signature: Sécio Augusto Rodrigues

4367A

MOD. 147 - 50.000 ex. - 7-48

26

LOS SERVICIOS INTERNACIONALES

Páde-se que informe se saíram do País e em que data os súbditos espanhóis Manuel Crespillo Ruiz, Amparo Marques Cordoba e seu filho menor Rafael.

Lisboa, Serviços de Segurança do Estado, 11 de Agosto de 1948.

Servicios Internacionales

Handwritten notes:
"Saíram em 6/8/48 por Barcelona. 18/8/48"
"Recibido para enquiry com 27/8/48"
"Anunciado-se 12/8/48"
Signature: J. J. J.

4. Confirmação da expulsão, pelo Aeroporto, do refugiado espanhol Manuel Ruiz, esposa e um filho menor. IAN/TT, PIDE, SC PC 709/47



Polícia de Vigilância
e Defesa do Estado



-----AUTO DE PREGUNTAS-----

Aos cinco dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecen-
tos e quarenta e cinco, nesta cidade de Lisboa e Sede da
Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, onde se encontra-
va o Excelentíssimo Senhor Adjunto Capitão Gaspar de Oli-
veira, com o investigador José Correia de Almeida e comi-
go Francisco Marques Gaspar, aspirante da mesma Polícia ser-
vindo de escrivão, compareceu o apátrida **HERMANN VALENTIN
PFLÜGER**, de trinta e cinco anos de idade, casado, professor,
filho de Franz Pflüger e de Theresa Gerber Pflüger, natu-
ral de Francfort-Alemanha-e residente na Travessa da Lé-
goa da Póvoa, número dois, rez do chão, desta cidade. Inter-
rogado sobre a matéria dos autos, respondeu:—Que de-facto
conhece a súbdita húngara **EDITH MARKUS**, por ser visita de
sua casa; que igualmente conhece a súbdita alemã, actual-
mente portuguesa por casamento, **ELSE CAMARA**, por lhe ter si-
do recomendada por um seu amigo, **Dr. BIBERFELD**, na altura
em que **CHARLES LOESCH**, que maritalmente vive com a **ELSE**,
pretendia formar um grupo de alemães livres; que sob este
assunto o respondente já apresentára a esta Políca um re-
latório permennerizado e suficientemente elucidativo; que
quanto á **ASSOCIAÇÃO FEMININA PRO-PAZ**, a que fazem referên-
cia várias cartas e outra correspondência que lhe foi en-
contrada em sua casa e que vai junta aos autos, sua espo-
sa, **LOTTE PFLUGER**, melhor que p respondente poderá prestar

esclarecimentos, o que certamente fará oportunamente, e logo que esta Polícia assim o entenda. Por último acrescenta que nunca trabalhou, em qualquer sentido, e em desacôrdo com as leis do País, antes pelo contrário, tendo procurado sempre corresponder á hospitalidade que Portugal lhe tem dispensado. E mais não disse. Lidas as suas respostas, as achou conforme, ratificou e vai assinar, com êle Adjunto, com o investigador, com as testemunhas, António Januário do Sacramento e Abílio Pereira Galvão, ambos funcionários desta Polícia, e comigo escrevão que o dactilografai.....

O ADJUNTO

Herman Pflüger

O INVESTIGADOR

Januário do Sacramento

O ARGUIDO

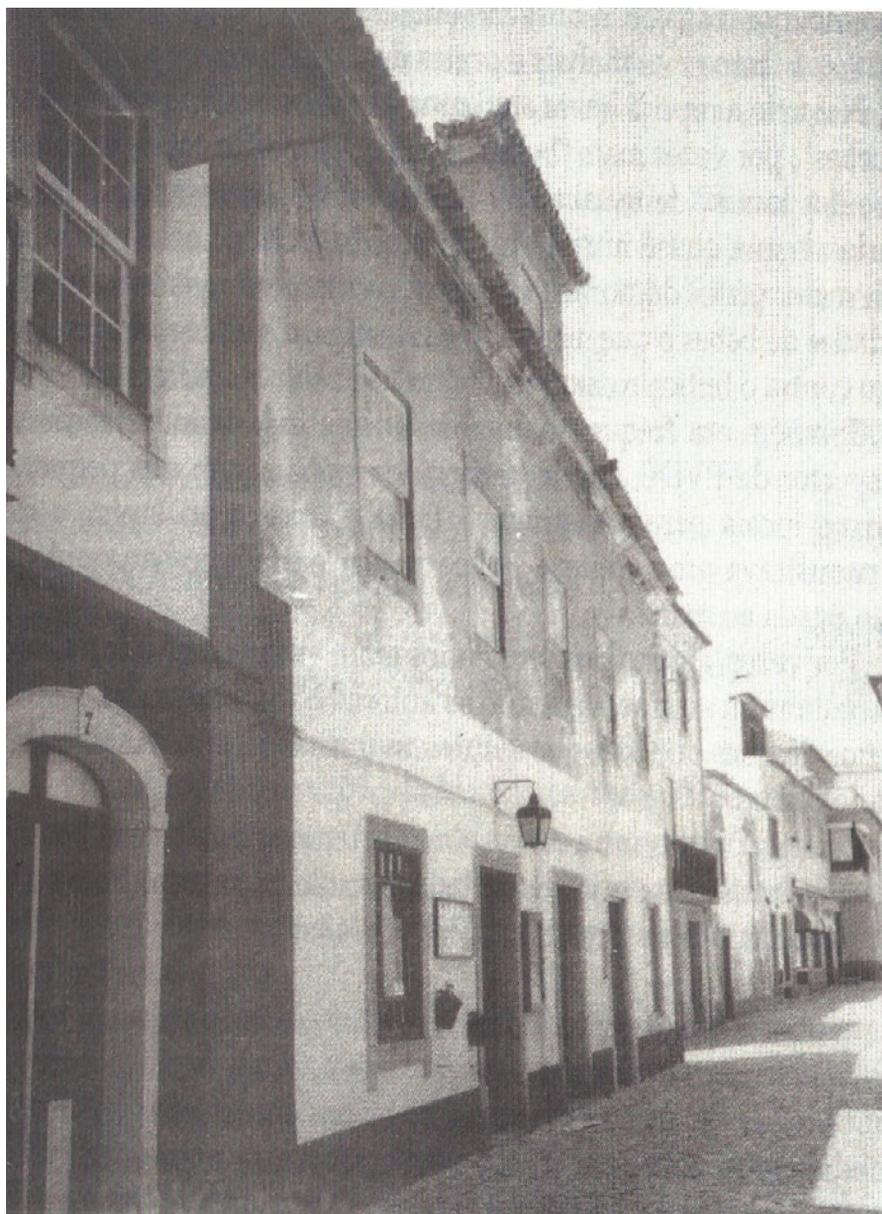
Herman Valentin Pflüger

AS TESTEMUNHAS

O ESCRIVÃO

Francisco Marques Barão

5-6. Declarações do refugiado alemão Herman Pflüger sobre a organização de um "grupo de alemães livres" ligados à Associação Feminina Pró-Paz. IAN/TT, PIDE, SC PC 1001/35, SC PC 899/45



1. Posto da PIDE na Ericeira, Rua 5 de Outubro. Esteve aberto entre 1942 e 1945. Era dirigido por um Chefe de Posto. A partir do livro de José Caré Júnior, *Ericeira 50 anos depois... Os refugiados estrangeiros da 2ª Guerra Mundial*, Mar de Letras Editora, 1998, p. 38

GREVE DOS MÁRMORES

A "greve dos mármoreiros" de Pero Pinheiro (maio/junho de 1965) movimentou milhares de trabalhadores, alguns residentes no Concelho de Mafra. Os líderes foram sujeitos a prisão e julgamento, porque a greve era proibida.

88

OS OPERÁRIOS DOS MÁRMORES E CANTARIAS, PELA CONQUISTA DOS 10\$00, VÃO ATE ONDE FOR NECESSÁRIO.
PASSANDO DA GREVE À MARCHA DA FOME SOBRE SINTRA.

Desde o dia 19 que estamos em greve e continuaremos até que seja satisfeito o nosso justo pedido. Temos dado as maiores provas de coragem frente a tantas ofensivas lançadas pelos nossos inimigos - os patrões, a polícia, a G.N.R. e os traidores da Direcção do Sindicato com o Genioas Podroso à cabeça. Das ameaças às agressões a tiro, tudo nos têm feito, no entanto o apesar de forçados a passar tantas necessidades, estamos dispostos a ir até ao fim.

Por toda a parte se está a desenvolver a luta em favor dos operários dos Mármoreiros e Cantarias. Mesmo do estrangeiro nos têm chegado as maiores provas de solidariedade. Os trabalhadores de todo o mundo estão connosco.

Companheiros:
Chogou a altura de protestarmos juntos e gritarmos bem alto a quem nos queira ouvir que queremos o aumento de 10\$00 porque temos fome, que não queremos ser massacrados por isso e que queremos os nossos companheiros presos em liberdade.

CONCENTREMOS-NOS TODOS NA ESTRADA PRINCIPAL DE PERO PINHEIRO, NO DIA 3 DE JUNHO ÀS 10 HORAS DA MANHÃ, E MARCHEMOS A PE ATE SINTRA, COM AS NOSSAS MULHERES, FILHOS, MÃES E IRMÃOS E BANDEIRAS NEGRAS.

Por todo o caminho e acabando junto à Câmara Municipal, gritemos:

- TEMOS FOME
- QUEREMOS O AUMENTO DE 10\$00
- LIBERDADE PARA OS NOSSOS COMPANHEIROS PRESOS
- FORA COM A POLÍCIA E GNR DAS NOSSAS TERRAS
- ACABEM COM AS AGRESSÕES AOS OPERÁRIOS
- QUE SEJA DISTRIBUÍDO COMPR OU DINHEIRO POR TODAS AS FAMILIAS
- PAZ, PAZ E LIBERDADE

TODOS NO DIA 3 DE JUNHO ÀS 10 HORAS, NA ESTRADA DE PERO PINHEIRO.

VIVA A NOSSA MARCHA DA FOME

O Comité de Greve - a sua última mais importante declaração

Mulheres da Região de Pero Pinheiro

Cabe-vos um papel muito importante na luta travada pelos vossos familiares. A vossa ajuda será uma valiosa contribuição para eles conquistarem as suas reivindicações. AJUDAI-OS A VENCER.

JUNTAI-VOS E IDE EM GRUPOS RECOLHER GÊNEROS, ROUPAS E DINHEIRO PARA DISTRIBUIR PELAS FAMILIAS DOS GREVISTAS.

SE FOR NECESSÁRIO, FORMAI GRANDES GRUPOS E IDE BUSCAR COLER ONDE O HOVER.

IDE EM MASSA À CÂMARA DE SINTRA PROTESTAR CONTRA A REFRACÇÃO E RECLAMAR A LIBERTAÇÃO DOS PRESOS, A SAÍDA DOS GUARDAS E DA PIDE DAS NOSSAS TERRAS E A SATISFAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES DOS GREVISTAS

TODOS POR UM, UM POR TODOS
AVANTE PELA VITÓRIA DOS OPERÁRIOS

O Comité de Greve

Companheiros

- ORGANIZEMOS A RECOLHA DE SOLIDARIEDADE (GÊNEROS, DINHEIRO, ETC.) PARA OS COMPANHEIROS PRESOS E SUAS FAMILIAS.
- RECLAMEMOS A DEMISSÃO DOS LACAIS QUE ESTÃO NO SINDICATO E A CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES PARA ESCOLHERMOS E ELEGERMOS COMPANHEIROS FIEIS À CLASSE

OUTRAS RESISTÊNCIAS

A resistência à opressão fascista encontra-se disseminada pela sociedade, por vezes de forma individual e não organizada politicamente.

António Batalha, agricultor, oleiro e operário da empresa FOC, deixou um registo diarístico e poético assinalável para alguém que tinha conseguido concluir a 4ª classe já com 34 anos.

E o povo trabalhador? *

É deste povo em ação
Que brota toda a produção
O garante e resultado
Mas no meio de tudo isto
Como é que este é visto?
Como é considerado?
(...)
Nós não somos lixo não!
Somos povo onde a razão
Está sendo martirizada
Povo que sofre o açoite
Esperando a queda da noite
E o surgir da madrugada
(...)
Ninguém sabe responder
Pois todos estão a viver
A sede de uma mudança
Todos revelam cansaço
Mas caminha-se passo a passo
Sobre a linha da esperança.

(António Batalha, Um Olhar sobre a FOC de 1930 a 1994. Aos que trabalharam, Edição do autor, s/n, 2000)

António Batalha (Achada, 1930- 2007), foi agricultor, oleiro e poeta. Entre 1964 e 1986 trabalhou na FOC, onde pertenceu à Comissão de Trabalhadores. Concluiu a 4ª classe aos 34 anos. Autodidata, deixou escritos vários livros de poesia. De 1989 em diante desenvolveu um projeto de olaria artesanal, hoje com cerca de 5600 peças. Desde os 13 anos foi militante ativo da Ação Católica Rural, tendo desenvolvido uma intensa atividade social e associativa durante toda a sua vida.

* O poema não está datado. No livro, está situado pelo autor entre 1964 e 1974

1. Poema extraído do livro “Um Olhar sobre a FOC de 1930 a 1994. Aos que trabalharam”, Edição do autor, s/n, 2000.

NÃO QUERO SER DA LEGIÃO

8 de outubro de 1954

“Comecei a pensar que isto da Legião ainda nos podia dar chatice.

Agora rebentou esse problema lá em Goa Damão e Diu na Índia, já ouvi dizer que a Legião tem de alinhar.

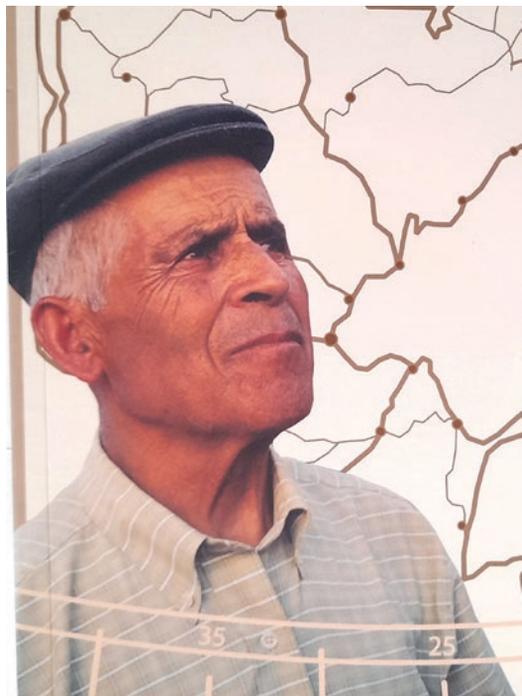
Então eu não quis ir à tropa e agora estava a meter-me em problemas destes!...

Não pode ser! Por isso resolvi desistir, e comigo desistiram todos os outros. O Sr. Capitão ficou chateado, mas paciência.

Há dias ele veio a minha casa falar comigo, muito chateado, quis ele tentar a continuação, mas afirmei novamente a decisão tomada, ele começou a dizer que certamente foi algum comunista que nos influenciou. Mas eu disse, ninguém influenciou nada. Ele lá foi embora muito chateado, convencido que pessoas estranhas nos tivessem convencido a desistir, mas ninguém nos disse nada”

(António Batalha, Caminhar na Existência, Mafra, 2004). Trata-se de um registo diário do autor, iniciado em 1940 e só terminado em 2004

2. Registo diário extraído do livro “Caminhar na Existência”, Edição do autor, s/n, 2004



3. António Batalha, oleiro, poeta, operário

ALMOÇO DE CONFRATERNIZAÇÃO

Os almoços de confraternização constituíam momentos e espaços de liberdade importantes para o trabalho das Oposições ao regime. Quando aconteciam em espaços públicos, eram muitas vezes vigiados por informadores ou agentes da PIDE



1. Almoço de confraternização (em lugar e data indeterminados, provavelmente meados dos anos 60). Entre outros, são identificáveis o farmacêutico Afonso Esteves de Medeiros e o Professor José Borges da Silva, ex-presos políticos. Arquivo de Mário Borges

As novas Auto-Estradas, a nossa região e nós mesmos

(Continuação da pág. 1)

dele como está há mais de dez anos, ou seja o nó de Alverca que já tem essa propecta idade.

Em vez de agradecimento, deveríamos antes ter contestado e até protestado o adiamento por dez anos da Auto-Estrada do Oeste, cujo primeiro traço entre Lisboa e Malveira se programou então prioritário e deveria estar concluído em 1973. Não só

assim se não fez, como até se foi agradecer os benefícios que vão para outros e outras regiões, que não a nossa, ao contrário do que aconteceu com Bragança que, recentemente, e sob a égide da respectiva Câmara Municipal, fez sentir ao Governo, e em jeito, o seu desagrado pelo facto de a Comissão de Planeamento do Norte e o IV Plano de Fomento se terem praticamente esquecido do nordeste transmontano.

1973, ANO DE ELEIÇÕES

Começou o Recenseamento Eleitoral de 2 de Janeiro até 15 de Março

Este ano vão realizar-se no nosso país as eleições para deputados da Assembleia Nacional.

O Ministério do Interior divulgou uma informação que começava por dizer o seguinte:

«Vão iniciar-se no próximo dia 2 de Janeiro as operações do recenseamento dos eleitores da Assembleia Nacional, isto é, dos cidadãos portugueses, de qualquer dos sexos, maiores ou emancipados que saibam ler e escrever português e não estejam abrangidos por alguma das incapacidades previstas na Lei n.º 2015, de 28 de Maio de 1946, e, ainda, dos que, embora analfabetos, hajam sido anteriormente recenseados, com fundamento no regime que vigorou até à publicação da Lei n.º 2137 de 26 de Dezembro de 1968.»

O acto eleitoral é um direito e um dever de todo o cidadão.

Deixei de escolher livremente os seus representantes, de participar na vida pública do país, nas tarefas comuns.

Dever de não se alhear dessa mesma escolha, dessa participação na vida política da Nação.

Todo o cidadão é político. No entanto sente-se em muitos de nós portugueses um certo medo quando se fala de política e somos capazes de dizer: «eu não sou político!» Isto é sinónimo duma falta de educação política. A nossa atitude seja ela de participação seja de abstenção é uma atitude política.

A política envolve toda a nossa vida.

A nossa vida está cada vez mais dependente do Estado.

Precisamos de construir uma casa temos de pedir autorização. Queremos ter um carro pagamos imposto. Os produtos dos nossos produtos são fixados pelo Governo. A Saúde e Assistência estão também dele dependentes. Enfim são tantas e tantas as vezes que apelamos para a política, para o Governo... uma infinda relação de coisas da nossa vida estão dependentes da acção e reacção do que nos governam.

Dai a necessidade de participarmos na escolha daqueles que irão decidir dos nossos destinos.

Por isso todos os portugueses que tenham direito a voto devem inscrever-se a tempo nos cadernos eleitorais das Juntas de Freguesia.

Os Srs. Drs. Mário Silveira e Manuel Brito

Especializaram-se em Pediatría

O conceito de Mafra passa, a partir de agora, a estar mais enriquecido no que se refere ao corpo clínico especializado, pois, terminaram o seu curso em Pediatría (tratamento de crianças) com altas classificações os sr. Dr. Mário Silveira, Delegado de Saúde do Concelho de Mafra e nosso Director e Manuel Brito, médico municipal, pelo partido da Freguesia, com consultório naquela vila.

Segundo fomos informados o nosso amigo sr. Dr. Brito deturará, dentro em breve, a clínica geral, ocupando-se unicamente da Pediatría.

Para o nosso Director e sr. Dr. Manuel Brito deseja «O Jovem» as maiores felicidades.

É certo, porém, que também sabemos do estríbilho muito em voga no tempo da Monarquia, e que, dizia: «Para lá do Marão, governam os que lá estão». Quanto a nós, por aqui, numa sociedade fechada, que só manifesta a sua presença e pujança, quando se trata de embarcar nos picarões de água-pé ou numa «companheira» de tinto do espiche, que se interviram com umas mãos à prova durante o verão ou com conças de alteração e até de pugilato nos futebolis caules.

Relativamente às tarefas de participação e promoção no campo comunitário e administrativo, isso não se compara nada com a situação em que ficamos por causa do malandro daqueles árbitros que nos roubou um penalty que era o golço certo da vitória, no tal desafio decisivo.

E é assim que marcham as coisas neste pitoresco rincão que é a zona do centro-oeste da Estremadura, espécie de enclave completamente esquecido dos deuses planeadores da região do centro do país, que ainda não se deram conta das inensas possibilidades desta zona em campos tão variados como os das indústrias metal-mecânica e cerâmica, agricultura em geral e vitivinicultura em especial, turismo e outras mais.

Por isso mesmo, e enquanto a administração abre o saco azul e depois conruncipões de verbas choradas nostras regiões para a construção de estradas, portos, estabelecimentos dentro a vários graus, blocos residenciais, etc. etc., os camponês da nossa área tomam o ramo aos «chamberos da França e das filicetas da Alemanha e do Luxemburgo, os pescadores da Eriçica são beirados na Holanda e na Dinamarca para as árdias lídes do mar, nós, os que cá ficamos vemos «apasar os combalões, lugar comum como que se ilustra o nosso marrismo em relação aos Algarves, Avéros, Setúbal, Sines e demais paragens contempladas pelo bafio do progresso e da prosperidade económica.

E acabamos este artigo sem apelo nos agravos, pois a conjuntura atírris descrita chama por soluções por si mesma.

EL ESPONTÁNEO

À PORTA DO ANO 73

(Continuação da pág. 1)

ção e, também, de insurancina quanto ao futuro. Não estarão em questão as modalidades da autoridade, da educação, da liberdade e da transmissão de valores e de convicção?

É importante o diálogo para a mútua compreensão, na procura dos porquês. Os jovens têm motivos para sentirem, pensarem e agirem de modo diferente dos adultos.

Aos adultos pede-se que ofereçam aos novos o pélo da unidade temperado com o sal da experiência.

De jovens esperam dos adultos que sejam «amigos companheiros de viagem» e não polícias. Esperam dos adultos que se valentem, que conheçam mais, leiam, estudem e estão na «viagem» formativa, mais agradável...

«O JOVEM» é, pois, para todos o lugar de encontro, de diálogo aberto.

Reconversão Agrícola

O titular da pasta da Economia, ministro Cotta Dias, conferiu posse ao novo inspector-geral do Conselho Superior de Economia, eng. José Alves, ao novo director-geral dos Serviços Florestais e Agrícolas, eng. Gabriel Gonçalves e aos presidentes do Fundo de Fomento Florestal e do Instituto de Produtos Florestais, respectivamente prof. António Monteiro Alves e eng. Manuel Ferreira.

O ministro Cotta Dias fez uma generosa análise das realizações e da política florestal do Governo.

Frisou, equa, que, tanto à luz das nossas próprias necessidades como em comparação com a maioria dos países europeus o crescimento do produto agrícola em Portugal tem de considerar-se baixo.

Seguidamente, o ministro da Economia e Finanças referiu-se à necessidade de subsair à agricultura mais de dois milhões de hectares de terras que não são aptas para tal. A urgência de tal tarefa ligase de perto com o cuidado que estamos a pôr na reconstrução profunda do sector florestal, no qual iremos encontrar o mais importante instrumento da reconversão, evidentemente imperiosa do agro-poituguês.

Abordou problemas relacionados com as indústrias que têm por base produtos da silvicultura, nomeadamente a corticeira, a da pasta de papel, a da celulose e a de aglomerados de madeira.

O ministro Cotta Dias analisou, ainda, as consequências decorrentes dos acordos com a CEE. Finalmente, procurou definir a função do Instituto dos Produtos Florestais.



VISITAR E APECIAR
A SUA BOA COZINHA
E ESCOLHER O MELHOR

A TOCA DA RAPOSA

SNACK-BAR

— DE —

José Filipe & Herlander Rolo, Lda.

R. 1.º de Dezembro, 6 — R. José Maria da Costa, 61
MAFRA



o jovem

Director e Editor: Dr. Mário Silveira • Proprietário: Joaquim L. Batalha • Redactor: Rogério Batalha • Redacção e Administração: Apartado 6 - MAFRA

25 DE ABRIL

*A liberdade aconteceu no povo português, pelo Movimento das Forças Armadas!
Mafra explodiu em alegria pela liberdade restaurada! Manifestou o seu entusiasmo, bem patente nas fotos que reproduzimos, irmanando-se nos ideais de todos os portugueses livres e democráticos.*

*Viva Portugal livre e democrático!
Viva o jovem povo do concelho de Mafra!*



RECENSEAMENTO

Em 1973, as principais forças políticas (comunistas, socialistas e democratas independentes) prepararam listas conjuntas para concorrer às Eleições de outubro para a Assembleia Nacional. Em Mafra – como por todo o país –, as CDE's (Comissões Democráticas Eleitorais) promoveram o recenseamento e fizeram propaganda eleitoral. Neste concelho, pessoas de diferentes sensibilidades políticas, uma grande parte delas ligadas à grande empresa FOC, subscreveram um abaixo-assinado para levar toda a população ao recenseamento. No pós-25 de Abril, os subscritores desta lista inscreveram-se nas diferentes forças políticas responsáveis pela implantação do regime democrático.

104
(2)

TODOS AO RECENSEAMENTO

AO POVO DO CONCELHO DE MAFRA:

Desde há vários anos que, no plano político, o procedimento do povo português na sua quase generalidade tem sido do tipo «A política é com os políticos» ou «A minha política é o trabalho». Este tem sido o procedimento fomentado, e por alguma razão.

Pois bem! Assuntos como: o elevado custo de vida (carne, peixe e outros alimentos a preços caros, rendas de casa, vestuário, etc.), carência de escolas e professores, assistência médica deficiente, falta de estradas e muitos outros, não dizem respeito apenas a «políticos» mas a todos nós que os sentimos no dia a dia. Como tal deverão ser objecto de discussão por parte de todos e não apenas de uma minoria dita esclarecida.

Em Outubro deste ano realizam-se eleições para deputados à Assembleia Nacional. É uma oportunidade para todos os portugueses poderem participar na vida política do seu país, de manifestarem um pouco da sua opinião.

A inscrição nos cadernos eleitorais é um acto indispensável para que em Outubro próximo, se possa tomar uma posição consciente: votando em qualquer das listas que sejam apresentadas ou abstendo-se, isto é, não votando em nenhuma no caso de nenhuma delas satisfazer.

Durante os períodos eleitorais competiria às autoridades oficiais uma ampla publicidade. Este ano alguma tem sido feita, contudo a insuficiente, em nossa opinião. No que respeita às autoridades do nosso concelho, ao que sabemos, nada tem sido feito.

Os signatários, democratas do concelho de Maфра, servindo-se da sua única via possível para divulgação deste acto cívico, apelam para todo o povo deste concelho se inscreva nos cadernos eleitorais.

Podem inscrever-se todas as pessoas (homens e mulheres) com pelo menos 21 anos de idade ou que, ainda não tendo atingido aquela idade, sejam emancipados, e que saibam ler e escrever português.

Para tal deverão dirigir-se às Juntas de Freguesia para preencher o respectivo requerimento, em papel azul de vinte e cinco linhas.

A inscrição terá de ser feita sem falta até ao dia 15 de Março.

● **NÃO FALTEM AO RECENSEAMENTO, POIS ALEM DE SER UM DIREITO EXPRESSO NA LEI É TAMBÉM UM DEVER.**

Aqueles que se julgarem recenseados de anos anteriores devem dirigir-se às respectivas Juntas para confirmarem esse recenseamento, também até 15 de Março.

MODELO DO REQUERIMENTO A PREENCHER

Ex.^{ma} Sr. Presidente da Comissão do Recenseamento Eleitoral do Concelho de Maфра:

F. (nome da pessoa) ..., nascido em ... de ... de 19... , filho de ... e de ..., morador na Rua (ou lugar) ..., n.º ..., da Freguesia de ..., sendo cidadão português, maior (ou emancipado) e não se encontrando abrangido por nenhuma incapacidade legal, vem requerer a V. Ex.^a se digne inscrevê-lo no Recenseamento dos Eleitores dos Deputados à Assembleia Nacional, com base em saber ler e escrever português, como prova com o presente requerimento por si escrito, lido e assinado perante a respectiva Comissão de Freguesia (ou, com letra e assinatura reconhecida por notário; ou, ainda: com o presente diploma de exame público), que o atesta com autenticação em forma legal.

Pede deferimento a V. Ex.^a

(Localidade), ... de ... de 1973.

(Assinatura)

Os signatários:

Abílio Alves Pimenta
Afonso Esteves Medeiros
Afonso Henriques Alcântara Martins
Aida Maria da Silva Marques Grades
Aires de Artur de Almeida Lemos
Amadeu Duarte Pereira
Ana Maria Bernardino de Medeiros
Antónia Domingos Jacinto
Antónia Maria Mira Nobre Nascimento Borges
António Batalha
António Dâmaso Patias
António Duarte Gomes
António Fortunato
António Joaquim dos Reis
António José de Almeida Borges
António Luis Ferreira Baptista
António Manuel Barata de Almeida
António Natalino de Jesus Alcântara Martins
António Pereira Deodato Galvão
António Runa Silvestre
Arlindo da Silva Neto
Armando Pinhão Alegria
Artur Marques de Almeida Claudino
Beatriz Calvário Cardoso
Carlos Antunes Fortes
Carlos Batalha
Carlos da Silva Cardoso
Carlos Manuel Júlio Sanches de Brito
Carlos Manuel Marques Simões do Paço
Carlos Simões
Cassiano Ferreira
Cristóvão Amaro Manecas
Domingos Fernando Mendes dos Santos
Duarte dos Santos
Francisco José da Silva Alves Gato
Gli Cláudio Armês
Hélder Jorge Pereira da Silva
Hélder Marques
Hernâni José Gomes Rodrigues
Hugo Paulo Rodrigues
Idalina de Jesus Batalha
Ismael Nabais Gonçalves
Jodo Abel Silvestre Ferreira
Jodo Feliciano Gomes Dias
Jodo Gabriel Nunes
Jodo Manuel de Almeida Borges
Jodo Manuel Lucas da Silva
Joaquim da Silva Franco
Joaquim da Silva Timóteo
Jorge Amadeu Lima
Jorge Gomes Rodrigues
Jorge Marques de Almeida Claudino
Jorge Vitor Ferreira
José António da Silva Cabaça
José António dos Santos Azaredo
José António Martins
José Bernardino do Carmo Delgado
José Daniel Alves de Azambuja Fonseca
José do Carmo Ferrolas
José Eduardo Medeiros
José Esteves Sanches de Brito
José F. Passadas
José Fernandes
José Filipe Fiúza
José Filipe Grades
José Filipe Valente Teixeira
José Henriques Azinheira Nunes
José João de M. Xarepe
José Lopes Graça
José Manuel Duarte
José Regueira da Silva Querido
Júlio Verne dos Reis
Justiniano Rodrigues Marques
Lúcia Quiterio
Manuel Correia Arruda
Manuel Maria Pimenta
Manuel Quiterio
Manuel dos Santos
Maria Albertina Calvário Cardoso
Maria Alice Moreira Arrota
Maria Lisete F. Carvalho Nunes
Maria Manuela Clímaco Delgado
Maria Moreira Medeiros
Maria Ramos Pereira Deodato
Mário Fiúza Filipe
Mário Jorge de Almeida Borges
Mário Ladeira Pedroso
Mário Luis Caracol
Nuno Carlos Garcês Palha
Olga de Jesus Barroca Simões
Palmira Moreira Esteves de Medeiros Gato
Paulo Quintino Anastácio
Paulo Augusto Gerardo
Rosa Inácio B. Medeiros
Rui Afonso B. Medeiros
Rui Alberto Pacheco Cravina
Rui Barreiros da Silva
Vitor Rodrigues Marques

À População dos Concelhos Rurais DO DISTRITO DE LISBOA TODOS AO RECENSEAMENTO

Estamos nos últimos dias do período estabelecido pelo Governo para o recenseamento dos cidadãos eleitores para a Assembleia Nacional. Este período termina em 15 de Março.

A grande maioria da população recenseável — todos os indivíduos maiores de 21 anos ou emancipados que saibam ler e escrever português — não têm exercido o direito de voto em eleições anteriores. E PORQUÊ? Precisamente porque a nossa população não tem contado, por parte das autoridades, com um trabalho de compreensão dos seus direitos, antes porém, há dezenas de anos que tem vindo a ser afastada de qualquer acção política, e até mesmo do exercício do mais simples e elementar direito — O DIREITO DE VOTO.

A ideia que se faz de governo, de autoridade ou de qualquer poder político é a de que estes se encontram acima das pessoas. Ora isso não é verdade. O governo e todo o poder político deveria ser, acima de tudo, um reflexo da vontade das populações. Esse reflexo só poderá vir a ser possível se todos nós nos consciencializarmos que o poder político não está acima de nós, e que todos temos capacidade para participar nele.

Sabem os signatários não existirem as mínimas condições de promoção do recenseamento, daí o desinteresse da população. Assim, decidem constituir-se em COMISSÃO DEMOCRÁTICA PRÓ-RECENSEAMENTO DOS CONCELHOS RURAIS, a fim de promover o recenseamento às mais vastas camadas da população.

Cidadão, todos nós vamos tomando conhecimento, dia a dia, de todos os grandes problemas que afectam o nosso País, tais como o aumento do custo de vida e a habitação, a saúde, o ensino, a emigração, etc. Mas tomar conhecimento e consciência destes problemas não basta; é urgente a nossa participação na vida política como tentativa de defesa dos nossos interesses.

Cidadão, tens o direito e o dever de participar activamente nos destinos do nosso País. Os teus direitos de cidadania só podem ser exercidos por ti. O primeiro de todos é recenseares-te, acto absolutamente necessário para poderes exercer o direito de voto ou mesmo de te absteres se o julgares oportuno.

Assim, os signatários apelam para os cidadãos, homens e mulheres, maiores de 21 anos ou emancipados, que saibam ler e escrever português para que:

- SE INSCREVAM COMO ELEITORES NOS POSTOS DE RECENSEAMENTO QUE FUNCIONAM NAS JUNTAS DE FREGUESIA;
- FAÇAM A PROPAGANDA DO RECENSEAMENTO E INCENTIVEM A POPULAÇÃO NESSE SENTIDO;
- RECLAMEM JUNTO DAS AUTORIDADES CONCELHIAS, POR TODOS OS MEIOS LEGÍTIMOS, UM RECENSEAMENTO VERDADEIRAMENTE DEMOCRÁTICO;
- RECLAMEM O DIREITO DE VOTO PARA OS JOVENS MAIORES DE 18 ANOS;
- APOIEM A COMISSÃO DEMOCRÁTICA PRÓ-RECENSEAMENTO DOS CONCELHOS RURAIS

MODELO DE REQUERIMENTO:

Requerimento feito em papel azul de 25 linhas, escrito e assinado pelos interessados, perante a Comissão de Recenseamento (na Junta de Freguesia).

Ex.^{ma} Senhor Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do Concelho de.....
F..... (nome completo), estado....., profissão....., morador na freguesia de....., deste concelho, onde tem residência efectiva na Rua....., N.º..... andar, de..... anos de idade, natural da freguesia de....., do concelho de....., nascido em.....de.....de 19....., filho de..... e de....., sabendo ler e escrever português, como prova escrevendo, lendo e assinando o presente requerimento perante a Comissão de Recenseamento Eleitoral, vem nos termos da Lei requerer a sua inscrição no recenseamento dos eleitores dos deputados à Assembleia Nacional.

(Localidade), de de 19.....

Espera deferimento

Ass.

LISTA DE ASSINATURAS DA COMISSÃO PRÓ-RECENSEAMENTO DOS CONCELHOS RURAIS

Adelino de Oliveira Sousa	<i>T. Vedras</i>	João Pedro Capão	<i>Alenquer</i>
Adriano Estevinha Lopes	"	Joaquim Augusto de Oliveira	<i>T. Vedras</i>
António Américo Rocha	"	João Ramos Martins	"
António José Martins	"	José Manuel Gomes de Almeida	"
António João Trindade	"	Jorge Ralha Vieira Leitão	"
António Soares Antolin	"	José Costa Sá	"
António Rodrigues	<i>Mafra</i>	Jorge Manuel da Trindade Mota	"
António José dos Santos	<i>Lourinhã</i>	José Carvalho Mesquita	"
António Ferreira de Castro	<i>T. Vedras</i>	José Manuel Miranda	"
António Dâmaso Patias	<i>Mafra</i>	José Filipe Valente Teixeira	<i>Mafra</i>
António Luís Ferreira Batista	"	José de Freitas Passada	"
António Manuel Cavalheiro	<i>Sintra</i>	José Manuel Sanches	<i>T. Vedras</i>
António José de Almeida Borges	<i>Mafra</i>	José Filipe da Fonseca	<i>Lourinhã</i>
António Natalino Martins	"	Júlio Verne dos Reis	<i>Mafra</i>
Afonso Esteves Medeiros	"	Júlio de Moura Gonçalves	<i>T. Vedras</i>
Alexandre Teotónio Miranda dos Santos	<i>T. Vedras</i>	Maria Ângela Costa Fernandes	"
Augusto Fernando da Costa Lemos	"	Mário Raúl dos Santos Portas	"
Beatriz Calvário Cardoso	<i>Mafra</i>	Maria Lucília Miranda dos Santos	"
Bernardino Anastácio	<i>Lourinhã</i>	Maria da Luz Costa Fernandes	"
Carlos Augusto Bernardes	<i>T. Vedras</i>	Manuel Carlos da Silva Penetra	"
Cassiano Ferreira	<i>Mafra</i>	Manuel Augusto de Amaral Antunes	"
Carlos Manuel Júlio Sanches Brito	"	Miguel Simões	"
Carlos Simões	"	Mário Luís Caracol	<i>Mafra</i>
Duarte Nuno Alves Clímaco Pinto	<i>T. Vedras</i>	Manuel dos Santos	"
Dionísio Faria	"	Mário Albertina Calvário Cardoso	"
Francisco Manuel Costa Fernandes	"	Manuel Batista Eleutério	"
Francisco José de Sá Leal	"	Manuel António de Matos	<i>Alenquer</i>
Francisco Henrique Santos Silva	"	Olga de Jesus Barroco Simões	<i>Mafra</i>
Francisco Cactano Porfírio	"	Pedro Mendes Fernandes	<i>T. Vedras</i>
Graciano Ribeiro Bernardes	"	Rui Barreiras da Silva	<i>Mafra</i>
Graça Maria Ferreira de Oliveira	"	Rui Afonso Medeiros	"
Herculano Neto da Silva	"	Raimundo dos Santos Portas	<i>T. Vedras</i>
Isabel Maria Pereira Rosa	"	Sara de Oliveira Tomás dos Santos	"
Joaquim da Silva Timóteo	<i>Mafra</i>	Vítor Manuel Batalha Lourenço da Silva	<i>Mafra</i>
João Manuel de Almeida Borges	"	Valentim Cunha Francisco	<i>T. Vedras</i>
João Pacheco da Silva	<i>T. Vedras</i>	Vítor Hugo da Costa Tomás dos Santos	"
João Manuel Cabral Alves	"	Vítor Alberto Alves dos Santos	"
João Pedro Capão	<i>Alenquer</i>	Vasco Manuel Marques de Carvalho	"

3-4. Apelo "À População dos Concelhos Rurais", uma organização da Organização Regional do Oeste do PCP, onde era, na altura, responsável, Francisco Manuel Fernandes

A REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL EM MAFRA

A transição para o poder democrático no Concelho de Mafra – na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia – foi assegurada pela oposição democrática que, desde o pós-guerra, e depois em 1973/1974, vinha lutando pela instauração da Democracia. Afonso de Medeiros e outros como Carlos Simões ou Cassiano Ferreira, ex-prespos políticos, estarão na primeira linha, a par da nova geração surgida nos anos 70.



1. Sessão de esclarecimento em Cheleiros. Com Afonso de Medeiros, Rui Medeiros e Alexandre Carretas. 10.09.1974. Arquivo de Rui de Medeiros
2. Sessão de esclarecimento em Cheleiros. Com Afonso de Medeiros, Rui Medeiros e Alexandre Carretas. 10.09.1974. Arquivo de Rui de Medeiros



3. Sessão de esclarecimento em Cheleiros. Aspeto do público. 10.09.1974. Arquivo de Rui de Medeiros
4. Confraternização do Povo e Militares, no Largo do Convento. 28.04.1974. Arquivo de Rui de Medeiros

Exm^o. Snr. Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de
Mafra

Em reunião efectuada em 18 de Novembro ort., à qual estiveram presentes alguns elementos propostos para a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Mafra, cuja posse se aguarda inexplicavelmente há já longos meses, além de representantes de alguns Partidos Políticos ficou decidido, por propostas desses mesmos Partidos, a nomeação a propor para a Comissão de Recenseamento Eleitoral da freguesia de Mafra dos abaixo discriminados:

- José Filipe Alabaça Grades, morador na Rua Paulo Freire, n^o.6, em Mafra, Empregado de Escritório de 34 anos de idade, casado.

- Justiniano Rodrigues Marques, morador da Rua José Maria da Costa, n^o.9, Mafra Electricista de 24 anos de idade, solteiro.

- Rui Afonso Bernardino de Medeiros, morador na Travessa do Pinheiro, n^o. 21 em Mafra, Ajudante de Farmácia de 26 anos, casado.

- Manuel Correia Arruda, morador do Largo da Ilha da Madeira, em Mafra, desenhador gráfico de 49 anos, casado.

- Cassiano Ferreira, morador na Rua José Elias Garcia n^o. 11, em Mafra, Comerciante de 54 anos, casado.

São, portanto, as entidades acima indicadas as que se julga capazes de satisfazer em condições as tarefas necessárias ao bom andamento dos assuntos relacionados com o Recenseamento Eleitoral.

AGRADECIMENTOS

Arquivo Municipal de Mafra
IAN/TT – Dr. Silvestre Lacerda
Grupo de Trabalho da URAP para recolha de
informação na Torre do Tombo
Armando Sousa Teixeira
Joaquim Batalha
José Alberto Ferreira Franco
José António Martins Bento
José Carlos Almeida
Luísa Maria Bernardino de Meneses Rodrigues
Medeiros
Manuel Maria Pimenta
Mário Jorge de Almeida Borges
Mário José Caracol Teixeira
Rui Afonso Bernardino de Medeiros

NÚCLEO DA URAP DE MAFRA E DEMOCRATAS E ANTIFASCISTAS DO CONCELHO DE MAFRA COMISSÃO EXECUTIVA

André Teixeira
Eugénio Ruivo
José Alberto Franco
José Pedro Soares
Luís Farinha
Mário Borges

DEMOCRATAS E ANTIFASCISTAS – EM APOIO AO MEMORIAL

Adelina Maria Carriço Soares Lopes
Adriano Paulo Freire Alcântara
Alda Maria Ferreira
Alda Monteiro
Alexandra Alves Borges
Alexandre Susana Lourenço Fernandes
Alfredo Caldeira
Alfredo Coelho de Carvalho
Alice Rolo
Alice Vieira
Álvaro Lopes Olivença
Amílcar Francisco Albuquerque Santos
Ana Cristina Alves Borges
Ana Gabriela Tavares da Silva
Ana Isabel Martins
Ana Isabel Sequeira Lucena
Ana Ivone Silva
Ana Lúcia Correia
Ana Lúcia Sintra

Ana Margarida Militão Lopes da Veiga Raposo
Ana Maria Carvalho
Ana Maria Luís Amaral
Ana Nunes
Ana Paula Mendes Lavanco
Ana Paula Nunes Sousa Gouveia
Ana Rita Guerreiro Pinto
Ana Sofia Rocha Carmezim
Ana Teresa Antunes Ivo da Silva
Ana Teresa Ramos
Anabela Azevedo Almeida Barros
Anabela Silva Gonçalves
André Curado
André Filipe Jorge Martins
Anselmo Pedro de Gouveia Évora
Antónia Maria Mira Nobre Nascimento Borges
António Carlos Santos Esteves
António Carlos Serra
António Carrasco da Cruz
António Joaquim Fonseca Quitério
António José de Carvalho Freitas
António José Rodrigues Martins
António Manuel Gomes Garcia Branco
António Manuel Pombinho Costa Guilherme
Armando Sousa Teixeira
Armindo Santos Silva
Augusto Aleixo Pais
Augusto Bensabat Silva
Bernardo Gonçalves Manuel
Carla Martins
Carla Vicente Pedroso
Carlos Alberto Moniz
Carlos Alberto Leitão Bernardo
Carlos António de Carvalho
Carlos Américo Ramos Nunes
Carlos Eduardo Fernandes da Conceição
Carlos Jorge Ivo da Silva
Carlos Manuel Leão Marques Lobato
Cátia Patrícia Dias Silva e Almeida
Celeste Vieira Neves
Cidália Pedrosa Fernandes
Cláudia Sofia Lourenço Grazina
Clorinda Fátima Martins
Dália Santos
Daniel da Silva Borges
Daniel Duarte Marchante
Daniel Maria Garced Palha Moura
Diana Andringa
Duarte da Silva Borges
Edgar Manuel Pereira Pedro

Eduardo Júlio Diamantino Veloso Faria
Caetano
Eduardo Manuel Silva Santos Batista
Eduardo Vasconcelos Fernandes
Ermelinda Maria da Fonseca Nunes Faria
Caetano
Ermelinda Maria Lourenço Silva Pinto da
Costa
Eugénio Rosa
Eugénio Ruivo
Eulália Maria da Conceição Alegre Correia
Eva Maria Fonseca
Fábio André da Silva Rafael
Fernanda Maria Afonso Ramos
Fernando Jorge Gonçalves Mendes Almeida
Fernando José Tavares da Silva
Fernando Nunes Lemos
Filipa Maria Anjos Carvalho
Filomena Parra
Filomena Silveira Ferreira Claudino
Francisco Alberto Ramos Leitão
Francisco Artur Gomes Corvelo
Francisco Manuel Fernandes
Gabriela Alves
Graça dos Reis Freitas e Vasconcelos
Guilhermina Fernandes Tavares
Hélder Nunes da Mota
Hélder Pontes
Hélia Correia
Henrique Custódio
Hilário Jorge dos Reis Duarte
Hilário Vicente dos Reis Carreira
Hugo Miguel da Encarnação Carvalho
Hugo Miguel Luís da Silva
Ida Cristina dos Santos Lopes Aleixo
Isa Gameiro Aleixo Pais
Isabel Almeida
Isabel Maria Reis Invenio
Isilda Maria Lopes de Ramos Leitão
Jacqueline Duarte
Jaime Miguel Machado dos Santos
Joana da Costa Ruivo Dias Lourenço
Joana Isabel Borges Rodrigues Piorro
João Aires Portela Pessa Cabral Soveral
João António Encarnação Heitor Paixão
João Augusto Pedrosa
João Luís Fonte Caracol
Joaquim Armando Salvado Ribeiro Correia
Joaquim Brandão Osório de Castro
Joaquim Horácio Pestana Esteves

Joaquim José Costa Santos
Joaquim Silva Batista Duarte
Jorge André Guedes
Jorge Emanuel Duarte de Carvalho Martins
Jorge Manuel da Silva Paulino
Jorge Manuel Pinheiro Emídio
Jorge Rafael dos Santos Moreira
José Alberto Cardoso
José Alberto Franco
José António Martins Bento
José António Pinto da Costa
José Baião Santos
José Carlos de Almeida
José dos Santos Botelho
José Eduardo
José Eduardo Libânio da Silva
José Feliciano Carreira Costa
José Filipe Valente Teixeira
José Francisco Geraldês Nunes Grilo
José Jaime Fernandes
José Luís Bicho
José Luís Rodrigues Silva
José Manuel Antunes Graça
José Manuel Fanha
José Pedro Vaquinhas Infante da Silva
José Poeira
José Tavares Marcelino
Licínia Correia Batista Quitério
Luciano da Silva Oliveira Rodrigues
Luís Alberto Vieira da Silva Neves
Luís Brilhante
Luís Farinha
Luísa Luz
Luísa Maria Bernardino de Medeiros de Brito
Mendes
Madalena Luzia Pinto Fernandes de Almeida
Lourinho
Madalena Maria Ferreira Gouveia Quental
Madalena Machado Dray
Manuel Hugo Batista de Oliveira
Manuel Maria Pimenta
Manuela Costa
Margarida Carvalho dos Santos
Margarida Sofia de Medeiros Aguiar
Maria Arlete de Fraga Vieira Corvelo
Maria Arminda Novais Figueiredo
Maria da Graça Martins Dias
Maria da Graça Novais Figueiredo
Maria da Luz Mata Silva dos Reis Luís
Maria da Luz Oliveira Sarzedas Batista

Maria de Fátima Caetano Rodrigues Ferreira
 Maria de Fátima Cardoso Vaz Gomes Pratas
 Maria de Jesus Geraldês Pires
 Maria do Carmo Simões dos Santos
 Maria do Céu Guerra
 Maria Edite Carvalho Pereira
 Maria Fernanda Simões Esteves
 Maria Francisca de Sá Sousa
 Maria Helena Ferreira Cavaco
 Maria Helena Neves
 Maria Helena Salgado
 Maria Inês Gouveia
 Maria Irene Calição Pedroso
 Maria Irene Sordinho Borges Rodrigues Piorro
 Maria Isabel da Silva Gonçalves
 Maria João Falcão
 Maria João Silvestre
 Maria Lúcia da Silva Correia Carvalho
 Maria Luísa S.S. Silva Barros
 Maria Manuela Piedade
 Maria Margarida Ferreira Vicente da Silva
 Maria Rodrigues
 Maria Rosa Mendes Serrano
 Maria Sofia de Pinho Araújo Xavier Nunes
 Maria Teresa Ferreira Antunes Ivo da Silva
 Mário Caracol Teixeira
 Mário Fiúza Filipe
 Mário Guilherme Vaz Passos Furtado
 Mário Henriques Gomes
 Mário Jorge de Almeida Borges
 Mário José Caracol Teixeira
 Mário Rui Mota
 Miguel Alexandre da Silva Samora
 Miguel Alves Fernandes Belga
 Miguel Henrique Santos Caracol Teixeira
 Nazaré Maria Martins Gomes Mota
 Nuno Miguel Hilário Vieira
 Olga Maria Marinho Pires
 Olga Marina Barroca Simões
 Orlando de Jesus Duarte
 Patrícia Filipa Gaspar da Silva
 Patrícia Maria Serra
 Patrícia Fernandes
 Patrícia Pereira Brandão de Carvalho Freitas
 Paula Jaulino
 Paula Cristina Almeida Acabado Talhinhos
 Paula Maria Matos Ramos Durão dos Santos
 Marques
 Paulo David Pereira
 Paulo Jorge Torre Gonçalves
 Paulo Manuel Lopes Martinho
 Pedro Filipe Morais Nogueira
 Pedro Jorge Garcia Fontes
 Pedro Liberto Ferreira
 Pedro Miguel Silva Soares Machado
 Raquel Jesus
 Raquel Ramalho da Silva Freire
 Raul Jorge dos Santos Marques
 Rita Lello
 Rita Pais
 Roberto Linhares de Castro Pires Martins
 Rodolfo Emanuel Lima Pinto da Costa de
 Cairu
 Rogério Anselmo Duarte Pires
 Rosa Maria Marques Almeida
 Rosa Maria de Sousa Rodrigues Medina de
 Sousa
 Rui Medeiros
 Rui Miguel Corrupção
 Rui Miguel Friezas Aldeano
 Rui Miguel Vieira
 Ruth Linhares
 Samuel Quedas
 Sandra Figueiredo Fernandes
 Sérgio Paulo de Almeida Lourinho
 Teresa de Jesus Barros Esperança dos Santos
 Vanda Soares
 Virginia Verde Fernandes de Fao
 Vítor Manuel Batalha
 Vitor Manuel Rodrigues Marques dos Santos

